

REVISTA DO

COMINE

CONGRESSO MINEIRO DE EMPREENDEDORISMO

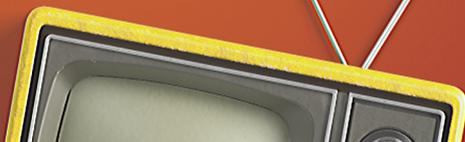
COMINE

XV CONGRESSO MINEIRO DE EMPREENDEDORISMO



05 A 07 DE NOVEMBRO
CENTRO DE CONVENÇÕES DO UNIPAM

JEITO SIMPLES
DE PENSAR E CRESCER



VOLUME 3 / NÚMERO 3
SET./DEZ. DE 2019

ISSN 2527-2535

REVISTA DO
COMINE
CONGRESSO MINEIRO DE EMPREENDEDORISMO

XV CONGRESSO MINEIRO DE EMPREENDEDORISMO

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS

REITOR

Milton Roberto de Castro Teixeira

PRÓ- REITOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Henrique Carivaldo de Miranda Neto

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Renato Borges Fernandes

DIRETORA DE GRADUAÇÃO

Maria Marta do Couto Pereira Rodrigues

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

Adriana de Lanna Malta Tredezini

A Revista do COMINE é um periódico acadêmico e científico, editado quadrimestralmente, destinado à publicação de trabalhos apresentados durante o Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado anualmente pelos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Sistemas de Informação, Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Gestão Comercial e Agronegócios do Centro Universitário de Patos de Minas.

Catálogo na Fonte
Biblioteca Central do UNIPAM

R454 Revista COMINE [recurso eletrônico] / Centro Universitário de Patos de Minas. Congresso Mineiro de Empreendedorismo do UNIPAM. – Dados eletrônicos. – v. 1, n. 1 (2016)- . – Patos de Minas : UNIPAM, 2016.

Anual: 2016. Quadrimestral 2017-
Disponível em: <<https://revistas.unipam.edu.br>>
ISSN 2527-2535

1. Administração – Periódicos. 2. Empreendedorismo. 3. Gestão comercial. I. Centro Universitário de Patos de Minas. II. Congresso Mineiro de Empreendedorismo do Unipam. III. Título.

CDD 658.05

EDITORA

Me. Adriene Sttéfane Silva, Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM

CONSELHO EDITORIAL INTERNO

Me. Adriene Sttéfane Silva, Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM;

Me. Ana Paula Vasconcelos, Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM;

Me. Carlen Fonseca Gonçalves, Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM;

Me. Claudio Roberto Vaz Teixeira, Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM;

Me. Heitor Cunha Barros, Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM;

Me. Gustavo de Magalhães Vieira, Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM;

Me. Guilherme Caixeta Borges, Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM;

Dra. Jorgiane Suélen de Sousa, Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM;

Me. Juliana Lilis da Silva, Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM;

Me. Mislene Dalila Silva, Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM;

Me. Pablo Fonseca da Cunha, Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM;

Me. Sandro de Paula Matias, Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM.

CONSELHO CONSULTIVO EXTERNO

Dr. Alexandre Bossi Queiroz, Centro Universitário UNA, Brasil;

Dr. Fabiano Azevedo Dorça, Universidade Federal de Uberlândia - UFU;

Dra. Mirna Tonus, Universidade Federal de Uberlândia;

Me. Nidelson Falcão, Universidade FUMEC;

Dr. Rafael Duarte Oliveira Venancio, Universidade Federal de Uberlândia - UFU;

Dra. Raquel Santos Soares Menezes, Universidade Federal de Viçosa - UFV;

Dr. Romero Tori, Universidade de São Paulo - USP;

Dr. Ronan Magalhães Souza, Universidade Federal do Pará - UFPA;

Dr. Vidigal Fernandes Martins, Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Brasil;

Dr. Vinícius Silva Pereira, Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

SUMÁRIO

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA DA EMPRESA MAGAZINE LUIZA S/A.....	06
<i>Guilherme Antônio Wellington Wasem</i>	
<i>Jarim Marciano Ferreira</i>	
ANÁLISE DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E DE LONGO PRAZO COMO ALTERNATIVAS DE SEGURANÇA FINANCEIRA PESSOAL FUTURA.....	20
<i>Bruna de Carvalho Canedo</i>	
<i>Leonardo Braga dos Reis</i>	
ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA NA PRODUÇÃO DE CAFÉ: ESTUDO COMPARATIVO COMO PROPRIETÁRIO E COMO ARRENDATÁRIO NA FAZENDA FRADIQUES.....	33
<i>Gisele Lima Carneiro</i>	
<i>Jarim Marciano Ferreira</i>	
ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES A RESPEITO DA ESTRUTURA CONCEITUAL.....	47
<i>Kátia Luzia Ferreira</i>	
<i>Wesley Daniel Barbosa Gonçalves</i>	
ANÁLISE DO PREÇO DE FRETE SOBRE A VENDA DA SOJA NO ALTO PARANAÍBA.....	61
<i>Pollyana Aparecida de Souza</i>	
<i>Moisés de Ávila da Silva</i>	
ANÁLISE DOS IMPACTOS DA LEI 13.467/2017 NAS RELAÇÕES SINDICAIS.....	75
<i>Danielle Rosa Silveira</i>	
<i>Gustavo de Magalhães Vieira</i>	
ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA DA EMPRESA SOCIEDADE COMERCIAL GUARANI NO TRIÊNIO 2015-2017.....	88
<i>Jordana Santos da Cruz Oliveira</i>	
<i>Pablo Fonseca da Cunha</i>	
COMPORTAMENTO DE CONSUMO E COMPRA POR IMPULSO DE UNIVERSITÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.....	102
<i>Michele Ap. Cunha</i>	
<i>Ronaldo P. Caixeta</i>	
CONTABILIDADE À DISTÂNCIA NA VISÃO DOS GESTORES.....	115
<i>Mona Christine da Fonseca Xavier</i>	
<i>Gustavo de Magalhães Vieira</i>	
CONTROLADORIA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO APLICADA EM MICRO EMPRESAS: ESTUDO DE CASO DE UMA MADEIREIRA SOB ÓTICA DO BSC	128
<i>Bianca Corrêa Braga</i>	
<i>Laércio José Vida</i>	
EFEITOS FINANCEIROS DA LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017, NOS CONTRATOS DE TRABALHO - CASO: TRANSGRÃOS LTDA.....	142
<i>Lorena Abadia Queiroz</i>	
<i>Wânia Alves Ferreira Fontes</i>	

NÍVEL DE SATISFAÇÃO DE GESTORES DE SUPERMERCADOS EM RELAÇÃO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS NA CIDADE DE PATOS DE MINAS.....	158
<i>Sérgio Rodrigues de Santana</i> <i>Gustavo de Magalhães Vieira</i>	
OS FATORES EXTRÍNSECOS E INTRÍNSECOS QUE MOTIVAM A ESCOLHA E PERMANÊNCIA NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNIPAM: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SOB A ÓPTICA DA TEORIA DE MOTIVAÇÃO DE HERZBERG.....	170
<i>Núbia Cristina Fernandes</i> <i>Marcílio Geraldo Mendes</i>	
PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE AS PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA.....	185
<i>Eduardo Júnio Rodrigues</i> <i>Laércio José Vida</i>	
SIMPLES NACIONAL: E OS EFEITOS COM O FATOR R.....	200
<i>Leonardo Henrique Oliveira</i> <i>Laércio Jose Vida</i>	
A CONTABILIDADE INVOLUNTÁRIA DAS PESSOAS FÍSICAS.....	213
<i>Abimael Carlos de Oliveira Rocha</i> <i>Gustavo de Magalhães Vieira</i>	
ALTERAÇÃO DA FÓRMULA DE CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL ATRAVÉS DA LEI COMPLEMENTAR 155/2016.....	227
<i>Alexandre Maciel Nascentes</i> <i>Gustavo de Magalhães Vieira</i>	

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA DA EMPRESA MAGAZINE LUIZA S/A¹

Guilherme Antônio Wellington Wasem

Graduando do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: guilhermewasem8@gmail.com

Jarim Marciano Ferreira

Orientador do trabalho. Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: jarim@unipam.edu.br

RESUMO: O presente artigo analisou as demonstrações econômico-financeiras do Magazine Luiza. Foi verificado seu desempenho entre 2014 e 2017, durante uma grave crise econômica no Brasil. Foi registrado prejuízo em 2015, e com isso foram adotadas medidas para superar a crise. Em 2017 observou-se o resultado dessas medidas com um lucro recorde. Concluiu-se que as demonstrações contábeis além de analisar o desempenho, são instrumento que geram informações relevantes para o processo de gestão das empresas.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Econômico-Financeira; Crise Econômica; Demonstrações Contábeis.

ABSTRACT: The current article analyzed the economic and financial situation of Magazine Luiza. The performance was verified between 2014 and 2017, during a serious economic crisis in Brazil. Loss was recorded in 2015, and measures were adopted to overcome the crisis. In 2017 the result of these measures was observed with a great profit. It was concluded that the financial statements in addition to analyze their performance, are instrument that generate relevant information to the process of management.

KEYWORDS: Economic and Financial Analysis; Economic Crisis; Financial Statements.

INTRODUÇÃO

Em um cenário de competitividade empresarial, as organizações necessitam de ferramentas que auxiliem na análise de seus resultados a fim de obter informações necessárias para um processo decisório coeso. Assim seus objetivos podem ser alcançados e ter vantagem competitiva no mercado.

Tais ferramentas e instrumentos devem ser precisos e confiáveis, de modo que auxiliem cada vez mais nas tomadas de decisão, que auxiliem o administrador a

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do XV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 05 a 08/11/2018.

desenvolver novas estratégias, traçar objetivos e ter melhor visão de seu negócio. Beuren (2000) salienta que “a quantidade de dados e informações a que as organizações estão expostas diariamente demanda um gerenciamento eficaz”.

Segundo Ludícibus (2013, p. 5), a análise econômico-financeira é mais que uma simples técnica a ser aplicada, é a “arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso”.

Devido à necessidade de avaliar a situação econômico-financeira de uma empresa, avaliando a sua viabilidade, estabilidade e a lucratividade, analisando a eficiência, as oportunidades e os riscos do negócio, são os motivos que justificou esta pesquisa.

Assim, este trabalho analisou as demonstrações contábeis da empresa Magazine Luiza S/A, disponíveis no site da Comissão de Valores Imobiliários www.cvm.gov.br. O objetivo foi conhecer a situação econômico-financeira da empresa, durante a crise econômica brasileira, utilizando-se de Análise Horizontal, Análise Vertical e Análise Econômico-Financeira dos anos de 2014 a 2017.

Para cumprir o objetivo geral, foram executados os seguintes objetivos específicos: revisão de literatura; coleta dos dados disponíveis nas demonstrações contábeis da empresa; análises da situação econômico-financeira no período de 2014 a 2017; e, conclusão sobre os resultados da pesquisa.

CONTABILIDADE

Com o decorrer dos anos, a contabilidade consolidou-se como base para os gestores no processo de tomada de decisões, também deve ser considerada como instrumento que auxilia a economia.

Atualmente a contabilidade é responsável pelo registro de transações financeiras, além de armazenar, classificar, recuperar, resumir e apresentar as informações em relatórios e análises. A contabilidade também visa fornecer gerenciamento de uma empresa com as informações necessárias para manter o negócio saudável.

Crepaldi (2012, p. 3) afirma que a “contabilidade é uma ciência concebida para coletar, registrar, resumir e interpretar dados e fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer entidade”.

As principais funções da contabilidade são registrar, organizar, demonstrar, analisar e mensurar as variações do patrimônio da empresa na medida em que este se transforma.

Marion define que:

a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela contabilidade, que, em seguida, resume os dados registrados em forma de relatórios e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa. Esses interessados, através de relatórios contábeis, recordam os fatos acontecidos, analisam os resultados obtidos, as causas que levarem aqueles resultados e tomam decisões em relação ao futuro (MARION, 2009, p.30).

As principais demonstrações contábeis são Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é uma ferramenta essencial para se conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa.

O balanço patrimonial representa a demonstração resumida da posição financeira da empresa em determinada data. A demonstração confronta os ativos da empresa (o que ela possui) com suas fontes de financiamento, que pode ser dívida (obrigações) ou patrimônio (o que foi fornecido pelos seus proprietários) (GITMAN 2010, p. 72).

O Balanço Patrimonial é formado por três grandes grupos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. De acordo com Tófoli (2012) “no Ativo encontra-se o conjunto de contas que representam os recursos aplicados em bens e direitos enquanto no Passivo encontra-se as fontes de recursos e no Patrimônio Líquido representa o valor contábil pertencente aos sócios”.

Segundo Ribeiro (2009, p.52) o Ativo compreende os recursos controlados pela entidade, os bens e direitos da empresa, dos quais se esperam benefícios econômicos futuros. As contas do Ativo são dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez, divididas em grupos: Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.

Martins, Diniz e Miranda (2014, p. 29), observam que “o Passivo é o grupo onde estão classificadas as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos já ocorridos, cujas liquidações se espera que resultem em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos”.

O Patrimônio Líquido representa o valor líquido da empresa, ou seja, a diferença entre seu Ativo e seu Passivo. Desse modo Ribeiro (2009, p. 52) complementa que “o PL é dividido em Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados”.

Para Matarazzo (2003, p. 14) “A análise de Balanços é fundamental para quem pretende relacionar-se com a empresa”. E Silva (2012, apud Marion 2005, p.42) complementa que “o Balanço Patrimonial é uma das principais demonstrações contábeis”

A análise de balanços poderá ser utilizada por diversos setores da entidade e até mesmo fora dela, pois nele constam informações que auxiliam no processo de tomada de decisões e permitem que dele seja extraída informações diversas referente a sua situação econômico-financeira.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício consiste em outra forma de análise contábil muito utilizada nas empresas, independentemente de seu porte. É outro demonstrativo contábil utilizado nas organizações que, segundo Assaf Neto (2010) está relacionada a um tipo de “resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em

determinado período, geralmente 12 meses. Sua análise é dedutiva, ou seja, das receitas são subtraídas as despesas, e em seguida, indica-se o resultado - lucro ou prejuízo da organização no período avaliado”.

Conforme estabelecido no artigo nº 187 da Lei nº 6.404/76, a demonstração do resultado do exercício evidenciará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos; II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto; III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais; V – o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto; VI – as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

De acordo com Matarazzo (2003), “a demonstração de resultado é uma ferramenta muito importante, pois mostra a receita bruta da empresa, as vendas incorridas no período assim como os custos e as despesas operacionais, evidenciando então o lucro operacional da entidade”.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Existem técnicas para realizar a análise de Balanços Patrimoniais e Demonstração do Resultado do Exercício, podendo destacar a análise horizontal e a análise vertical.

A análise horizontal demonstra quantos pontos percentuais cada conta evoluiu, cresceu de um ano para outro, ou em relação ao primeiro ano analisado.

Segundo Iudícibus (2013) a finalidade da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos balanços e das demonstrações de resultados e também com os de outros demonstrativos através dos períodos, a fim de caracterizar tendências.

Matarazzo (2003) complementa que o objetivo da análise horizontal é: “mostrar a evolução de cada conta das demonstrações financeira e, pela comparação entre si, permitir tirar conclusões sobre a evolução da empresa”.

De acordo com Santos e Barros (2005) a análise vertical também é um processo chamado de análise comparativo em porcentagem sendo assim quando se faz a divisão de uma grandeza por outra chamamos de análise vertical.

A análise vertical permite a identificação da relevância de uma conta considerando o conjunto de contas ao qual pertence e a mesma pode ser chamada também de análise de estrutura das demonstrações contábeis. Ao fazer o levantamento de cada percentual o foco da análise não é mais os valores monetários e sim percentuais, assim é possível avaliar tendências de forma mais objetiva e direta, pois, ao se fazer uma análise restrita a expressões monetárias não seria possível visualizar os impactos de cada conta patrimonial ou de resultado (SILVA, 2012).

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Tendo em vista a variedade de indicadores econômico-financeiros, serão abordados neste trabalho os principais Índices de Liquidez e Índices de Rentabilidade.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Assaf Neto (2010, p.39), afirma que o estudo da liquidez visa “conhecer a capacidade de pagamento da empresa, isto é, suas condições financeiras de cobrir no vencimento todos os seus compromissos passivos assumidos. Revela ainda, o equilíbrio financeiro e sua necessidade de investimento em capital de giro”.

Se o resultado dos índices forem superiores a 1, o resultado será positivo, porque a cada real devido existe um valor superior em recursos para saldá-lo. Quando ocorrer o oposto, não existem recursos para pagamento. Se o resultado for igual a 1, significa um equilíbrio entre recursos e obrigações.

Marion (2009, p.71) explica que o Índice de Liquidez Corrente “mostra a capacidade de pagamento da empresa em curto prazo”. Martins, Diniz E Miranda (2014, p.126-127) completam dizendo que “o indicador de liquidez corrente mostra o quanto a empresa possui de recursos de curto prazo (ativo circulante) para cada real de dívidas de curto prazo (passivo circulante).” Assim, o cálculo da Liquidez Corrente é realizado dividindo-se o Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

A Liquidez Seca indica o valor que a entidade possui em seu Ativo Circulante, exceto estoques, para saldar suas obrigações a curto prazo. Martins, Diniz e Miranda (2014) dizem que “a liquidez seca mostra o quanto de dívidas de curto prazo que podem ser quitadas com os itens de maior liquidez no ativo circulante, basicamente disponível e contas a receber.” Em resumo, evidencia o quanto a empresa possui de ativos líquidos para cada real de dívida do passivo circulante. Para calcular a Liquidez Seca subtrai-se do Ativo Circulante o montante do Estoque, e o resultado será dividido pelo Passivo Circulante.

Marion (2009) nos mostra que a Liquidez Geral “apresenta a capacidade de pagamento da empresa a Longo Prazo, considerando tudo o que se converterá em dinheiro (a Curto e Longo Prazo), e relaciona com tudo o que já foi assumido de dívida (a Curto e Longo prazo)”. Desse modo o cálculo da Liquidez Geral se dá somando o Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo e divide-se o resultado com a soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

O Índice de Liquidez Imediata conforme Marion (2009, p.78) “mostra o quando dispomos imediatamente para saldar nossas dívidas de curto prazo”. É um dos indicadores que mais se caracterizam como de liquidez, são avaliadas as contas do Ativo Circulante que podem ser disponibilizados imediatamente para pagamentos de contas. A Liquidez Imediata é calculada dividindo a Disponibilidade pelo Passivo Circulante.

ÍNDICES DE RENTABILIDADE

O objetivo dos indicadores de rentabilidade é apurar o retorno do capital aplicado e identificar os fatores que levaram a essa rentabilidade.

Segundo Iudicibus (2013) “os índices de rentabilidade, via de regra, relacionam os resultados obtidos pela empresa com algum valor que expresse a dimensão relativa do mesmo, ou seja, valor de vendas, ativo total, patrimônio líquido ou ativo operacional”.

A Rentabilidade do Ativo, evidenciando a relação entre o resultado da entidade (Lucro ou Prejuízo) com seu ativo total. É conhecida também como Retorno Sobre Investimento (ROI - *Return On Investment*), conforme Martins, Diniz e Miranda (2014, p.190), evidencia o quanto a empresa obteve de resultados em relação aos investimentos nela realizados. Assim a Rentabilidade do Ativo é calculada dividindo-se o Lucro Líquido com o Ativo Total.

Conforme Silva (2012, p. 151) complementa a Margem Líquida “também conhecida com Retorno Sobre as Vendas, (...) compara o Lucro Líquido em relação às Vendas Líquidas do período, apresentado o percentual de lucratividade gerado.” Então, para calcular a Margem Líquida, divide-se o Lucro Líquido pelas Vendas Líquidas.

A Rentabilidade do Patrimônio Líquido apresenta o retorno que os acionistas obtêm em relação aos seus investimentos na empresa. De acordo com Martins, Diniz e Miranda (2012, p.200), o índice de rentabilidade sobre o PL “é o mais importante dos indicadores. Porque demonstra a capacidade da empresa remunerar o capital que foi investido pelos sócios. Verifica o retorno obtido pelos acionistas considerando a estrutura de capital utilizada pela entidade em determinado período”.

METODOLOGIA

Na elaboração de um trabalho científico, para obter êxito e para que os objetivos sejam atingidos, é necessário adotar técnicas e métodos de pesquisas adequados. Estes aspectos metodológicos aplicados são fundamentais e de suma importância para a organização e direcionamento de um trabalho científico.

Utilizou-se da pesquisa bibliográfica, onde foram realizadas consultas para a elaboração desse trabalho através de pesquisa em livros, internet e documentos publicados.

Foi utilizada a pesquisa descritiva com abordagem quantitativa e coleta de dados, visando descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, assim Gil (2007) complementa “as pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre as variáveis”.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa originaram-se nas informações coletadas nos Balanços Patrimoniais e Demonstrativos de Resultados da empresa Magazine Luiza

S/A, obtidas no site do CVM. Cabe ressaltar que a análise foi realizada seguindo o objetivo proposto, ou seja, foram considerados os anos em que o Brasil passava por uma situação econômica instável.

A partir dos dados obtidos dos Balanços Consolidados foram elaborados quadros para apuração das análises e dos índices.

O Magazine Luiza S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "MGLU3" e atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis, por meio de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico.

Através de suas controladas em conjunto, oferece serviços de operações de empréstimos, financiamentos e seguros aos seus clientes. Sua sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 858 lojas, 10 centros de distribuição localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País e atuava nos sites www.magazineluiza.com.br e www.epocacosmeticos.com.br, de comércio eletrônico.

ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO

Com a Análise Vertical e Horizontal foi possível identificar os percentuais de aumentos e reduções das contas do Balanço Patrimonial dos exercícios analisados.

Ao realizar a análise vertical Figura 1, observa-se que nos anos de 2014, 2015 e 2016 a grande maioria das origens de recursos são provenientes de terceiros, oscilando de 85% em 2014 para 90% em 2016. Já em 2017 ocorre uma redução para 72% nos recursos de terceiros.

Grandes partes dessas origens estão no curto prazo em todos os anos avaliados. No ano de 2017 ocorreu um aumento de 17 pontos percentuais no Patrimônio Líquido por causa de um aumento no Capital Social. Associado a esse aumento no PL, as obrigações com terceiros diminuíram em 5 pontos percentuais no curto prazo e 13 pontos percentuais no longo prazo.

A aplicação dos recursos em todos os anos foram realizadas nas contas de curto prazo, em especial no estoque de mercadorias para revenda que representam em média 26% do Ativo Circulante nos anos avaliados.

Ao analisar as contas de Caixa e Fornecedores, observamos que ao decorrer dos anos ambas tiveram um crescimento linear. Tal fato ocorre devido ao aumento de compras a prazo, assim a empresa mantém mais recursos disponíveis no caixa, e consequentemente aumenta suas obrigações a prazo. E outro fator que também colabora para essas contas patrimoniais aumentarem se dá ao aumento nas vendas, já que com mais receita de vendas entrando no caixa, a empresa está aumentando seus estoques com compras a prazo.

Figura 1 – Análise Vertical do Balanço

ANÁLISE VERTICAL MAGAZINE LUIZA (PERCENTUAL)									
ATIVO					PASSIVO				
CONTAS	2017	2016	2015	2014	CONTAS	2017	2016	2015	2014
I - CIRCULANTE	70,86	64,25	61,08	64,19	I - CIRCULANTE	55,75	60,20	52,25	53,52
1 - DISPONÍVEL	22,54	23,25	20,27	16,32	1 - FORNECEDORES	39,35	38,77	34,43	33,84
2 - CLIENTES	16,73	9,52	7,91	11,69	2 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	5,85	13,74	10,33	11,18
3 - OUTROS CRÉDITOS	5,05	5,31	8,31	8,35	3 - OBRIG. TRIB. E TRABALHISTAS	4,33	3,75	3,35	4,01
4 - ESTOQUE	26,54	26,17	24,59	27,84	4 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	6,22	3,95	4,14	4,50
II - NÃO-CIRCULANTE	29,14	35,75	38,92	35,81					
1 - REALIZÁVEL A L. PRAZO	10,10	13,34	13,79	9,82	II - NÃO-CIRCULANTE	16,30	29,61	37,29	32,21
2 - PERMANENTE	19,04	22,41	25,13	25,98	III - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27,95	10,19	10,46	14,26
TOTAL ATIVO	100	100	100	100	TOTAL PASSIVO	100	100	100	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao efetuar a análise horizontal, pode-se notar que as origens de recurso a curto prazo cresceram ao longo dos anos. As obrigações que mais contribuíram para esse aumento foram as com os fornecedores que cresceram aproximadamente 40% entre 2014 e 2017.

Os empréstimos e financiamentos dos anos de 2014 a 2016 cresceram vertiginosamente. Entretanto, devido a um aumento do Patrimônio Líquido em 2017, metade do valor desses Empréstimos do curto e do longo prazo foram liquidados. Tal liquidação fez com que o Passivo Não Circulante diminuísse 60% em 2017 se comparada a 2016.

Assim, podemos concluir que a empresa no ano de 2017 tem mais recursos próprios para financiar sua atividade, vem quitando suas obrigações e adquirindo mais de seus fornecedores.

Analisando as aplicações de recursos podemos observar que o Ativo Não Circulante em todos os anos se manteve estável. Assim a empresa aplicou a grande maioria dos seus recursos no curto prazo. Esse que por sua vez praticamente dobrou de tamanho entre 2014 e 2017, devido ao aumento de vendas à vista e a prazo da empresa. Podemos comprovar esse aumento de faturamento devido ao fato das contas de Caixa e Equivalentes e Contas a Receber terem dobrado de tamanho nos exercícios analisados

Figura 2 – Análise Horizontal do Balanço

ANÁLISE HORIZONTAL MAGAZINE LUIZA (PERCENTUAL)									
ATIVO					PASSIVO				
CONTAS	2017	2016	2015	2014	CONTAS	2017	2016	2015	2014
I - CIRCULANTE	100,00	74,56	63,92	64,59	I - CIRCULANTE	100,00	88,79	69,51	68,46
1 - DISPONÍVEL	100,00	84,80	66,68	51,62	1 - FORNECEDORES	100,00	81,00	64,88	61,31
2 - CLIENTES	100,00	46,81	35,06	49,81	2 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	100,00	192,96	130,87	136,18
3 - OUTROS CRÉDITOS	100,00	86,45	121,98	117,89	3 - OBRIG. TRIB. E TRABALHISTAS	100,00	71,18	57,47	66,04
4 - ESTOQUE	100,00	81,08	68,71	74,78	4 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	100,00	52,24	49,39	51,63
II - NÃO-CIRCULANTE	100,00	100,87	99,05	87,61					
1 - REALIZÁVEL A L. PRAZO	100,00	108,63	101,27	69,35	II - NÃO-CIRCULANTE	100,00	149,37	169,62	140,89
2 - PERMANENTE	100,00	96,76	97,88	97,30	III - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100,00	29,97	27,76	36,38
TOTAL ATIVO	100	82	74	71	TOTAL PASSIVO	100,00	82,22	74,16	71,30

Fonte: Elaborado pelo autor

ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DA DRE

Ao analisar as Demonstrações de Resultado do Magazine Luiza S/A observamos que com a copa do Mundo de 2014 sediada no Brasil houve um grande volume de vendas no comércio brasileiro, e com o Magazine Luiza não foi diferente. Um investimento menor no marketing associado a crise financeira brasileira fizeram com que a receita de vendas nos dois anos seguintes fossem menores que a registrada no ano da copa. Com uma receita mais tímida e o nível de despesas se aumentando ocorreu um prejuízo no exercício de 2015.

Em 2016 apesar de o faturamento ter aumentado próximo dos níveis de 2014, o Lucro Líquido do exercício foi ligeiramente menor por causa do Resultado Financeiro negativo no ano.

Em 2017 ocorreu um aumento na Receita Líquida de aproximadamente 26% em comparação com 2016. Os custos e despesas também cresceram, mas proporcionalmente menores que a receita, fazendo assim que o Lucro Líquido do Exercício seja o maior de todos os anos analisados.

Figura 3 – Análise Vertical da DRE

DRE MAGAZINE LUIZA - ANÁLISE VERTICAL (PERCENTUAL)				
	2017	2016	2015	2014
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	100	100	100	100
(-) Custos da Atividade	- 70	- 69	- 71	- 72
LUCRO BRUTO	30	31	29	28
(+) Receitas(Despesas) Operacionais com vendas	- 18	- 19	- 19	- 18
Despesas Gerais e Administrativas	- 4	- 5	- 5	- 5
Perdas com Crédito de Liquidação duvidosa	- 0	- 0	- 0	- 0
Depreciação e Amortização	- 1	- 1	- 1	- 1
Resultado de Equivalencia Patrimonial	1	1	1	1
Outras receitas operacionais líquidas	0	0	0	0
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	7	6	4	5
Resultado Financeiro	- 3	- 5	- 5	- 4
LUCRO ANTES CSLL E IRPJ	4	1	2	1
CSLL e IRPJ	- 1	0	1	- 0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3	1	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 4 – Análise Horizontal da DRE

DRE MAGAZINE LUIZA - ANÁLISE HORIZONTAL (PERCENTUAL)				
DRE MAGAZINE LUIZA	2017	2016	2015	2014
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	100	79	75	82
(-) Custos da Atividade	- 100	79	76	85
LUCRO BRUTO	100	81	72	75
(+) Receitas(Despesas) Operacionais com vendas	- 100	84	81	82
Despesas Gerais e Administrativas	- 100	90	86	83
Perdas com Crédito de Liquidação duvidosa	- 100	62	73	54
Depreciação e Amortização	- 100	93	88	80
Resultado de Equivalencia Patrimonial	100	73	88	116
Outras receitas operacionais líquidas	100	37	55	67
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	100	65	38	55
Resultado Financeiro	- 100	123	118	88
LUCRO ANTES CSLL E IRPJ	100	16	31	27
CSLL e IRPJ	- 100	- 11	- 93	2
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	100	22	17	33

Fonte: Elaborado pelo autor

ÍNDICES DE LIQUIDEZ E RENTABILIDADE

Os índices de Liquidez Corrente do Magazine Luiza em todos os anos foram maiores que “1”, indicando que a empresa possuía condições de pagar seus compromissos no curto prazo com seus bens do mesmo prazo.

O Índice de Liquidez Seca mostra que em 2014 a empresa precisava vender 32% do seu estoque para saldar suas dívidas. Esse índice reduziu para 30% em 2015, mas aumentou para 37% em 2016. No ano de 2017 com melhores resultados, o Magazine Luiza precisava vender apenas 20% do estoque para saldar as suas obrigações de curto prazo.

A partir do ano de 2016 o Índice de Liquidez Geral passou a apresentar um resultado significativo, de cada R\$1,00 a pagar, a empresa possuía R\$1,11 em caixa ou a receber. Em 2017 a Liquidez Geral saltou para 1,12

Na Liquidez Imediata, podemos observar que a empresa sempre dispôs de recursos para honrar suas obrigações. Assim em 2014, para cada R\$1,00 de dívida, a empresa possui 30% do valor em caixa para quitar seus compromissos. E em 2015 e 2016 esse valor sobe para 39% aumentando ainda para 40% no ano de 2017.

Figura 5 – Índices de Liquidez

ÍNDICES DE LIQUIDEZ	PRÉ-ANÁLISE	2.017	2.016	2015	2014
Liquidez Corrente	Indica quanto a Empresa possui de AC para cada R\$ 1,00 de passivo circulante. Quanto maior, melhor.	1,27	1,07	1,17	1,20
Liquidez Seca	Indica quanto a Empresa possui de AC líquido para cada R\$ 1,00 de passivo circulante. Quanto maior, melhor.	0,80	0,63	0,70	0,68
Liquidez Geral	Indica quanto a Empresa possui de AC+ RLP para cada R\$ 1,00 de dívida total. Quanto maior, melhor.	1,12	1,11	0,84	0,86
Liquidez Imediata	Indica quanto a Empresa possui em Caixa para cada R\$ 1,00 de dívida total. Quanto maior, melhor.	0,40	0,39	0,39	0,30

Fonte: Elaborado pelo autor

Em 2014, a Margem Líquida teve um índice de 1,31%, em 2015 observa-se que o índice de lucratividade ficou negativo devido a um prejuízo apurado nesse ano, e com um aumento de receita líquida de vendas em 2017 que passou de 9,5 bilhões em 2016 para 11,9 bilhões em 2017, a lucratividade saltou de 0,91% para 3,25%.

Conforme observamos na tabela, não há Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido em 2015 já que o índice ficou negativo em 11%. Em 2016 houve uma retomada de crescimento no índice para 13,93% e aumentou mais 5 pontos em 2017.

Figura 6 – Índices de Rentabilidade

ÍNDICES DE RENTABILIDADE	PRÉ-ANÁLISE	2.017	2.016	2.015	2.014
Rentabilidade do Ativo	Indica quanto a Empresa obtém de superávit para cada R\$ 1,00 de ativo total. Quanto maior, melhor.	5,24%	1,42%	-1,19%	2,43%
Margem Líquida	Indica quanto a Empresa obtém de superávit para cada R\$ 1,00 de receita líquida. Quanto maior, melhor.	3,25%	0,91%	-0,73%	1,31%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Indica quanto a Empresa obtém de superávit para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido, em média no exercício. Quanto maior, melhor.	18,76%	13,93%	-11,40%	17,04%

Fonte: Elaborado pelo autor

ANÁLISES DOS IMPACTOS NOS INDICADORES RELACIONADOS À CRISE ECONÔMICA

Com o aumento das taxas de juros e a diminuição da renda dos consumidores, as vendas do comércio varejista brasileiro despencaram em 2015 e fecharam o ano em queda de 4,3%. O Magazine Luiza sofria com a queda nas vendas, teve um prejuízo no ano e suas ações sofreram uma baixa de 70% em 2015.

Em 2016, depois de um prejuízo de 66 milhões de reais em 2015, o Magazine Luiza teve lucro de 16 milhões de reais no primeiro semestre deste ano. Os resultados ficaram tão acima do esperado que as ações da varejista subiram 410% no ano de 2016, a maior alta da Bovespa. Para essa mudança ocorrer foi necessário se reorganizar e inovar. Em 2016 houve um grande trabalho a fim de reduzir custos, e a empresa decidiu investir no que tem de diferente de seus principais concorrentes: a forte integração entre as lojas de tijolo e as vendas online. Foram realizados investimentos em tecnologia a fim de melhorar o atendimento e reduzir custos.

Em 2017 o resultado dessa mudança no cenário de crise foi ainda melhor, houve 56,2% de crescimento nas vendas online, e um crescimento de 12% nas lojas físicas. As ações do Magazine Luiza acumulam ganhos de mais de 52% na Bolsa, de janeiro a junho de 2017. Os papéis da varejista têm sido negociados por cerca de 120 reais. Com esse desempenho na B3, a companhia alcançou o valor de mercado de 23,40 bilhões de reais. E ao final do exercício foi apurado um lucro líquido de 389 milhões de reais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como finalidade fazer um estudo sobre a situação econômico-financeira analisando as demonstrações contábeis do Magazine Luiza S/A entre os anos de 2014 e 2017.

Os resultados obtidos pela análise a partir dos índices de liquidez mostrou que o Magazine Luiza apresentou bons índices no tocante a capacidade de pagamento de suas obrigações, tanto no curto quanto no longo prazo em todos os anos. Mesmo durante o período de crise a Liquidez Corrente indicava que o Magazine Luiza possuía recursos suficientes no curto prazo para quitar suas obrigações também do curto prazo. O índice que era de 1,20 em 2014 caiu para 1,07 em 2016 e voltou a crescer em 2017 com índice de 1,27.

Em relação aos índices de rentabilidade, pela análise dos indicadores, as variações foram evidentes. Os bons índices em 2014 podem ser observados na Rentabilidade do Ativo de 2,43% e Rentabilidade do PL em 17,04%. Esses índices caíram em 2015 para 1,19% e 11,4% respectivamente. A empresa se recuperou em 2016 com melhoria nos índices, e em 2017 apresentava 5,24% de Rentabilidade do Ativo e 18% de Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

Em 2017 ocorreu um grande aumento no volume de vendas, que culminou numa receita líquida de vendas recorde de quase 12 bilhões de reais. Essa receita associada com gastos controlados fez com que o Magazine Luiza registrasse o maior lucro de todos os anos analisados cerca de 389 milhões de reais.

Conclui-se, portanto, que a empresa apresentou um resultado satisfatório, gerando motivação e empenho para crescer ainda mais nos próximos anos.

Considerando as contribuições deste estudo, sugere-se a aplicação desta pesquisa em outras empresas do mesmo ramo de atividade, fazendo comparações de desempenho entre elas.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura E Análise De Balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 319 p.

BEUREN, Ilse Maria **Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000. 104p.

BRASIL. **Lei n.º 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007/2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Análise de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, José Carlos. **Análise Das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 5. ed. São Paulos: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise Didática Das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014. 252 p.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 6 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura E Análise De Balanços**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 254 p.

SANTOS, Cleonio; BARROS, Sidney Ferro. **Estrutura e análise de balanço**. São Paulo. Thompson IOB, 2005

SILVA, Alessandro. **Balanco Patrimonial Conceito e Importância**. 2012. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/artigos/716/balanco-patrimonialconceito-e-importancia/>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

TÓFOLI, Irso. **Administração Financeira Empresarial: Raízes gráfica e Editora /**
Unisaesiano – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, 2012.

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E DE LONGO PRAZO COMO ALTERNATIVAS DE SEGURANÇA FINANCEIRA PESSOAL FUTURA¹

Bruna de Carvalho Canedo

Graduanda do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: brunadecarvalhocanedo@hotmail.com

Leonardo Braga dos Reis

Orientador. Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: leonardo@unipam.edu.br

RESUMO: No Brasil, principalmente devido às incertezas nas quais vem passando a Previdência Social, tornou-se necessária a busca por alternativas que tragam sustentabilidade financeira futura. Assim, este trabalho se propôs a analisar as principais opções de investimentos pessoais de renda fixa e de longo prazo disponíveis no mercado financeiro. Os resultados, após analisados e comparados, permitiram expor as opções mais rentáveis, apresentando-as como possíveis soluções de suporte financeiro futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Investimentos; Planejamento Financeiro; Renda Fixa.

ABSTRACT: In Brazil mainly due to uncertainty in which social security has been through it became necessary the search for alternative that brings future financial sustainability. This work propose to assess the main options of personal investment of fixed income and of long term available in the financial market. The results after assessed and compared allow us to expose the more profitable options presenting them as possible solutions of future financial support.

KEYWORDS: Investment analysis; Financial planning; Fixed Income.

1 INTRODUÇÃO

A qualidade de vida no mundo globalizado e capitalista de hoje está cada vez mais relacionada à segurança financeira pessoal. Dificuldades nessa área refletem diretamente em outros campos como os da saúde, da educação e do lazer. Por esse motivo, assuntos relativos a planejamento financeiro têm tomado um grande destaque nos veículos de comunicação.

Conforme Grüssner (2017), em se tratando de educação financeira, a situação do Brasil é preocupante quando comparada à de outros países. Além do pouco conhecimento da população a respeito de produtos financeiros, o país vem passando

¹ Trabalho apresentado na área temática III – Planejamento Financeiro Pessoal, do XV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 7 de novembro de 2018.

por uma crise de confiança em relação à Previdência Social, que tem colocado em jogo a garantia de um futuro financeiro digno a quem dela dependa.

Diante deste cenário de grandes incertezas, encontrar saídas como alternativa ou complementação à aposentadoria tornou-se uma necessidade. Foi neste contexto que este trabalho se propôs a verificar a real situação pela qual passa a Previdência Social brasileira e a analisar as opções de investimento financeiro pessoal disponíveis no mercado que possam ser rentáveis a longo prazo, de forma a garantir a segurança financeira futura.

O desenvolvimento desta pesquisa teve como propósito destacar a importância do planejamento das finanças na busca de uma tranquilidade financeira pessoal futura. Isso, aliado à capacidade de poupar e investir os recursos poupados, pode resultar na sonhada sustentabilidade financeira para aqueles que teriam, no futuro, como única fonte de renda, a aposentadoria fornecida pela Previdência Social. É por esse motivo que o assunto é tão atual no contexto nacional e, pela mesma razão, merece ser discutido.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Educação financeira, segundo Hill (2009), é definida como a habilidade humana em fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais no decorrer de suas vidas.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2016), um número crescente de governos em todas as partes do mundo está engajado em desenvolver estratégias de educação financeira, a fim de balizar iniciativas concretas tanto no setor público, quanto na iniciativa privada e na sociedade civil. Dessa forma, o tema vem se destacando na agenda política global por desempenhar papel de destaque no empoderamento financeiro dos cidadãos e, conseqüentemente, com influência positiva na estabilidade da economia e do sistema financeiro.

2.2 CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

A contabilidade financeira auxilia sobremaneira no processo de tomada de decisão e, conforme Gitman (2001), permite a usuários das mais diversas áreas a compreensão de conceitos e procedimentos da área de finanças, cujo objetivo é o controle financeiro.

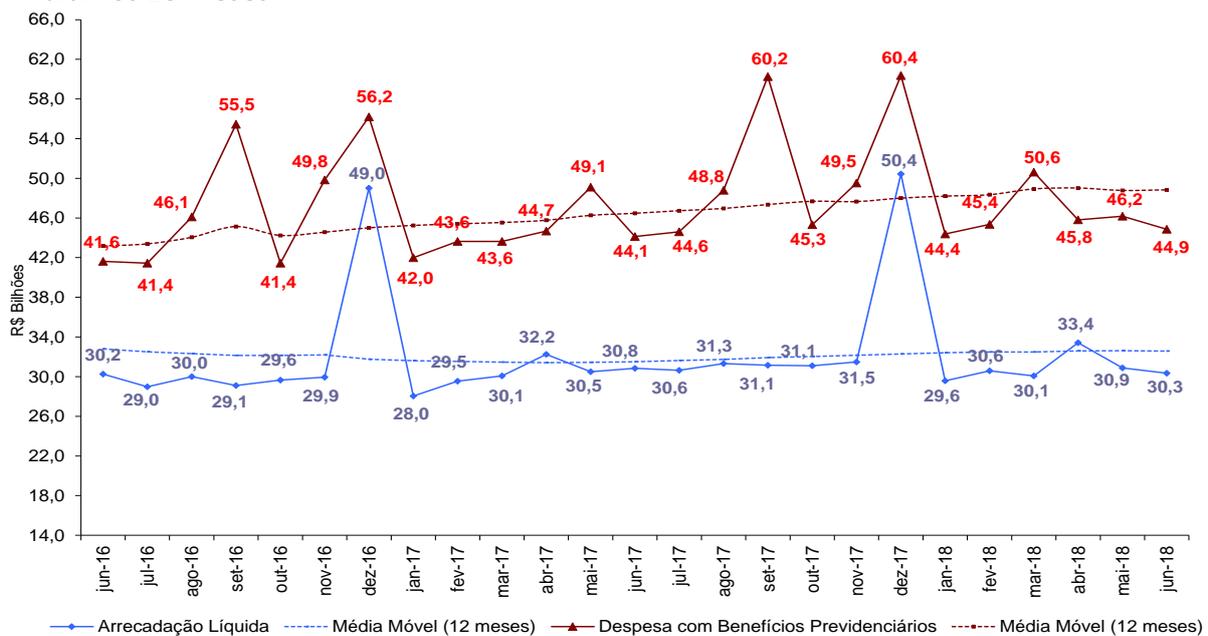
De acordo com a OCDE (2016), o estudo de finanças resulta em uma combinação de consciência, conhecimentos, habilidades e comportamentos indispensáveis para a tomada de decisões financeiras sólidas e para o alcance do bem-estar financeiro pessoal. Macedo Junior (2007, p. 26) contribui ao afirmar que “o planejamento financeiro é o processo de gerenciar seu dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal, permitindo que você controle sua situação financeira para atender necessidades e alcançar objetivos no decorrer da vida”.

2.3 SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Além de ser crucial para o bem-estar pessoal e familiar, a Previdência Social é fundamental para o funcionamento da economia e de toda uma sociedade. No entanto, a questão previdenciária tornou-se uma das grandes preocupações de diversos governos ao redor do mundo, já que os esquemas de financiamento que dão, ou deveriam dar, sustentação financeira e atuarial aos sistemas previdenciários começaram a sucumbir (SCHERMAN, 2000).

No Brasil, a Previdência Social tem apresentado, ano após ano, resultados deficitários. Como pode ser verificado no gráfico 01, os dois últimos anos apresentaram despesas maiores que as receitas, o que resultou em um déficit recorde nas contas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Ainda analisando o gráfico 01, é possível notar um déficit acumulado dos últimos 12 meses (julho de 2017 a junho de 2018) superior a R\$ 195 bilhões.

Gráfico 01 - Arrecadação Líquida e Despesa com Benefícios Previdenciários, nos últimos 25 meses



Fonte: Fluxo de Caixa INSS; DATAPREV.

É indiscutível que as alterações demográficas que vêm ocorrendo no Brasil influenciam na entrada de receita na conta da previdência, já que conduzem a um crescimento desproporcional de beneficiários inativos em face dos contribuintes da ativa. (SILVA, 2004). No entanto, como afirmam Souza e Reis (2003) apud Sousa (2016), parte deste desfalque advém da gestão ineficiente e do elevado número de fraudes e desvios de recursos. Além do mais, como afirma a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP (2017), a necessidade de financiamento da Previdência Social sofre influência do ambiente internacional, da evolução da estrutura de produção interna e das opções de política macroeconômica de cada governo.

Não bastasse todos os fatores já citados, que influenciam diretamente no resultado do RGPS, os beneficiários da aposentadoria pública, na esmagadora maioria dos casos, recebem uma renda inferior ao salário de quando estavam na ativa (SCHOSSLER e CONTO, 2015).

Atualmente, o valor do teto previdenciário é de R\$ 5.645,80. Porém, principalmente devido à aplicação do fator previdenciário, quase ninguém atinge esse valor. O cálculo leva em consideração o tempo de contribuição, a idade e a expectativa de vida, tendo como principal objetivo desestimular aposentadorias precoces e diminuir o valor do benefício. A redução pode chegar a 30% para quem decide se aposentar mais cedo, como informa Gonçalves e Ribeiro (2017).

2.4 ASPECTOS RELEVANTES PARA ESCOLHA DO INVESTIMENTO

Ao decidir investir, é importante considerar por quanto tempo os recursos poderão ser aplicados. Como afirma Mocelin (2011), é necessário pensar principalmente na necessidade e na urgência do resgate do valor. No caso específico deste trabalho, serão considerados períodos de longo prazo, já que o propósito é garantir a sustentabilidade financeira futura.

Segundo o Banco Central do Brasil (2013), os investimentos podem ser de renda fixa e/ou renda variável. Neste caso, serão abordadas apenas opções de renda fixa, já que estas definem, no momento da aplicação, a remuneração futura. Este tipo de aplicação paga, em prazos definidos, a remuneração correspondente a determinada taxa de juros, que pode ser estipulada no momento da aplicação (prefixada) ou calculada no resgate (pós-fixada).

Sendo assim, neste trabalho serão abordadas apenas opções de investimento de renda fixa aplicadas a períodos de longo prazo, a saber: caderneta de poupança, títulos privados (CDB e LCI), títulos públicos e previdência privada.

3 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica/ webliográfica, através da revisão de textos publicados anteriormente e de sites, principalmente os governamentais e de instituições financeiras.

Em relação ao tipo, esta pesquisa é descritiva, já que buscou compreender os fenômenos investigados no decorrer dos estudos. Para Gil (2008), a pesquisa descritiva objetiva descrever as características de certa população ou fenômeno, ou ainda estabelecer relações entre as variáveis.

Quanto à abordagem, a pesquisa é quali-quantitativa. Segundo Matias Pereira (2016), o método quantitativo utiliza-se da quantificação nas modalidades de coleta e tratamento das informações obtidas. Já no método qualitativo, as informações não podem ser mensuradas e os dados são analisados de maneira indutiva. Deste modo, a abordagem qualitativa permitiu discorrer sobre as características de cada opção de investimento, enquanto que a quantitativa foi capaz de fornecer resultados numéricos comparativos a partir de simulações.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DAS PRINCIPAIS OPÇÕES DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA BRASILEIRAS DISPONÍVEIS

O mercado financeiro brasileiro oferece, atualmente, um número considerável de alternativas de investimento. Antes da escolha final, é indicado um processo de planejamento, incluindo levantamento e análise da realidade financeira individual. Para Grüssner (2017), após verificado como organizar e planejar os recursos e definido o equilíbrio entre renda, consumo e poupança, parte-se para as decisões de investimento.

A seguir, é apresentada a tabela 01, contendo as principais opções de investimento de renda fixa para pessoa física e suas principais características.

Tabela 01 - Vantagens e desvantagens das principais alternativas de investimento

APLICAÇÃO	VANTAGENS/ DESVANTAGENS
CADERNETA DE POUPANÇA	VANTAGENS: - Garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito); - Fácil aplicação; - Alta liquidez; - Isenta de IR (imposto de renda), IOF (imposto sobre operações financeiras) e taxas administrativas; - Sem limites máximo e mínimo para aplicação.
	DESVANTAGENS: - Rendimento baixo em relação a outras alternativas; - Rendimento acontece somente no dia do aniversário da aplicação (30 dias).
CDB (CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO)	VANTAGENS: - Garantia do FGC; - Geralmente possui taxas melhores do que a poupança; - Possibilidade de negociar taxas de remuneração.
	DESVANTAGENS: - Dependendo do produto, a liquidez acontece só no vencimento; - Incidência de IR em função do prazo e, em geral, cobra taxas administrativas; - Investimento inicial costuma ser alto.
LCI (LETRA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO)	VANTAGENS: - Garantia do FGC; - Isenta de IR e IOF.
	DESVANTAGENS: - Geralmente requerem quantias bem mais elevadas de dinheiro; - Liquidez acontece geralmente no vencimento ou possuem prazo de carência.
TESOURO PREFIXADO	VANTAGENS: - Garantia do Tesouro Nacional; - Liquidez diária (marcação a mercado); - Rentabilidade conhecida no momento da contratação.
	DESVANTAGENS: - Não protege dos riscos da inflação; - Incidência de IR em função do prazo.
TESOURO SELIC	VANTAGENS: - Garantia do Tesouro Nacional; - Liquidez diária (marcação de mercado).
	DESVANTAGENS: - Incidência de IR em função do prazo.

Continua...

Conclusão...

TESOURO IPCA	VANTAGENS: - Garantia do Tesouro Nacional; - Liquidez diária (marcação de mercado); - Oferece rentabilidade real, adicionada à inflação.
	DESVANTAGENS: - Incidência de IR em função do prazo.
PREVIDÊNCIA PRIVADA	VANTAGENS: - Garantida e fiscalizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); - Opções variadas de resgate; - Possibilidade de migrar o plano para outras empresas; - Possibilidade de redução da alíquota do IR ou deduções.
	DESVANTAGENS: - Taxas de administração muito altas e incidência de IR em função do prazo.

Fonte: Adaptado de Grüssner (2017); Sousa (2016) e Tesouro Nacional (2018).

Conforme pode ser verificado nas informações contidas na tabela 01, cada alternativa apresenta vantagens e desvantagens específicas. De acordo com Mocelin (2011), no momento da escolha, o investidor deve considerar diversos pontos, como suas características pessoais, a relação risco versus retorno, o horizonte de investimento adequado e a liquidez da aplicação.

4.2 SIMULAÇÕES DE CÁLCULOS DAS ALTERNATIVAS DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA A LONGO PRAZO

A metodologia a ser utilizada em cada uma das opções será a mesma, respeitada a igualdade de condições, permitindo realizar uma comparação igualitária. Serão considerados depósitos mensais de R\$100,00 e três períodos de duração do plano, sendo 20, 30 e 40 anos.

Vale destacar que, embora os aportes mensais estejam fixados em R\$ 100,00, os cálculos valem para qualquer valor, cabendo a cada investidor analisar suas reais condições no momento da escolha. Deste modo, os rendimentos são proporcionais aos aportes mensais. Considerou-se também a existência de produtos semelhantes em datas futuras, até que se atinjam os prazos estipulados.

Visando ainda manter a capacidade de comparação entre os valores apresentados, no caso do CDB e da LCI, cujo valor de investimento é de no mínimo de R\$ 500,00, serão considerados aportes realizados a cada 5 meses, mantendo a proporção de R\$ 100,00 mensais.

Em cada simulação, será analisada a porcentagem de retorno com base no investimento total. Também será calculado qual seria o retorno mensal sobre o montante final, supondo que se opte por realocar o capital na caderneta de poupança após findado o prazo escolhido.

4.2.1 Caderneta de Poupança

A caderneta de poupança é a aplicação mais tradicional no Brasil, não havendo incidência de IR sobre os rendimentos, nem cobrança de taxas administrativas. Para os

cálculos, foi considerado o rendimento acumulado da poupança dos últimos 12 meses de 4,93%.

Como pode ser verificado na tabela 02, a poupança renderia a longo prazo, entre 67,78 e 203,51%. Analisando a linha de aportes mensais com prazo de 40 anos, se o montante líquido for mantido na caderneta e nas mesmas condições atuais, haverá um rendimento de R\$ 585,36 no primeiro mês subsequente (quase 6 vezes o valor dos aportes mensais).

Tabela 02 - Simulação Caderneta de Poupança

Prazo (anos)	Aporte Mensal (R\$)	Taxa de Juros a.a. (%)	IR (%)	Taxas Adm. (%)	Montante Final (R\$)	Rendimento Bruto (R\$)	Rendimento Líquido (R\$)	Rendimento Líquido (%)
20	100,00	4,93	0	0	40.267,30	16.267,30	16.267,30	67,78
30	100,00	4,93	0	0	80.533,61	44.533,61	44.533,61	123,70
40	100,00	4,93	0	0	145.684,70	97.684,70	97.684,70	203,51

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

4.2.2 Certificado de Depósito Bancário (CDB)

Os CDBs são títulos privados emitidos por bancos fim captar recursos para financiamento de suas atividades. Para os cálculos, foi considerado o CDB oferecido atualmente pelo Banco do Brasil, tendo em vista que a instituição possui uma boa classificação de risco.

Como pode ser verificado na tabela 03, tal investimento renderia a longo prazo, entre 70,99 e 234,39%. Analisando a linha de aportes mensais com prazo de 40 anos, se o montante líquido for transferido para a poupança e nas mesmas condições atuais, haverá um rendimento de R\$ 644,92 no primeiro mês subsequente (mais de 6 vezes o valor dos aportes mensais).

Tabela 03 - Simulação CDB

Prazo (anos)	Aporte (R\$)	Taxa de Juros a.a. (%)	IR (%)	Taxas Adm. (%)	Montante Final (R\$)	Rendimento Bruto (R\$)	Rendimento Líquido (R\$)	Rendimento Líquido (%)
20	500	6,78	15	0	44.043,30	20.043,30	17.036,80	70,99
30	500	6,78	15	0	93.429,31	57.429,31	48.814,91	135,60
40	500	6,78	15	0	180.361,64	132.361,64	112.507,39	234,39

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

4.2.3 Letras de Crédito Imobiliário (LCI)

As LCIs são títulos de crédito com o objetivo de obter recursos para financiar o setor imobiliário e, assim como a caderneta de poupança, seus rendimentos são livres de IR. Para os cálculos, considerou-se os rendimentos de LCI indicados pelo Tesouro Direto, sendo 5,78% líquidos ao ano.

Como pode ser verificado na tabela 04, tal aplicação renderia a longo prazo, entre 82,63 e 272,24%. Analisando a linha com prazo de 40 anos, se o montante for transferido para a poupança e nas mesmas condições atuais, haverá um rendimento

de R\$ 724,70 no primeiro mês subsequente (mais de 7 vezes o valor dos aportes mensais).

Tabela 04 - Simulação LCI

Prazo (anos)	Aporte (R\$)	Taxa de Juros a.a. (%)	IR (%)	Taxas Adm. (%)	Montante Final (R\$)	Rendimento Bruto (R\$)	Rendimento Líquido (R\$)	Rendimento Líquido (%)
20	500	5,78	0	0	43.830,00	19.830,00	19.830,00	82,63
30	500	5,78	0	0	92.793,79	56.793,79	56.793,79	157,76
40	500	5,78	0	0	178.677,46	130.677,46	130.677,46	272,24

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

4.2.4 Tesouro Prefixado

O Tesouro Prefixado é uma das modalidades de título público ofertado pelo Governo Federal, cuja rentabilidade é determinada no momento da compra. Em todos os investimentos em títulos do Tesouro Direto, além da incidência de IR sobre o rendimento, há uma cobrança semestral de 0,3% sobre o valor investido, chamada de taxa de custódia da B3. Para os cálculos, foi considerado o rendimento atual do título “Tesouro Prefixado 2025”, ofertado pelo Tesouro Nacional com promessa de retorno bruto de 11,61% ao ano.

Como pode ser observado na tabela 05, tal aplicação renderia a longo prazo, entre 175,18 e 955,72%. Analisando a linha de aportes com prazo de 40 anos, se o montante líquido for transferido para a poupança e nas mesmas condições atuais, haverá um rendimento de R\$ 2.029,53 no primeiro mês subsequente (mais de 20 vezes o valor dos aportes mensais).

Tabela 05 - Simulação Tesouro Prefixado

Prazo (anos)	Aporte Mensal (R\$)	Taxa de Juros a.a. (%)	IR (%)	Taxas Adm. (%)	Montante Final (R\$)	Rendimento Bruto (R\$)	Rendimento Líquido (R\$)	Rendimento Líquido (%)
20	100	11,61	15	0,3	74.352,24	50.352,24	42.043,40	175,18
30	100	11,61	15	0,3	216.466,18	180.466,18	150.696,25	418,60
40	100	11,61	15	0,3	593.631,65	545.631,65	458.746,90	955,72

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

4.2.5 Tesouro IPCA

Assim como o Tesouro Prefixado, o Tesouro IPCA também é uma modalidade de título público. No entanto, seu valor é corrigido por um indexador definido que, neste caso, é o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Para os cálculos, foi considerado o rendimento atual do título “Tesouro IPCA+2035”, ofertado pelo Tesouro Nacional com promessa de rendimento bruto mínimo de 5,86% ao ano, mais a inflação. Foi utilizada a média do IPCA dos últimos 19 meses.

Como pode ser verificado na tabela 06, o tesouro IPCA renderia a longo prazo, entre 135,72 e 546,12%. Analisando a linha de aportes mensais com prazo de 40 anos, se o montante líquido for transferido para a poupança e nas mesmas condições atuais,

haverá um rendimento de R\$ 1.242,35 no primeiro mês subsequente (mais de 12 vezes o valor dos aportes mensais).

Tabela 06 - Simulação Tesouro IPCA

Prazo (anos)	Aporte Mensal (R\$)	Taxa de Juros a.a. (%)	IR (%)	Taxas Adm (%)	Montante Final (R\$)	Rendimento Bruto (R\$)	Rendimento Líquido (R\$)	Rendimento Líquido (%)
20	100	9,25	15	0,3	63.210,17	39.210,17	32.572,65	135,72
30	100	9,25	15	0,3	155.295,84	119.295,84	98.701,47	274,17
40	100	9,25	15	0,3	362.329,27	314.329,27	262.139,88	546,12

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

4.2.6 Tesouro Selic

A terceira e última modalidade de título público é o Tesouro Selic, cujo rendimento é somado à taxa de juros da economia, a Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Para os cálculos, foi considerado o rendimento atual do título “Tesouro Selic 2023”, cuja promessa é um retorno bruto mínimo de 0,01% ao ano, além do valor da taxa Selic. A fim de definir o valor da taxa Selic para esta simulação, foi feita a média do indicador nos últimos 20 meses, na qual foi obtido 8,8% ao ano.

Como pode ser verificado na tabela 07, o tesouro Selic renderia a longo prazo, entre 105,74 e 422,31%. Analisando a linha de aportes mensais com prazo de 40 anos, se o montante líquido for transferido para a poupança e nas mesmas condições atuais, haverá um rendimento de R\$ 1.004,41 (10 vezes o valor dos aportes mensais).

Tabela 07 - Simulação Tesouro Selic

Prazo (anos)	Aporte Mensal (R\$)	Taxa de Juros a.a. (%)	IR (%)	Taxas Adm (%)	Montante Final (R\$)	Rendimento Bruto (R\$)	Rendimento Líquido (R\$)	Rendimento Líquido (%)
20	100	8,81	15	0,3	54.744,61	30.744,61	25.376,92	105,74
30	100	8,81	15	0,3	131.716,69	95.716,69	78.659,18	218,50
40	100	8,81	15	0,3	292.413,12	244.413,12	202.711,15	422,31

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

4.2.7 Previdência Privada

A Previdência Privada é um fundo de investimentos administrado por bancos e/ou seguradoras. Além da incidência de IR sobre os rendimentos, há também cobrança de taxas administrativas e, em algumas instituições, taxas de carregamento e de saída. Para os cálculos, foram consideradas as informações repassadas pela assessoria de investimentos do Banco do Brasil. De acordo com a assessoria, o produto ideal para o perfil traçado neste trabalho seria o VGBL, cujo IR só incide sobre os rendimentos (neste caso, a alíquota seria de 10% na data do resgate). Conforme o simulador da BrasilPrev, o investimento renderia, nas condições atuais, uma média de 6 a 7% bruto ao ano.

Como pode ser verificado na tabela 08, tal investimento renderia, a longo prazo, entre 99,57 e 369,18%. Analisando a linha de aportes mensais com prazo de 40

anos, se o montante líquido for transferido para a poupança e nas mesmas condições atuais, haverá um rendimento de R\$ 904,89 no primeiro mês subsequente (9 vezes o valor dos aportes mensais).

Tabela 08 - Simulação Previdência Privada

Prazo (anos)	Aporte Mensal (R\$)	Taxa de Juros a.a. (%)	IR (%)	Taxas Adm (%)	Montante Final (R\$)	Rendimento Bruto (R\$)	Rendimento Líquido (R\$)	Rendimento Líquido (%)
20	100	7	10	0,5	50.552,42	26.552,42	23.897,18	99,57
30	100	7	10	0,5	116.193,78	80.193,78	72.174,40	200,48
40	100	7	10	0,5	244.898,52	196.898,52	177.208,67	369,18

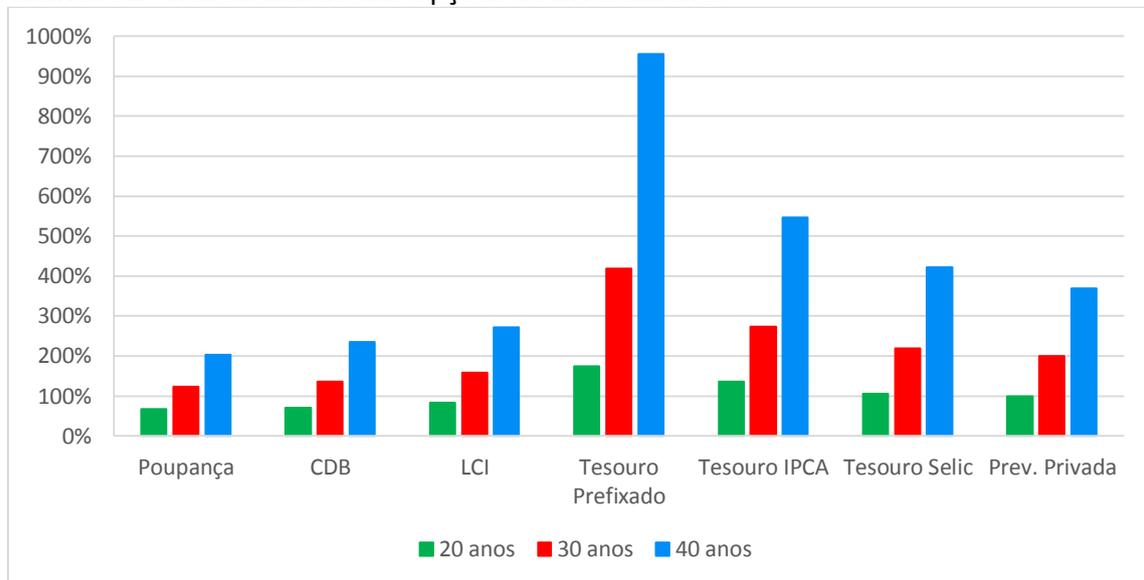
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DOS PRODUTOS

Após realizadas as simulações, tornou-se possível analisar, de maneira quantitativa, qual opção de investimento de renda fixa que traria maior retorno financeiro a longo prazo ao investidor.

Conforme o gráfico 02, dentre as sete opções analisadas, a que geraria maior retorno ao investidor seria o Tesouro Prefixado (de 175,18 a 955,72% sobre o valor total investido). Isto indica que, após 40 anos, o retorno mensal dessa aplicação seria mais de 20 vezes o valor dos aportes mensais. Ou seja, em 02 anos, o investidor teria de volta todo o valor investido.

Gráfico 02 - Rentabilidade das Opções de Investimento



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Tais resultados foram alcançados através de cálculos matemáticos utilizando juros compostos e dados oficiais atuais e estatísticos de cada investimento. No entanto, há outros fatores a se considerar. Em decorrência de questões econômicas, o montante futuro como é visto hoje, provavelmente não será tão atrativo daqui a

décadas. Isso se deve ao poder corrosivo da inflação e, para assegurar o poder de compra do investidor, outra opção de investimento poderia se mostrar melhor. É o caso do Tesouro IPCA que, além de também ter mostrado uma ótima rentabilidade (135,72 a 546,12%), tem o diferencial de prometer uma rentabilidade líquida além da inflação. Neste caso, o retorno mensal seria de 12 vezes o valor dos aportes e, dessa forma, em pouco mais de 3 anos, o investidor teria de volta o total do valor investido.

É importante frisar que tais simulações consideraram projeções de mercado, podendo, ou não, serem verificadas na prática. Os cálculos foram exemplificativos e, conforme também informam as assessorias de investimentos em geral, rentabilidade passada não é sinônimo de garantia de rentabilidade futura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do atual momento de desconfianças pelo qual passa a Previdência Social brasileira, é inquestionável a necessidade urgente de se encontrar alternativas com vistas a suprir as incertezas financeiras futuras. Foi devido a este cenário que se propôs a realização deste trabalho, no qual foram realizados levantamentos sobre as principais opções de investimento disponíveis no mercado financeiro brasileiro que, a longo prazo, poderiam garantir de forma segura, retornos financeiros como substituição/complementação à aposentadoria pública.

Tal proposta foi cumprida e, diante dos resultados obtidos, conclui-se que é possível sim planejar as finanças pessoais de modo a garantir a sustentabilidade financeira no futuro através de recursos próprios. Dentre as alternativas de renda fixa apontadas, foi verificado que os títulos públicos apresentam, atualmente, o menor risco e o maior retorno líquido em comparação às demais alternativas. Se de um lado tem-se o Tesouro Prefixado que, percentualmente, ofereceu a melhor rentabilidade, na sequência tem-se o Tesouro IPCA que, apesar de menos rentável que a primeira opção, garante o poder de compra do investidor a longo prazo.

Cabe ressaltar que os resultados encontrados a partir das simulações podem não ser verificados na prática. Devido ao fato destes cálculos envolverem estimativas e indicadores econômicos, a realidade de hoje muito provavelmente não será a mesma de amanhã, ainda mais se tratando de investimentos de longo prazo. Logo, convém salientar que o mais indicado é diversificar a carteira de investimento entre as duas ou três melhores opções verificadas.

Acredita-se que as informações obtidas a partir desta pesquisa sejam de extrema relevância, já que o campo das finanças pessoais é vasto e se comunica com todos os demais aspectos da vida do ser humano. Essa afirmação é facilmente comprovada ao se observar a influência e o impacto que as finanças provocam na saúde, na educação, nos relacionamentos e na vida profissional de cada um.

Torna-se imperioso informar ainda que, a partir da realização desta pesquisa, percebeu-se que o Brasil é um país que, infelizmente, pouco investe em Educação Financeira. Esta constatação aponta para a necessidade urgente da conscientização dos governos e de demais instituições para que o assunto finanças pessoais seja incluído como componente curricular obrigatório no ensino regular e superior.

REFERÊNCIAS

ANFIP. **Gestão**: a reforma necessária para a Previdência Social. 2017. Disponível em: <https://www.anfip.org.br/noticia.php?id_noticia=21865>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BANCO DO BRASIL S.A. **Conheça todas as opções de investimento**. Disponível em: <http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/investimentos/todas-as-opcoes-de-investimentos#>. Acesso em: 01 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. **Entenda cada título no detalhe**. Disponível em: <<http://www.tesouro.gov.br/web/stn/tesouro-direto-entenda-cada-titulo-no-detalhe>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

BRASIL. Banco Central do Brasil (BACEN). **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais**. 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno-cidadania-financeira.pdf>>. Acesso em 03 abr. 2018.

DATAPREV. Disponível em: <<https://portal.dataprev.gov.br/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. Essencial: 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GONÇALVES, Daniela Theodoro; RIBEIRO, Fabiano Martins. **O impacto do fator previdenciário na renda do aposentado**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano 02, v. I, abril de 2017.

GRÜSSNER, Paula Medagli. **Administrando as finanças pessoais para criação de patrimônio**. 102 p. Escola de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

HILL, N. **Quem pensa enriquece**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2009.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro**: guia para cultivar a sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MATIAS PEREIRA, José. **Manual de metodologia da Pesquisa Científica**. 4. ed. Atlas, 2016.

MATIJASCIC, Milko. **Desafios do desenvolvimento brasileiro**. IPEA, Brasília, 2011.

MOCELIN, Carlos Antônio. **Análise de investimentos financeiros para clientes**

bancários pessoas físicas. 50 p. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração. Porto Alegre, 2011.

OCDE. **International Survey of Adult Financial Literacy Competencies.** 2016. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/oecd-infe-survey-adult-financial-literacy-competencies.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

SCHERMAN, K. G. Introdução. In: THOMPSON, Lawrence. **Mais velha e mais sábia: a economia dos sistemas previdenciários.** Tradução de Celso Barroso leite. Brasília: MPAS, 2000. (Coleção Previdência Social. Série Traduções, v. 4).

SCHOSSLER, Camila Mirele; CONTO, Samuel Martim de. **Previdência Privada Aberta: um estudo sobre o produto no mercado de investimentos.** Publicado em Revista Destaques Acadêmicos, v. 7, n. 1, 2015. CGO/UNIVATES.

SILVA, Ademir Alves da. **A reforma da Previdência Social Brasileira: entre o direito social e o mercado.** São Paulo em Perspectiva, 2004.

SOUSA, Luana Borges de. **Avaliação da eficiência dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) a partir da metodologia DEA.** 23 p. Universidade Federal do Tocantins. Palmas – TO, 2016.

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA NA PRODUÇÃO DE CAFÉ: ESTUDO COMPARATIVO COMO PROPRIETÁRIO E COMO ARRENDATÁRIO NA FAZENDA FRADIQUES¹

Gisele Lima Carneiro

Graduanda do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: giselelimac@outlook.com

Jarim Marciano Ferreira

Orientador do trabalho. Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: jarim@unipam.edu.br

RESUMO: O presente trabalho fez um estudo sobre o agronegócio da produção cafeeira. O objetivo geral foi analisar a viabilidade econômica da produção de café nas modalidades como proprietário e como arrendatário. A metodologia adotada foi pesquisa bibliográfica, e coleta de dados documental. Os resultados na safra 2017/2018, como proprietário apontaram margem líquida de 45,37%, como arrendatário apresentou margem de líquida de 18,25%. Conclui-se que as duas modalidades foram viáveis economicamente.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio; Análise econômica; Proprietário; Arrendatário.

ABSTRACT: The present work made a study on the agribusiness of coffee production. The general objective was to analyze the economic viability of coffee production in terms of owner and tenant. The methodology adopted was bibliographic research, and documentary data collection. The results in the 2017/2018 harvest, as owner indicated net margin of 45.37%, as lessee had a net margin of 18.25%. It is concluded that the two modalities were economically feasible.

KEYWORDS: Agribusiness; Economic Analysis; Owner; Tenant.

INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma considerável aliada na tomada de decisões e é indispensável na administração moderna e na gestão de negócios. Portanto, a gestão das empresas, ou mesmo do patrimônio da pessoa física, deve levar em consideração os dados fornecidos pela contabilidade no momento da decisão (RODRIGUES et al., 2011).

Para Ribeiro (2013, p. 2) “A contabilidade tem como objetivo principal controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações. Portanto ela é classificada como uma ciência social cujo objeto é o patrimônio das entidades econômico-administrativas”.

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do XV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 8/11/2018.

Nos últimos anos, aconteceu no Brasil uma grande industrialização, causando aumento da população das cidades e redução da população rural. Mesmo assim, a agricultura continua desempenhando papel fundamental no desenvolvimento do país. Os principais produtos de exportação são todos oriundos da agricultura, ou seja, o café, o açúcar e a soja (CREPALDI, 2016).

O agronegócio gira em torno da produção agropecuária, que envolve a produção animal, as lavouras permanentes e temporárias, a horticultura, a silvicultura, a floricultura e a extração vegetal. Sem estas produções não haveria agronegócio. Contudo, não se pode analisar a atividade do ponto de vista econômico sem analisar os demais elos das cadeias produtivas envolvidas (REZENDE, 2017).

Considerando a necessidade de informações objetivas sobre os resultados financeiros e econômicos, sobre o processo produtivo do café e sua viabilidade, foi proposto o tema desta pesquisa, pretendendo preencher uma lacuna na área de contabilidade gerencial do agronegócio.

O estudo objetivou analisar a viabilidade econômica da produção de café nas safras de 2016/2017 e 2017/2018, como proprietário e como arrendatário, fazendo comparações de resultados nas duas modalidades.

Para obtenção dos resultados foi realizado o inventário patrimonial, levantamento dos custos de produção e despesas de administração, demonstração do resultado e finalmente análise da viabilidade econômica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade gerencial tem a responsabilidade de auxiliar e fornecer informações de formas claras e objetivas para os administradores das empresas auxiliando-os na melhor tomada de decisão.

A contabilidade gerencial é direcionada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, por meio de um controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial. Condiz ao somatório das informações demandadas pela administração da empresa com o propósito de subsidiar o processo decisório, mas sem desvalorizar os métodos utilizados pela contabilidade societária (CREPALDI e CREPALDI, 2017).

2.2 ANÁLISE DE CUSTO/ VOLUME/LUCRO

Segundo Pinto et al. (2008) o aprendizado das relações entre receitas, custos fixos e variáveis, despesas fixas e variáveis e resultado é chamado análise de custos-volume-lucro. Essa análise possibilita uma ampla visão econômica do processo de planejamento, examinando o comportamento das receitas totais, dos custos totais e do lucro à medida que acontece uma mudança no nível de atividade, no preço de venda ou nos custos fixos.

2.3 FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA PELO MARK-UP

Para se chegar ao preço, muitas vezes pode-se empregar o *mark-up*, do inglês marca acima, índice que, colocado sobre os gastos de determinado bem ou serviço, permite a obtenção do preço de venda. O *mark-up* pode ser empregado de diferentes formas: sobre o custo variável; sobre os gastos variáveis e sobre os gastos integrais (BRUNI e FAMÁ, 2011).

Segundo Crepaldi (2010, p. 360) *Mark-up* é o valor acrescentado ao custo de um produto para determinar o preço de venda final. Em valores percentuais, é a seguinte forma de cálculo do *mark-up*.

$$\text{PERCENTUAL DE MARK - UP} = \frac{(1 - \text{CUSTO})}{\text{PREÇO DE VENDA}} \times 100$$

2.4 PONTO DE EQUILÍBRIO

Para Ribeiro (2015, p. 474) “ponto de equilíbrio (em inglês, break-even point) é o estágio alcançado pela empresa no momento em que as receitas totais se igualam aos custos e despesas totais”.

Ponto de equilíbrio é o valor ou a quantidade que a empresa precisa vender para cobrir os gastos, de maneira geral. Significa a receita bruta com vendas essencial, para que a empresa consiga suprir, os seus custos e despesas variáveis, bem como os seus custos e despesas fixas, que podem ser calculados em moeda ou em quantidades (ALVES, 2013).

$$\text{PONTO DE EQUILÍBRIO} = \frac{\text{CUSTOS FIXOS} + \text{DESPESAS FIXAS}}{\text{MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO UNITÁRIA}}$$

2.5 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

A diferença entre o preço de venda e a soma das despesas e custos variáveis de um produto ou serviço é denominada de margem de contribuição. A margem de contribuição é o ganho que a empresa consegue em cada produto, deduzidos aqueles gastos inerentes a cada um. A lucratividade obtida por cada produto é que vai formar o resultado total da empresa (ALVES, 2013).

Segundo Wernke (2005) a expressão “Margem de Contribuição” designa o valor

resultante da venda de uma unidade após serem retirados, do preço de venda os custos e despesas variáveis (como matérias-primas, tributos incidentes sobre a venda e comissão dos vendedores) incorporados ao produto comercializado. A Margem de Contribuição pode ser conceituada como o valor (em \$) que cada unidade comercializada contribui para pagar os gastos fixos mensais da empresa e gerar o lucro do período.

$$\text{MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO} = \text{PREÇO DE VENDA} - (\text{CUSTOS VARIÁVEIS} + \text{DESPESAS VARIÁVEIS})$$

2.6 RETORNO DO INVESTIMENTO (ROI)

Crepaldi (2010, p. 361) “É um índice de avaliação financeira que indica a rentabilidade obtida por unidade monetária de investimento. Geralmente, utiliza-se o lucro líquido como indicador, entretanto, para simplificar os cálculos, utilizar-se-á receita de venda”.

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Operacional} \times 100}{\text{Investimento}}$$

Para Padoveze (2007), este critério compara o lucro obtido pela divisão com os ativos utilizados pela divisão. O percentual alcançado é o retorno do investimento. Em uma análise de rentabilidade setorial, precisamos considerar, apenas os dados específicos de cada divisão; os de caráter genérico como os itens financeiros, não-operacionais ou impostos, os ativos de uso geral devem ser vistos apenas para o total da empresa.

2.7 PAYBACK (PRAZO DE PAGAMENTO)

Segundo Garrison et al. (2013) o período de *payback* é o tempo que um plano leva para reaver seu custo inicial com as entradas de caixa líquidas que gera, as vezes é chamado de “o tempo que leva para um investimento se pagar”. O argumento básico do método do *payback* é que quanto mais rápido o custo de um investimento puder ser recuperado, mais desejável será o investimento. O período de *payback* é expresso em anos.

$$\text{Payback} = 100\% / \text{ROI (retorno do investimento)}$$

2.8 CONTABILIDADE DE CUSTOS

A Contabilidade de Custos é uma técnica aplicada para identificar, mensurar e informar os custos dos produtos e/ou serviços. Tem missão de constituir informações precisas e rápidas para a administração, para a tomada de decisão. É apontada para a análise de gastos da entidade no decorrer de suas operações. Planeja, classifica, aloca, acumula, organiza, registra, analisa, interpreta e relata os custos dos produtos

fabricados e vendidos. Uma organização deve ter uma Contabilidade de Custos bem estruturada para acompanhar e atingir seus objetivos em um mercado dinâmico e globalizado (CREPALDI e CREPALDI, 2018).

2.9 CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS

2.9.1 Custo fixo

Os custos fixos são os custos cujo total não varia equivalente ao volume produzido. Por exemplo: aluguel, seguro fábrica etc. Um aspecto significativo é que os custos são fixos dentro de uma estabelecida faixa de produção e não são sempre fixos, podendo variar em função de grandes oscilações no volume de produto (CREPALDI, 2010).

Martins e Rocha (2015, p. 21) definem “Custos fixos são aqueles cujo montante não é afetado pelo volume, dentro de determinado intervalo do nível de atividade”.

2.9.2 Custos Variáveis

Quando um custo tem uma ligação direta e proporcional com o volume de produção, de venda ou de outra atividade, esse custo é denominado custo variável. Quando a associação com o parâmetro quantitativo não for proporcionalmente exata, e apenas parcela do gasto se altera em função do parâmetro quantitativo, esses gastos são denominados de custo semivariável ou semifixos. Os exemplos clássicos de custos variáveis são materiais diretos e comissões sobre vendas (PADOVEZE, 2007).

Segundo Martins e Rocha (2015, p. 25) os “Custos Variáveis são aqueles cujo montante é afetado de maneira direta pelo volume, dentro de determinado intervalo do nível de atividade”.

2.10 AGRONEGÓCIO DO CAFÉ

O *site* do Clube do café (2018) assegura que o café é uma planta originária do continente africano, das regiões altas da Etiópia (Cafa e Enária), onde ocorre espontaneamente como planta de sub-bosque. A região de Cafa pode ser a responsável pelo nome café. Da Etiópia foi levado para a Arábia. Da Arábia o café foi levado primeiramente para o Egito no século XVI e logo depois para Turquia. Na Europa, no século XVII, foi introduzido na Itália e na Inglaterra. Logo depois passou a ser consumido em vários outros países europeus, chegando à França, Alemanha, Suíça, Dinamarca e Holanda.

O *site* do Clube do café (2018) assegura que chegou à Guiana Francesa através do Governador de Caiena que conseguiu, de um francês chamado Morgues, algumas sementes semeando-as no pomar de sua residência. A partir desse plantio o Sargento Francisco de Mello Palheta transportou para o Brasil, para a cidade de Belém (Pará) em 1727, algumas sementes e plantas ainda pequenas. Em Belém, a cultura não foi muito difundida. Foi levada nos anos seguintes para o Maranhão, chegando à Bahia em 1770. No ano de 1774 o desembargador João Alberto Castelo Branco trouxe do Maranhão

para o Rio de Janeiro algumas sementes que foram semeadas na chácara do Convento dos Frades Barbadinos. Então espalhou-se pela Serra do Mar, atingindo o Vale do Paraíba por volta de 1820. De São Paulo, foi para Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desse trabalho foram utilizados alguns métodos de pesquisa como podem ser destacados, pesquisa bibliográfica, webliográfica, abordagem quantitativa e coleta de dados através da pesquisa de campo.

Na realização de um trabalho acadêmico-científico, o pesquisador deve se ater aos métodos usados para direcionar e apresentar os resultados do seu estudo. Sendo o que, de acordo com Marconi e Lakatos (2017, p. 79),

o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Segundo as fontes de pesquisa, este trabalho se baseou na pesquisa bibliográfica. Martins e Theóphilo (2016, p. 51) destacam que esta “Trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica.”

Silva, (2003, p. 60) afirma que

pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa realizada pela maioria dos pesquisadores mesmo em seu preâmbulo. Essa pesquisa explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos etc. podem ocorrer pesquisas exclusivamente com base em fontes bibliográficas.

Em relação à apresentação dos resultados, optou-se pela forma quantitativa. Por ser uma técnica de fácil organização, sumarização e descrição de um conjunto de dados, feita por meio da construção de gráficos e tabelas (MARTINS ; THEÓPHILO, 2016).

O método de pesquisa abordado neste trabalho foi o estudo de caso descritivo exploratório para formação de conteúdo teórico e quantitativamente com levantamento de dados práticos da Fazenda Fradiques estudada por uma abordagem descritivo-comparativa, em busca de obter respostas ao problema levantado no período das safras 2016/2017 comparada com à safra 2017/2018 nas modalidades como proprietário e como arrendatário.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente trabalho foi desenvolvido na Fazenda Fradiques, com a finalidade de analisar os resultados da produção de café como proprietário e como arrendatário, nos períodos das safras 2016/2017 e 2017/2018.

Foram realizadas pesquisas de campo para melhor compreensão dos assuntos

aqui explorados. Os dados foram coletados por meio de entrevistas, exame de documentos, relatórios da fazenda e controles do proprietário da fazenda.

Após realização do inventário dos bens patrimoniais e levantamento dos custos e despesas foi elaborada a Demonstração de Resultado e finalmente realizadas as análises de viabilidade, nas modalidades, como proprietário e como arrendatário.

4.1 Inventário de bens utilizados na produção do café

Para início de identificação dos investimentos em bens, utilizados que se integram o processo de produção do café, fez-se necessário o levantamento sobre os bens e recursos envolvidos na produção demonstrados na Figura 1. Os valores levantados totalizando um patrimônio de R\$1.507.906,40 em 2016/2017. Em 2017/2018 houve uma variação nos investimentos totalizando um patrimônio líquido de R\$1.566.986,40.

Figura 1 – Inventário de bens utilizados na produção do café 2016/2017 e 2017/2018

INVENTÁRIO 2016/2017		INVENTÁRIO 2017/2018	
Terra	R\$ 1.027.500,00	Terra	R\$ 1.027.500,00
Cultura permanente cafeeiro	R\$ 244.000,00	Cultura permanente cafeeiro	R\$ 244.000,00
Benfeitorias	R\$ 1.050,00	Benfeitorias	R\$ 1.050,00
Maquinas e equipamentos	R\$ 215.700,00	Maquinas e equipamentos	R\$ 247.780,00
Ferramentas	R\$ 656,40	Ferramentas	R\$ 656,40
veiculo	R\$ 19.000,00	veiculo	R\$ 46.000,00
Total – Patrimônio	R\$ 1.507.906,40	Total – Patrimônio	R\$ 1.566.986,40

Fonte: Elaborada pela Autora, (2018).

4.2 CUSTOS DA PRODUÇÃO DE CAFÉ COMO PROPRIETÁRIO E COMO ARRENDATÁRIO

Com base em estudos e pesquisas, foram colhidos os dados junto ao produtor rural, para elaboração dos custos na atividade de produção de café, compreendendo as safras 2016/2017 e 2017/2018, como proprietário e como arrendatário, conforme demonstrado nas Figuras 2 e 3.

De acordo com a Figura 2, os custos do primeiro ano como proprietário totalizaram R\$78.038,71 e no segundo ano totalizaram R\$89.471,96. A Figura 3 demonstram os custos do primeiro ano como arrendatário totalizando R\$114.738,13 e no segundo ano totalizando R\$137.647,64. Os custos apresentados nas figuras 2 e 3 foram classificados em variáveis e fixos para efeitos de análises.

Figura 2 - Custos de produção de café nas safras 2016/2017 e 2017/2018 como proprietário

ESPECIFICAÇÃO	CUSTO DE PRODUÇÃO SAFRA 2016/2017			CUSTO DE PRODUÇÃO SAFRA 2017/2018		
	VALORES TOTAIS	AV% p/C.	AV% TOTAL	VALORES TOTAIS	AV% p/C.	AV% TOTAL
CUSTOS VARIÁVEIS	R\$ 63.988,64	100,00	82,00	R\$ 73.694,01	100,00	82,37
Gestão técnica	R\$ 362,31	0,57	0,46	R\$ 2.243,29	3,04	2,51
Adubação via solo	R\$ 25.623,81	40,04	32,83	R\$ 34.881,77	47,33	38,99
Adubação via folha	R\$ 5.459,53	8,53	7,00	R\$ 4.607,44	6,25	5,15
Controle de pragas e doenças	R\$ 18.322,04	28,63	23,48	R\$ 10.894,22	14,78	12,18
Controle de plantas daninhas	R\$ 1.890,57	2,95	2,42	R\$ 2.450,19	3,32	2,74
Tratos culturais	R\$ 553,46	0,86	0,71	R\$ 0,00	-	-
Pós-colheita	R\$ 1.357,71	2,12	1,74	R\$ 552,32	0,75	0,62
Comercialização	R\$ 5.368,20	8,39	6,88	R\$ 5.051,66	6,85	5,65
Formação/Renovação	R\$ 0,00	-	-	R\$ 35,90	0,05	0,04
Manut.máquinas e equipamentos	R\$ 2.644,85	4,13	3,39	R\$ 4.041,37	5,48	4,52
Salários e ordenados	R\$ 2.406,16	3,76	3,08	R\$ 8.935,85	12,13	9,99
CUSTOS FIXOS	R\$ 14.050,07	100,00	18,00	R\$ 15.777,95	100,00	17,63
Energia elétrica	R\$ 530,27	3,77	0,68	R\$ 349,49	2,22	0,39
Material de limpeza	R\$ 372,92	2,65	0,48	R\$ 425,42	2,70	0,48
Depreciação de benfeitorias	R\$ 24,36	0,17	0,03	R\$ 24,36	0,15	0,03
Depreciação de máquinas	R\$ 6.865,68	48,87	8,80	R\$ 7.888,20	50,00	8,82
Depreciação de irrigação	R\$ 0,00	-	-	R\$ 0,00	-	-
Depreciação da lavoura	R\$ 5.650,00	40,21	7,24	R\$ 5.650,00	35,81	6,31
Depreciação de outros	R\$ 606,84	4,32	0,78	R\$ 1.440,48	9,13	1,61
TOTAL DOS CUSTOS	R\$ 78.038,71	100	100	R\$ 89.471,96	100	100

Fonte: Elaborada pela Autora, (2018)

Figura 3 - Custos de produção de café nas safras 2016/2017 e 2017/2018 como arrendatário

ESPECIFICAÇÃO	CUSTO DE PRODUÇÃO SAFRA 2016/2017			CUSTO DE PRODUÇÃO SAFRA 2017/2018		
	VALORES TOTAIS	AV% p/C.	AV% TOTAL	VALORES TOTAIS	AV% p/C.	AV% TOTAL
CUSTOS VARIÁVEIS	98.449,82	100,00	80,36	119.439,73	100,00	86,77
Gestão técnica	419,75	0,43	0,37	2.429,43	2,03	1,76
Adubação via solo	29.698,08	30,17	25,88	48.554,31	40,65	35,27
Adubação via folha	6.358,44	6,46	5,54	8.229,62	6,89	5,98
Controle de pragas e doenças	21.273,14	21,61	18,54	16.432,72	13,76	11,94
Controle de plantas daninhas	2.799,82	2,84	2,44	2.844,40	2,38	2,07
Tratos culturais	-	-	-	-	-	-
Pós-colheita	1.092,19	1,11	0,95	548,75	0,46	0,40
Comercialização	4.416,00	4,49	3,85	5.856,34	4,90	4,25
Formação/Renovação	-	-	-	38,86	0,03	0,03
Manut.máquinas e equipamentos	2.356,77	2,39	2,05	4.336,45	3,63	3,15
Salários e ordenados	2.087,16	2,12	1,82	6.382,92	5,34	4,64
Arrendamento	27.948,47	28,39	24,36	23.785,93	19,91	17,28
CUSTOS FIXOS	16.288,31	100,00	14,20	18.207,91	100,00	12,84
Energia elétrica	614,91	3,78	0,54	378,31	2,08	0,27
Material de limpeza	432,32	2,65	0,38	436,76	2,40	0,31
Depreciação de benfeitorias	28,20	0,17	0,02	28,20	0,15	0,02
Depreciação de máquinas	7.959,32	48,87	6,94	9.144,72	50,22	6,45
Depreciação de irrigação	-	-	-	-	-	-
Depreciação da lavoura	6.550,00	40,21	5,71	6.550,00	35,97	4,62
Depreciação de outros	703,56	4,32	0,61	1.669,92	9,17	1,18
TOTAL DOS CUSTOS	114.738,13	93,57	100,00	137.647,64	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pela Autora, (2018).

4.3 COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DE PRODUÇÃO E QUANTIDADE PRODUZIDA

De acordo com a Figura 4 a quantidade de sacaria colhida na produção de café

na safra 2016/2017 como proprietário atingiram respectivamente 389 sacas em uma área total de 11,3 hectares e na safra 2017/2018 atingiram respectivamente 414 sacas em uma área total de 11,3 hectares.

A Figura 5 apresenta a quantidade de sacaria colhida na produção de café na safra 2016/2017 como arrendatário atingiram respectivamente 320 sacas em uma área total de 13,1 hectares e na safra 2017/2018 atingiram respectivamente 495 sacas em uma área total de 13,1 hectares.

Figura 4 - Composição dos Custos e Quantidade Produzida nas Safras 2016/2017 e 2017/2018 na modalidade como proprietário

ANÁLISES GERENCIAIS DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO NA SAFRA 2016/2017 COMO PROPRIETÁRIO		ANÁLISES GERENCIAIS DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO NA SAFRA 2017/2018 COMO PROPRIETÁRIO	
Total de Sacas Produzidas	389	Total de Sacas Produzidas	414
Área Plantada em Hectares	11,30	Área Plantada em Hectares	11,3
Produção Media por Hectares	34,42	Produção Media por Hectares	36,64
Total de Custos Variáveis	63.988,64	Total de Custos Variáveis	73.694,01
Custo Variável Por Sacas	164,50	Custo Variável Por Sacas	178,00
Total de Custos Fixos	14.050,07	Total de Custos Fixos	15.777,95
Custos Fixos por Sacas	36,12	Custos Fixos por Sacas	38,11
Custo Total por Sacas	200,62	Custo Total por Sacas	216,11

Fonte: Elaborada pela Autora, (2018).

Figura 5 - Composição dos Custos e Quantidade Produzida nas Safras 2016/2017 e 2017/2018 na modalidade como arrendatário.

ANÁLISES GERENCIAIS DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO NA SAFRA 2016/2017 COMO ARRENDATÁRIO		ANÁLISES GERENCIAIS DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO NA SAFRA 2017/2018 COMO ARRENDATÁRIO	
Total de Sacas Produzidas	320	Total de Sacas Produzidas	495
Área Plantada em Hectares	13,1	Área Plantada em Hectares	13,1
Produção Media por Hectares	24,43	Produção Media por Hectares	37,79
Total de Custos Variáveis	98.449,82	Total de Custos Variáveis	119.439,73
Custo Variável Por Sacas	307,66	Custo Variável Por Sacas	241,29
Total de Custos Fixos	16.288,31	Total de Custos Fixos	18.207,91
Custos Fixos por Sacas	50,90	Custos Fixos por Sacas	36,78
Custo Total por Sacas	358,56	Custo Total por Sacas	278,07

Fonte: Elaborada pela Autora, (2018).

4.4 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ECONÔMICOS

Após levantamento dos gastos foi elaborado a Demonstração do Resultado Econômico (DRE), considerando-se o ciclo de produção do café, conforme demonstra as Figuras 6 e 7 como proprietário e como arrendatário safras 2016/2017 e 2017/2018.

A Demonstração do Resultado Econômico (DRE) como proprietário no ano de 2017 apresentou uma margem de lucro de R\$ 45,37% e no ano de 2018 apresentou uma margem de lucro de R\$ 34,38%, com isso verificamos que houve uma queda bem significativa devido ao preço da saca de café, pois no ano de 2017 a saca do café estava cotado ao preço em media R\$470,00 reais, já no ano de 2018 a saca está cotada em

média R\$400,00.

A Demonstração do Resultado Econômico (DRE) como arrendatário no ano de 2017 apresentou uma margem de lucro de R\$18,25% e no ano de 2018 apresentou uma margem de lucro de R\$ 21,86%. Com isso verificou-se que houve aumento significativo devido a quantidade de sacas de café produzidas pois no ano de 2017 o produtor rural colheu 320 sacas, e no ano de 2018 colheu 495 sacas.

Figura 6 – Demonstração dos resultados econômicos das safras 2016/2017 como proprietário e como arrendatário

FAZENDA FRADIQUES											
ANÁLISE DE CUSTO VOLUME E LUCRO E FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA											
TRIBUTAÇÃO PF											
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM											
ESPECIFICAÇÃO	CAFÉ SAFRA 20016/2017 C/PROPRIETÁRIO : 11,03 Ha					CAFÉ SAFRA 2016/2017 C/ARRENDATÁRIO:13,01 Há					GERAL
	Quant. SC 60Kg	Preço/ Custo Unitário	Valor RS Em R\$1	AV em %	AH em %	Quant. SC 60Kg	Preço/ Custo Unitário	Valor RS Em R\$1	AV em %	AH em %	
Receita bruta	389	470,00	182.830	100,00	100,00	320	470,00	150.400,00	100,00	100,00	0,82
Impostos (variável)	2,3%	0,11	42,05	0,02	100,00	2,3%	0,11	34,59	0,02	100,00	0,82
Receita Líquida		469,89	182.788	99,98	100,00		469,89	150.365,41	99,98	100,00	0,82
CPAV		-	-	-	-		-	-	-	-	
Custos Variáveis	389	164,50	63.988,64	35,00	100,00	320	307,66	98.449,82	65,46	100,00	1,54
Custos Fixos	389	36,12	14.050,07	7,68	100,00	320	50,90	16.288,31	10,83	100,00	1,16
LUCRO BRUTO	389	269,28	104.749	57,29	100,00	320	111,34	35.627,28	23,69	100,00	0,34
Despesas Administrativas		-	-	-	-		-	-	-	-	
Fixas	5,0%	0,69	268,24	0,15	100,00	5,0%	0,97	311,03	0,21	100,00	1,16
Variáveis	0,38%	2,29	890,93	0,49	100,00	0,38%	3,23	1.032,85	0,69	100,00	1,16
Despesas Comerciais		-	-	-	-		-	-	-	-	
Fixas	0%	-	-	-	100,00	-	-	-	-	-	-
Variáveis	2,0%	-	-	-	100,00	2,0%	-	-	-	-	-
LUCRO OPERACIONAL		266,30	103.590,07		100,00		107,14	34.283,40		100,00	0,33
Impostos e Contrib. S/lucro		-	-	-	100,00		-	-	-	100,00	
CSLL	0%	-	-	-	100,00	0%	-	-	-	100,00	
IRPF valor parcela deduzida	27,5%	53,08	20.649,03	11,29	100,00	27,5%	21,36	6.833,85	4,54	100,00	0,33
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		213,22	82.941,04	45,37	100,00		85,78	27.449,55	18,25	100,00	0,33

Fonte: Elaborada pela Autora, (2018).

Figura 7 – Demonstração dos resultados econômicos das safras 2016/2017 como proprietário e como arrendatário

FAZENDA FRADRIQUES											
ANÁLISE DE CUSTO VOLUME E LUCRO E FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA											
TRIBUTAÇÃO PF											
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM											
ESPECIFICAÇÃO	CAFÉ SAFRA 2017/2018 C/PROPRIETÁRIO 11,3 Há					CAFÉ SAFRA 2017/2018 C/ARRENDARÁRIO: 13,1 Há					GERAL
	Quant.	Preço/	Valor	AV	AH	Quant.	Preço/	Valor	AV	AH	
	SC	Custo	RS	em	em	SC	Custo	RS	em	em	
	60Kg	Unitário	Em R\$1	%	%	60Kg	Unitário	Em R\$1	%	%	
Receita bruta	417	400,00	166.800,00	100,00	100,00	495	400,00	198.000,00	100,00	1,19	
Impostos (variável)	2,3%	0,09	38,36	0,02	100,00	2,3%	0,09	45,54	0,02	1,19	
Receita Líquida		399,91	166.761,64	99,98	100,00		399,91	197.954,46	99,98	1,19	
CPAV		-	-	-	-		-	-	-	-	
Custos Variáveis	417	176,72	73.694,01	44,18	100,00	495	241,29	119.439,73	60,32	1,62	
Custos Fixos	417	37,84	15.777,95	9,46	100,00	495	36,78	18.207,91	9,20	1,15	
LUCRO BRUTO	417	185,35	77.289,68	46,34	100,00	495	121,83	60.306,82	30,46	0,78	
Despesas Administrativas		15,30	6.382,18	3,83	-		-	-	-	-	
Fixas	8,0%	11,33	4.725,11	2,83	100,00	8,0%	10,34	5.117,22	2,58	1,08	
Variáveis	0,38%	3,97	1.657,07	0,99	100,00	0,38%	3,37	1.669,66	0,84	1,01	
Despesas Comerciais		-	-	-	-		-	-	-	-	
Fixas	0%	-	-	-	100,00	0%	-	-	-	-	
Variáveis	2,0%	-	-	-	100,00	2,0%	-	-	-	-	
LUCRO OPERACIONAL		170,04	70.907,50		100,00		108,12	53.519,94		0,75	
Impostos e Contrib. S/lucro		-	-	-	100,00		-	-	-	-	
CSLL	0%	-	-	-	100,00	0%	-	-	-	-	
IRPF	27,5%	32,50	13.554,49	8,13	100,00	27,5%	20,67	10.230,73	5,17	0,75	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		137,54	57.353,00	34,38	100,00		87,45	43.289,21	21,86	0,75	

Fonte: Elaborada pela Autora, (2018).

4.5 ANÁLISE DE CUSTO/VOLUME/LUCRO E VIABILIDADE ECONÔMICA

Esta análise teve como finalidade mostrar a viabilidade econômica por meio dos cálculos dos índices de margem de contribuição, ponto de equilíbrio, tempo de retorno de investimento e prazo de pagamento do investimento.

Na modalidade como proprietário na safra 2016/2017, de acordo com as Figuras 8 e 9, apresentou os seguintes indicadores: margem de contribuição R\$250,13; ponto de equilíbrio 57,24 sacas; ROI de 11,57% e *payback* em 8,64 anos. No ano de 2017/2018 de acordo com a Figura 9 encontramos os seguintes indicadores: margem de contribuição em R\$ 186,80; ponto de equilíbrio em 109,76 sacas; ROI de 11,57%; e *payback* em 8,64 anos.

Na modalidade como arrendatário no ano de 2016/2017, de acordo com as Figuras 8 e 9, apresentou os seguintes indicadores: margem de contribuição em R\$137,76; ponto de equilíbrio em 120,49 sacas; ROI de 11,57% e *payback* em 8,64 anos. No ano de 2017/2018 de acordo com a Figura 9 encontram-se os seguintes indicadores: margem de contribuição em R\$ 134,67; ponto de equilíbrio em 173,21 sacas; ROI de 11,57% e *payback* em 8,64 anos.

Figura 8 - Análise de custo/volume/lucro e viabilidade econômica nas safras 2016/2017 como proprietário e como arrendatário

	CAFÉ SAFRA 2016/2017 C/PROPRIETÁRIO				CAFÉ SAFRA 2016/2017 C/ARRENDARÁRIO			
Margem de Contribuição = M _{cu} R\$	P.Venda - (C.Var+D.V)	=	250,13	0,14	P.Venda - (C.Var+D.V)	=	137,76	0,09
Ponto de Equilíbrio = PE em sc	C.Fixo + Desp.Fixa	14.318,31	57,24	0,03	C.Fixo + Desp.Fixa	16.599,34	120,49	0,08
	MC unitaria	250,13			MC unitaria	137,76		
Percentual Markup = M _{kup} %	(P.Venda-Custo) x 100	26.938,63	57,32	0,03	(P.Venda-Custo) x 100	11.144,33	23,71	0,02
	Preço venda	470,00			Preço venda	470,00		
Formação do Preço = P _{vu} em R\$	P.Custo x 100	20.061,37	470,00	0,26	P.Custo x 100	35.855,67	470,00	0,31
	100-Perc.Markup	42,68			100-Perc.Markup	76,29		
Retorno Sobre Investimento=ROI	LL/PL * 100	11,57	%		PL/Lucro Líquido	11,57	%	
Prazo P _{gto} .Investim.=PayBack	100/ROI	8,64	anos		100/ROI	8,64	anos	
Margem de Segurança=MS	Vendas em Q - PE Q	MS=	331,76		Vendas em Q - PE Q	MS=	199,51	

Fonte: Elaborada pela Autora, (2018).

Figura 9 - Análise de custo/volume/lucro e viabilidade econômica nas safras 2017/2018 como proprietário e como arrendatário

	CAFÉ SAFRA 2017/2018 C/PROPRIETÁRIO				CAFÉ SAFRA 2017/2018 C/ARRENDARÁRIO			
Margem de Contribuição = M _{cu} R\$	P.Venda - (C.Var+D.V)	=	186,80	0,11	P.Venda - (C.Var+D.V)	=	134,67	0,07
Ponto de Equilíbrio = PE em sc	C.Fixo + Desp.Fixa	20.503,06	109,76	0,07	C.Fixo + Desp.Fixa	23.325,13	173,21	0,09
	MC unitaria	186,80			MC unitaria	134,67		
Percentual Markup = M _{kup} %	(P.Venda-Custo) x 100	18.543,89	46,36	0,03	(P.Venda-Custo) x 100	12.192,40	30,48	0,02
	Preço venda	400,00			Preço venda	400,00		
Formação do Preço = P _{vu} em R\$	P.Custo x 100	21.456,11	400,00	0,24	P.Custo x 100	27.807,60	400,00	0,20
	100-Perc.Markup	53,64			100-Perc.Markup	69,52		
Retorno Sobre Investimento=ROI	LL/PL * 100	11,57	%		PL/Lucro Líquido	11,57	%	
Prazo P _{gto} .Investim.=PayBack	100/ROI	8,64	anos		100/ROI	8,64	anos	
Margem de Segurança=MS	Vendas em Q - PE Q	MS=	307,24		Vendas em Q - PE Q	MS=	321,79	

Fonte: Elaborada pela Autora, (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como finalidade analisar a viabilidade econômica do agronegócio agrícola do café, através de estudo comparativo, em duas modalidades como proprietário e como arrendatário.

Os resultados obtidos na modalidade como proprietário na safra de 2016/2017 foram de R\$ 82.941,04 e como arrendatário na safra 2016/2017 foram de R\$27.449,55; e, na safra do ano de 2017/2018 na modalidade como proprietário foram de R\$57.353,00 e como arrendatário foram de R\$43.289,21.

Diante dos resultados foram feitas as análises de viabilidade econômica apresentando os seguintes indicadores: a) como proprietário na safra de 2016/2017

apresentou margem de lucratividade de 45,37%, retorno de investimento de 11,57% e prazo de pagamento do investimento de 8,64 anos; b) Como arrendatário na safra 2016/2017 apresentou margem de lucratividade de 18,25%, retorno de investimento de 11,57% e prazo de pagamento do investimento de 8,64 anos. : c) como proprietário na safra de 2017/2018 apresentou margem de lucratividade de 34,38%, retorno de investimento de 11,57% e prazo de pagamento do investimento de 8,64 anos; d) Como arrendatário na safra 2017/2018 apresentou margem de lucratividade de 21,86%, retorno de investimento de 11,57% e prazo de pagamento do investimento de 8,64 anos.

Assim as análises realizadas evidenciaram que na Fazenda Fradiques, a produção de café nas duas modalidades é viável economicamente, porém na modalidade como arrendatário o produtor rural tem mais gastos por isso tem uma lucratividade menor.

A pesquisa contribuiu para mostrar as contribuições da contabilidade gerencial fornecendo informações relevantes para a tomada de decisão na gestão do agronegócio.

REFERÊNCIAS

ALVES, Revson Vasconcelos. **Contabilidade gerencial:** Livro texto com exemplos, estudos de caso e atividades praticas. São Paulo: Atlas, 2013.

BRUNI. Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custo e formação de preços:** com aplicações na calculadora HP 12C e Excel. 5. ed. 5 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Cursos básico de contabilidade de custos.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural:** uma abordagem decisoria. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial:** teoria e prática. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade de custos.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GARRIOSN. Ray H. et al. **Contabilidade gerencial** (recurso eletrônico). 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

HISTÓRIA DO CAFÉ. Disponível em: <https://www.clubecafe.net.br/historia-cafe>. Acesso em: 23 mar. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Eliseu; ROCHA, Welington. **Métodos de custeio comparados:** custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial:** um enfoque em sistema de informação contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PINTO, Alfredo Augusto Gonçalves et al. **Gestão de custo.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

RIBEIRO, Osni moura. **Contabilidade básica.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, Osni moura. **Contabilidade de custo.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REZENDE, Amaury José et al. **Contabilidade financeira no agronegócio.** São Paulo: Atlas, 2017.

RODRIGUES, A. O. et al. **A nova contabilidade rural.** São Paulo: IOB, 2011.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade:** orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

WERNKE, Rodney. **Análise de custos e preços de venda:** (ênfase em aplicações e casos nacionais). São Paulo: Saraiva, 2005.

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES A RESPEITO DA ESTRUTURA CONCEITUAL¹

Kátia Luzia Ferreira

Graduanda do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.
E-mail: katiaferreira.contabeis@gmail.com

Wesley Daniel Barbosa Gonçalves

Orientador do trabalho. Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.
E-mail: wesley@unipam.edu.br

RESUMO: A Estrutura Conceitual tem como propósito apresentar os conceitos e os princípios contábeis e ainda é a base para entender todos os outros CPCs. À vista disso, realizou-se uma pesquisa com os alunos do último período do curso de Ciências Contábeis de uma instituição privada de Ensino no interior de Minas Gerais, baseado nos principais conceitos que a Estrutura revela. Os resultados foram validados e os alunos participantes não apresentaram conhecimento contábil coerente.

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura Conceitual; Ciências Contábeis; Conhecimento Contábil.

ABSTRACT: The Conceptual Framework is intended to present accounting principles and principles and is still the basis for understanding all other CPCs. In view of this, a survey was carried out with the students of the last period of the Accounting Sciences course of a private teaching institution in the interior of Minas Gerais, based on the main concepts that the Structure reveals. The results were validated and the participating students did not present consistent accounting knowledge.

KEYWORDS: Conceptual Structure; Accounting Sciences; Accounting Knowledge.

INTRODUÇÃO

A Estrutura Conceitual é o alicerce para o entendimento dos conceitos e normas contábeis, é a base principal para compreender todos os outros pronunciamentos técnicos, apresentando a fundamentação e a elaboração das demonstrações contábeis e ainda, propiciando assistência no desdobramento de outros pronunciamentos (CELLA, RODRIGUES e NYAMA, 2011).

No Brasil, a Contabilidade obteve várias transformações e as pessoas envolvidas no sistema contábil tiveram que se adequar ao novo cenário, e entre elas foi de reexaminar e entender os conhecimentos aplicados na Ciência Contábil, consequentemente, a educação continuada voltou a ser fundamental (ESPEJO *et. al.*, 2010). Além disso, a padronização das normas contábeis foi essencial para unificar os procedimentos utilizados, produzindo informações compreensíveis tanto para os

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 – Temas correlatos do XV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 7 de novembro.

profissionais da área contábil quanto aos usuários, proporcionando entendimento de diversas demonstrações financeiras de vários países (NETO, DIAS e PINHEIRO, 2009).

À vista disso, as colocações sobre as normas de convergência contábil em relação às normas internacionais são aspectos importantíssimos na formação dos alunos na academia e a Estrutura Conceitual auxilia a entender a maneira correta de como elaborar as demonstrações financeiras e atender as necessidades dos usuários da informação, dessa forma, o entendimento desse processo de uniformização possibilita aos Contadores e futuros profissionais da área contábil a compreender como são feitas as elaborações dos relatórios entre os países (IUDÍCIBUS e MARION, 2002).

O objetivo desse estudo foi investigar o nível de conhecimento dos alunos do último período do curso de Ciências Contábeis a temática da Estrutura Conceitual Básica. Sendo que, conforme foi apresentada, a importância desse pronunciamento ao profissional de contabilidade é imprescindível (CPC 00 – R1).

A escolha do tema em questão foi verificar que a Estrutura Conceitual é de suma importância para produzir informações contábeis relevantes e fidedignas para os usuários (CPC 00 – R1). Diante disso, justifica-se a necessidade de verificar a importância da Estrutura Conceitual para produzir informações contábeis relevantes e fidedignas para os usuários, o estudo procurou analisar e identificar se os futuros profissionais de contabilidade apresentam conhecimentos suficientes para elaborar as demonstrações financeiras corretas, segundo recomenda o IASB, com base no CPC 00.

EDUCAÇÃO CONTÁBIL NO BRASIL

A evolução da Ciência Contábil no Brasil está interligada a globalização das normas internacionais, fazendo com que haja grandes benefícios tanto para o avanço do conhecimento contábil quanto para os contadores, dando-lhe a possibilidade de entender como são feitas as demonstrações entre os diversos países (IUDÍCIBUS e MARION, 2002).

Dessa forma, as convergências da norma contábil brasileira com relação às normas internacionais permitiram ao contador ampliar seus conhecimentos e aprimorar as habilidades, para efetuar as normas contábeis fundamentadas aos princípios (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

O ensino contábil na academia devem se preocupar com as alterações nas normas internacionais, junto à globalização dos relatórios contábeis-financeiros, uma vez que, a instituição de ensino precisa buscar a adequar-se a essas mudanças que ocorrem na uniformização das informações proporcionando aos futuros contadores o entendimento claro e conciso das demonstrações financeiras (RICCIO e SAKATA, 2004). Desta maneira, o ensino e a sensibilização dos alunos e profissionais que atuam na área contábil nas questões de contabilidade a nível internacional possibilitam alcançarem novos conhecimentos e oportunidades no mercado (CHOI e MUELLER, 1992).

NORMAS CONTÁBEIS SOB A ÓTICA DO IASB

O desenvolvimento da harmonização das normas internacionais de Contabilidade era o propósito de muitos profissionais da área contábil e também das pessoas interessadas que buscavam a uniformização (BAKER, BARBU, 2007). Visto que, existiam várias formas de reconhecer e mensurar um fato, sucedendo a falta de consonância entre os métodos e procedimentos aplicados, prejudicando a comparabilidade de analisar as informações nas apresentações financeiras (AVELINO *et al.*, 2010). Em 2001, foi criado o IASB (*International Accounting Standards Board*), que tem como propósito otimizar um único conjunto de normas contábeis, entendível e admissível para todos os utilizadores da informação, podendo desta forma, emitir e modificar as normas internacionais de Contabilidade, que hoje são publicadas pelo IFRS (*Interpretations Committee*) (MEIRELLES JUNIOR, 2009).

A principal finalidade do IFRS é de produzir um novo conjunto de normas para serem seguidos e a uniformizar a maneira como as instituições abertas deveriam organizar e difundir suas demonstrações financeiras, havendo clareza e comparabilidade, com o intuito em atender os credores, investidores e os demais usuários empenhados nos relatórios (ERNST, YOUNG e FIPECAFI, 2009).

Ampliando essa discussão, Jóia e Nakão (2014) defendem que a adoção do método do IFRS coloca dentro do mercado um traço positivo, gerando demonstrações contábeis com qualidade e promovendo maior transparência. Dessa forma, em conformidade com o entendimento de Jeanjean e Stolowy (2008), relatam que a adoção do IFRS é favorável, em razão da padronização da informação ser possível comparar os componentes das demonstrações financeiras de várias entidades e de diversos países.

Em virtude desses aspectos, a harmonização dos relatórios contábeis faz com que haja maior compreensibilidade e comparabilidade das informações aos usuários, como também nos mercados financeiros dos países, proporcionando maior troca de dados e também a comercialização, possibilitando-os o entendimento das demonstrações contábeis.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

A responsabilidade do CPC de acordo com a Resolução CFC nº 1.055/05 é entender, pesquisar, analisar e verificar sobre o assunto discorrido nas normas internacionais, expondo-se, ainda, emitir e planejar os pronunciamentos técnicos, observando sempre de como foi feita, pois se houver alguma diferença entre as normas brasileiras de Contabilidade quanto as internacionais, o CPC deverá examinar e adequá-la (CPC, 2018).

Após a constituição do CPC, os responsáveis começaram a traduzir e divulgar a elaboração e estruturação das demonstrações contábeis conforme as normas internacionais de Contabilidade (REIS *et al.*, 2010).

O desenvolvimento do Comitê procura aplicar propriamente nos balanços individuais e ou primários uma consolidação que intensifique com base em um único

conjunto de regras, para que assim não haja relatórios financeiros distorcidos e multi-estruturados (MARTINS, MARTINS e MARTINS, 2007).

Ampliando essa discussão, Mariano (2007) defende que a formação do CPC é consequência de muitas pesquisas dos especialistas e também do governo, fazendo com que demonstrasse um grande desenvolvimento no país, renovando os princípios contábeis. Ainda, segundo o autor, o Comitê foi constituído para solucionar três necessidades, dentre as quais: para reduzir os custos diante as convergências internacionais contábeis, diminuindo assim, as divergências nas emissões das demonstrações, melhorar o funcionamento dos métodos utilizados e a geração de informações apresentadas aos usuários.

CPC 00 – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO

O CPC 00 procura evidenciar os atributos qualitativos que tornam as demonstrações contábeis primordiais. Uma vez que, a qualidade da informação é estimada por meio do estado de exiguidade do usuário (CPC 00 – R1). Nesse viés, Wells (2011) salienta a importância desta estrutura no ensino dos alunos de Contabilidade, pois percebe que ela oferece discernimento sólido nos conceitos que baseiam nas normas internacionais, proporcionando aos contadores e futuros profissionais da área uma orientação de como contabilizar e organizar as demonstrações contábeis.

As principais características qualitativas da informação que constituem a Estrutura são: as características qualitativas fundamentais e as características qualitativas de melhorias (CPC 00 – R1). As características qualitativas fundamentais devem seguir dois requisitos importantes: a relevância e a representação fidedigna, para que uma informação seja relevante deve apresentar mudança nas escolhas nas tomadas de decisões dos usuários e a representação fidedigna se refere a uma informação correta, neutra e livre de erros (CPC 00 – R1).

Além disso, as características qualitativas de melhorias são atribuídas pelas seguintes qualidades: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. Mediante esses atributos que a informação é aperfeiçoada em conjunto com a relevância e a representação fidedigna (CPC 00 – R1).

À vista disso, a comparabilidade possibilita aos utilizadores da informação analisar e comparar, os traços de igualdade e dessemelhanças entre os objetos das empresas, observando o desempenho das atividades (NIYAMA e SILVA, 2011). Já a verificabilidade tem como propósito apresentar a veracidade dos fatos ocorridos na empresa, a verificação é uma forma de observar se a demonstração está realmente correta conforme a metodologia (HENDRIKSEN e BREDA, 2012).

Além disso, a tempestividade está ligada ao tempo em que informação contábil é apresentada ao usuário para uma tomada de decisão, logo a informação deve estar acessível ao cliente antes que ela perca sua aptidão de interferência (IUDÍCIBUS, 2009).

Ainda há a compreensibilidade, que permite ao usuário maior entendimento sobre as demonstrações contábeis de como classificar, caracterizar e mostrar informações claras e concisas (TEIXEIRA, COSTA e GALDI, 2009).

Diante dessa perspectiva, é importante definir corretamente os conceitos contábeis e entre eles estão o ativo e o passivo. O Ativo “é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade” (CPC 00 – R1). Os ativos representam os ganhos para a entidade, no qual devem ser mensurados monetariamente, e que sejam capazes de apresentar benefícios presentes ou futuros (MARION, 2015). No entanto, já a conta do passivo, segundo o CPC 00 – R1 “é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”, dessa forma, equivale sobre a origem dos bens aplicados.

Portanto, o estudo da Contabilidade deveria iniciar pela Estrutura Conceitual, visto que, proporciona aos seus usuários os conceitos para uma melhor compreensão das normas contábeis, a fim de preparar e apresentar as demonstrações aos utilizadores externos (CELLA, RODRIGUES e NIYAMA, 2011).

METODOLOGIA

Essa pesquisa é de natureza qualitativa e descritiva. Teve como objetivo central identificar qual o nível de conhecimento dos alunos do último período de Ciências Contábeis em relação à Estrutura Conceitual, sendo que, no decorrer do estudo é perceptível verificar a importância desse Pronunciamento ao aluno de Contabilidade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

PERFIL DOS ALUNOS

De acordo com a pesquisa, percebe-se que as mulheres constituem 63% do total dos participantes que responderam o questionário e os homens com 37%. Desta maneira, as mulheres estão se destacando no mercado contábil, são mais de 40% e o número cresce a cada ano, transformando o quadro maior e abrindo novos horizontes a mulheres que desejam integrar a esse cenário (CFC, 2018).

ASPECTO RELEVANTE DA ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE

Verifica-se que, 67% dos alunos respondentes consideram relevante para a Estrutura Conceitual os Princípios Contábeis, já 27% afirmam que são as características qualitativas da informação. No entanto, a Estrutura Conceitual demonstra a essencialidade das características qualitativas da informação, onde, nota-se a relevância e a representação fidedigna, atributos esses que tornam a informação imprescindível aos seus usuários (SANTOS, SCHIMIDT e MACHADO, 2011). À vista disso, as respostas dos estudantes em relação ao aspecto relevante da Estrutura Conceitual não estão de acordo com a necessidade apresentada no CPC 00.

CONCEITO DE ATIVO

O questionário também indagou aos estudantes, qual o conceito de ativo e 62% dos alunos acreditam que o conceito de Ativo está associado a um conjunto de bens e direitos de uma empresa. No entanto, segundo Goulart (2002) a concepção sobre o Ativo não contém apenas essas características, dessa forma, particularizam-no de uma maneira muito superficial e inadequado, proporcionando uma visão que não são considerados seus atributos de maior importância, deixando de compreender a magnitude do conceito de Ativo.

Não obstante, apenas 32% dos graduandos responderam corretamente, concordando que o conceito de Ativo, é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade. Para o FASB (2010), a integração de um benefício econômico futuro é uma peculiaridade primordial dos ativos, e sem esse aspecto é desnecessário a estrutura do mesmo.

CONCEITO DE PASSIVO

Em conformidade com a conceituação dos elementos contábeis, 49% dos alunos participantes compreendem que o passivo corresponde ao conjunto de deveres e obrigações. Porém é fundamental ressaltar que esses aspectos são algumas características que o passivo possui e não é somente isso que o compõe (ALMEIDA, 2005).

Não obstante, 38% dos alunos respondentes concordam que o passivo “é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos” (CPC 00 – R1). Portanto, somente 38% dos alunos acertaram a definição do passivo.

OBJETIVO DA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO

Diante a pesquisa, 79% dos alunos respondentes afirmam que o relatório contábil-financeiro

É fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade (CPC 00 – R1).

Deste modo, é relevante ressaltar que 79% dos alunos acertaram a questão, atingindo uma margem bem-sucedida. A demonstração dos relatórios contábil-financeiros visa à importância da sua elaboração para atender as necessidades dos usuários, portanto, por meio desses relatórios, quanto mais à informação obter relevância e apresentar fidedignidade melhor será para apresentar aos utilizadores as alterações que estão acontecendo na empresa (CPC 00 – R1).

CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE MELHORIA SOBRE A VERACIDADE DA INFORMAÇÃO

Para que as informações sejam relevantes e apresentem fidedignidade é necessário que possua as características de melhorias, atribuídas pelas seguintes qualidades: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

A frente a pesquisa, foi-se questionado qual o entendimento dos alunos a respeito da comparabilidade e 54% dos alunos entende-se que a comparabilidade deve ser aprimorada fazendo com que coisas diferentes pareçam iguais ou ainda ao se fazer coisas iguais pareçam diferentes, no entanto, a comparabilidade é o inverso. Tal característica possibilita aos usuários da informação observar e comparar todos os aspectos de analogias e diferenças entre os objetos na empresa, ressaltando que, para que seja possível comparar esses atributos são necessários no mínimo dois itens (NIYAMA e SILVA, 2011).

Diante disso, de acordo com o CPC 00 – R1, a comparabilidade é aprimorada fazendo com que coisas iguais pareçam iguais ou que coisas diferentes pareçam diferentes, e nessa perspectiva apenas 32% dos graduandos responderam de forma correta sobre a equivalência da comparabilidade.

Por conseguinte, outro questionamento do estudo foi a respeito da veracidade das informações, que tem como objetivo apresentar a veracidade dos fatos ocorridos na empresa e 58% dos alunos respondentes afirmam que verificabilidade pode ser possível verificar algumas explicações e alguma informação contábil-financeira sobre o futuro, mas 17% desses graduandos acreditam que a capacidade em averiguar essas informações devem esperar atingir o período. À vista disso, de acordo com o CPC 00 – R1, só é possível verificar as informações sobre o futuro até que seja alcançado totalmente o período.

Portanto, apenas 17% dos alunos acertaram a questão, o nível do índice não alcançou o esperado. Uma informação sem uma base confirmatória, ela é insegura, por isso, em conformidade com essa característica é preciso esperar atingir totalmente o período para tomar uma iniciativa e apresentar um relatório contábil-financeiro útil (HENDRIKSEN e BREDA, 2012).

Além disso, foi indagado na pesquisa qual o entendimento dos alunos sobre a tempestividade e em conformidade, 46% dos alunos respondentes concordam que a informação pode ter o seu atributo tempestivo prolongado antes do encerramento do período contábil, porém não deve ser prolongado antes e sim, após o período contábil. Vale ressaltar que a extensão da informação é pertinente a alguns usuários que logo após o período precisa verificar e qualificar as ações feitas na instituição (CPC 00 – R1). Cabe ainda mencionar que uma informação tempestiva deve ser entregue ao cliente antes que perca a capacidade de relevância (IUDÍCIBUS, 2009). Porém, 22% dos alunos participantes acertaram a questão, afirmando que a informação tempestiva pode ser prolongada após o período contábil, dessa forma, menos da metade dos discentes souberam responder à questão corretamente, conforme o CPC 00 – R1.

Nesse viés, ainda foi questionado sobre a compreensibilidade e segundo os alunos respondentes, 42% concordam que os usuários devem ter conhecimento elevado na área dos negócios e dos procedimentos econômicos para compreender os

relatórios contábil-financeiros. Em contrapartida, 37% desses alunos responderam em concordância com o CPC 00 – R1, tendo em vista o fato que os relatórios são elaborados para os usuários que tenham discernimento razoável das atividades financeiras e do mercado de negócios.

CONCLUSÃO

Após a pesquisa realizada, foi possível analisar que o entendimento dos discentes a respeito da Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação do relatório contábil-financeiro não alcançou os resultados esperados, logo, os alunos do último período do curso de Ciências Contábeis da Instituição Privada de Ensino do interior de Minas Gerais não demonstraram o conhecimento coerente ao que a Estrutura Conceitual expressa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W. M. Uma reflexão sobre a teoria dos passivos. **Pensar Contábil**, v. 7, n. 29, p. 1-9, 2005. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/21817/uma-reflexao-sobre-a-teoria-dos-passivos/i/pt-br>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- AVELINO, B. C. et al. Análise do perfil dos estudantes em Ciências Contábeis e sua relação com o processo de convergência das normas contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 182, p. 63-77, março/abril 2010. Disponível em: <http://www.inf.aedb.br/seget/artigos11/34414349.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.
- BAKER, R. C.; BARBU, E. M. **Research trends in harmonization International Accounting**. The International Journal Accounting, v. 42, n. 3, p. 272-304, 2007. Disponível em: http://www.cca.unb.br/images/dissert_mest/mest_dissert_208.pdf. Acesso em: 10 mar. 2018.
- CELLA, G., RODRIGUES, J. M., & NIYAMA, J. K. (2011). **Contabilidade internacional: análise dos periódicos internacionais sobre pesquisas em educação contábil face à convergência e globalização**. Revista Contemporânea de Contabilidade 8(15), 177-198. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_EPQ147.pdf. Acesso em: 14 abr. 2018.
- CHOI, Frederick D.S., MUELLER, Gerhard G. **“International Accounting”** Second Edition. U.S.A: Prentice-Hall, Inc., 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/download/2175.../20029>. Acesso em: 29 set. 2018.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Regimento Interno**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Regimento-Interno>. Acesso em: 24 mar. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf. Acesso em: 24 mar. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC 1.055/05, de 07 de outubro de 2005. Cria o comitê de pronunciamentos contábeis – (CPC), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF out. 2005. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=101916>. Acesso em: 21 mar. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/mulheres-se-destacam-por-atuacao-e-crescimento-profissional-na-contabilidade/>. Acesso em: 25 ago. 2018.

ERNST, YOUNG, FIPECAFI (Orgs.). **Manual De Normas Internacionais De Contabilidade: IFRS Versus Normas Brasileiras**, 2. Ed.. Atlas, 12/2009. [Minha Biblioteca].

ESPEJO, M. M. D. S. B.; CRUZ, A. P. C.; COSTA, F.; ESPEJO, R. A.; COMUNELLO, A. L. Evidências empíricas do ensino no Curso de Ciências Contábeis – uma análise das respostas às alterações provenientes da Lei 11.638/07. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 15, n. 1, art. 2, p. 22-39, 2010. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/36/evidencias-empiricas-do-ensino-no-curso-de-ciencias-contabeis-----uma-analise-das-respostas-as-alteracoes-provenientes-da-lei-11-638-07>. Acesso em: 30 abri. 2018.

GOULART, A. M. C. O conceito de ativos na contabilidade: um fundamento a ser explorado. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 13, n. 28, p. 56-65, 2002. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/24096/o-conceito-de-ativos-na-contabilidade--um-fundamento-a-ser-explorado/i/pt-br>. Acesso em: 31 ago. 2018.

HENDRIKSEN, E. S.; BRENDA, M. F. V. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 288p. Disponível em: <http://www.inf.aedb.br/seget/artigos11/34414349.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140504141005.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

JEANJEAN, T.; STOLOWY, H. (2008). **Do accounting standards matter?** An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. *Journal of Accounting Public Policy*. Disponível em:

http://fapam.web797.kinghost.net/admin/monografiasnupe/arquivos/25072016200104Janaina_Pego.pdf. Acesso em: 31 mar. 2018.

JOIA Roberto Midoguti; NAKÃO Sílvia Hiroshi . **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. REP e C, Brasília, v.8, n.1, art. 2, p. 22-38, jan./mar. 2014. Disponível em:

http://fapam.web797.kinghost.net/admin/monografiasnupe/arquivos/25072016200104Janaina_Pego.pdf. Acesso em: 31 mar. 2018.

MARIANO, R. S. **A importância da criação do comitê de pronunciamentos contábeis para a convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade**. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Centro Sócio Econômico, Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC, 2007. Disponível em:

<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis293871>. Acesso em: 07 abr. 2018.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica: Atualizada Conforme os Pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 1000 e ITG 1000**, 11. ed. Atlas, 04/2015.

MARTINS, E.; MARTINS, V.A.; MARTINS, E.A. Normatização Contábil: ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC. **Revista de Informação Contábil**, v. 1, n. 1, p. 7-30, set. 2007. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/7724>. Acesso em: 07 abr. 2018.

MEIRELLES JUNIOR, J. C. Harmonização das Normas Internacionais de contabilidade. In: SEGET – SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, VII, 2009, Resende. **Anais...** Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2009. p. 1-12.

NETO, J. E. B.; DIAS, Warley de O.; PINHEIRO, L. E. T. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto.

Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, outubro/dezembro 2009. Disponível em:

<http://www.inf.aedb.br/seget/artigos11/34414349.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, André Junior de et al. **Estilos de Aprendizagem e Estratégias**

Ludopedagógicas: Percepções do Ensino da Contabilidade. Advances In Scientific And Applied Accounting., São Paulo, v. 6, n. 2, p.236-262, out. 2013. Disponível em:

<file:///C:/Users/bc999936/Downloads/117-392-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

REIS, L. G. et al. O Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos discentes de Ciências Contábeis. In: CONVENÇÃO ESTADUAL DOS CONTABILISTAS, XV, 2010, Cascavel. **Anais...** Cascavel: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná - CRCPR, 2010. p. 1-9.

RICCIO, E.L., SAKATA, M.G. “Evidências da Globalização na Educação contábil: Estudo das grades curriculares dos cursos de graduação em universidades brasileiras e portuguesas.” **Revista Contabilidade & Finanças** – USP São Paulo, Nº. 35 Pg. 35 - 44 maio/agosto 2004. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/download/2175.../20029>. Acesso em: 29 set. 2018.

SANTOS, José dos, SCHIMIDT, Paulo, MACHADO, Nilson Perinazzo. **Fundamentos da teoria da contabilidade**, (V. 6). Atlas, 05/2011. [Minha Biblioteca]

TEIXEIRA, Aridélmo; COSTA, Fábio Moraes da; GALDI, Fernando Caio. **Princípios e normas contábeis**. In: Estudando Teoria da Contabilidade. Organizadores: RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140504141005.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA

1.Gênero

- Masculino.
- Feminino.

2.Idade

- Até 20 anos.
- De 21 a 25 anos.
- De 26 a 30 anos.
- Acima de 30 anos.

3.Na sua visão o que a estrutura conceitual considera mais importante?

- Os princípios contábeis.
- As características qualitativas da informação.
- Não sei opinar.

4.Na sua opinião qual é o conceito de Ativo?

- É o conjunto de bens e direitos de uma entidade.
- É a parte positiva do balanço patrimonial.
- É um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.
- É o destino da riqueza de uma entidade, são os itens que possibilitam ganhos para a entidade e que sejam capazes de apresentar benefícios presentes.

5.Na sua opinião qual é o conceito de Passivo?

- É a parte negativa do balanço patrimonial .
- É a origem da riqueza de uma entidade, são os itens que possibilitam ganhos para a entidade e que sejam capazes de apresentar benefícios presentes.
- É uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- É o conjunto de deveres e obrigações.

6.A relevância da informação contábil consiste em:

- Apresentar mudança nas escolhas dos usuários nas tomadas de decisões.
- Mostrar ao usuário a importância de uma informação na sua vida profissional.
- Identificar problemas que precisam ser resolvidos na empresa.
- É aquela informação capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos.

7.Na sua visão para que o relatório financeiro possua representação fidedigna o que ele deve possuir?

- sendo conservador.
- sendo completa, neutra e livre de erros.
- sendo assinado por um profissional competente.
- sendo tempestivo.

8.Qual o objetivo da elaboração do relatório contábil-financeiro?

- É fornecer as informações contábeis da empresa.
- É fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por

empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

() É demonstrar o que foi feito na entidade durante o período a que se refere.

() É conceituar os principais elementos que baseiam nas normas de contabilidade, proporcionando aos contadores uma orientação de como contabilizar o balanço patrimonial.

9.O quanto você considera o Princípio da Prudência importante ao usuário da informação contábil?

(1) não é importante.

(2) pouco importante.

(3) indiferente.

(4) importante.

(5) muito importante.

10.A comparabilidade permite aos usuários identificar e compreender as similaridades dos itens e diferenças entre as informações contábeis, dessa forma:

() A comparabilidade da informação não é útil aos preparadores.

() A comparabilidade é aprimorada ao se fazer com que coisas diferentes pareçam iguais ou ainda ao se fazer coisas iguais parecerem diferentes.

() A comparabilidade não é aprimorada ao se fazer com que coisas diferentes pareçam iguais ou ainda ao se fazer coisas iguais parecerem diferentes.

() A comparabilidade não aprimora a informação por que somente os analistas fazem uso dela.

11.A verificabilidade tem como propósito apresentar a veracidade dos fatos ocorridos na empresa. A respeito da verificabilidade, na opinião, você considera que:

() Verificar a informação reportada é inviável.

() Pode não ser possível verificar todas as explicações e alguma informação contábil-financeira sobre o futuro até que o período futuro seja alcançado.

() Pode ser possível verificar algumas explicações e alguma informação contábil-financeira sobre o futuro.

() Pode não ser possível verificar algumas explicações e alguma informação contábil-financeira sobre o futuro até que o período futuro seja totalmente alcançado.

12.A tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. A respeito da tempestividade, você considera que:

() A informação pode ter o seu atributo tempestivo prolongado após o encerramento do período contábil.

() A informação não pode ter o seu atributo tempestivo prolongado antes do encerramento do período contábil.

() A informação pode ter o seu atributo tempestivo prolongado antes do encerramento do período contábil.

() A informação não pode ter o seu atributo tempestivo prolongado após o encerramento do período contábil.

13.A compreensibilidade classifica, caracteriza e apresenta a informação com clareza e concisão tornando-a compreensível para todos os usuários. Sobre a compreensibilidade, você considera que:

()Relatórios contábil-financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e que revisem e analisem a informação diligentemente.

()Relatórios contábil-financeiros são elaborados para usuários que possuem conhecimento elevado de negócios e de atividades econômicas e que revisem e analisem a informação diligentemente.

()Relatórios contábil-financeiros são elaborados para usuários que não possuem conhecimento de negócios e de atividades econômicas e que revisem e analisem a informação diligentemente.

()Relatórios contábil-financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável de negócios mas que possuam pouco conhecimento contábil.

ANÁLISE DO PREÇO DE FRETE SOBRE A VENDA DA SOJA NO ALTO PARANAÍBA¹

Pollyana Aparecida de Souza

Graduanda do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: pollyapsouza@hotmail.com

Moisés de Ávila da Silva

Coautor, Mestre em Contabilidade e professor do UNIPAM.

E-mail: mavidadasilva@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho trata-se de uma análise do preço de frete sobre a venda da soja no Alto Paranaíba, tendo como principal objetivo analisar os principais problemas logísticos da região do Alto Paranaíba, as rotas e a forma de escoamento de grãos de soja da região. Esse trabalho foi importante para identificar os tipos de modais mais usados na região, e qual impacto a greve dos caminhoneiros trouxe para a venda da soja. Pode-se notar que após a greve dos caminhoneiros o preço da tonelada transportada teve um aumento significativo, fazendo com que o custo sofresse um aumento.

PALAVRAS-CHAVE: Custo 1; Frete 2; Greve dos Caminhoneiros 3.

ABSTRACT: The present work deals with an analysis of the freight price on the sale of soybeans in Alto Paranaíba, with the main objective of analyzing the main logistic problems in the region of Alto Paranaíba, the routes and the way of disposal of soybeans in the region. This work was important to identify the types of modalities most used in the region, and what impact the truckers strike brought to the sale of soybeans. It can be noticed that after the strike of the truck drivers the price of the tonne transported had a significant increase, causing that the cost underwent an increase.

KEYWORDS: Cost 1; Freight 2; Truck drivers strike 3.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que possui uma incomparável base de recursos naturais, e isso faz com que o setor agrícola cresça mais a cada dia. Esse crescimento contínuo do setor agrícola, contribui para o crescimento da economia brasileira, e traz avanços significativos, principalmente para as culturas destinadas ao mercado externo (SILVA, 2008).

De acordo com as Projeções do Agronegócio (2018, p. 3) para Minas Gerais, “a

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do XIV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 7 de novembro de 2018.

produção de grãos terá um crescimento de 17,6%, o que levará a 16,8 milhões de toneladas (t), em 2027”. Sendo que o milho e a soja são os grãos mais produzidos no estado de Minas Gerais, e a soja uma das principais *commodities* exportada para fora do Brasil.

As Projeções do Agronegócio (2018, p. 5), diz que “o estado de Minas Gerais, precisa estar cada vez mais estruturado e preparado no seu âmbito interno, de forma a atender os requisitos e tendências do agronegócio e, assim, consolidar e ampliar sua participação no mercado interno e externo”.

Diante disso, o agronegócio vem se destacando em diversos setores, porém a logística do transporte da soja não vem acompanhando esse desenvolvimento e apresenta cada vez mais dificuldades para escoar essa produção até chegar aos portos, fazendo com que o custo do frete fique cada vez mais alto. Sendo assim esse trabalho buscou responder a seguinte pergunta: quais vantagens/desvantagens a região do Alto Paranaíba possui sobre o custo do transporte da soja por quilômetro?

Essa pesquisa é importante, pelo fato de que será feita uma análise do preço de frete sobre a venda da soja no Alto Paranaíba, visando mostrar se essa região possui vantagens ou desvantagens em relação ao custo do transporte da soja por quilômetros.

O objetivo geral deste estudo foi analisar as principais vantagens e desvantagens logísticas da região do Alto Paranaíba, as rotas e a forma de escoamento de grãos de soja da região. Para avançar com os objetivos gerais foram executados os seguintes objetivos específicos: Avaliar e discutir a literatura existente sobre os principais modais logísticos que podem ser utilizados para o escoamento da soja em grãos em nossa região; Investigar como os produtores enfrentam estes desafios logísticos na região e qual o custo desses desafios; Logística específica do Alto Paranaíba; Greve dos caminhoneiros e o impacto no preço do frete; Estudo de caso sobre o preço do frete.

CARACTERIZAÇÕES DO SETOR DE GRÃOS E A SOJA NA REGIÃO DE MINAS GERAIS

A soja teve seus primeiros plantios no continente asiático, na região da China, onde a leguminosa selvagem crescia em terras baixas e úmidas perto dos rios e lagos. Com o passar do tempo a soja foi se espalhando pela Ásia, onde começou a ser usada como alimento (SANCHES; MICHELLON; ROESSING, 2004).

De acordo com as Projeções do Agronegócio (2018, p. 20):

Minas Gerais produziu um volume de 5 milhões de t de soja na safra 2016/2017, representando 4,4% da produção total do país, ocupando o 7º lugar no ranking dos estados produtores de soja. Apesar do incremento de 6,7% na produção, a área colhida foi estimada em 1,5 milhão de ha, representando uma redução de 0,9% em comparação com a safra passada. O aumento de produção se deveu à produtividade média de 3, 5 mil kg/ha, superior em 7,6% em comparação com a safra anterior.

As Projeções do Agronegócio (2018, p. 20) relatam que para Minas Gerais, os municípios produtores de soja estão localizados nas regiões Noroeste e no Triângulo Mineiro. Sendo que “o principal município produtor do Noroeste é Unaí com 539,4 mil

t e no Triângulo é Uberaba, responsável por 6,2% da produção. Esses municípios representam 17,0% do total de soja produzida pelo estado”.

TIPOS DE MODAIS NA REGIÃO E SEU IMPACTO NA CULTURA DA SOJA

- **Sistema de movimento rodoviário:** o modal rodoviário é o mais usado para se transportar cargas no Brasil. Mais nem todas as rodovias se encontram em boas condições de conservação, o que acaba prejudicando o transporte de mercadorias, aumentando o tempo de viagem e encarecendo os custos operacionais (CASTIGLIONI; PIGOZZO, 2014).
- **Sistema de movimento ferroviário:** o modal ferroviário se baseia em um sistema de transporte onde se usam trens ou comboios para se carregar as mercadorias. Este modal é usado para transportar mercadorias de baixo valor agregado e com grandes quantidades, no entanto esse modal não é tão ágil como o modal rodoviário (CASTIGLIONI; PIGOZZO, 2014).
- **Sistema de movimento aquaviário:** o modal aquaviário ou hidroviário pode ser subdividido em fluvial e lacustre. O modal aquaviário fluvial usa as bacias hidrográficas brasileiras como meio de rotas, este modal transporta uma grande quantidade de produtos agrícolas, fertilizantes, minérios, derivados de petróleo e álcool. Já o lacustre trata-se de um transporte restrito, pois são poucos os lagos navegáveis (CASTIGLIONI; PIGOZZO, 2014).
- **Sistema de movimento aeroviário:** o modal aeroviário é usado para se transportar mercadorias de alto valor agregado, com pequenos volumes ou cargas que tem urgência em chegar ao seu destino. Este transporte possui o frete mais elevado, mas em compensação o tempo de deslocamento é bastante reduzido (CASTIGLIONI; PIGOZZO, 2014).
- **Sistema de movimento dutoviário:** segundo Castiglioni e Pigozzo (2014, p. 17) “o modal dutoviário utiliza a força da gravidade ou a pressão mecânica por meio de dutos para o transporte de granéis. É uma alternativa de transporte não poluente, não sujeita a congestionamentos e relativamente barata”.

LOGÍSTICA ESPECÍFICA DO ALTO PARANAÍBA

É importante identificar quais são os principais modais de transportes presentes na região do Alto Paranaíba, a fim de compreender sua dinâmica territorial e suas principais características que envolvem os processos de transporte das *commodities* na região. Entre os vários tipos de modais existentes o que se predomina na região do Alto Paranaíba é o modal rodoviário.

Amâncio (2017, s.p.) diz na reportagem que a região não possui acesso a nenhuma hidrovia ou ferrovia, existe apenas um projeto da construção de uma ferrovia que ligaria Patos de Minas a Serra do Salitre, mas, no entanto, esse projeto foi abandonado na década de 80. Amâncio (2017) diz que “essa ferrovia chegou até as pontes construídas, as pontes perfuradas, mas o projeto foi abandonado”.

Bernardes e Ferreira (2013, p. 108) dizem que “no estado de Minas Gerais, a criação de rodovias tem como base a sua importância no escoamento e da circulação

de mercadorias, facilitando desta forma a ligação econômica entre o estado mineiro com o restante do país”.

Ainda segundo Bernardes e Ferreira (2013, p. 108) “a expansão da malha rodoviária mineira, ganhou destaque a mesorregião Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, pois a mesma expandiu-se economicamente devido às atividades agroindustriais, em destaque, a pecuária extensiva e a alta produção de grãos”.

Dentre as rodovias da região do Alto Paranaíba mais usadas para se transportar grãos, podemos destacar a BR-365 que liga as regiões Norte/Leste de Minas Gerais a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de fazer também o cruzamento com outras rodovias importantes como é o caso da BR- 040 e a BR-354 (BERNARDES; FERREIRA, 2013).

A BR-365 abrange vários municípios, e com isso a movimentação na rodovia se torna intensa, com tráfego pesado principalmente de caminhões e carretas. Esse alto tráfego de veículos faz com que essa rodovia precise cada vez mais de melhorias, por ser uma rodovia de pista simples e sem duplicação acaba acontecendo um alto índice de acidentes.

GREVE DOS CAMINHONEIROS E O IMPACTO NO PREÇO DO FRETE

O Brasil passou por uma greve que paralisou o país por dez dias, entre o final de maio e o início de junho de 2018. Onde caminhoneiros bloquearam as estradas de norte a sul do país, com intuito de protestarem sobre a alta constante no preço dos combustíveis, principalmente sobre o óleo diesel (VARGASS, 2018).

Essa paralisação e o bloqueio das rodovias causaram transtorno para toda a população, onde houve a indisponibilidade de alimentos e remédio, e a escassez de combustível dos postos de gasolina de todo o país. Essa paralisação acabou afetando também a economia do Brasil, Vargass (2018, s.p.) diz que “no agronegócio, o prejuízo foi de R\$ 14 bilhões”.

Como tentativa de acabar com essa paralisação, o governo resolve ouvir as reivindicações dos caminhoneiros, intervindo e baixar o preço do óleo diesel, criando assim uma tabela com o preço mínimo para o frete. Mas, no entanto, segundo Vargass (2018, s.p.) essa medida “causou um efeito cascata, impactando inclusive no bolso dos produtores rurais, que apoiaram a greve dos caminhoneiros”.

Segundo Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT (2018, s.p.), “as tabelas de preços mínimos têm natureza vinculativa e foram elaboradas conforme as especificidades das cargas, sendo divididas em: carga geral, a granel, frigorificada, perigosa e neogranel”.

Quadro 1: Preço Mínimo para o frete – Carga Granel

Tabela de Preços Mínimos por KM e por Eixo - Carga Granel		
De KM	Até KM	Custo por KM/Eixo
1	100	2,10
101	200	1,31
201	300	1,15
301	400	1,08
401	500	1,04
501	600	1,02
601	700	1,00
701	800	0,99
801	900	0,98
901	1000	0,98
1001	1100	0,97
1101	1200	0,96
1201	1300	0,96
1301	1400	0,96
1401	1500	0,95
1501	1600	0,95
1601	1700	0,95
1701	1800	0,95
1801	1900	0,94
1901	2000	0,94
2001	2100	0,94
2101	2200	0,94
2201	2300	0,94
2301	2400	0,94
2401	2500	0,94
2501	2600	0,94
2601	2700	0,93
2701	2800	0,93
2801	2900	0,93
2901	3000	0,93

Fonte: ANTT (2018)

O tabelamento de preço mínimo para o frete irá ocasionar mais custos para o transporte de grãos. A Agência Nacional de Transporte Terrestre (2018, s.p.) diz que “os pequenos produtores e os produtores rurais da agricultura familiar serão forçados a se organizar em cooperativas de frete, com suas frotas próprias, ou perderão competitividade”.

VALOR DO FRETE POR TONELADA ANTES DA GREVE

O presente estudo de caso mostra a relação do preço do frete praticado no estado do Mato Grosso, em relação a região do Alto Paranaíba antes e após a greve dos caminhoneiros. Sendo calculada a média do preço do frete por tonelada transportada das cidades do Mato Grosso até os portos de Santos/SP, Paranaguá/PR, Alto Araguaia/MT e Arco Norte.

Comparando estes valores com o preço do frete para se transportar a soja de Patos de Minas/ MG até a cidade de Patrocínio/MG, onde os grãos ficam armazenados em um armazém, e a medida que as indústrias de Uberlândia precisam de soja para processar ou para exportar elas vão buscando a quantidade necessária.

Os quadros a seguir apresentam dados antes da greve dos caminhoneiros, referentes ao mês de abril de 2017 e março e abril de 2018.

Quadro 2: Preço de frete praticado no Mato Grosso antes da greve

ROTAS		R\$ / t				VARIÇÃO PERCENTUAL	
DESTINO-UF	ORIGEM-UF	KM	ABR/17	MAR/18	ABR/18	ANO	MÊS
SANTOS/SP	SORRISO/MT	2.171	290,00	340,00	320,00	10%	-6%
	PRIMAVERA/MT	1.632	220,00	280,00	250,00	14%	-11%
	RONDONÓPOLIS/MT	1.506	210,00	260,00	230,00	10%	-12%
	CAMPO NOVO/MT	2.210	290,00	340,00	320,00	10%	-6%
	QUERÊNCIA/MT	1.817	275,00	330,00	295,00	7%	-11%
PARANAGUÁ/PR	PRIMAVERA/MT	1.747	200,00	265,00	230,00	15%	-13%
	RONDONÓPOLIS/MT	1.621	190,00	250,00	220,00	16%	-12%
ALTO ARAGUAIA/MT	SORRISO/MT	874	125,00	155,00	140,00	12%	-10%
	PRIMAVERA/MT	335	65,00	80,00	75,00	15%	-6%
ARCO NORTE	SORRISO/MT – MIRITITUBA/PA	1.017	225,00	265,00	240,00	7%	-9%
	SORRISO/MT – SANTARÉM/PA	1.380	275,00	320,00	290,00	5%	-9%
	CAMPO NOVO/MT – PORTO VELHO/RO	1.179	165,00	170,00	170,00	3%	0%

Fonte: CONAB (2018)

Quadro 3: Preço pago por tonelada para se transporta a soja em abril 2017

Abr./17			
Valor	Km	Por T	
R\$ 290,00	2.171	0,13	... Paga-se R\$ 0,13 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 220,00	1.632	0,13	... Paga-se R\$ 0,13 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 210,00	1.506	0,14	... Paga-se R\$ 0,14 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 290,00	2.210	0,13	... Paga-se R\$ 0,13 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 275,00	1.817	0,15	... Paga-se R\$ 0,15 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 200,00	1.747	0,11	... Paga-se R\$ 0,11 centavos por tonelada transportada até Paranaguá
R\$ 190,00	1.621	0,12	... Paga-se R\$ 0,12 centavos por tonelada transportada até Paranaguá
R\$ 125,00	874	0,14	... Paga-se R\$ 0,14 centavos por tonelada transportada até Alto Araguaia
R\$ 65,00	335	0,19	... Paga-se R\$ 0,19 centavos por tonelada transportada até Alto Araguaia
R\$ 225,00	1.017	0,22	... Paga-se R\$ 0,22 centavos por tonelada transportada até Arco Norte
R\$ 275,00	1.380	0,20	... Paga-se R\$ 0,20 centavos por tonelada transportada até Arco Norte
R\$ 165,00	1.179	0,14	... Paga-se R\$ 0,14 centavos por tonelada transportada até Arco Norte

Fonte: Próprio Autor (2018)

Quadro 4: Preço pago por tonelada para se transporta a soja em março 2018

mar/18			
Valor	Km	Por km	
R\$ 340,00	2.171	0,16	... Paga-se R\$ 0,16 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 280,00	1.632	0,17	... Paga-se R\$ 0,17 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 260,00	1.506	0,17	... Paga-se R\$ 0,17 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 340,00	2.210	0,15	... Paga-se R\$ 0,15 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 330,00	1.817	0,18	... Paga-se R\$ 0,18 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 265,00	1.747	0,15	... Paga-se R\$ 0,15 centavos por tonelada transportada até Paranaguá
R\$ 250,00	1.621	0,15	... Paga-se R\$ 0,15 centavos por tonelada transportada até Paranaguá
R\$ 155,00	874	0,18	... Paga-se R\$ 0,18 centavos por tonelada transportada até Alto Araguaia
R\$ 80,00	335	0,24	... Paga-se R\$ 0,24 centavos por tonelada transportada até Alto Araguaia
R\$ 265,00	1.017	0,26	... Paga-se R\$ 0,26 centavos por tonelada transportada até Arco Norte
R\$ 320,00	1.380	0,23	... Paga-se R\$ 0,23 centavos por tonelada transportada até Arco Norte
R\$ 170,00	1.179	0,14	... Paga-se R\$ 0,14 centavos por tonelada transportada até Arco Norte

Fonte: Próprio Autor (2018)

Quadro 5: Preço pago por tonelada para se transporta a soja em abril 2018

abr/18			
Valor	Km	Por km	
R\$ 320,00	2.171	0,15	... Paga-se R\$ 0,15 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 250,00	1.632	0,15	... Paga-se R\$ 0,15 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 230,00	1.506	0,15	... Paga-se R\$ 0,15 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 320,00	2.210	0,14	... Paga-se R\$ 0,14 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 295,00	1.817	0,16	... Paga-se R\$ 0,16 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 230,00	1.747	0,13	... Paga-se R\$ 0,13 centavos por tonelada transportada até Paranaguá
R\$ 220,00	1.621	0,14	... Paga-se R\$ 0,14 centavos por tonelada transportada até Paranaguá
R\$ 140,00	874	0,16	... Paga-se R\$ 0,16 centavos por tonelada transportada até Alto Araguaia
R\$ 75,00	335	0,22	... Paga-se R\$ 0,22 centavos por tonelada transportada até Alto Araguaia
R\$ 240,00	1.017	0,24	... Paga-se R\$ 0,24 centavos por tonelada transportada até Arco Norte
R\$ 290,00	1.380	0,21	... Paga-se R\$ 0,21 centavos por tonelada transportada até Arco Norte
R\$ 170,00	1.179	0,14	... Paga-se R\$ 0,14 centavos por tonelada transportada até Arco Norte

Fonte: Próprio Autor (2018)

Quadro 6: Preço de frete praticado no Alto Paranaíba antes da greve

Saída	Destino	KM	R\$/Saca
Patos de Minas/MG	Patrocínio/MG	75,1	R\$ 2,50

Saída	Destino	KM	R\$/T
Patrocínio/MG	Uberlândia/MG	153	R\$ 35,00

Fonte: Negócios (2018)

Quadro 7: Preço pago por tonelada/saca para se transporta a soja antes da greve

Valor	Km	Por Saca	
R\$ 2,50	75,1	R\$ 0,03	... Paga-se R\$ 0,03 centavos por saca transportada até Patrocínio
Valor	Km	Por T	
R\$ 35,00	153	R\$ 0,23	... Paga-se R\$ 0,23 centavos por tonelada transportada até Uberlândia

Fonte: Próprio Autor (2018)

Os quadros acima apresentam o valor pago por tonelada transportada no Mato Grosso, no mês de abril de 2017 a média foi de R\$ 0,15 por toneladas, já em março de 2018 a média aumentou para R\$ 0,18 e em abril de 2018 caiu para R\$ 0,17 por toneladas transportadas. Já na região do Alto Paranaíba a média para se transportar a saca de Patos de Minas/MG até Patrocínio/MG é de R\$ 0,03 por saca e de Patrocínio/MG até Uberlândia/MG é de R\$ 0,23 por tonelada.

VALOR DO FRETE POR TONELADA APÓS A GREVE

Os quadros a seguir apresentam dados após a greve dos caminhoneiros, referentes ao mês de agosto de 2017, e julho e agosto de 2018.

Quadro 8: Preço de frete praticado no Mato Grosso após a greve

ROTAS		R\$ / t				VARIÇÃO PERCENTUAL	
DESTINO-UF	ORIGEM-UF	KM	Ago/17	Jul/18	Ago/18	ANO	MÊS
SANTOS/SP	SORRISO/MT	2.171	310,00	340,00	340,00	10%	0%
	PRIMAVERA/MT	1.632	235,00	260,00	260,00	11%	0%
	RONDONÓPOLIS/MT	1.506	220,00	250,00	250,00	14%	0%
	CAMPO NOVO/MT	2.210	310,00	340,00	340,00	10%	0%
	QUERÊNCIA/MT	1.817	305,00	340,00	340,00	11%	0%
PARANAGUÁ/PR	PRIMAVERA/MT	1.747	225,00	250,00	250,00	11%	0%
	RONDONÓPOLIS/MT	1.621	205,00	240,00	240,00	17%	0%
ALTO ARAGUAIA/MT	SORRISO/MT	874	140,00	150,00	150,00	7%	0%
	PRIMAVERA/MT	335	70,00	80,00	80,00	14%	0%
ARCO NORTE	SORRISO/MT – MIRITITUBA/PA	1.017	230,00	260,00	250,00	9%	-4%
	SORRISO/MT – SANTARÉM/PA	1.380	290,00	310,00	300,00	3%	-3%
	CAMPO NOVO/MT – PORTO VELHO/RO	1.179	165,00	180,00	180,00	9%	0%
ARAGUARI/MG	QUERÊNCIA/MT	1.141	195,00	180,00	180,00	-8%	0%
COLINAS/TO		1.194	185,00	190,00	190,00	3%	0%
SÃO LUIS/MA		2.242	325,00	340,00	340,00	5%	0%

Fonte: CONAB (2018)

Quadro 09: Preço pago por tonelada para se transporta a soja em julho 2018

jul/18			
Valor	Km	Por km	
R\$ 340,00	2.171	0,16	... Paga-se R\$ 0,16 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 260,00	1.632	0,16	... Paga-se R\$ 0,16 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 250,00	1.506	0,17	... Paga-se R\$ 0,17 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 340,00	2.210	0,15	... Paga-se R\$ 0,15 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 340,00	1.817	0,19	... Paga-se R\$ 0,19 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 250,00	1.747	0,14	... Paga-se R\$ 0,14 centavos por tonelada transportada até Paranaguá
R\$ 240,00	1.621	0,15	... Paga-se R\$ 0,15 centavos por tonelada transportada até Paranaguá
R\$ 150,00	874	0,17	... Paga-se R\$ 0,17 centavos por tonelada transportada até Alto Araguaia
R\$ 80,00	335	0,24	... Paga-se R\$ 0,24 centavos por tonelada transportada até Alto Araguaia
R\$ 260,00	1.017	0,26	... Paga-se R\$ 0,26 centavos por tonelada transportada até Arco Norte
R\$ 310,00	1.380	0,22	... Paga-se R\$ 0,22 centavos por tonelada transportada até Arco Norte
R\$ 180,00	1.179	0,15	... Paga-se R\$ 0,15 centavos por tonelada transportada até Arco Norte
R\$ 180,00	1.141	0,16	... Paga-se R\$ 0,16 centavos por tonelada transportada até Araguari
R\$ 190,00	1.194	0,16	... Paga-se R\$ 0,16 centavos por tonelada transportada até Colinas
R\$ 340,00	2.242	0,15	... Paga-se R\$ 0,15 centavos por tonelada transportada até São Luis

Fonte: Próprio Autor (2018)

Quadro 10: Preço pago por tonelada para se transporta a soja em agosto 2018

ago/18			
Valor	Km	Por km	
R\$ 340,00	2.171	0,16	... Paga-se R\$ 0,16 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 260,00	1.632	0,16	... Paga-se R\$ 0,16 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 250,00	1.506	0,17	... Paga-se R\$ 0,17 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 340,00	2.210	0,15	... Paga-se R\$ 0,15 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 340,00	1.817	0,19	... Paga-se R\$ 0,19 centavos por tonelada transportada até Santos
R\$ 250,00	1.747	0,14	... Paga-se R\$ 0,14 centavos por tonelada transportada até Paranaguá
R\$ 240,00	1.621	0,15	... Paga-se R\$ 0,15 centavos por tonelada transportada até Paranaguá
R\$ 150,00	874	0,17	... Paga-se R\$ 0,17 centavos por tonelada transportada até Alto Araguaia
R\$ 80,00	335	0,24	... Paga-se R\$ 0,24 centavos por tonelada transportada até Alto Araguaia
R\$ 250,00	1.017	0,25	... Paga-se R\$ 0,25 centavos por tonelada transportada até Arco Norte
R\$ 300,00	1.380	0,22	... Paga-se R\$ 0,22 centavos por tonelada transportada até Arco Norte
R\$ 180,00	1.179	0,15	... Paga-se R\$ 0,15 centavos por tonelada transportada até Arco Norte
R\$ 180,00	1.141	0,16	... Paga-se R\$ 0,16 centavos por tonelada transportada até Araguari
R\$ 190,00	1.194	0,16	... Paga-se R\$ 0,16 centavos por tonelada transportada até Colinas
R\$ 340,00	2.242	0,15	... Paga-se R\$ 0,15 centavos por tonelada transportada até São Luis

Fonte: Próprio Autor (2018)

Quadro 11: Preço de frete praticado no Alto Paranaíba após a greve

Saída	Destino	KM	R\$/T
Patos de Minas/MG	Uberlândia/MG	223,5	R\$ 46,00

Fonte: Central (2018)

Quadro 12: Preço pago por tonelada/saca para se transporta a soja após a greve

Valor	Km	Por T	
R\$ 46,00	223,5	R\$ 0,21	... Paga-se R\$ 0,21 centavos por tonelada transportada até Uberlândia

Fonte: Próprio Autor (2018)

Os quadros acima apresentam o valor pago por tonelada transportada, no mês de agosto de 2017, onde a média foi de R\$ 0,16 por toneladas, já em julho de 2018 a média aumentou para R\$ 0,18 e em agosto de 2018 caiu para R\$ 0,17 por toneladas transportadas. Já na região do Alto Paranaíba a média para se transportar a saca de Patos de Minas/MG até Uberlândia/MG é de R\$ 0,21 por tonelada.

CUSTO MÉDIO DO FRETE RODOVIÁRIO POR TONELADA NO ALTO PARANAÍBA

Nota-se nos quadros abaixo, que o preço do frete teve um aumento significativo após a greve dos caminhoneiros, antes o produtor rural pagava em média de R\$ 35,00 para se transportar os grãos e após a greve esse valor subiu para R\$ 46,00 por tonelada transportada.

Quadro 13: Custo médio do frete antes da greve

Saída	Destino	KM	R\$/T
Patrocínio/MG	Uberlândia/MG	153	R\$ 35,00

Fonte: Negócios (2018)

Quadro 14: Custo médio do frete após da greve

Saída	Destino	KM	R\$/T
Patos de Minas/MG	Uberlândia/MG	223,5	R\$ 46,00

Fonte: Central (2018)

VENDA DA SOJA

Segundo os pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA (2018, s.p.) “os preços da soja continuam em alta expressiva no mercado disponível, com disputa entre compradores interno e externo pelo restante da soja em estoque”. Diante da necessidade da compra de grãos os compradores acabam cedendo e pagando valores mais altos. Os quadros a seguir mostram os valores do Indicador ESALQ/BM&FBovespa - Paraná e o preço médio mensal da soja na região de Patrocínio/Uberlândia.

Quadro 15: Indicador da Soja CEPEA/ESALQ – Paraná

Data	À vista R\$	À vista US\$
09/2017	70,41	22,45
10/2017	71,47	22,37
11/2017	73,87	22,67
12/2017	74,24	22,53
01/2018	71,83	22,38
02/2018	74,72	23,04
03/2018	79,39	24,23
04/2018	85,53	25,10
05/2018	86,12	23,69
06/2018	84,83	22,43
07/2018	88,29	23,08
08/2018	89,91	22,88
09/2018	94,05	22,74

Fonte: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA (2018)

Quadro 16: Preço médio mensal da soja na região de Patrocínio/Uberlândia

Mês	VR. saca Soja Comercial Adm. do Brasil
set/17	R\$ 62,00
out/17	R\$ 66,00
nov/17	R\$ 67,00
dez/17	R\$ 66,00
jan/18	R\$ 65,00
fev/18	R\$ 65,00
mar/18	R\$ 68,00
abr/18	R\$ 73,00
mai/18	R\$ 77,00
jun/18	R\$ 72,00
jul/18	R\$ 78,00
ago/18	R\$ 80,00

Fonte: Agronegócio (2018)

Pode-se observar nos quadros acima que o preço médio da soja na região do Alto Paranaíba é menor do que o preço praticado em outras regiões do país.

RELAÇÃO PREÇO X CUSTO DO FRETE

Os quadros a seguir apresentam os preços da soja em relação ao Indicador Bovespa e em relação a Adm. do Brasil antes e após a greve dos caminhoneiros.

Quadro 17: Preço x Custo do Frete pelo Indicador Bovespa

Preço x Custo do Frete - Indicador Bovespa			
Data	Preço da soja	Custo do Frete	Média
09/2017	70,41	R\$ 35,00	R\$ 2,01
10/2017	71,47	R\$ 35,00	R\$ 2,04
11/2017	73,87	R\$ 35,00	R\$ 2,11
12/2017	74,24	R\$ 35,00	R\$ 2,12
01/2018	71,83	R\$ 35,00	R\$ 2,05
02/2018	74,72	R\$ 35,00	R\$ 2,13
03/2018	79,39	R\$ 35,00	R\$ 2,27
04/2018	85,53	R\$ 35,00	R\$ 2,44
05/2018	86,12	R\$ 35,00	R\$ 2,46
06/2018	84,83	R\$ 35,00	R\$ 2,42
07/2018	88,29	R\$ 46,00	R\$ 1,92
08/2018	89,91	R\$ 46,00	R\$ 1,95
09/2018	94,05	R\$ 46,00	R\$ 2,04

Fonte: Próprio Autor (2018)

Quadro 18: Preço x Custo do Frete pela Adm. Do Brasil

Preço x Custo do Frete - Adm. Do Brasil			
Data	Preço da soja	Custo do Frete	Média
set/17	R\$ 62,00	R\$ 35,00	R\$ 1,77
out/17	R\$ 66,00	R\$ 35,00	R\$ 1,89
nov/17	R\$ 67,00	R\$ 35,00	R\$ 1,91
dez/17	R\$ 66,00	R\$ 35,00	R\$ 1,89
jan/18	R\$ 65,00	R\$ 35,00	R\$ 1,86
fev/18	R\$ 65,00	R\$ 35,00	R\$ 1,86
mar/18	R\$ 68,00	R\$ 35,00	R\$ 1,94
abr/18	R\$ 73,00	R\$ 35,00	R\$ 2,09
mai/18	R\$ 77,00	R\$ 35,00	R\$ 2,20
jun/18	R\$ 72,00	R\$ 35,00	R\$ 2,06
jul/18	R\$ 78,00	R\$ 46,00	R\$ 1,70
ago/18	R\$ 80,00	R\$ 46,00	R\$ 1,74

Fonte: Próprio Autor (2018)

Pode-se notar que a média calculada sobre o Preço x Custo do frete diminuiu após a tabela de frete criada pela ANTT, antes da greve dos caminhoneiros o custo do frete por saca era de R\$ 35,00 e a média do Indicador Bovespa era de R\$ 2,21 por saca transportada, e após a greve o custo era de R\$ 46,00 e a média caiu para R\$ 1,97 por saca transportada.

Já pela Adm do Brasil, a média era de R\$ 1,95 antes da greve e após a greve passou para R\$ 1,72 por saca transportada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os estudos apresentados no trabalho, pôde-se observar que o modal mais utilizado na região do Alto Paranaíba é o modal rodoviário, por onde se escoam a soja em grãos até a cidade Patrocínio, onde a soja fica estrategicamente armazenada na região e depois segue para Uberlândia.

Esses grãos são transportados pela BR-365, pelo fato de ser uma rodovia diagonal que liga o Norte/Leste de Minas Gerais a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Mas, no entanto os produtores lidam diariamente com diversos fatores que influenciam na logística dos grãos, como é o caso do alto tráfego de veículos de carga e de passeio que passam diariamente por essa rodovia.

Observou-se também que a média do frete praticado por quilômetros antes da greve dos caminhoneiros no Mato Grosso foi de R\$ 0,15 no mês de abril de 2017, R\$ 0,18 em março de 2018 e R\$ 0,17 em abril de 2018 e a média desses valores foi de R\$ 0,17 por toneladas transportadas. Enquanto que na região do Alto Paranaíba essa média foi de R\$ 0,23 por toneladas transportadas, sendo esse valor superior do que a média da região do Mato Grosso.

Após a greve a região do Mato Grosso teve como média R\$ 0,18 em julho de 2018 e R\$ 0,17 em agosto de 2018 por toneladas transportadas, tendo como média desses valores R\$ 0,17. Já na região do Alto Paranaíba a média foi de R\$ 0,21.

Em relação ao preço da tonelada pelo custo do frete praticado na região, nota-se que após a greve esse valor caiu, pois antes da greve se pagava em média de R\$

2,21 por tonelada transportada e após passou a se pagar R\$ 1,97 pelo Indicador Bovespa, enquanto pela Adm do Brasil a média passou de R\$ 1,95 para R\$ 1,72.

Com isso o estudo conclui que a média paga por toneladas transportadas na região do Mato Grosso continua igual a R\$ 0,17 e a greve dos caminhoneiros não afetou no custo para se transportar os grãos. Mas, no entanto na região do Alto Paranaíba a média teve uma diminuição de alguns centavos, mas o preço por tonelada e o valor do frete teve um aumento significativo após a greve.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT. **Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas**. 2018. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/cargas/Tabelas_de_Precos_Minimos_do_Transporte_Rodoviaro_de_Cargas.html>. Acesso em 20 set. 2018.

AGRONEGOCIO, Auma. Preço da soja na região do Alto Paranaíba. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <diego.daniel@auma.com.br>. em: 22 out. 2018

AMÂNCIO, André. **Projeto de ferrovia que liga Patos de Minas a Serra do Salitre será retomado**. 2017. Disponível em: <<http://www.patosagora.net/noticia/projeto-de-ferrovia-que-liga-patos-de-minas-a-serra-do-salitre-sera-retomado>>. Acesso em: 19 set. 2018.

BERNARDES, Flaviane Fernandes; FERREIRA, William Rodrigues. **A LOGÍSTICA EM TRANSPORTE NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA: operacionalizando os sistemas agrícolas**. 2013

CASTIGLIONI, José Antônio de Mattos; PIGOZZO, Linomar. **Transporte e Distribuição**. São Paulo: Erica Ltda., 2014. 148 p.

CENTRAL, Brasil. **Preço para se transportar a soja após a greve**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <patosdeminas.campobelo@brasilcentral.com.br>. em: 25 out. 2018.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA. 2018. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/consultas-ao-banco-de-dados-do-site.aspx>>. Acesso em: 13 de set. 2018.

Companhia nacional de abastecimento - CONAB. **Boletim Logístico**. 2018. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/boletim-logistico>>. Acesso em: 25 set. 2018

NEGOCIOS, Triângulo. **Preço da soja**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <cynara@triangulonegocios.com.br>. em: 22 out. 2018.

Projeções do Agronegócio: Minas Gerais 2017 a 2027. 2018. 3. ed.

SANCHES, Altevir Costa; MICHELLON Ednaldo; ROESSING Antônio Carlos. **Os limites de expansão da soja.** 2004.

SILVA, Juarez de Sousa e. **Secagem e armazenagem de produtos agrícolas.** 2. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2008.

VARGASS, Rodrigo. **O preço da greve dos caminhoneiros: custos da próxima safra sobem.** 2018. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Colunas/caminhos-da-safra/noticia/2018/09/o-preco-da-greve-dos-caminhoneiros-custos-da-proxima-safra-sobem.html>>. Acesso em: 19 set. 2018.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA LEI 13.467/2017 NAS RELAÇÕES SINDICAIS¹

Danielle Rosa Silveira

Graduanda do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.
E-mail: daniellesilveira@unipam.edu.br

Gustavo de Magalhães Vieira

Orientador do trabalho. Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.
E-mail: gustavomv@unipam.edu.br

RESUMO: Com o avanço socioeconômico e tecnológico ao qual chegou à sociedade brasileira surgiu a necessidade de adequar a legislação trabalhista à nova realidade econômica global. Ao analisar os reflexos dessas mudanças nas relações sindicais, observou-se que os sindicatos patronais, empresas e empregados acreditam que essa nova lei veio trazer avanços as relações de trabalho. Já os sindicatos laborais acreditam que essas alterações causaram prejuízos para a classe trabalhadora e para os sindicatos.

PALAVRAS-CHAVE: Legislação trabalhista; Reforma trabalhista; Relações Sindicais.

ABSTRACT: Thanks to the socioeconomic and technological advance which arrived at Brazilian society, a need for adapting the labor legislation and the new global economic reality emerged. When analyzing the reflexes of these changes in the union relations, it was observed that the employers' unions, companies and employees believe that this new law came to bring advances to the labor relations. On the other hand, the labor unions believe that these changes caused injury to the working class and the unions.

KEYWORDS: Labor legislation; Labor reform; Union relations.

1 INTRODUÇÃO

A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT foi elaborada no ano de 1943 com o intuito de unificar a legislação vigente, sendo que é considerada a base da legislação trabalhista brasileira. Essas leis surgiram, pois, as condições de trabalho brasileiras começaram a ser questionadas e foi neste cenário que também nasceu o movimento sindical brasileiro, para buscar a promoção e a melhoria da condição social do trabalhador (NASCIMENTO, 2014).

Levando em conta que vivemos em um mundo cada vez mais globalizado, surgiu a necessidade de adequar a legislação trabalhista ao avanço socioeconômico e tecnológico ao qual chegou à sociedade brasileira. Denominada de reforma trabalhista, em 13 de julho de 2017 foi publicada a Lei 13.467 que alterou diversos pontos da CLT

¹ Trabalho apresentado na área temática III – Ciências Contábeis do XV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 7 de novembro de 2018.

com intuito de atualizar e flexibilizar as relações de trabalho. Dentre as mudanças trazidas pela reforma trabalhista algumas afetaram diretamente o setor sindical, principalmente por destituir algumas prerrogativas das organizações sindicais (LOPES, 2017).

O objetivo geral do presente trabalho foi analisar os impactos da reforma trabalhista, Lei 13.467/2017, nas relações sindicais. Além disso, de forma específica, pretendeu-se evidenciar as mudanças trazidas pela reforma trabalhista, principalmente para o setor sindical; conhecer a opinião dos sindicatos, empresas e empregados com relação às modificações realizadas pela reforma trabalhista, e; verificar os avanços e prejuízos trazidos pelas alterações feitas na legislação trabalhista, na opinião dos sindicatos, empresas e empregados.

O tema “Análise dos impactos da Lei 13.467/2017 nas relações sindicais” foi escolhido por tratar de uma alteração recente na legislação trabalhista, podendo assim contribuir para o esclarecimento de dúvidas, tanto das empresas quanto dos empregados, com relação às mudanças trazidas pela reforma trabalhista que refletiram nas relações sindicais. O trabalho justifica-se ainda, no sentido de contribuir para o enriquecimento acadêmico, visto que ainda não existem muitos trabalhos relacionados ao tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

As primeiras leis brasileiras de proteção ao trabalho segundo Moura *apud* Moraes (1905) surgiram no fim do século XIX. Mas foi a partir da década de 1930 que os direitos trabalhistas realmente começaram a se expandir no Brasil.

Devido à quantidade de leis trabalhistas elaboradas a partir da década de 1930, ficou difícil segui-las diante da desordem destas normas. Assim, foi com a necessidade de organizar essas leis que surgiu a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (NASCIMENTO, 2014).

Visto a necessidade de adequar a legislação trabalhista ao avanço socioeconômico e tecnológico ao qual chegou à sociedade brasileira, em 13 de julho de 2017 foi publicada a Lei 13.467 que alterou diversos pontos da CLT. Denominada de reforma trabalhista, esta nova lei veio atualizar e flexibilizar as relações de trabalho (LOPES, 2017).

Segundo Lopes (2017) dentre as mudanças trazidas por essa nova lei, destacam-se:

A prevalência do negociado sobre o legislado; a valorização dos acordos individuais entre patrões e empregados; a possibilidade de novas formas de contratação (exemplo: o contrato de trabalho intermitente); a criação de regras para o teletrabalho; o fim das horas in itinere; a terceirização das atividades meio e fim; a utilização da arbitragem para os trabalhadores cuja remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios da Previdência Social; a representação dos trabalhadores no local de trabalho nas empresas com mais de 200 empregados; a duração de dois anos da convenção ou acordo coletivo de trabalho com vedação da

ultratividade; e a criação do termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (LOPES, 2017 p. 06).

Para Econet (2018) “a reforma trabalhista tem por objetivo promover maior flexibilização na aplicação das normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, mais liberdade na negociação dos contratos da categoria profissional e desburocratização na negociação coletiva”.

2.2 SINDICALISMO

O sindicalismo no Brasil iniciou no final do século XIX quando os imigrantes europeus trouxeram consigo as ideias sindicais existentes em seus países. Dessa forma, as condições de trabalho brasileiras começaram a ser questionadas (NASCIMENTO, 2014).

Manus (2015) afirma que a liberdade sindical foi consagrada pela Constituição Federal de 1946. Já Mattos (2003) acredita que somente com a aprovação da Constituição Federal de 1988 que a liberdade sindical no Brasil foi consagrada, visto que o Estado foi impedido de intervir nas organizações sindicais.

A Lei 13.467/2017 trouxe algumas mudanças que impactaram diretamente no setor sindical, tais como: as contribuições sindicais que antes eram obrigatórias passaram a ser facultativas; a homologação de rescisão de contrato de trabalho com assistência sindical deixou de ser obrigatória; passaram a ser permitidos acordos diretamente entre empregado e empregador restringindo a participação dos sindicatos na negociação de alguns direitos (ECONET, 2018).

Diante do exposto, nota-se que as mudanças trazidas pela reforma trabalhista geraram revolta nas organizações sindicais. Neto e Souza (2018) enfatizam que é preciso considerar que a reforma trabalhista sofreu grande resistência, mas isso acontece com toda grande alteração que acontece na legislação.

Apesar das inúmeras tentativas por meio judicial as entidades sindicais ainda não conseguiram reverter a situação e reestabelecer a liberdade sindical que já havia sido conquistada. Para Martinez (2016, p. 821) a liberdade sindical é “um instrumento de apoio à efetivação dos direitos sociais e, em geral, à ampliação destes. Ela opera no sentido do crescimento e da expansão das conquistas sociais e econômicas, e não tolera a retrocessão”.

Neste cenário, a organização sindical brasileira precisará se adaptar e se reinventar para conseguir resgatar o equilíbrio, buscando formas de atrair associados a fim de obter contribuições mensais espontâneas para garantir a interação entre as categorias econômicas e profissionais, bem como a sua sobrevivência (LOPES, 2017).

3 METODOLOGIA

A pesquisa é do tipo descritiva e foram utilizadas fontes bibliográficas e webliográficas. A abordagem da pesquisa se deu como qualitativa e a unidade de análise e os sujeitos da pesquisa se corresponderam. Foram compostos por 2 representantes de sindicatos patronais; 3 de sindicatos laborais; 3 empresários e 3 empregados. Vale ressaltar que cada um dos grupos supramencionados foi composto

por profissionais e ou representantes sindicais das categorias comércio, construção civil e educação.

Para a coleta de dados, primeiramente foi feito contato com os profissionais indicados anteriormente com o intuito de explica-los os objetivos do projeto. Posteriormente foram agendadas datas oportunas para aplicação dos roteiros de entrevista, os quais foram aplicados e gravados para uma análise aprofundada quando da elaboração dos resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

O Quadro 1 vem mostrar o perfil dos profissionais que foram entrevistados, sendo que estes foram escolhidos por acessibilidade. Os nomes adotados para denominar os entrevistados foram fictícios, com o propósito de manter a identidade dos profissionais em sigilo. Os entrevistados denominados Sindicato Patronal 1, Sindicato Laboral 1, Empresa 1 e Empregado 1 são da categoria do comércio, os denominados Sindicato Patronal 2, Sindicato Laboral 2, Empresa 2 e Empregado 2 são da categoria da educação privada e os denominados Sindicato Laboral 3, Empresa 3 e Empregado 3 são da categoria da construção civil.

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados

Nome	Sexo	Idade	Grau de instrução	Cargo
Sindicato Patronal 1	F	50	Superior completo	Assistência jurídica
Sindicato Patronal 2	F	57	Superior completo	Presidente do Sindicato
Sindicato Laboral 1	M	69	Ensino médio	Presidente do Sindicato
Sindicato Laboral 2	F	25	Superior incompleto	Auxiliar administrativo
Sindicato Laboral 3	M	72	Ensino médio	Assessoria Sindical
Empresa 1	M	54	Ensino médio	Empresário
Empresa 2	M	47	Superior completo	Analista de RH
Empresa 3	M	44	Superior completo	Diretor técnico
Empregado 1	F	34	Superior incompleto	Analista de RH
Empregado 2	M	60	Superior completo	Professor
Empregado 3	M	27	Ensino médio	Pedreiro

Fonte: Elaborado pela autora através da coleta de dados da pesquisa, 2018.

Ao analisar o Quadro 1 é possível identificar que a maioria dos entrevistados são do sexo masculino e possuem curso superior, sendo que a faixa etária dos entrevistados varia entre 25 e 72 anos. Nota-se também que foram entrevistados profissionais com cargos distintos, sendo estes representantes do setor sindical, empresarial e laboral. Isso para possibilitar a verificação do ponto de vista de cada setor frente às mudanças feitas pela Lei 13.467/2017.

Vale destacar que apenas o Sindicato Patronal da categoria da construção civil não demonstrou interesse em colaborar com o desenvolvimento da presente pesquisa.

A coordenadora executiva do sindicato justificou dizendo que a entidade se encontra sobrecarregada.

4.2 RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA

Para alcançar os propósitos da pesquisa, foi aplicado um roteiro de entrevista com o objetivo de analisar a interpretação das alterações trazidas pela reforma trabalhista dos pontos de vistas dos sindicatos (laborais e patronais), empresas e empregados.

As perguntas aplicadas foram desenvolvidas com a finalidade de compreender a opinião dos entrevistados em face das mudanças trazidas pela reforma trabalhista, buscando entender os seguintes pontos: se os entrevistados tem ciência dessas mudanças; se acreditam entendê-las num contexto aprofundado ou superficial; se estudaram sobre ou obtiveram informações apenas dos meios de comunicação; quais mudanças geraram maior repercussão e debate social visto serem consideradas polêmicas; se tais mudanças possibilitaram avanços ou prejuízos para a classe trabalhadora; a razão para o descontentamento dos sindicatos trabalhistas com a aprovação desta nova lei; a real importância dos sindicatos laborais (para os trabalhadores) e patronais (para os empresários); se acreditam na permanência destas leis para os próximos anos e se acham que existe a possibilidade de presenciarmos o fechamento de sindicatos em massa.

Discorrendo sobre a temática da reforma trabalhista, Econet (2018) pontua que “a reforma trabalhista veio atualizar e repaginar as necessidades dos grupos trabalhistas brasileiros, ao menos em relação aos principais temas que envolvem o labor em nossa sociedade”. Todos os entrevistados disseram ter ciência que aconteceram mudanças na legislação trabalhista, sendo que apenas o setor sindical demonstrou entendê-las num contexto aprofundado.

Como representamos escolas particulares de todo o Estado, acompanhamos com atenção as reformas recentes do governo. Para orientar as escolas, que contratam, demitem e às vezes terceiriza parte do seu funcionamento, nosso Departamento Jurídico estudou a fundo as mudanças, para atender de forma mais efetiva as dúvidas e questionamentos das instituições. (Sindicato Patronal 2)

As informações que tenho vem apenas dos meios de comunicação e pontualmente quando há alguma necessidade eu busco essa informação no escritório que me atende, no departamento de recursos humanos do escritório de contabilidade que atende a empresa. (Empresa 3)

Ao ser questionado se havia estudado sobre as questões da reforma trabalhista o Empregado 3 disse “Não, o que eu sei é só o que eu vi na televisão e na internet”. Os outros empregados questionados também se manifestaram no mesmo sentido, ou seja, que tinham informações apenas dos meios de comunicação. Com isso, foi possível constatar que tanto a classe trabalhadora, quanto as empresas não buscaram ter um conhecimento mais aprofundado sobre as mudanças que ocorreram na legislação trabalhista.

Neto e Souza (2018, p. 11) salientam que “como toda a grande alteração da

legislação, há de se considerar que a reforma trabalhista sofreu grande resistência”. Dentre as mudanças aprovadas algumas vem gerando diversos questionamentos, por isso buscou-se entender a opinião dos entrevistados sobre qual mudança eles consideraram de maior repercussão e debate social, por ser considerada polêmica.

A questão da terceirização foi bastante polêmica no âmbito nacional [...]. Em se tratando de sindicatos, a Reforma Trabalhista trouxe bastante polêmica em relação à obrigatoriedade das contribuições sindicais e a obrigatoriedade das rescisões serem homologadas no sindicato. (Sindicato Patronal 2)

A que permite que a rescisão do contrato de trabalho possa ser na própria empresa, a possibilidade de negociação individual de diversos assuntos, [...]; infelizmente acabamos de ver a poucos dias a ratificação pelo Supremo Tribunal Federal a ratificação da plena terceirização, inclusive na atividade fim. (Sindicato Laboral 1)

Olha, acho que a única mudança que eu posso te falar que impactou foi o fim da cobrança do imposto sindical, essa sim eu acho que ela acabou afetando não o trabalhador, mas sim a entidade sindical, por quê? Porque ela perdeu a fonte de entrada de recursos e isso certamente fará com que ela se enfraqueça [...]. (Empresa 3)

[...] o problema da terceirização né, impactou o mercado de maneira geral né [...]. Mas tem outros, alguns outros que talvez não são tão relevantes, mas que incomodaram o sindicato, por exemplo, o problema de ação trabalhista, se você perde o empregado vai ter que arcar com o custo do processo, outra o problema de não homologação de rescisão de contrato no sindicato, algumas coisas eu estou de acordo [...], acho que isso é uma simplificação dos processos. (Empregado 2)

Os entrevistados levantaram uma série de questões que consideram ser polêmicas. Primeiramente fora apontada a questão da Terceirização, a qual é tratada por Neto e Souza (2018, p. 210) como “a principal alteração reforçada pela reforma trabalhista”.

Outra questão que os entrevistados consideraram ter tido bastante repercussão foi a facultatividade das contribuições sindicais. Sobre isso, Lopes (2017) explica que a contribuição sindical que antes era compulsória agora está condicionada a autorização prévia e expressa do profissional.

O fato desta nova lei ter tirado a obrigatoriedade da participação dos sindicatos na homologação da rescisão do contrato de trabalho também foi considerada pelos entrevistados uma alteração que gerou grande debate. Vale destacar que, com o fim desta obrigatoriedade, surgiu a desburocratização do processo de demissão de empregado, acelerando o processo de levantamento das verbas rescisórias e do saque do FGTS (ECONET, 2018).

Além dessas, a possibilidade de negociação individual entre empregado e empregador sem a participação do sindicato – prevalência do negociado sobre o legislado – também foi apontada pelos entrevistados como polêmica. Lopes (2017) mostra que a reforma permitiu que diversos assuntos, antes negociados somente por meio de instrumento coletivo, possam ser objeto de negociação entre empregador e empregado.

Outra questão apontada como polêmica é a que trata das reclamações

trabalhistas. Lopes (2017) explica que após a reforma trabalhista, caso o empregado entre com uma ação na justiça do trabalho e perca a causa, ele terá que arcar com as custas do processo.

Em relação a avanços ou prejuízos para a classe trabalhadora, visto as mudanças feitas na legislação, os entrevistados demonstraram seu ponto de vista no seguinte sentido.

Eu não vejo que a reforma tenha trago algum prejuízo para a classe trabalhadora, mesmo porque a Constituição Federal tem as garantias mínimas na qual nada do que está ali foi revogado. [...] Por isso que eu entendo que o objetivo da reforma trabalhista foi de trazer avanços, por quê? [...] a reforma trabalhista ela veio flexibilizar um pouco para que entidades sindicais, empregados e empresas encontrem um instrumento coletivo através de um acordo trazendo regras claras pra que eles encontrem um meio, a melhor forma, para desenvolver esse capital e trabalho [...]. (Sindicato Patronal 1)

Trouxe alguns avanços, porque hoje o empregado tem mais possibilidade de negociar com o empregador. Da mesma forma que trouxe avanço, trouxe prejuízos porque essa negociação por vezes vai prejudicar, porque o empregador a gente sabe que ele tem uma autoridade dentro do local de trabalho, então pra manter aquela função, aquele trabalho, acaba que o empregado ele aceita algumas condições desfavoráveis a ele [...]. (Sindicato Laboral 2)

Eu acho que os avanços. Desde que tratados com responsabilidade social pela entidade patronal e com o devido respeito também pela classe trabalhadora, ela vai trazer benefício, porque ela flexibiliza as relações sem, no entanto, cortar direitos dos trabalhadores, não é [...]. (Empresa 3)

No meu ponto de vista, para minha classe, trouxe avanços. Pois possibilitou acordos entre a empresa e o trabalhador. Mas acredito que para outras classes menos favorecidas trouxe prejuízos, pois os mesmos não conhecem os seus direitos. (Empregado 1)

Nesta perspectiva, é possível notar que houve opiniões opostas em relação às vantagens e desvantagens trazidas pela reforma trabalhista, sendo que dos onze entrevistados sete consideram que a reforma trabalhista trouxe avanços para a classe trabalhadora. Isso se justifica no sentido de que a nova lei tem por objetivo flexibilizar e dar mais liberdade nas negociações entre empregado e empregador, além de desburocratizar os processos (ECONET, 2018). Outros quatro entrevistados, porém, consideram que a reforma trabalhista causou prejuízos à classe labora. Esses alegaram que tais alterações causaram uma perda de direitos trabalhistas por parte da classe trabalhadora.

Os entrevistados foram questionados também quanto aos possíveis motivos do descontentamento dos sindicatos laborais para com a aprovação desta nova lei. Sobre isso, quase todos os entrevistados dizem acreditar que tal descontentamento se deve em virtude, principalmente, da contribuição sindical ter passado a ser facultativa gerando impactos financeiros representativos para as entidades sindicais.

Olha, o descontentamento que a gente tem percebido é, até mesmo através das propostas de negociação que a gente tem recebido por parte da categoria labora, há

uma preocupação muito grande ultimamente com relação a criar meios de sobrevivência através de arrecadação [...]. Agora passou a exigir das entidades laborais, ou das entidades sindicais num geral, que conquiste aquele associado, aquele filiado, aquele membro que pertence a categoria do sindicato [...]. (Sindicato Patronal 1)

A reforma trabalhista (deforma trabalhista) trouxe diversos prejuízos as Entidades Sindicais e conseqüentemente, aos trabalhadores, principalmente porque tolhe a fonte de recursos de sustentação quando coloca a Contribuição Sindical como facultativa, enfraquecendo a luta, por melhores condições de trabalho, melhores salário e melhor distribuição de renda através das negociações coletivas, inclusive de acordos de Participação nos Lucros ou Resultados, assistência a Educação, Saúde, Esporte, Lazer, Qualificação e Requalificação Profissional e sobre tudo dignidade do trabalhador. (Sindicato Laboral 1)

O governo federal não deixou muito o sindicato participar do processo da reforma trabalhista, eu quando falo sindicato dos trabalhadores em geral, ele editou a medida e fez uma alteração muito grave na ordem financeira dos sindicatos, então algumas arrecadações dos sindicatos ficaram prejudicadas, alguns vão demitir, alguns vão remanejar pessoas e ao mesmo tempo sabemos que a fonte de arrecadação deles vão cair [...] (Empresa 2)

Olha eu acho que esse descontentamento deles tem a ver, assim quase na totalidade, por causa do recurso financeiro né, porque com a falta da obrigatoriedade quase ninguém no meu ponto de vista não vai querer dar dinheiro pra esses sindicato e eles vão ter que caçar verbas de outro jeito né, como se diz na linguagem popular agora eles vão ter que trabalhar, coisa que eles não faziam antes. (Empregado 3)

De todos os entrevistados, apenas o Sindicato Laboral 2 não considerou como o principal motivo de descontentamento a questão da contribuição sindical e sim à perda de direitos trabalhistas da classe trabalhadora.

Perda de direitos, pra quem não tem vivencia e não sabe como funciona internamente um sindicato, acha que somente está ali pra poder angariar fundos ou pra receber a contribuição o sindicato é mais que isso, ele luta, ele faz greves pra conseguir direitos a qualquer classe trabalhadora. Essa reforma veio e principalmente pra dar mais forças ao empregador e retirar direitos do empregado e daí que vem o maior descontentamento da classe trabalhista. (Sindicato Laboral 2)

Lopes (2017, p. 62) enfatiza que para superar esse momento “os sindicatos deverão investir na representatividade e buscar a auto-sustentabilidade, ampliando a arrecadação com a oferta de produtos e serviços aos empresários e a administração eficiente dos recursos”.

Em seqüência, buscou-se verificar qual a relevância dada pelos entrevistados às entidades sindicais. Martinez (2016) destaca que o direito sindical é de suma importância, pois tem a função essencial de buscar melhorias da condição social da classe representada, além de outras funções consideradas como importantes, como a produção de fontes normativas, pacificação de conflitos, distribuição de riquezas e adequação dos sujeitos das relações de trabalho as particularidades regionais. Neste sentido, os entrevistados mostraram suas opiniões quanto a importância das entidades sindicais.

Os sindicatos são extremamente importantes. É a referência dos trabalhadores e também das empresas. São instrumentos de luta, de conquista de direitos, de encontros, compartilhamento de experiências. Eles são fundamentais, servem para ajudar na regulação das Convenções Coletivas de Trabalho, para que as negociações sejam balanceadas, coerente com as demandas das categorias [...]. (Sindicato Patronal 2)

Os dois sindicatos são de grande relevância, tanto o sindicato profissional quanto o sindicato das empresas. Porque é o órgão de representação da coletividade tanto dos empregados quanto do patrão, as dificuldades que a patronal tem procura seu sindicato, certo? Para sanar as dúvidas antes de tomar qualquer atitude dentro da sua empresa, quando é caso coletivo. E o sindicato obreiro, o sindicato profissional, da mesma forma [...]. (Sindicato Laboral 3)

Veja, eu entendo que a função sindical ela é nobre. Ocorre que aqui no Brasil em linha gerais pelo que eu vivi e pelo que eu posso perceber pelo que eu vejo noticiado os sindicatos viraram elemento de uma briga nós contra eles, virou meio que uma coisa binária, trabalhador versus patrão, onde a sempre uma vitimização do trabalhador e uma demonização do empresário [...]. (Empresa 3)

Foi possível observar que oito dos entrevistados consideram as entidades sindicais um instrumento de grande relevância, tanto para as empresas quanto para os empregados. Porém a Empresa 1, o Empregado 1 e o Empregado 3 se posicionaram de forma contrária. Os mesmos argumentaram não ver importância alguma no trabalho dos sindicatos. Podemos confirmar isso ao vislumbrar a resposta do Empregado 1, o qual disse o seguinte: “Não vejo a importância dos sindicatos, pois já temos a CLT, que no meu ponto de vista já garante todos os direitos necessários ao trabalhador”. Para o entrevistado a legislação trabalhista vigente supre todas as necessidades demandadas pela relação capital e trabalho.

Ao questionar aos entrevistados se acreditavam na permanência destas leis para os próximos anos, obteve-se respostas no sentido de que tudo vai depender das eleições de 2018.

[...] No Brasil existe uma certa instabilidade nas coisas né, então nós estamos num momento até mesmo de eleições presidenciais, vai depender até mesmo de quem vai ganhar a eleição né. [...] Então, pode ser que tenha alguma mudança, pode, mas eu acredito que se vier mudanças com certeza é pra melhorar né. (Sindicato Patronal 1)

Olha, acreditar eu acredito e espero que continue assim né, apesar que nós tá na época de eleição e isso aí conta muito né, porque por causa dessas promessas eleitorais aí as vezes pode mudar alguma coisa depois da eleição né, porque cada candidato pensa de um jeito e essa política do jeito que tá né. (Empregado 3)

Com base nas respostas dos entrevistados é possível compreender que a permanência destas leis para os próximos anos está condicionada ao atual cenário político do país. Não é possível prever se as alterações trazidas pela reforma trabalhista vão perdurar ou não, tendo em vista que tudo vai depender dos políticos que forem eleitos nas próximas eleições. A maior parte dos entrevistados acreditam na sua permanência, porém veem a necessidade de que algumas adequações sejam

realizadas.

Outro questionamento levantado foi se com a confirmação dessas mudanças na legislação trabalhista, que acabou retirando algumas prerrogativas dos sindicatos, existe a possibilidade de haver o fechamento destes em massa. Essa questão dividiu opiniões entre os entrevistados, sendo que cinco deles se mostraram acreditar no fechamento apenas dos sindicatos que não tem representatividade, três acreditam que as entidades sindicais vão se adaptar e os outros três afirmaram que o fechamento de sindicatos em massa é inevitável.

O Sindicato Patronal 1, o Empregado 1, o Sindicato Patronal 2, o Sindicato Laboral 2 e a Empresa 3 acreditam no fechamento apenas dos sindicatos que não tem representatividade, destacam que as entidades sindicais que têm representatividade e realmente exercem seu papel na sociedade vão conseguir sobreviver. Podemos confirmar isso ao observar as seguintes respostas:

Olha, antes da reforma nós tínhamos o contrário uma criação de sindicatos em massa, criava-se sindicatos a torto e a direita não com o fim de representar nem a classe patronal nem a classe dos empregados mas com o fim único e exclusivo de receber a contribuição sindical obrigatória, acredito sim que pode vir a ter fechamento mas desses sindicatos que não tem representatividade, mas os que tem representatividade vão permanecer sólidos com certeza. (Sindicato Patronal 1)

Aqueles sindicatos que estão só de fachada, ou que não tem tanta representatividade ou que não tem tanta força vão fechar. Isso é muito obvio, porque esses sindicatos menores eles não têm contato direto com esses empregados e não explicam pra eles a real função do sindicato. O nosso sindicato que é dentro de Minas o mais forte e o mais representativo ele já fechou algumas regionais, já reduziu o quadro de funcionários e a tendência é talvez piorar, tudo vai depender mesmo da questão política da atual eleição. (Sindicato Laboral 2)

Já a Empresa 1, a Empresa 2 e o Empregado 2 acreditam que as entidades sindicais vão se adaptar a essas mudanças, explicaram que os mesmos irão que se contentar com uma arrecadação menor, evitando o fechamento destas entidades. Isso pode ser confirmado ao analisar as seguintes respostas:

Eu acho que os sindicatos não fecham. Vai diminuir muito as arrecadações, por onde eles vão ter que se contentar com mais pouco, de qualquer forma eles vão providenciar um jeito de arrecadar mais dinheiro. (Empresa 1)

[...] eu não acredito que vai haver fechamento de sindicato não, um ou outro. [...] Agora do outro ponto, de falar que a lei vai acabar com sindicatos, eu acho muito pouco provável porque a gente tá num sistema bi médico, ou seja, os sindicatos acabam se adaptando as novas regras. (Empregado 2)

Por fim, o Sindicato Laboral 1, o Sindicato Laboral 3 e o Empregado 3 se manifestaram em sentido oposto, disseram que já estão acontecendo fechamentos de sindicatos, visto que a reforma diminuiu seus poderes afetando sua representatividade ao desobrigar suas arrecadações sindicais.

Infelizmente já fecharam dezenas de sindicatos no Brasil a fora, tanto de empregados

como de patrões e caso perdure por muito tempo este retrocesso trará mais de trezentos mil desempregos só em Sindicatos. Infelizmente a maioria das pessoas só acordão quando sonho acaba, ou seja, os trabalhadores só valorizarão as entidades (sindicatos) que os defende quando perceberem os prejuízos que tiveram e que terão. (Sindicato Laboral 1)

Olha, eu acho que sim, já deve ter é muitos fechando aí né. Porque no modo que nós pensa aqui, por exemplo, a maioria desses sindicatos ganhava o tal do dinheiro fácil, na maioria do tempo fazia quase nada, os que conseguir superar essa falta de recursos aí eu acredito que no mínimo deve reduzir os funcionários quase a zero, porque a fonte deles que era essa contribuição sindical secando acho que vai chegar uma hora que não vai ter como eles se manter. (Empregado 3)

A nova legislação aprovada não realizou uma reforma sindical, mas percebe-se que a mesma afetou diretamente as organizações sindicais, principalmente por tirar sua principal fonte de recursos que era a contribuição sindical compulsória, além de tirar algumas prerrogativas que essas entidades tinham (LOPES, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foram expostos e analisados os impactos trazidos pela reforma trabalhista, Lei nº 13.467/2017, principalmente nas relações sindicais. Verificou-se que com o avanço socioeconômico e tecnológico que nosso país alcançou surgiu à necessidade de adequar a legislação trabalhista a nova realidade das relações de trabalho.

Ao analisar as respostas dos entrevistados, percebeu-se que as mudanças que mais impactaram nas relações sindicais foram: a facultatividade de pagamento da contribuição sindical, que afetou o lado financeiro dos sindicatos; a possibilidade da negociação individual entre empregado e empregador ao excluiu a participação dos sindicatos na negociação de alguns pontos do contrato de trabalho, e; a retirada da obrigatoriedade das rescisões contratuais serem homologadas com assistência sindical, a qual visou a desburocratização de processos.

Além disso, foi possível observar que os sujeitos estudados apresentaram pontos de vista diferentes. Os Sindicatos Patronais consideram que a reforma trabalhista veio trazer avanços, por flexibilizar e dar mais liberdade as relações de trabalho. Já os Sindicatos Laborais se posicionam de forma contrária ao acreditar que a nova lei trouxe grandes prejuízos para a classe trabalhadora, bem como para as entidades sindicais. Alegaram ainda que tais mudanças geraram uma perda de direitos trabalhistas aos empregados e enfraqueceram as entidades sindicais.

Observou-se ainda que as empresas e os empregados expressam estarem de acordo com as mudanças trazidas pela reforma trabalhista. Vale ressaltar que ambos acreditam que as mudanças flexibilizaram as relações de trabalho sem, no entanto, tirar direitos dos trabalhadores. Salientam, porém, que a liberdade trazida por essa nova lei só vai funcionar se tratada com responsabilidade e respeito por ambas as partes.

Diante do acima exposto, torna-se possível considerar que a realização dessa pesquisa alcançou os objetivos almejados, visto que ao colocar tal assunto em

discussão permite que empresas, empregados, entidades sindicais e demais interessados reflitam sobre as mudanças advindas da reforma trabalhista, além dos impactos gerados nas relações sindicais.

As dificuldades encontradas para a realização deste trabalho, diz respeito à escassez de fontes bibliográficas e falta de disponibilidade de tempo dos entrevistados para responder o roteiro de entrevista.

Sugere-se como estudos posteriores, a realização de pesquisas de abordagem quantitativa, as quais poderão levantar em números os efeitos da alteração na legislação trabalhista na parte financeira dos sindicatos buscando evidenciar o real impacto financeiro vivenciado por estas instituições após a desobrigação das contribuições sindicais.

REFERÊNCIAS

ECONET EDITORA. **Reforma Trabalhista**. 2018. Disponível em:

<<http://www.econeteditora.com.br/index.asp?url=inicial.php#>> Acesso em: 28 abr. 2018.

LOPES, Roberto. **A reforma trabalhista: Lei nº 13.497, de 13 de julho de 2017**. 2017. Disponível em:

<http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/cartilha_reformatralhista_interativa_0.pdf> Acesso em: 28 abr. 2018.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Disponível em: <

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000122/>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537806579/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

MOURA, Marcelo. **Curso de Direito do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Disponível em: <

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547206673/>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do Trabalho - História e Teoria**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502217362/>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

NETO, Rodolfo Carlos Weigand; SOUZA, Gleice Domingues. **Reforma Trabalhista:** Impacto no cotidiano das empresas. São Paulo: Trevisan Editora, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595450271/>>. Acesso em: 22 set. 2018.

ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA DA EMPRESA SOCIEDADE COMERCIAL GUARANI NO TRIÊNIO 2015-2017¹

Jordana Santos da Cruz Oliveira

Graduanda do 8º período do curso de Administração do UNIPAM.
E-mail: jordanaoliveirasantoss@gmail.com

Pablo Fonseca da Cunha

Docente do UNIPAM. Mestre em Administração na área de Finanças.
E-mail: pablo@unipam.edu.br

RESUMO: Este estudo teve como objetivo geral realizar a análise econômica e financeira da empresa Sociedade Comercial Guarani. Para isso, foram utilizados o Balanço Patrimonial e a DRE dos anos de 2015, 2016 e 2017 para calcular os indicadores de liquidez, estrutura de capital, rentabilidade e atividade da empresa. Foi analisada a evolução das principais contas patrimoniais e de resultado durante o triênio 2015-2017, em relação à solvência, endividamento, retorno dos investimentos e lucratividade.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores econômico-financeiros. Demonstrações contábeis. Gestão financeira.

ABSTRACT: This paper had as goal perform an economic and financial analysis of Sociedade Comercial Guarani company. To achieve this, we used the balance sheet and the results demonstration from 2015 to 2017 to calculate liquidity indicators, capital structure, profitability and company activity. It was analysed the evolution of the main balance and the results for three year period from 2015 to 2017, as its solvency, indebtedness, return on investment and lucrativity.

KEYWORDS: Economic-financial indicators. Accounting statements. Financial management.

1 INTRODUÇÃO

A Análise Financeira é uma atividade de suma importância para a tomada de decisão, é uma forma importante de medir o desempenho das empresas. E é através da análise dos indicadores econômico-financeiros, que são calculados a partir de dados das demonstrações financeiras, que se pode analisar e obter uma boa perspectiva de como está o desempenho da empresa.

Sendo assim, foi traçado como objetivo geral deste estudo: avaliar a saúde econômico-financeira da empresa Sociedade Comercial Guarani.

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 – Administração e Gestão Empresarial-Gestão Administrativa e temas correlatos do XIV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 7 de novembro de 2018.

Para atingir determinado objetivo, foram traçados os objetivos específicos: Compilar as demonstrações financeiras DRE e BP do triênio 2015-2017; Calcular e analisar os índices de liquidez; endividamento; rentabilidade e atividade. Elaborar um diagnóstico da situação econômico-financeira da empresa.

No referencial teórico, foi realizado um estudo com os principais autores sobre as os indicadores financeiros e sua aplicação.

Na etapa da metodologia, o método utilizado foi à pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. O tipo de pesquisa se caracteriza como descritiva e a abordagem como quantitativa.

Os resultados foram os dados fornecidos pela empresa (Balanço Patrimonial e DRE dos últimos três anos: 2015, 2016 e 2017) para realização das análises.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em consonância com Assaf Neto (2012), nessas demonstrações contábeis podem ser retiradas informações sobre a posição econômica e financeira da empresa. A seguir serão apresentados os principais indicadores para análise das demonstrações financeiras.

2.1.1 Indicadores de Liquidez

Os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira da Organização frente a seus compromissos assumidos com terceiros, ou seja, tem o objetivo de avaliar a capacidade de financiamentos em relação a sua exigibilidade (RIBEIRO, 2001).

2.1.1.1 *Liquidez Imediata*

Este quociente mede a proporção do dinheiro que deve ser mantido em caixa, ou seja, representa o valor que se está disposto a quitar as dívidas de curto prazo.

Liquidez Imediata =	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	Equação 1
---------------------	---	-----------

2.1.1.2 *Liquidez Seca*

O quociente indica a porcentagem das dívidas de curto prazo em condições de serem quitadas mediante utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. A liquidez seca indica a capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo mediante as contas a receber e disponível, ou seja, indica uma melhor medida de liquidez de curto prazo quando o estoque da empresa não consegue se converter em caixa (ASSAF NETO, 2012).

Liquidez Seca=	$\frac{\text{Ativo Circulante - Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$
-------------------	--

Equação 2

2.1.1.3 Liquidez Corrente

Para Gitman (2009), este índice é um dos mais citados, pois mede a capacidade da empresa de pagar suas obrigações de curto prazo. Este quociente indica quanto se tem de ativo para cada um real de dívidas em curto prazo.

Liquidez Corrente =	$\frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
---------------------	---

Equação 3

2.1.1.4 Liquidez Geral

Este indicador indica a liquidez tanto em curto prazo como em longo prazo, ou seja, de cada R\$ 1,00 que a empresa possui em dívidas, quanto haverá de direitos e deveres no ativo circulante e no realizável em longo prazo (ASSAF NETO, 2012).

Liquidez Geral =	$\frac{\text{Ativo Circulante + Ativo não Circulante}}{\text{Passivo Circulante + Passivo não Circulante}}$
------------------	---

Equação 4

2.1.2 Indicadores de Estrutura de Capital (Nível de Endividamento)

Estes quocientes indicam a posição relativa do capital próprio em relação ao capital de terceiros. São de extrema importância para uma organização, pois relacionam a dependência da empresa com relação ao capital de terceiros (IUDÍCIBUS, 2012).

2.1.2.1 Índice de Participação de Capitais de Terceiros

Este índice revela a proporção que existe entre Capitais de Terceiros e Capitais Próprios, isto é, quanto a empresa utiliza de capitais de terceiros para cada um real de capital próprio (RIBEIRO, 2001).

IPCT =	$\frac{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
--------	--

Equação 5

2.1.2.2 Composição do Endividamento

Este quociente revela a proporção que existe entre as obrigações de curto prazo e as totais, ou seja, quanto a empresa irá pagar a curto prazo para cada um real do total das obrigações que possui (RIBEIRO, 2001).

CE =	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	Equação 6
------	---	-----------

2.1.2.3 Imobilização do Patrimônio Líquido

Este quociente indica quanto foi utilizado do Patrimônio Líquido para financiar a compra do Ativo Permanente, ou seja, quanto foi imobilizado para cada real do Patrimônio Líquido (RIBEIRO, 2001).

Imobilização do P.L.=	$\frac{\text{Ativo Imobilizado} + \text{Ativo Intangível}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Equação 7
-----------------------	--	-----------

2.1.2.4 Imobilização de recursos não correntes

Este quociente indica a proporção entre o somatório do Ativo imobilizado e intangível e os recursos não correntes, ou seja, quanto foi investido para cada um real de Patrimônio Líquido mais o Ativo não circulante (RIBEIRO, 2001).

Imobilização de Recursos não correntes =	$\frac{\text{Ativo Imobilizado} + \text{Ativo Intangível}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Passivo Não circulante}}$	Equação 8
--	--	-----------

2.1.3 Indicadores de Rentabilidade

Em consonância com Ribeiro (2001, p. 146) “Os quocientes de rentabilidade servem para medir a capacidade econômica da empresa, isto é, evidenciam o grau de êxito econômico obtido pelo capital investido na empresa”.

2.1.3.1 Giro do Ativo

Este indicador evidencia a relação existente entre as receitas líquidas e os investimentos totais da empresa, ou seja, quanto se tem de receitas líquidas para cada um real do ativo total. Sendo assim, este indicador verifica o quanto foi vendido no período em relação ao capital total investido na empresa. (RIBEIRO, 2001).

Giro do Ativo =	$\frac{\text{Receita Líquida}}{\text{Ativo Total}}$	Equação 9
-----------------	---	-----------

2.1.3.2 Margem Líquida

Este quociente evidencia a margem de lucratividade da empresa em relação a seu faturamento, isto é, quanto a empresa teve de lucro líquido para cada um real do

que foi vendido (RIBEIRO, 2001).

Margem Líquida =	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}}$
------------------	---

Equação 10

2.1.3.3 Rentabilidade do Ativo

De acordo com Ribeiro (2001, p. 148), “Esse quociente evidencia o potencial de geração de lucros por parte da empresa, isto é, quanto à empresa obteve de lucro líquido para cada real de investimentos totais”.

Rentabilidade do Ativo =	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
--------------------------	---

Equação 11

2.1.3.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

A Rentabilidade do Patrimônio Líquido verifica qual é o tempo estimado (necessário) para se ter o retorno do Capital Próprio que foi investido na empresa, ou seja, quanto tempo vai demorar para ter de volta o que foi investido (RIBEIRO, 2001).

Rentabilidade do Patrimônio Líquido =	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
---------------------------------------	--

Equação 12

2.1.4 Índices de Atividade

Conhecidos também como Quocientes de Rotação, são resultado da DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) com elementos do BP (Balanço Patrimonial), o que indica quanto tempo o Ativo demora para se renovar (RIBEIRO, 2001).

2.1.4.1 Giro do Estoque

Este quociente evidencia quantas vezes o estoque foi renovado por causa das vendas. Quanto maior a rotatividade, melhor, desde que a margem de lucro sobre as vendas se mantenha constante (IUDÍCIBUS, 2010).

GE =	$\frac{\text{CMV}}{\text{Estoque}}$
------	-------------------------------------

Equação 13

2.1.4.2 Prazo médio de recebimento

Este quociente indica quanto tempo (quantos dias, semanas ou meses), a empresa deverá esperar para receber o valor das suas vendas que foram efetuadas a pagamento de longo prazo (RIBEIRO, 2001).

$$\text{PMR} = \frac{\text{Clientes} \times 360}{\text{Receita}}$$

Equação 14

2.1.4.3 Prazo médio de pagamento

Este quociente evidencia o tempo à empresa se dispõe a pagar suas duplicatas provenientes de compras de mercadorias em longo prazo (RIBEIRO, 2001).

$$\text{PMP} = \frac{\text{Fornecedores} \times 360}{\text{CMV}}$$

Equação 15

2.1.4.4 Prazo médio de Estocagem

De acordo com Assaf Neto (2012, p. 184) “Indica o tempo médio verificado desde a aquisição do material até sua requisição na produção, ou seja, o tempo médio (em dias) que a matéria-prima permanece no estoque à espera de ser consumida no processo de produção”.

$$\text{PME} = \frac{\text{Estoque médio}}{\text{CMV}} \times 360$$

Equação 16

2.1.4.5 Ciclo Operacional

Para Gitman (2001), o ciclo operacional pode ser definido como o tempo médio que se inicia desde quando a empresa disponibiliza material e trabalho na produção, e vai até quando é recebido o valor da venda dos produtos acabados.

$$\text{Ciclo Operacional} = \text{PME} + \text{PMC}$$

Equação 17

2.1.4.6 Ciclo de Caixa

O ciclo de caixa indica a diferença entre o número de dias do ciclo operacional e o prazo médio de pagamento, ou seja, quantos dias em média a empresa demora para ter o retorno do investimento na operação (ASSAF NETO, 2012).

$$\text{Ciclo de Caixa} = \text{C.O} - \text{PMP}$$

Equação 18

2.1.4.7 Necessidade Líquida de Capital de giro

Quando a atividade operacional da empresa tiver um fluxo de caixa com saídas mais rápidas que o da entrada, logo se encontra uma necessidade de se investir no seu giro, que é apurada pela diferença entre os ativos e os passivos existentes. Com isso, este indicador é dimensionado a partir do ciclo financeiro da empresa (ASSAF NETO, 2012).

$$\text{NLCG} = \text{Ativo Circulante Operacional} - \text{Passivo Circulante Operacional}$$

Equação 19

2.1.4.8 Saldo Tesouraria

Conhecido Como saldo disponível, este indicador funciona como uma reserva financeira da empresa. Sendo assim, para que o ST seja positivo, tem que haver sobras dos recursos financeiros disponíveis para futuras aplicações, caso contrário será negativo, o que indica que a empresa está financiando grande parte de suas necessidades (ASSAF NETO, 2012).

$$\text{ST} = \text{Ativo Circulante Financeiro} - \text{Passivo Circulante Financeiro}$$

Equação 20

2.1.4.9 Capital Circulante Líquido

Segundo Assaf Neto (2012), “O CCL representa o volume de recursos de longo prazo (exigibilidades de patrimônio líquido) que se encontra financiando os ativos correntes (curto prazo)”.

$$\text{CCL} = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

Equação 21

3 METODOLOGIA

Para que o desenvolvimento do presente estudo fosse realizado e o objetivo geral e específico fosse alcançado, serão utilizados modelos metodológicos específicos.

Os tipos de pesquisa utilizados foram o bibliográfico e o descritivo.

Para Vergara (2007, p. 48) a “pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

Em relação à pesquisa bibliográfica, foram levantados materiais necessários para verificar a importância de uma análise econômico-financeira da empresa e como será realizada, através de demonstrações financeiras e análise de indicadores.

A abordagem teórica estudada foi descritiva. O tratamento dispensado aos dados foi à abordagem quantitativa.

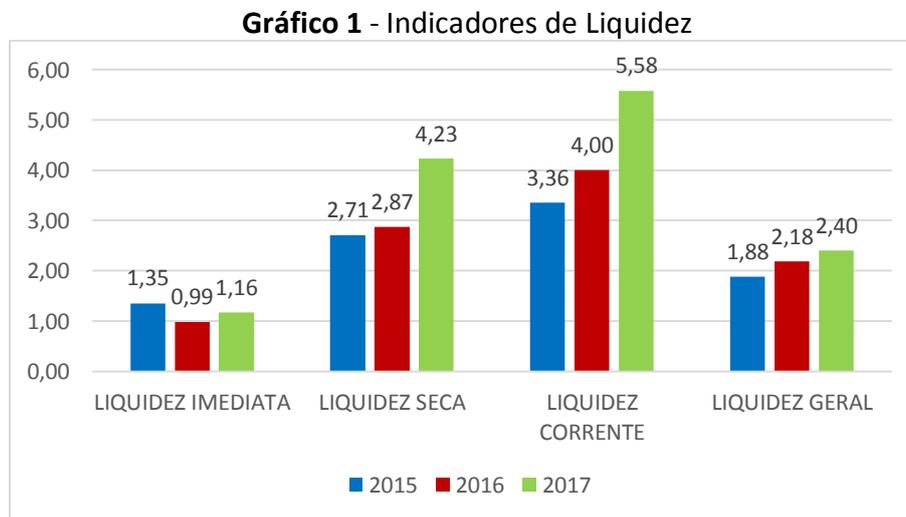
O procedimento escolhido para coleta de dados foi o estudo de caso baseado na análise documental das demonstrações financeiras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho desenvolvido em questão teve como objetivo analisar, através da análise dos indicadores de liquidez, rentabilidade, estrutura de capital e atividade, a situação econômica e financeira da empresa Sociedade Comercial Guarani. Foi utilizado para análise o Balanço Patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício). Para analisar a sua atual situação, foi feita uma comparação dos anos de 2015, 2016 e 2017. Esta etapa foi dividida em 5 partes: Análise dos indicadores de liquidez; Análise dos indicadores de rentabilidade; Análise dos indicadores de estrutura de capital; Análise dos indicadores de atividade.

4.1 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Para verificar o grau de solvência da empresa, foram analisados os indicadores de liquidez, utilizando como base de informações o gráfico 1.



Fonte: Dados da pesquisa 2018. Elaborado pela autora.

Ao analisar o índice de liquidez imediata pode-se observar que no ano de 2015 a empresa conseguia pagar suas dívidas de curto prazo com o dinheiro disponível, porém no ano de 2016 houve uma pequena queda para 0,99, o que fez com que o dinheiro disponível que a empresa tinha não era suficiente para pagar as dívidas. Já no ano de 2017 houve um aumento indo para 1,16.

De acordo com a análise do índice de liquidez seca, pode-se notar que houve

um aumento com o passar dos anos, aumentando de 2,71 em 2015, para 2,87 em 2016 e 4,23 em 2018. Pode-se considerar este índice alto, indicando que a empresa consegue pagar suas dívidas de curto prazo com seus bens e direitos de curto prazo, sem precisar liquidar seu estoque.

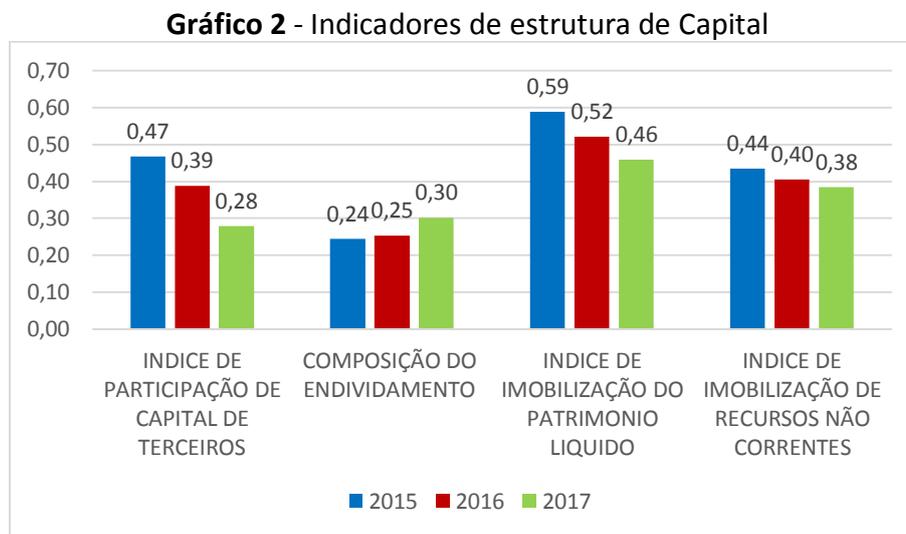
Percebe-se, ao avaliar a liquidez corrente, que houve um aumento significativo nos 3 anos, de 3,36, em 2015, para 4 em 2016 e 5,58 em 2017. Este índice se manteve maior que um, sendo positivo para a empresa, o que indica que a mesma possui capacidade para pagar as dívidas de curto prazo com os bens e direitos de curto prazo.

No que diz respeito à liquidez geral, houve um pequeno aumento ao longo dos anos, sendo 1,88 em 2015, 2,18 em 2015 e 2,40 em 2018, o que indica que a empresa tem boa capacidade de pagar suas dívidas totais com seus bens e direitos,

De modo geral, de acordo com a análise dos indicadores de liquidez, pode-se concluir que a empresa possui uma boa capacidade de pagar suas dívidas tanto em curto quanto em longo prazo com o dinheiro, bens e direitos disponíveis sem precisar liquidar seu estoque.

4.2 Indicadores de Estrutura de Capital (Nível de Endividamento)

Nesta seção, foram analisados os indicadores de estrutura de capital, com o intuito de medir o nível de endividamento da empresa, utilizando como base de informações o gráfico 2.



Fonte: Dados da pesquisa 2018. Elaborado pela autora.

Como pode ser observado no gráfico acima, a empresa possui uma pequena participação de capital de terceiros, sendo 0,47 em 2015, reduzindo para 0,39 em 2016 e para 0,28, em 2017. Sendo assim, a empresa possui mais capital próprio do que capital de terceiros, apesar da oscilação do ano de 2015 para 2017.

Em relação à composição do endividamento pode-se notar que houve um aumento ao passar dos anos, aumentando de 0,24 em 2015, para 0,25 em 2016 e 0,30 em 2017, ou seja, as dívidas da empresa se concentram mais no longo prazo.

Se tratando da imobilização do P.L, pode-se observar que houve uma redução

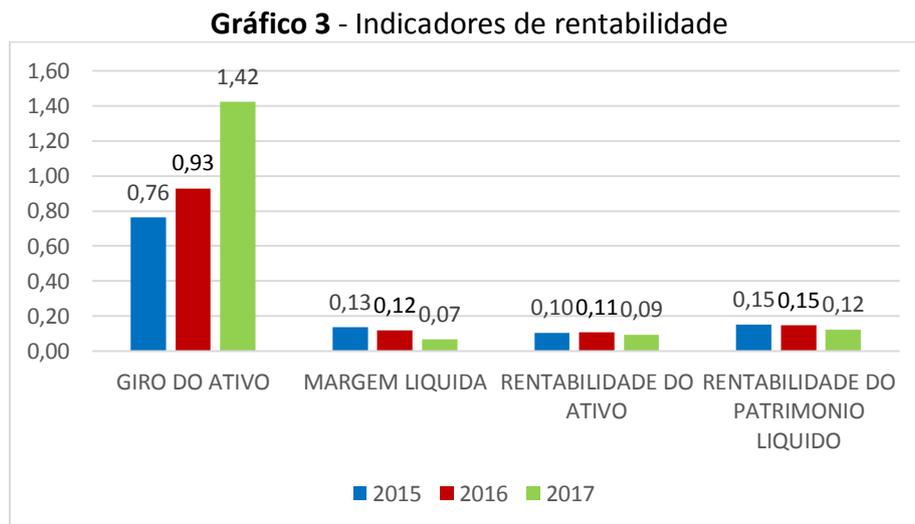
ao longo dos três anos, reduzindo de 0,59 em 2015 para 0,52 em 2016 e 0,46 em 2017. Mesmo com essa pequena redução, o P.L da empresa é suficiente para financiar o ativo imobilizado, logo não serão necessários recursos de terceiros para financiar o A.I.

Ao analisar o índice de imobilização de recursos não correntes verificou-se também, que a empresa apresentou índices menores que um em 2015, 2016 e 2017, sendo respectivamente seus valores de 0,44, 0,40 e 0,38. Isto indica que a empresa não precisa utilizar o passivo circulante para financiar o Imobilizado, o que é positivo para a empresa.

No geral, através da análise dos indicadores de estrutura de capital, pode-se analisar que a empresa no período de 3 anos não teve que utilizar capital de terceiros para financiar o seu Ativo Imobilizado, indicando que ela não imobilizou todo o seu P.L.

4.3 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Nesta seção, foram analisados os indicadores de rentabilidade, com o intuito de medir a capacidade econômica da empresa, utilizando como base de informações o gráfico 3.



Fonte: Dados da pesquisa 2018. Elaborado pela autora.

De acordo com os resultados do Giro do ativo, pode-se notar que houve um aumento significativo ao longo dos anos. A empresa no ano de 2015 possuía 0,76 de receita para cada um real do ativo total, aumentando para 0,93 em 2016 e aumentou novamente para 1,42 em 2017. Isso demonstra a capacidade de gerar receita em relação ao valor investido na empresa, ou seja, quanto maior este indicador melhor. A empresa nos três anos teve uma boa capacidade de gerar receita em relação ao valor investido.

Em relação à margem líquida, pode-se observar que a empresa não obteve uma margem razoável de lucro em relação às vendas, pois ao longo dos anos seu valor diminuiu, sendo que em 2015 ele representava 0,13 de lucro, em 2016 houve uma pequena redução indo para 0,12 e em 2017 passou a representar 0,07 de lucro.

Ao analisar a rentabilidade do ativo, pode-se verificar que em 2015 a empresa

apresentou R\$0,10 de lucro líquido para cada R\$ 1,00 do ativo total, em 2016 houve um pequeno aumento indo para R\$0,11 e em 2017 esse valor reduziu para R\$0,09. Sendo assim, a empresa nos três anos apresentou pouca oscilação quanto à rentabilidade do ativo. Este indicador por possuir um baixo valor, indica que a empresa de modo geral nos três anos possuiu uma margem de lucro baixa em relação aos investimentos totais.

Se tratando da rentabilidade do P.L pode-se considerar estabilizada nos dois primeiros anos com 0,15 em 2015 e 2016, com uma redução para 0,12 de 2016 para 2017. Em suma, o valor percentual de lucro gerado em relação ao que foi investido pelos sócios está muito baixo.

Em suma, analisando esses indicadores, foi possível observar que a empresa apresentou uma boa, e crescente, capacidade de gerar receita em relação ao valor investido na empresa. Além disso, a empresa apresenta boa capacidade de gerar lucro em relação a receita e, também, boa capacidade de gerar lucro em relação ao ativo. Já a capacidade de gerar lucro em relação ao capital investido pelos sócios piorou ao longo dos três anos.

4.4 INDICADORES DE ATIVIDADE

Nessa seção, foram analisados os índices de atividade da empresa, ou seja, foi feita a mensuração da rapidez com que a organização consegue gerar caixa utilizando como base de informações os gráficos 4 e 5..

Ao analisar os indicadores de atividade, pode-se notar que no giro do estoque, em 2015 era de 8,68, em 2016 reduziu para 6,50 e em 2017 houve um aumento de 4,36 em relação ao ano anterior, chegando ao valor de 10,86, o que significa que o estoque se renovou 4,36 vezes a mais no ano. Este índice pode ser considerado bom, visto que a empresa boa capacidade de giro de estoque durante os anos.

No prazo médio de recebimento, pode-se perceber que em 2015 a empresa levava 8,76 dias para receber suas vendas a prazo, já em 2016 e 2017 houve um aumento, passando a representar respectivamente 14,84 e 22,93 dias para receber suas vendas a prazo.

Analisando o prazo médio de pagamento pode-se observar que em 2015 a empresa levava em média 60,26 dias para quitar suas dívidas com fornecedores, em 2016 houve uma redução para 36,51 dias e em 2017 baixou novamente passando a representar 25,95 dias.

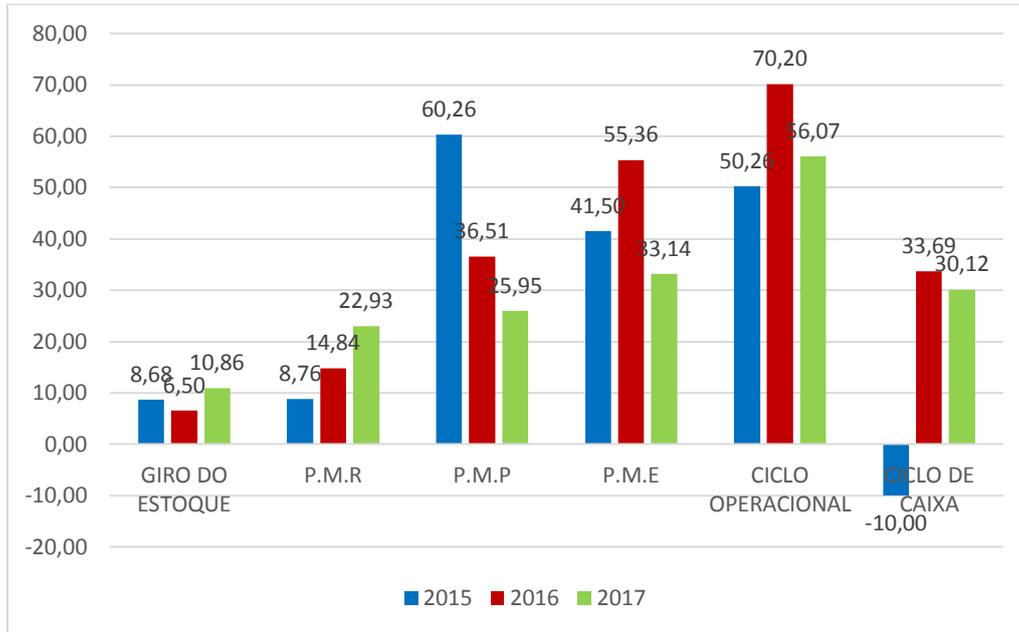
Se tratando do prazo médio de estocagem, pode-se perceber que em 2015 a empresa mantinha os produtos em estoque por, em média, 41,50 dias, em 2016 este período aumentou para 55,36 dias e em 2017 houve uma pequena redução e passou a representar 33,14 dias.

Em relação ao ciclo operacional, a empresa apresentou em 2015 um valor de 50,26 dias, em 2016 houve um aumento para 70,20 dias e uma redução, no ano de 2017, para 56,07 dias. Ou seja, a empresa possui um tempo de 56,07 dias desde quando começa a formar seu estoque até o momento em que o dinheiro da venda dos produtos é recebido.

Em relação ao ciclo de caixa, em 2015 a empresa apresentava um valor

negativo de -10 dias entre a saída de caixa para pagamento de fornecedores e a entrada de caixa da cobrança dos valores a receber (clientes). Em 2016, este período passou a se tornar positivo e passou a representar 33,69 dias, já em 2017 houve uma redução para 30,12 dias.

Gráfico 4 - Indicadores de atividade



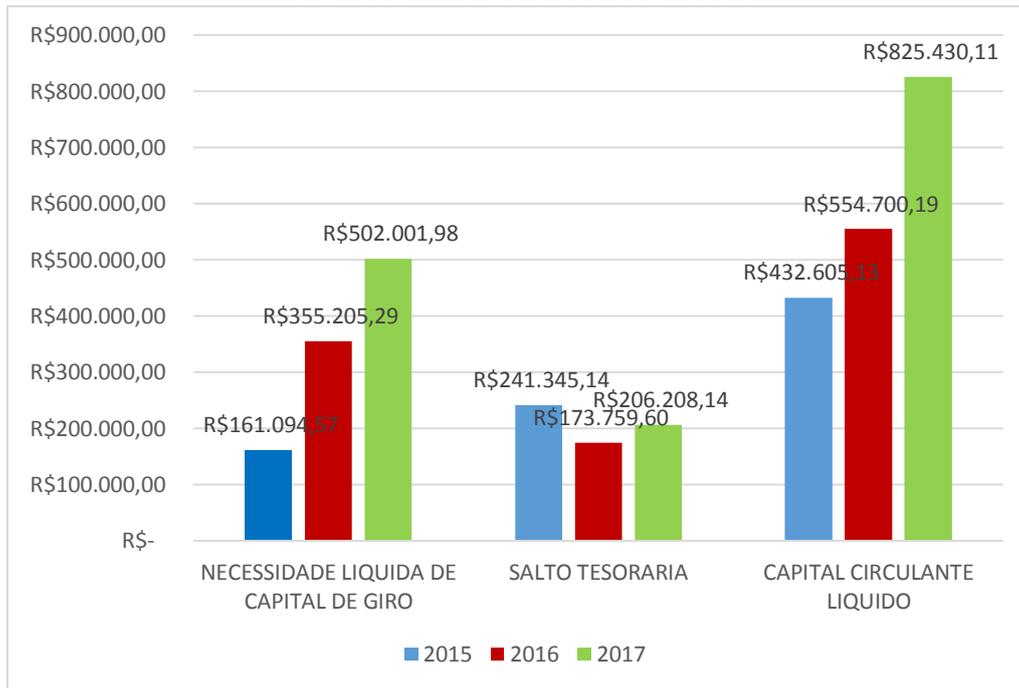
Fonte: Dados da pesquisa 2018. Elaborado pela autora.

Ao analisar a necessidade líquida de capital de giro, observou-se que no triênio de 2015-2017 a empresa teve um grande aumento ao longo dos anos, sendo R\$161.094,57 em 2015, R\$355.205,29 em 2016 e R\$502.001,98 em 2017, o que significa que a empresa passou a precisar de mais recursos financeiros para manter a operação, o que é negativo para a empresa.

Como pode ser visto no gráfico 5, em relação ao Saldo Tesouraria, pode-se verificar que no triênio 2015-2017 este índice se manteve positivo, o que significa que a empresa estudada possui disponibilidade de ativos circulantes financeiros para serem aplicados na operação da empresa ou em aplicações financeiras.

Em relação ao Capital Circulante Líquido no triênio de 2015-2017, a empresa se manteve com um valor positivo ao longo dos anos, o que significa que existem recursos de longo prazo financiando o CCL, sendo R\$432.605,00 em 2015, R\$554.700,19 em 2016 e R\$825.430,11 em 2017.

Gráfico 5 - Indicadores de atividade



Fonte: Dados da pesquisa 2018. Elaborado pela autora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo avaliar a saúde econômica e financeira da empresa Sociedade Comercial Guarani.

Visando alcançar este objetivo, foram extraídas informações do Balanço Patrimonial e da DRE no triênio 2015-2017 para calcular os indicadores de liquidez, estrutura de capital, rentabilidade e atividade.

Analisando a situação financeira da empresa, em relação aos indicadores de estrutura de capital, a empresa, no período dos anos analisados, não teve que utilizar capital de terceiros para financiar o seu ativo imobilizado. Já em relação à solvência da empresa, ao avaliar os indicadores de liquidez, percebe-se que a organização encontra-se bem estruturada, pois possui uma boa capacidade de pagar suas dívidas tanto de curto e longo prazo com o dinheiro, bens e direitos disponíveis sem precisar liquidar seu estoque, ou seja, possui uma boa solidez financeira.

Em relação à situação econômica, nota-se que ao avaliar os indicadores de rentabilidade demonstraram que a organização possui capacidade de gerar retorno e estabilidade nos resultados, apresentando boa capacidade de gerar receita em relação ao valor investido e, também, boa capacidade de converter receita em lucro líquido. Porém, a capacidade de gerar lucro em relação ao capital investido pelos sócios foi insatisfatória, pois só decresceu ao longo dos três anos.

De acordo com os indicadores de atividade, a empresa possui um índice satisfatório de giro de estoque. O prazo médio de recebimento manteve-se inferior ao prazo médio de pagamento. Em relação ao prazo médio de estocagem, a empresa manteve os produtos no estoque durante certo tempo, apresentando pouca oscilação ao longo do tempo. O ciclo operacional da empresa não é considerado alto, uma vez

que a empresa não demora muitos dias entre a compra das mercadorias e a data do recebimento da venda dos produtos. O ciclo de caixa, em 2015, apresentou um valor negativo, significando que neste ano a empresa recebeu dos seus clientes antes da data de pagamento dos fornecedores, porém, seu valor aumentou gradualmente nos outros dois anos.

Este trabalho por apresentou algumas limitações quanto à análise das demonstrações financeiras, pois o plano de contas criado pela organização não estava bem estruturado, dificultando a padronização das demonstrações.

Por fim, este trabalho possibilitou que a empresa, através da análise dos indicadores, avaliasse sua situação econômica e financeira, o que permitiu, além de identificar possíveis problemas, proporcionar o seu crescimento.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro, comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira essencial**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

IUDICIBUS, Sergio de. **Análise de balanços: a análise da liquidez e do endividamento, a análise do giro, análise da rentabilidade, a análise da alavancagem financeira, indicadores e análises especiais (análise de tesouraria de Fleuriet, EVA, DVA e EBITDA)**. 10.ed. 2.reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 269 p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COMPORTAMENTO DE CONSUMO E COMPRA POR IMPULSO DE UNIVERSITÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR¹

Michele Ap. Cunha

Graduanda do 6º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: micheleapcunha@hotmail.com

Ronaldo P. Caixeta

Orientador do trabalho. Professor do UNIPAM.

E-mail: ronaldo@unipam.edu.br.

RESUMO: Conhecer o viés de consumo é fundamental para direcionar estratégias. Este estudo analisa o comportamento de universitários em relação à compra por impulso, a partir de pesquisa com a Escala Consumer Buying Impulsivity de Youn composta pelos fatores: necessidade de compra, emoção positiva, gestão do humor, deliberação cognitiva e indiferença ao futuro. Pelos resultados, a dimensão que mais influencia esse comportamento é a deliberação cognitiva e a de menor influencia é a necessidade de compra.

PALAVRAS-CHAVE: Marketing; Comportamento do consumidor; Compra por impulso.

ABSTRACT: Knowing the consumption bias is fundamental to directing strategies. This study analyzes the behavior of university students in relation to impulse buying, based on research with Youn's Consumer Buying Impulsivity Scale composed by the factors: purchase need, positive emotion, mood management, cognitive deliberation and indifference to the future. By the results, the dimension that most influences this behavior is the cognitive deliberation and the one of smaller influence is the purchase necessity.

KEYWORDS: Marketing; Consumer behavior; Impulse buying.

INTRODUÇÃO

A sociedade sempre passou por evoluções. No cenário atual, verifica-se uma evolução do consumo onde os consumidores procuram exclusividade nos itens consumidos, saindo dos estilos de produtos com certa padronização para produtos mais customizados e que refletem a identidade do consumidor e, portanto, há uma quantidade quase infinita de opções. Nesse contexto, existe uma grande necessidade, por parte de gestores de organizações, de identificar o comportamento do consumidor e desenvolver mensagens e produtos especializados e direcionados para esses grupos.

O comportamento do consumidor é uma ciência aplicada e complexa que se

¹ Trabalho apresentado na área temática 5 – Estudo de Caso do XIV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 7 de novembro de 2018.

utiliza de conhecimentos da economia, psicologia, sociologia, antropologia, estatística e de outras disciplinas (Blackwell; Miniard; Engel, 2005). No entanto, o comportamento de compra impulsivo tem poucos direcionamentos de estudo. Lemos (2010) cita que os consumidores normalmente não possuem preferências bem definidas e as constroem quando necessário ou quando precisam tomar uma decisão. Nesta perspectiva pode-se inferir que algumas decisões de consumo, senão a maioria, são feitas por impulso.

Nesse sentido, é importante para os gestores conhecer seu público alvo com o intuito de buscar informações detalhadas das práticas de compra, pois isto auxiliará a tomada de decisões organizacionais e a utilização de ferramentas estratégicas de marketing.

Tendo em vista a identificação das motivações, influências e estímulos do consumo impulsivo, o objetivo geral do estudo é compreender o perfil consumidor de universitários de uma instituição de ensino superior em Minas Gerais. A pesquisa buscou mensurar a proporção de universitários que compram por impulso, bem como, as motivações em si, que os fazem ter determinada atitude. Foi utilizada a Escala Consumer Buying Impulsivity de Youn (2000), traduzida e validada por Da Costa (2002). Ao final do estudo, são levantadas informações que podem servir na tomada de decisão referentes a produtos e serviços destinados ao público universitário.

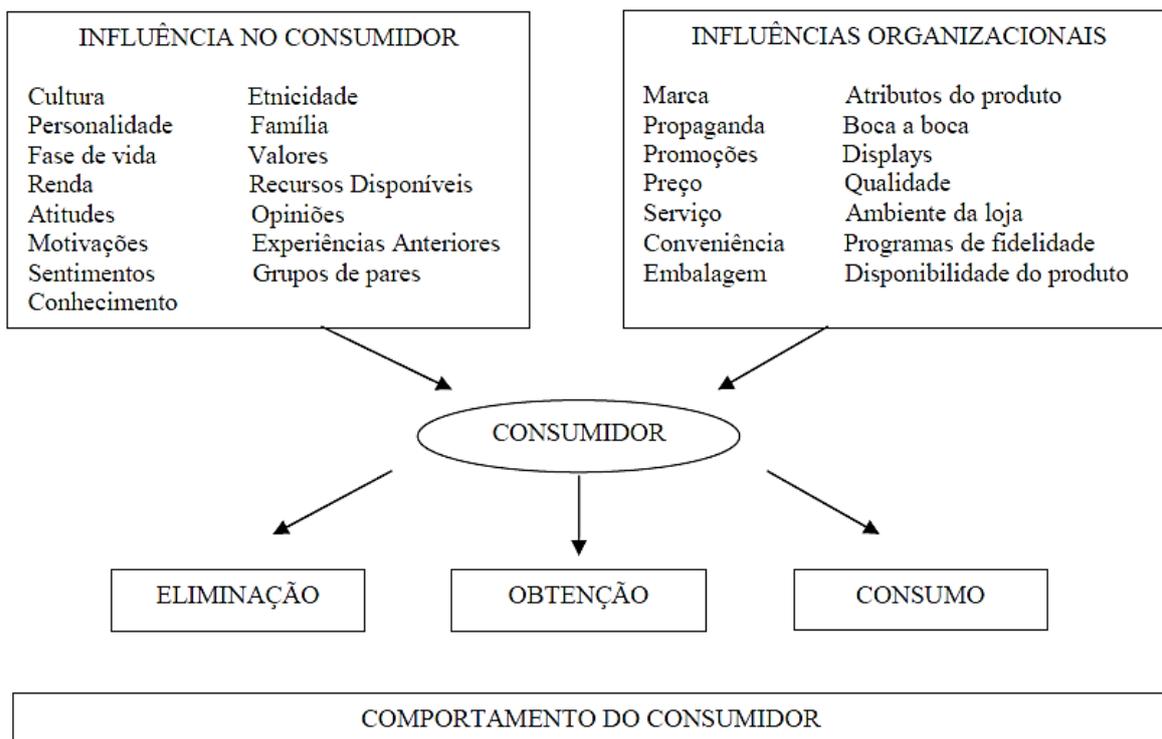
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

O Código de Defesa do Consumidor, no seu 2º artigo, define consumidor como: “pessoa física ou jurídica que adquire produtos e utiliza serviços como destinatário final.” Ou seja, o consumidor é qualquer pessoa que compra um produto ou que contrata um serviço, para satisfazer suas necessidades pessoais ou familiares.

Karsaklian (2000) acrescenta que o consumidor é um ser humano pertencente à sociedade, dotado de cultura, inserido em uma classe social, que se adapta a um estilo de vida e que tem necessidades latentes ou motivadas por sua personalidade, pela mídia ou pelo grupo no qual está inserido.

O Comportamento do consumidor é a forma como o indivíduo supre suas necessidades através do consumo. Blackwell, Miniardi e Engel (2005) afirmam que o comportamento do consumidor representa as ações praticadas pelas pessoas no sentido de adquirir, usar e descartar produtos e serviços, levando em conta o que é feito antes e depois da compra. Os autores apresentam um modelo gráfico que exemplifica bem essas inferências, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 - Comportamento do Consumidor



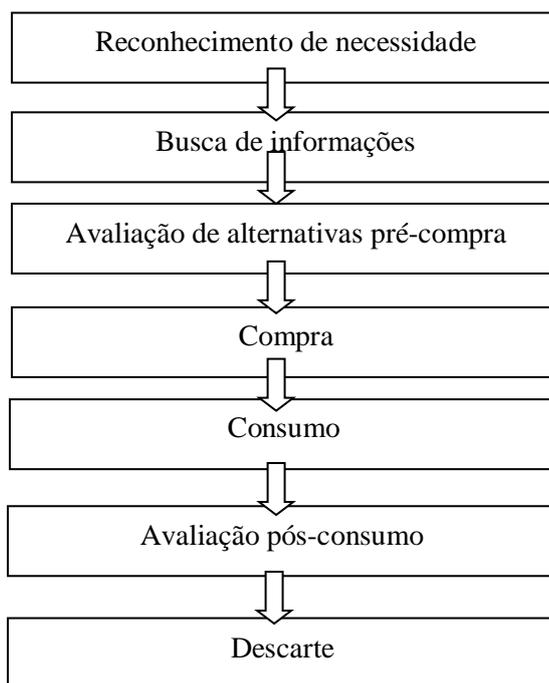
Fonte: Adaptado de Blackwell, Miniard e Engel (2005)

Um dos principais aspectos do estudo do comportamento do consumidor, segundo Solomon (2008), é o fato de que os consumidores geralmente adquirem produtos mais pelo que representam do que por sua utilidade em si. Dessa forma, a compreensão do comportamento de consumo é fundamental tendo em vista que as pessoas desconhecem seus motivos mais profundos ou daquilo que pode influenciá-lo na opção por um produto ou serviço, mas que podem ser manifestos em determinada ocasião.

Blackwell, Miniardi e Engel (2005) atenta para a abrangência do comportamento do consumidor, que não finaliza no momento em que a compra ocorre, mas representa um esquema conceitual mais amplo que levanta questões que surgem depois da compra e que são fundamentais para que o consumidor volte a obter o produto.

PROCESSO DE COMPRA

O processo de compra ocorre a partir de algumas etapas que podem ser verificadas ou não, dependendo dos atributos do produto comprado e sua complexidade. (Blackweel, Miniard, Engel, 2005). As etapas de decisão de compra são as seguintes:

Figura 2 - Modelode processo decisório de compra

Fonte: Blackweel, Miniard, Engel (2005)

Compreender esse processo representa compreender a forma como o cliente decide e compra, analisando as fases ocorridas e as influências exercidas sobre a pessoa para a tomada de decisões.

A fase do reconhecimento da necessidade, segundo Solomon (2008) “ocorre toda vez que o consumidor vê uma diferença significativa entre seu estado atual e algum estado desejado ou ideal”. O reconhecimento do problema se dá por meio de uma necessidade ou de uma oportunidade.

Segundo Neves (2009), a partir da identificação do problema, baseando-se em suas necessidades, o cliente busca informações como forma de satisfazê-la. A busca de informações, de acordo com Solomon (2008) é “o processo pelo qual o consumidor investiga seu ambiente à procura de dados adequados para tomar uma decisão razoável”. É baseada nas experiências individuais anteriores e na confiança das informações obtidas.

A partir das informações obtidas, o consumidor avalia suas alternativas. De acordo com Kotler (2006), no processo de avaliação das alternativas, cada produto é visto como um conjunto de atributos com potencial diferente de proporcionar benefícios que satisfaçam a necessidade do consumidor. Assim, os clientes prestarão mais atenção aos atributos que disponibilizem os benefícios esperados.

Conforme Kotler (2006), a decisão de compra é influenciada por dois fatores: imprevistos pessoais do cliente e atitude em relação à compra. No primeiro caso, o autor afirma que imprevistos como: perda do emprego, outras urgências de compra e a empatia entre o cliente e o vendedor podem modificar a intenção de compra; no segundo caso temos a influência que indivíduos próximos à pessoa exercem sobre ela como uma opinião negativa em relação ao produto. O autor faz ainda referência a cinco subdecisões de compra pelas quais o consumidor pode se submeter: decisão

pela marca, decisão de fornecedor, decisão por quantidade, decisão por ocasião e decisão por forma de pagamento.

Neves (2009) ressalta alguns resultados verificados após a venda: consumo, avaliação pós-compra e descarte. O consumo pode ocorrer imediato ou em situação posterior. A avaliação pós-compra é a fase em que a satisfação do consumidor é percebida, o que significa a mensuração do desempenho do produto em relação às expectativas do cliente. Essa constatação, segundo Solomon (2008) “é determinada pelas sensações gerais, ou atitudes, que as pessoas têm em relação a um produto depois de comprá-lo”.

COMPORTAMENTO DE COMPRA POR IMPULSO

Solomon (2008) identifica três tipos de consumidores: a) os planejadores, que definem o produto e a marca antes da compra; b) Os planejadores parciais, que identificam a necessidade de um determinado produto, mas não decidiram a marca; e c) os compradores impulsivos, que definem a compra momentaneamente, sem ter definido previamente nem o item e nem a marca. Esse último consumidor pode ter sido influenciado por ofertas ou lembrar-se de algum item necessário ou até mesmo recordar de propaganda de determinado produto. Estes fatos podem gerar um estímulo que, conseqüentemente, leva ao impulso.

Rook (1995, p. 191) define que a compra impulsiva ocorre “quando o consumidor experimenta uma necessidade repentina, persistente e muitas vezes poderosa de comprar algo imediatamente. Esse impulso de compra é hedonicamente complexo e pode estimular conflitos de natureza emocional, com reduzida preocupação com suas conseqüências”.

Murray (1938 apud Dholakia 2000) define impulsividade como a “tendência de responder rapidamente e sem reflexão”. Nesse mesmo raciocínio, Baumeister (2002) define impulso como “um tipo de resposta comportamental incipiente, normalmente resultante do encontro entre uma motivação e um estímulo de ativação”.

Stern (1962) define quatro categorias da compra impulsiva:

1) Compra impulsiva pura: quando não há qualquer tipo de intenção de compra anterior à entrada na loja;

2) Compra impulsiva lembrada: ocorre quando o consumidor, ao ver o produto, recorda de sua necessidade, isso ocorre, portanto, dentro da loja;

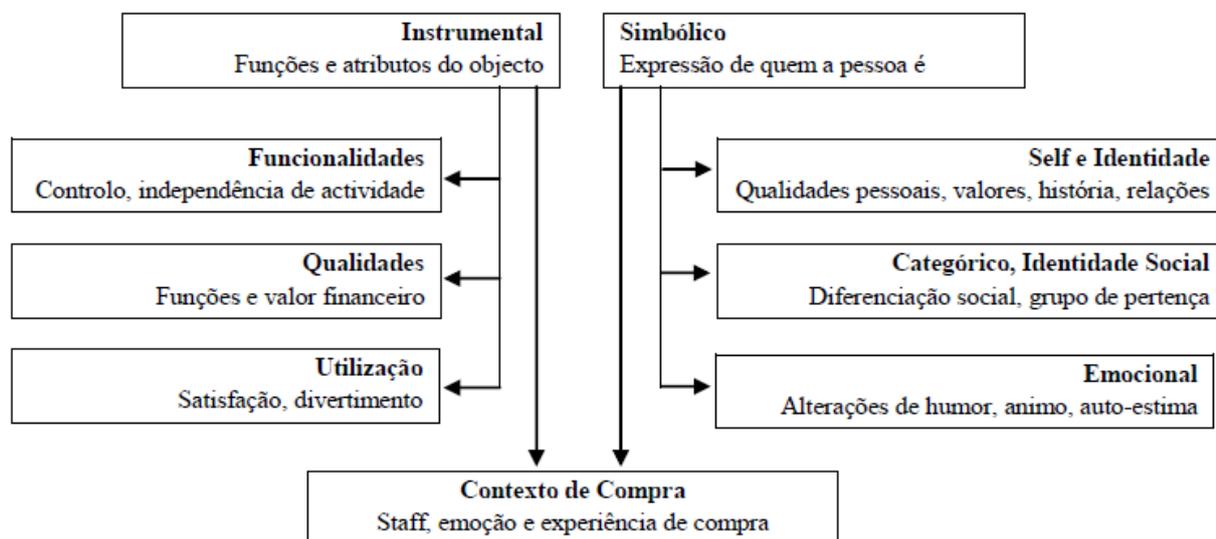
3) Compra impulsiva sugerida: quando o consumidor decide comprar um produto novo sem ter conhecimento prévio sobre este;

4) Compra impulsiva planejada: o consumidor, para além dos itens de compra planejada, tem a intenção de adquirir outros produtos dependendo de fatores como o preço e os descontos.

Dittmar et al. (1995) consideram que a compra impulsiva é despoletada por dois tipos de fatores: os instrumentais e os simbólicos. Os fatores instrumentais dizem respeito à funcionalidade do produto em si, os fatores simbólicos revelam-se mais complexos, visto que são símbolos de identidade. Segundo os autores, os consumidores procuram que o significado do produto coincida com o seu auto-conceito como forma de manifestação das suas características individuais (qualidades,

valores e atitudes) e posição social (riqueza, status e grupos de pertença). Conforme apresenta a figura 3.

Figura 3 - Dimensões da Compra Impulsiva de Dittmar, Beattie e Friese



Fonte: Dittmar et al. (1995)

Segundo Youn (2000, apud Da Costa, 2002) “a impulsividade do consumidor está fortemente associada à busca de gratificações de cunho eminentemente emocional (.,.) bem como compensações afetivas empregadas no gerenciamento do humor do indivíduo.” A escala apresentada pelo autor abrange dimensões afetivas e cognitivas representada por construtos específicos: necessidade de compra (afetivo), emoções positivas (afetivo), gerenciamento do humor (afetivo), deliberação cognitiva (cognitivo) e desconsideração com o futuro (cognitivo).

Em consonância, Da Costa (2002) afirma que “a impulsividade do consumidor não é expressa apenas sob a forma de atos de compra com reduzida capacidade avaliativa, mas também como uma incapacidade momentânea de postergar recompensas com o intuito de satisfação imediata.” Para o autor a impulsividade de compra é associada ainda à intensidade de circulação do consumidor dentro da loja e os elementos ambientais também causam o mesmo efeito. Portanto, há uma correlação de fatores ambientais, tanto o ambiente físico quanto o virtual, com o comportamento de compra impulsiva.

CONSEQUÊNCIAS DA COMPRA POR IMPULSO

Baumeister (2002) afirma que a compra por impulso, por ser decorrente de uma falha de autocontrole individual, pode ser tida como um comportamento irracional, imaturo e perdulário, podendo ocasionar até restrições do grupo social ao indivíduo. O consumidor efetua julgamentos sobre a propriedade de realizar tais compras em determinadas situações de consumo que podem proporcionar emoções positivas (empolgação, alegria, orgulho) ou negativas (culpa, irritação,

arrependimento, frustração).

De acordo com Rook e Fisher (1995), em contrapartida, há consumidores que realizam a compra impulsiva predominantemente em busca do prazer de compra, tendo, o item adquirido, um papel secundário, de menor importância. Nesses casos, verifica-se forte correlação entre a incidência de compras impulsivas e a satisfação de necessidades de estima e auto-realização, sendo a compra uma fonte geradora de contentamento e satisfação em decorrência do prazer gerado pela novidade ou pela sensação de ter feito “um bom negócio”, de acordo com Hausman (2000). Logo, percebe-se que o comportamento de compra por impulso pode ocasionar emoções de valências distintas.

METODOLOGIA

A abordagem para elaboração do trabalho foi pelo método quantitativo. Segundo Mazzotti (2012), a abordagem quantitativa é a mais adequada para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, pois utilizam instrumentos padronizados (questionários). São utilizados quando se sabe exatamente o que deve ser perguntando para atingir os objetivos da pesquisa. Permitem que se realizem projeções para a população representada.

A natureza deste estudo é aplicada. Segundo Gil (2000), a pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos e envolve verdades e interesses locais.

O método de pesquisa utilizado no trabalho foi pesquisa descritiva. Fonseca (2002) revela que a pesquisa descritiva é a mais tradicional das pesquisas. Ela descreve as características de uma determinada população ou de um determinado fenômeno. A finalidade da pesquisa descritiva está pautada na observação, registro e análise do objetivo em estudo sem interferência do pesquisador. Para Gil (2000), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Segundo Fonseca (2002) a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas. A disseminação do uso da internet possibilita uma coleta de dados com maior facilidade para a disponibilidade dos participantes, além de vantagens econômicas, pois segundo Kaplowitz, Hadlock e Levine (2004), uma pesquisa realizada pela internet pode ser oito vezes mais barata do que pesquisas feitas nos moldes convencionais além de que o processo permite a autonomia do participante, permitindo uma seleção dos indivíduos mais motivados e envolvidos a responder.

Para este estudo foi utilizado questionário online disponível no endereço <https://www.surveymonkey.com/s.aspx?sm=RXMRXQz6TiA9P89qGVuoWw_3d_3dcom> da web. Para acesso ao público, foram encaminhados e-mails contendo o link aos universitários de diversos cursos de uma instituição de ensino superior no estado de Minas Gerais.

O instrumento de pesquisa adotado foi o questionário por meio de perguntas

fechadas e de múltipla escolha por uma Escala Likert de 5 pontos (1= Discordo totalmente e 5 = Concordo Totalmente); com base na Escala Consumer Buying Impulsivity de Youn (2000), traduzida e validada por Da Costa (2002) denominada Escala de Comportamentos de Impulsividade do Consumidor na Compra (ECIC), numa versão adaptada.

Marconi e Lakatos (2006) afirmam que universo, ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. Já a amostra é uma parcela, convenientemente selecionada do universo, ou seja, é um subconjunto do universo. A população foi composta por cerca de 9000 alunos dos cursos de graduação de uma instituição de ensino superior de Minas Gerais. Já a amostragem foi probabilística por conglomerado, onde os grupos têm a mesma chance de serem escolhidos, ou seja, aleatoriamente.

No tratamento dos dados utilizou-se, inicialmente, a estatística descritiva, e posteriormente, buscou-se avaliar os índices mais relevantes da compra impulsiva de acordo com as cinco dimensões elucidadas por Youn (2000, *apud* Da Costa, 2002): necessidade de compra, emoções positivas, gestão do humor, deliberação cognitiva e indiferença ao futuro e também as sobre a influencia da circulação na loja; influencia da família e amigos, status da marca ou do produto, a moda e a tendência, líderes e pessoas de influência, comerciais e propagandas, preço, forma de pagamento, ambiente da loja e atendimento e também sobre a ocorrência de emoções negativas pós-compra por impulso.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Dos 277 entrevistados dos diversos cursos, o perfil dominante foi: 60,82%, do sexo feminino com idade entre 18 e 25 anos (65,31%), e com renda de 1 a 2 salários mínimos (40%), 62,16% dos entrevistados trabalham e estudam, 89,64% moram com a família, e 41,89% possuem cartão de crédito, dos quais a maioria utiliza somente em cerca de 25% das compras (45,16%). Dos entrevistados a maior parte prefere comprar à vista e em espécie (40,18%), e também, a maioria raramente faz lista de compras (24,20%). 80,37% informam que já realizaram algum tipo de compra pela internet.

Tabela 1 - Perfil Sócio-demográfico dos participantes

Variáveis	Porcentagem	
Perfil	Masculino	39,18%
	Feminino	60,82%
Faixa Etária	Até 18 anos	15,51%
	De 18 a 25 anos	65,31%
	De 25 a 30 anos	10,61%
	De 31 a 40 anos	6,94%
	De 41 a 50 anos	1,63%
	Acima de 51 anos	0%
Renda familiar	Menos de 1 salário mínimo	5%
	De 1 a 2 salários mínimos	40%
	De 2 a 4 salários mínimos	34,55%
	De 4 a 5 salários mínimos	7,73%
	De 5 a 10 salários mínimos	8,64%
	Acima de 10 salários	4,9%
Ocupação Profissional	Somente estuda	36,94%
	Trabalha e estuda	62,16%
Com quem mora	Sozinho	3,15%
	Amigos	7,21%
	Família	89,64%
Possui cartão de crédito	Sim	41,89%
	Não	58,11%
O quanto utiliza o cartão de crédito nas compras	Cerca de 25% das compras	45,16%
	Cerca de 50% das compras	22,58%
	Cerca de 75% das compras	5,38%
	Quase todas as compras	10,75%
	Não utiliza cartão de crédito	16,13%
Prefere comprar	No débito	26,03%
	À vista em espécie	40,18%
	No crédito	12,33%
	Parcelado no boleto	13,24%
	Indiferente	8,22%
Costuma fazer uma lista de compras	Sempre	12,79%
	Na maioria das vezes	21%
	Às vezes	22,37%
	Raramente	24,20%
	Nunca	19,63%
Já fez alguma compra na internet	Sim	80,37%
	Não, mas pretendo fazer	15,07%
	Não, e nunca quero fazer	4,57%

Fonte: Dados da pesquisa

A análise relativa ao comportamento dos universitários em propensão à compra impulsiva é apresentada na Tabela 2 que traz os resultados de 25 questões aplicadas na pesquisa. A tabela indica a frequência média construída a partir da conversão das respostas em uma escala Likert de 5 pontos, onde: 1 = Discordo Totalmente, 2 = Discordo, 3 = Nem discordo, nem concordo, 4 = Concordo e 5 = Concordo Totalmente. Quanto mais próximo de 5 for o resultado, maior a ocorrência ou maior a influência da variável no processo de compra por impulso, e quanto mais próximo de 1 for a média, menores serão essas ocorrências.

Tabela 2 – Avaliação do Comportamento de compra por impulso

Questões	1	2	3	4	5	MÉDIA
1. Quando saio para comprar algo, compro além do planejado.	18,95%	27,37%	27,89%	20,00%	5,79%	2,66
2. Eu tendo a gastar meu dinheiro assim que o recebo.	29,47%	32,11	20,53	14,74	3,16	2,30
3. Compro coisas mesmo não podendo pagá-las.	52,11	33,16	10,00	3,68	1,05	1,68
4. Tenho dificuldade para controlar meu impulso de compra.	39,89	31,91	16,49	6,91	4,79	2,05
5. Frequentemente compro produtos que não necessito, mesmo sabendo que possuo pouco dinheiro sobrando.	45,74	32,98	12,23	6,91	2,13	1,87
6. Quando compro, em geral, sou mais lento e reflexivo do que rápido e descuidado no processo de compra.	13,23	15,87	26,46	31,22	13,23	3,15
7. Geralmente penso em opções de produto para fazer um bom negócio.	2,11	6,32	25,79	42,63	23,16	3,78
8. Dedico maior atenção para os itens que planejo adquirir.	2,13	3,19	6,91	54,79	32,98	4,13
9. A quantidade de tempo que gasto apenas olhando os produtos é alta.	7,41	15,34	25,40	29,63	22,22	3,44
10. Compro um produto para melhorar meu humor	22,75	28,04	29,10	12,70	7,41	2,54
11. Mesmo quando vejo algum produto atraente, penso nas consequências da compra antes de fazê-lo.	3,74	8,56	21,93	40,64	25,13	3,75
12. Minha família e amigos exercem influências sobre minhas escolhas de compra.	17,65	22,99	26,74	27,27	5,35	2,80
13. O status de uma marca ou do produto influenciam minha compra.	20,74	17,02	22,87	26,60	12,77	2,94
14. Costumo comprar produtos de acordo com a moda ou tendência.	19,58	28,04	29,10	17,99	5,29	2,61
15. Artistas ou pessoas famosas influenciam minha compra.	43,09	29,79	18,62	6,91	1,60	1,94
16. Um comercial ou propaganda atraente faz com que eu dê preferência a esse produto em relação a outros.	25,53	27,66	27,13	15,96	3,72	2,45
17. O preço do produto influencia minha compra, mesmo sem uma necessidade imediata deste produto.	12,17	14,29	24,87	37,57	11,11	3,21
18. A forma de pagamento faz com que eu compre mais produtos que o planejado.	24,06	26,20	20,32	22,99	6,42	2,61
19. Os elementos ambientais da loja ou do site influenciam positivamente a compra.	11,64	14,81	30,16	31,75	11,64	3,17
20. O atendimento da loja faz com que eu compre produtos supérfluos.	22,34	29,79	25,53	15,96	6,38	2,54
21. Comprar é uma forma de reduzir o estresse da vida cotidiana	30,85	28,72	20,74	14,36	5,32	2,35
22. Às vezes, compro algo para me sentir bem.	25,93	22,75	21,16	23,28	6,88	2,62
23. Quando faço uma compra por impulso me divirto e fico entusiasmado.	33,86	29,63	19,58	14,29	2,65	2,22
24. Sinto desconforto após ter cedido a uma compra por impulso, sabendo que tinha pouco dinheiro.	12,70	8,99	19,05	35,45	23,81	3,49
25. Sinto arrependimento por notar que comprei algo de que não tinha tanta necessidade.	10,05	10,05	19,58	31,75	28,57	3,59

Fonte: Dados da pesquisa

As perguntas referem-se as características de atividade de compra dos entrevistados. As questões que se referem a Escala de Youn (2000) são: Necessidade de compra (afetivo): perguntas 3 e 4; emoções positivas de compra (afetivo): perguntas 22 e 23; Gerenciamento do humor (afetivo): perguntas 10 e 21; Deliberação cognitiva (cognitivo): perguntas 6, 7, e 11 e; Desconsideração com o futuro (cognitivo):

perguntas 1, 2, 5, 10. As perguntas 8, 9 e referem-se à circulação na loja.

Tabela 3 - Dimensões da compra por impulso.

Dimensão	Média
Necessidade de compra (afetivo)	1,86
Emoções positivas de compra (afetivo)	4,84
Gerenciamento do humor (afetivo)	2,44
Deliberação cognitiva (cognitivo)	3,56
Desconsideração com o futuro (cognitivo)	2,34

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os resultados a dimensão que mais influencia o comportamento de compra do consumidor são as emoções positivas de compra, com média próxima à pontuação total e a que menos influencia é a necessidade de compra.

As questões de 12 a 20 referem-se aos aspectos influenciadores nas ocorrências de compras impulsivas, tais como: a família e amigos (pergunta 12), o *status* da marca ou do produto (pergunta 13), a moda e a tendência (pergunta 14), líderes e pessoas de influência (pergunta 15), comerciais e propagandas (pergunta 16), preço (pergunta 17), forma de pagamento (pergunta 18), ambiente da loja (pergunta 19) e atendimento (pergunta 20).

Conforme os resultados, os aspectos de menor influência nas compras por impulso são: líderes e pessoas de influência, seguido dos comerciais e propagandas; e os aspectos que exercem maior influência são: o preço do produto, o ambiente da loja ou do *site* de compra e o *status* da marca ou do produto.

Por fim, as 2 últimas questões referem-se aos efeitos negativos da compra por impulso. Os resultados demonstraram que as compras impulsivas tendem a provocar desconforto e arrependimento após a análise, por parte do consumidor, de sua situação financeira e/ou utilidade do produto.

CONCLUSÃO

Com a percepção de que a sociedade vem se modificando sendo caracterizada por Bauman (2008) como imediatista e acelerada, movida por uma intensa insatisfação repleta de rupturas e discontinuidades, onde os indivíduos passam a maior parte do tempo se protegendo de informações indesejadas e buscando uma nova identidade através do consumo e de experiências emocionais, o comportamento de compra por impulso surge com uma frequência muito grande. Nesse sentido este estudo objetivou avaliar os construtos racionais que justificam o comportamento impulsivo no consumo.

Assim, esse estudo contribuiu para identificar informações relevantes sobre o comportamento de consumo do segmento universitário, no qual pode-se perceber as principais motivações internas e externas, as influências que vão desde a formação do indivíduo, o ambiente em que ele vive, as pessoas com quem convive, os estímulos e fatores que contribuem para as causas do comportamento de compra por impulso e as consequências que essa atitude traz. Dessa forma contribui para que o consumidor tenha um melhor conhecimento a respeito de si próprio e tome os devidos cuidados, caso tenha propensão e tendência à compras por impulso.

O estudo também contribui para decisões gerenciais, pois possibilita a compreensão de um comportamento de compra específico que tem presença no mercado. Alguns autores afirmam que o consumidor universitário tem grande potencial consumidor e está em uma fase da vida onde está formando sua opinião, definindo seus gostos e suas preferências. Nesse sentido, a pesquisa fornece informações para realização de estratégias de marketing.

Vale ressaltar que essa pesquisa sofre limitações teóricas, pois o comportamento de compra por impulso é complexo e influenciado por diversas variáveis não aprofundadas nesse estudo como características de personalidades, etc. Outras sugestões para novos estudos é que se façam estudos com outras amostras como trabalhadores autônomos, outras regiões geográficas, etc.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Vida para Consumo: a Transformação das Pessoas em Mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMEISTER, Roy F. **Yielding to temptation: self-control failures, impulsive purchasing, and consumer behavior**. *Journal of Consumer Research*, Gainesville, v.28, n.4, p.670-676, Mar. 2002.

BLACKWELL, Roger D.; MINIARD, Paul W.; ENGEL, James F. **Comportamento do consumidor**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

DA COSTA, Filipe C. X.. **Influências Ambientais e o Comportamento de Compra por Impulso: Um Estudo em Lojas Físicas e Virtuais**. 2002, 186p. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DHOLAKIA, U. **Temptation and resistance: an integrated model of consumption impulse formation and enactment**. *Psychology & Marketing*, v. 17, p. 955-982, nov. 2000.

DITTMAR H. et al. **Gender identity and material symbols: Objects and decision considerations in impulse purchases**. *Journal of Economic Psychology*, 16, pp. 491-511.1995

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HAUSMAN, Angela. **A multi-method investigation of consumer motivations in impulse buying behavior**. *Journal of Consumer Marketing*, Santa Barbara, v.17, n.5, p.403-419, 2000.

KAPLOWITZ, M. D.; HADLOCK, T.; LEVINE, R. **A comparison of web and mail survey response rates.** Public Opinion Quarterly, 68(1), 94-101, 2004.

KARSAKLIAN, E., **Comportamento do Consumidor**, Atlas, SP, 2000.

KOTLER, P. **Administração de marketing.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LEMOS, I. D. **O impacto de diferenças individuais referentes a aspectos psicológicos do consumidor feminino no comportamento de compra: um estudo empírico no mercado de moda.** 2010. 110 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAZZOTTI, Karla; BROEGA, Ana Cristina. **Marcas de moda: identidade, imagem, comunicação e consumo emocional.** Revista Repositorium, set 2012.

NEVES, Carolina Barcellos. **Eu quero esse!** Um estudo sobre o consumidor infantil e as marcas. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2009.

ROOK, Dennis W.; FISHER, R. **Normative influences on impulsive buying behavior.** Journal of Consumer Research, Gainesville, v.22, n.3, p.305-313, Dec. 1995

SOLOMON, Michael R. **O Comportamento do Consumidor: comprando, possuindo e sendo.** 7. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

STERN, H. **The Significance of Impulse Buying Today.** Journal of Marketing, 26 (2), pp. 59-62; 1962.

YOUN, Seounmi; FABER, Ronald. **Impulsive Buying: its relation to personality traits and cues.** Advances in Consumer Research: Association for Consumer Research, p.179-185, 2000.

CONTABILIDADE À DISTÂNCIA NA VISÃO DOS GESTORES¹

Mona Christine da Fonseca Xavier

Graduanda do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: monacfonseca@gmail.com

Gustavo de Magalhães Vieira

Orientador do trabalho. Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: gustavomv@unipam.edu.br

RESUMO: Com o avanço da humanidade e tecnologia, a Contabilidade passou por várias mudanças no decorrer dos anos. Num mundo cada dia mais globalizado e com o tempo cada vez mais escasso no dia-a-dia na vida dos profissionais, o *e-commerce* surgiu com força total, sendo este expandido recentemente inclusive para a prestação de serviços. A contabilidade acabou entrando nesse mercado proporcionando as empresas algumas vantagens, como a possibilidade de contratação de seus serviços por um preço mais acessível, uma maior segurança nos envios de arquivos e ainda a economia de espaço físico dentro das entidades. Diante desse cenário surgiu a necessidade de analisar a aceitação por parte dos gestores em relação aos escritórios *on-line*. A pesquisa consistiu em um estudo qualitativo, onde foram entrevistados 08 gestores atuantes em empresas de diferentes setores, ambas situadas na cidade de Patos de Minas-MG, os quais demonstraram suas opiniões em relação ao assunto. Após o estudo, foi constatado que 50% dos entrevistados ainda tem uma certa resistência a respeito da contabilidade ser realizada de forma *online*, o restante ainda não possuem opinião formada sobre o caso (12%) ou são a favor de uma contabilidade realizada à distância (38%).

PALAVRAS-CHAVE: Avanço tecnológico; *e-commerce*; contabilidade *online*.

ABSTRACT: With the advancement of humanity and technology, Accounting has come through several changes over the years. In an increasingly globalized world and with a more and more scarce time day-to-day life of professionals, e-commerce has emerged with full force, which has recently expanded to include services. Accounting ended up entering this market, giving the companies some advantages, such as the possibility of contracting their services for a more affordable price, a greater security in file transfers and also the saving of physical space within the entities. Given this scenario, the need to analyze the acceptance by the managers in relation to the online offices came up. The research consisted of a qualitative study, where were interviewed 08 managers working in companies from different sectors, all of them located in the city of Patos de Minas-MG, which demonstrated their opinions on the subject. After the study, it was found that 50% of interviewed still have some resistance regarding accounting being done online, the rest still do not have opinion formed on this case (12%) or are in favor

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do XIV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 7 de novembro de 2018.

of an accounting conducted at a distance (38%).

KEYWORDS: Technology advancement; *e-commerce*; accounting *online*.

1 INTRODUÇÃO

Para Crepaldi (2013) a Ciência Contábil é uma das ciências mais antigas, a qual há mais de 2.000 anos Aristóteles já ponderava. Para o autor existem diversos registros que as civilizações antigas já faziam controles através de símbolos desenhados nas paredes das cavernas, para controlar seu rebanho.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2018), por decreto de lei, com exceção do Microempreendedor Individual, todas as empresas são obrigadas a seguir um sistema contábil, e fazer suas escriturações contábeis, tendo em sua empresa um contador, de forma interna ou mesmo terceirizada.

Para Marion (2015) a contabilidade vem sofrendo constantes transformações desde o seu surgimento devido as necessidades do mercado em receber informações cada vez mais detalhadas e hábeis para a tomada de decisões gerenciais, administrativas e/ou financeiras. Assim, vem crescendo a necessidade da inserção de novas tecnologias dentro das organizações para auxílio de seus gestores nas tomadas de decisões e elaboração de novos planos estratégicos, além de simplificar e acelerar a vida do profissional contábil.

Devida tamanha evolução, Lunelli (2013), enfatiza que o profissional contábil tem que estar sempre preparado para constantes modificações na área, se tornando sempre um profissional antenado e flexível as mudanças.

Com a atual globalização dos mercados, empresas vem buscando maior retenção de lucros através de diminuição de custos e outras estratégias. Para Domingos (2009) a contabilidade é uma das principais áreas terceirizadas, uma vez que empresas buscam cada vez mais profissionais especializados, para assim diminuir possíveis erros, gerando gastos desnecessários para a organização.

Diante deste cenário, surgiu ainda o *e-commerce*, o qual é conceituado por Guerreiro (2006) como: transações de compra e venda de produtos e serviços por meio eletrônico, possibilitando assim, que empresas alcancem melhor seus objetivos econômicos, além de atender melhor as necessidades de seus clientes, através de melhor comodidade para com os mesmos. Nesse contexto surgiram os escritórios de contabilidade *online*, os quais comercializam prestação de serviços contábeis via web.

Diante das evoluções contábeis e tecnológicas mencionadas anteriormente, surge o seguinte questionamento: qual a visão dos gestores perante a prestação de serviços contábeis a distância de forma *online*?

O objetivo geral deste trabalho foi analisar como o gestor visualiza os serviços técnicos em contabilidade oferecidos à distância.

Os objetivos específicos do presente trabalho foram:

- Elencar os principais pontos da evolução contábil desde o seu surgimento até os dias atuais, inclusive no Brasil;
- Mencionar a terceirização da prestação de serviços, inclusive da contabilidade, diante de sua importância dentro das organizações;

- Verificar a opinião do gestor diante dos serviços técnicos em contabilidade oferecidos a distância.
- Analisar os pontos positivos e negativos da contabilidade a distância na visão dos administradores.

Mediante ao crescente avanço tecnológico ao qual a sociedade está inserida, o presente trabalho visa discutir um tema atual, que tem sido alvo de críticas, mas que vem crescendo a cada dia.

O comércio de serviços contábeis oferecidos de forma *online* surgiu com a propagação do *e-commerce*, o qual vem ganhando força mundialmente, uma vez que empresas de diversos setores têm aderido ao novo mercado, para expandir seus negócios e sobreviver em ambientes de alta competitividade.

Diante do exposto, tal assunto merece ser discutido no âmbito contábil para análise da opinião dos gestores em relação à prestação de serviços contábeis *online*.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A contabilidade pode ser definida de diversas formas. Em uma de suas obras, Crepaldi (2013, p. 3) traz o conceito oficial formulado no primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade realizado na cidade do Rio de Janeiro, de 17 a 27 de agosto de 1924: “contabilidade é a Ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativas à administração economia”.

No decorrer dos anos apareceram outros autores que complementaram o conceito da ciência contábil, como por exemplo, Marion (2008) que em seu livro descreve a contabilidade como um sistema de coleta de dados econômicos registrados em relatórios que auxiliam administradores e gestores em suas tomadas de decisões.

Para Sá (2008), é necessário compreender a evolução histórica da contabilidade, devido sua importância no ramo do saber humano, para de fato entender o seu real significado.

Não há ao certo uma data específica para a criação da contabilidade e nem quem foi seu criador, mas renomados autores indicam que esta é uma das ciências mais antigas já descobertas. Para Iudícibus (2005, p. 31), “a Contabilidade é tão antiga quanto o próprio homem que pensa”. Com a evolução histórica, os registros foram se modernizando de acordo com as necessidades e demandas da sociedade em busca de um melhor sistema de informações contábeis. Assim, a partir do século XIII, novas técnicas contábeis foram surgindo e livros contábeis começaram a ser adotados para registrar os principais eventos econômicos das empresas.

No Brasil, a contabilidade surgiu como no restante do mundo, em desenhos e escritas em grutas antigas. Porém, de acordo com Cotrin, Santos e Junior (2012), o primeiro registro oficial à escrituração e relatórios contábeis ocorreu no ano de 1808, através de um trecho de uma carta elaborada pelo Príncipe Regente D. João VI, no qual dizia que só poderiam realizar a escrituração mercantil quem estudasse aulas de comércio realizadas no Brasil oriundas de Portugal.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2016) desde a chegada da corte, no sec. XIX, até a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) em 1946 com Decreto Lei nº 9295, o

atual contador era chamado de “guarda-livros”, devido a sua principal função na época: escriturar e manter em boa ordem os livros mercantis das empresas comerciais. Essa denominação continuaria até 1931, quando o Decreto n.º 20.158 regulamentou a profissão de Contador e reorganizou o ensino comercial.

Para Marion (2015) a contabilidade é feita para pessoas, físicas ou jurídicas, que buscam repostas em dados por ela fornecidas ou mesmo simplesmente demonstram algum interesse pela empresa em questão. Nesse sentido, Padoveze (2015) complementa que existem dois principais grupos de usuários da contabilidade: os usuários internos (pessoas diretamente ligadas à administração) e os usuários externos (o restante, como investidores e concorrentes).

Niyama e Silva (2013) assegura que os usuários das informações contábeis devem receber tais informes de forma precisa e coerente, para assim poderem analisar o desempenho das entidades através das informações fornecidas.

Vale ressaltar ainda que a contabilidade responsável pelo fornecimento de informações é a Contabilidade Gerencial, que após a coleta dos dados e a devida análise, divulga através de seus relatórios, informações úteis para os gestores das empresas poderem assim, realizarem as melhores tomadas de decisões cabíveis para o sucesso das empresas (MARION, 2015).

Reforçando essa ideia, Crepaldi (2008) diz que a Contabilidade Gerencial fornece aos administradores das empresas instrumentos que os auxiliam em seus respectivos cargos gerenciais.

Em conformidade, Atkinson *et al* (2000 p. 45), assegura: “Informação gerencial contábil participa de várias funções organizacionais diferentes – controle operacional, custeio do produto e do cliente, controle administrativo e controle estratégico”. O quadro 01 apresenta as funções descritas pelos autores.

Quadro 01: Funções da Informação Gerencial Contábil

Controle Operacional	Fornece informação (feedback) sobre a eficiência e a qualidade das tarefas executadas
Custeio do produto e do cliente	Mensura os custos dos recursos para se produzir, vender e entregar um produto ou serviço aos clientes.
Controle Administrativo	Fornece informação sobre o desempenho de gerentes e de unidades operacionais.
Controle estratégico	Fornece informações sobre o desempenho financeiro e competitivo de longo prazo, condições de mercado, preferências dos clientes e inovações tecnológicas.

Fonte: Atkinson *et al* (2000, p 45).

No quadro é possível perceber as principais funções da informação gerencial contábil geradas a diversas áreas da empresa, e percebe-se assim a sua importância nos processos de gestão dentro das organizações, uma vez que com tais informações detalhadas os gestores têm uma melhor visão das atividades exercidas dentro de sua organização, como através das informações geradas para o controle operacional, o qual pode ter um parecer sobre a eficácia das tarefas ali executadas. Outra informação bastante válida é o custeio do produto/cliente, que é a mensuração dos reais custos para produzir, vender e entregar o produto/serviço aos clientes, mostrando os lucros ou prejuízos de determinado período (ATKINSON ET AL, 2000).

Perante a lei, conforme descrito pelo CFC (2017), todas as entidades têm por obrigação seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, mas se baseando sempre na escrituração uniforme de seus livros.

Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil), art. 1.179 – O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico. (BRASIL, LEI 10.406/02 art. 1.179)

O CFC (2017) ainda complementa que tal obrigação independe do tamanho da empresa e tipo de tributação, mesmo esta sendo optante pelo Simples Nacional, o qual é menos burocrático, porém recebe o mesmo tratamento.

Para tal regra apenas o MEI (Microempreendedor Individual) é exceção. De acordo com o CRC (2018), uma empresa poderá estar inscrita no MEI quando sua receita bruta anual não ultrapassar R\$81.000,00 no ano calendário anterior.

Segundo Martins (2001), a terceirização teve seu início durante a Segunda Guerra Mundial, quando as empresas dos Estados Unidos precisavam voltar sua total atenção para construção de arsenal, destinando assim as outras atividades para empresas prestadoras de serviços. Já no Brasil, Queiroz (1998), diz que a terceirização chegou com a vinda de multinacionais, principalmente as automobilísticas, em meados de 1980. Assim, várias empresas, sendo elas pequenas, médias ou grandes corporações, vem desde aquela época tendo uma maior implantação em seu sistema dos serviços terceirizados.

Em sua obra, Martins (2001) ainda destaca que um dos principais objetivos da terceirização é a melhoria da qualidade do produto, além de uma redução significativa dos custos, gerando assim maiores lucros para a empresa.

A terceirização de serviços vem se tornando uma prática comum inclusive com a terceirização de serviços contábeis. Segundo o CFC (2015), em 2013 existiam em média, 82 mil organizações de contabilidade entre sociedades, empresários e individual.

Ricini e Zanchet (2008) citam algumas críticas relacionadas aos serviços contábeis terceirizados, dentre as críticas, os autores apontam que os serviços terceirizados não proporcionam os mesmos efeitos do que de uma contabilidade não terceirizada. Assim diante de tantas opções de profissionais que prestam tais serviços, é necessário uma minuciosa análise para a escolha do prestador de serviço.

Com a evolução tecnológica a internet vem diminuindo barreiras e criando oportunidades, antes jamais vistas na sociedade. Tal evolução proporcionou uma forma mais rápida e eficiente na comunicação a distância, o que viabilizou o surgimento do *e-commerce*. Para Balarine (2002, p. 4) “*e-commerce* são transações que ocorrem via internet, através da ligação entre compradores e vendedores”.

O comércio eletrônico teve seu início nos Estados Unidos em 1995 e no Brasil, um pouco mais tarde, em meados dos anos 2000, sendo que a partir daí do *e-commerce* não parou de evoluir e expandir-se (TOREZANI, 2008).

Segundo Fagundes (2009) o *e-commerce* é o ramo de atividade econômica que mais cresce no mundo, sendo um dos principais motivos a comodidade oferecida aos

consumidores. O mesmo autor ainda complementa que as empresas que ingressam no comércio *online* têm atraído um maior número de investidores.

Para Teixeira (2015) devido as várias vantagens oferecidas através do comércio *online*, dentre elas economia de tempo e dinheiro sem necessariamente sair de casa, o tradicional comércio em lojas físicas tende a cada dia diminuir sua efetividade.

Inicialmente o *e-commerce* surgiu com a tradicional venda de produtos e hoje já são comercializados inclusive serviços. Para Teixeira (2015) destacam-se as empresas de viagens e turismo, hospedagem em hotéis, escritórios advocatícios, publicidade e propaganda sem esquecer ainda dos cursos de graduação e até mesmo escritórios de contabilidade.

A criação de escritórios contábeis *online* é recente, mas a cada dia o mercado vem crescendo com o surgimento de novas empresas no setor. Apesar de ainda ser um mercado taxado por alguns pré-conceitos, é notório a sua real aceitação no mercado devido suas vantagens em relação aos escritórios físicos tradicionais (OSAYK, 2018).

Capucio (2017) enfatiza as principais vantagens do recente mercado, destacando entre elas:

- A otimização de tempo, espaço e praticidade: nos escritórios *online*, relatórios e arquivos ficam à disposição dos gestores, para eventuais necessidades de última hora, além da diminuição de arquivos físicos, uma vez que toda documentação é enviada e arquivada eletronicamente;
- A eficiência no cumprimento das obrigações legais: o controle de todas as obrigações fiscais e tributárias da empresa é organizado de maneira automática através de um sistema inteligente a partir de um calendário que controla os prazos;
- Segurança de dados: as informações são armazenadas em servidores seguros, impedindo assim possível perda e corrupção;
- Contratação de profissionais capacitados, sem perder eficiência: a contabilidade *online* só pode oferecer serviços prestados por profissionais capacitados;
- Menor custo: devido à grande parte dos serviços e operações serem automatizadas e terem menor custo com estrutura física, esse mercado consegue oferecer seus serviços com um preço mais acessível quando comparado a escritórios físicos.

Os serviços oferecidos pelos escritórios contábeis virtuais não se resumem apenas a contabilização mensal, eles oferecem também outros serviços presentes no cotidiano dos escritórios físicos, como abertura e fechamento de empresas, escrituração fiscal e contábil, consultoria, dentre outras (CAPUCIO, 2017).

3 METODOLOGIA

A pesquisa é do tipo descritiva, pois descreveu o pensamento e opiniões dos gestores em relação a aceitação da terceirização da contabilidade a distância. Segundo Gil (2002) a pesquisa descritiva é aquela que tem como objetivo principal a descrição das características de um determinado grupo, fenômeno ou estudo específico através da coleta de dados, sem qualquer manipulação por parte do pesquisador, através da padronização da pesquisa.

Buscando alcançar os objetivos do trabalho exposto, a pesquisa também foi do tipo bibliográfica e qualitativa, visto que não foram utilizados dados estatísticos nas análises. Para Michel (2015) a abordagem qualitativa pretende analisar as diferentes opiniões sobre o assunto em estudo.

A unidade de análise e os sujeitos da pesquisa se corresponderam. Foram constituídos por oito gestores de empresas situadas na cidade de Patos de Minas-MG, assim distribuídos: 04 representantes da área da saúde; 02 de transportadoras e 02 do comércio alimentício. Vale ressaltar que cada um dos grupos supramencionados foi composto por profissionais e ou representantes de categorias distintas escolhidos por critério de acessibilidade.

Para a coleta de dados, num primeiro momento, os profissionais indicados anteriormente foram contactados com o intuito de explica-los os objetivos do projeto. Posteriormente foram agendadas datas oportunas para aplicação dos roteiros de entrevista – Apêndice I – os quais foram aplicados e gravados para uma análise aprofundada quando da elaboração dos resultados. Vale lembrar que antes da aplicação da entrevista os sujeitos da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico foram apresentados os resultados obtidos com a aplicação da entrevista, obedecendo os procedimentos metodológicos adotados, relacionando-os as opiniões dos gestores entrevistados em relação ao tema do presente do trabalho. A demonstração dos resultados foram apresentadas de acordo com a ordem cronológica do roteiro de entrevista conforme Apêndice I.

No quadro 02 é possível verificar o perfil demográfico profissional dos entrevistados. Os nomes apresentados foram fictícios para manter sigilo de suas reais identidades.

Quadro 02: Perfil Demográfico dos Entrevistados

Nome	Sexo	Idade	Ocupação	Tempo de Atuação como Gestor	Tempo de Atuação como Gestor nesta Empresa
João	Masculino	30	Diretor/Proprietário	7	7
José	Masculino	54	Administrador Geral	36	4
Joaquim	Masculino	43	Gerente Financeiro	12	10
Maria	Feminino	38	Administradora	8	2
Aparecida	Feminino	28	Gerente Geral	3	3
Francisco	Masculino	29	Diretor/Proprietário	10	6
Pedro	Masculino	35	Administrador Geral	9	9
Antônio	Masculino	29	Gerente Geral	4	2

Fonte: Elaborado pela autora, através das coletas de dados da entrevista, 2018.

Ao analisar o quadro acima é possível identificar que a maioria dos entrevistados são do sexo masculino, possuem entre 28 e 54 anos, trabalham no setor administrativo das empresas, durante a sua vida profissional já trabalharam como gestores por um período que varia entre 03 e 16 anos, e na atual empresa, esse

período é de 02 a 10 anos.

Com o intuito de atingir os objetivos propostos, foi aplicada a pesquisa com a finalidade de analisar a visão e aceitação dos gestores perante a prestação de serviços contábeis a distância, de forma *online*.

As perguntas da entrevista foram elaboradas de forma que possibilitasse um entendimento acerca da opinião de cada gestor entrevistado, buscando saber: a importância da contabilidade em sua gestão; a proximidade ou distância do setor contábil em sua empresa em virtude da terceirização destes serviços; as ferramentas tecnológicas utilizadas para comunicação entre gestores e contadores devido à inserção da tecnologia ao meio em questão; o conhecimento e opinião dos mesmos em relação à prestação de serviços totalmente *online* e a sua disponibilidade em contratar um escritório contábil de forma *online* para a sua empresa atual.

De acordo com Marion (2015) a contabilidade é uma ciência que fornece o máximo de informações no processo de tomadas de decisões. Nesse sentido, ao serem interrogados sobre a importância da contabilidade em sua gestão, a maioria dos gestores, enfatizou a importância da participação do contador em sua gestão.

A contabilidade exerce uma função indispensável na geração e organização de toda tributação da empresa além de ajudar nas informações obrigatórias perante a receita federal. Ela também auxilia e nos orienta durante os processos contábeis, para que possamos gerar os relatórios obrigatórios em tempo hábil, como o balanço patrimonial e a DRE. (Antônio)

Trata-se de uma ferramenta de gestão e que subsidia nas tomadas de decisões, além de registrar um fato, retratando o passado da companhia. (...) De um lado um retrovisor para análise e avaliação, de outro permite, a partir desta análise e avaliação, a tomada de decisões com o objetivo de incrementar resultados, corrigir distorções e permitir, de tempos em tempos, avaliar o cumprimento de metas e objetivos. (José)

Ainda segundo Marion (2015), com a evolução e globalização mundial, o governo passou a usufruir da contabilidade para arrecadação de impostos, a tornando obrigatória para a maioria das empresas. Uma das entrevistadas diz que:

Na área do transporte é muito difícil ser um empreendedor, pois a carga tributária no Brasil é uma das mais altas. Por isso o contador tem grande importância no setor, para nos ajudar, tentando sempre reduzir os gastos com a tributação, de forma legal, claro. Nos ajuda também a conseguir um melhor caminho nas tomadas de decisões dentro da empresa. (Aparecida)

Os trechos apresentados acima, ainda estão em conformidade com o que Crepaldi (2008) enfatiza: a Contabilidade Gerencial fornece aos administradores das empresas instrumentos que os auxiliam em seus respectivos cargos gerenciais. Vemos isto ainda no comentário de Joaquim a respeito do assunto: "(...) É importantíssima na tomada de decisões, além de me mostrar o resultado da empresa, permitindo um acompanhamento detalhado dos gastos, lucros e/ou prejuízos gerados."

Por outro lado, apenas um gestor entrevistado disse que a participação da contabilidade em sua empresa é mínima. Segundo João "Há uma certa distância entre contabilidade/empresa, sendo esta presente apenas quando solicitada, não tendo

assim grande influência em tomadas de decisões no dia-a-dia da empresa”.

Observou-se que grande parte dos gestores veem na contabilidade um importante aliado em sua gerência, visando sempre uma maior qualidade nas suas decisões, buscando uma maior lucratividade da empresa no decorrer dos anos.

Com a evolução da humanidade, houve uma crescente evolução tecnológica e vários serviços passaram a ser prestados de forma terceirizada (MARTINS, 2001). Diante desse cenário a contabilidade também passou a ser prestada, em alguns casos, de forma terceirizada. Nesse sentido, foi solicitado aos gestores que falassem um pouco a respeito dessa terceirização dentro de sua empresa. Foi percebido ainda, que mesmo de forma terceirizada a contabilidade se torna presente, devido ao contato direto entre as partes, além de que em outros casos, a contabilidade é terceirizada, mas existe uma pessoa física que fica na empresa na maior parte do tempo.

Acredito que toda empresa tenha uma forma diferente de trabalhar, mas no nosso caso, o contador sempre está presente, nos dando todo apoio necessário, sendo este pessoalmente, via internet ou contato telefônico afim de sanar todas as nossas dúvidas. (Aparecida)

Dentro da nossa empresa, o escritório contábil que nos presta serviço tem uma sinergia muito grande conosco e sempre estamos em contato, através de reuniões, e-mail, via telefone, dentre outros. Com isso nossa relação mesmo de forma terceirizada se torna muito próxima e os serviços prestados são tão eficientes quanto que se funcionassem fisicamente dentro da empresa. (José)

No caso da minha empresa, a prestação dos serviços é de forma terceirizada, porém há uma profissional que fica “full time” dentro da empresa. Assim sentimos como que se escritório contábil estivesse em contato direto conosco durante todo o tempo. Isso facilita na entrega de documentação, relatórios, e até mesmo na comunicação, pois acabamos por ter contato direto durante todo o tempo. (Joaquim)

Para Ricini e Zanchet (2008) uma vez que há várias opções de profissionais que prestam tais serviços de forma terceirizada, é necessário uma análise mais detalhada para a escolha do profissional que prestará serviço à sua empresa, já que os serviços terceirizados não proporcionam os mesmos efeitos do que de uma contabilidade não terceirizada.

No caso do gestor João, ele sofre com essa terceirização, uma vez que o contato entre as partes não é constante e o mesmo se sente distante de seu contador, como descrito em sua fala.

Hoje o contato entre contador/empresa é muito robótico, pode-se dizer ainda que é de certa forma, até mesmo fria. Por exemplo, se está tudo pago, em dia, não há contato entre as partes, uma vez que o contato é feito apenas em caso de atrasos de documentação ou em casos semelhantes. (João)

Porém por outro lado, no caso de Maria, onde o escritório que presta serviços contábeis à mesma tem sua sede em uma cidade próxima, ela não sente dificuldade alguma em relação ao contato com seu contador.

(...) Toda vez que preciso ligo para o escritório ou vice-versa. Mantemos contato

também via redes sociais, como whatsapp ou facebook e caso seja necessário, vou até o escritório físico, ou o próprio contador vem até mim. Assim, mesmo distante o contador se faz presente e é bastante eficiente nos serviços prestados. (Maria)

Percebeu-se então que a terceirização no setor contábil não é algo que necessariamente prejudica as empresas. Se escolhido um bom profissional devidamente qualificado, o mesmo consegue prestar ótimos serviços sem sua presença física em tempo integral na organização, o que gera às empresas economia de custos, tempo e espaço (MARTINS, 2001).

Foi notório que grande parte dos gestores buscam por meio da tecnologia melhorar o seu contato com o contador, fazendo uso de whatsapp e outras redes sociais, e-mails, telefonia fixa ou móvel dentre outras ferramentas disponíveis no mercado tecnológico.

Com as ferramentas tecnológicas referenciadas acima, surgiu o questionamento sobre o conhecimento dos gestores em relação à existência da contabilidade prestada de forma totalmente *online*. Um mercado recente, mas que vem ganhando aceitação devido aos seus benefícios oferecidos (OSAYK, 2018). Percebeu-se uma certa falta de domínio sobre o assunto por parte de alguns entrevistados, como no caso de Maria, que nunca tinha ouvido falar a respeito. Não muito diferente, João já viu alguma propaganda relacionada, mas ainda não tem uma opinião formada.

Já outros entrevistados já ouviram falar a respeito e até mesmo já pesquisaram sobre o assunto, fazendo com que os mesmos possuíssem uma opinião formada, deixando claro sua possível adesão ou não a contratação de escritórios totalmente *online*, uma vez que estes visam inclusive uma diminuição de custos.

Alguns entrevistados já ouviram falar a respeito ou pesquisaram sobre. Estes são a favor do novo mercado e contratariam sim um escritório à distância, levando em consideração a diminuição de custos, maior agilidade e a possibilidade de mão de obra melhor qualificada.

Já ouvi falar e acredito que torna tudo mais rápido e prático, o que me faz acreditar que seria sim possível contratar um escritório *online*, visando uma diminuição de custos, maior agilidade e praticidade, tornando muitas várias coisas mais fáceis, como o envio de documentações necessárias. (Aparecida)

(...) Andei pesquisando sobre o assunto e percebi que ela veio para ajudar as pessoas que não podem pagar um preço muito elevado, além de oferecer também uma melhora na oferta do serviço. Não vejo problemas na contratação de tal serviço, já que além de ter um custo mais acessível, oferece muita mão de obra qualificada. (Antônio)

Com os argumentos acima, confirmamos o que dizia Capucio (2017), o qual afirmava que a contabilidade fornecida de forma totalmente *online*, visa uma otimização de tempo, espaço e praticidade, além de uma eficiência no cumprimento das obrigações legais, e uma maior segurança de dados, sem citar um melhor custo-benefício.

Já outros entrevistados também conhecem a respeito, porém tem certa resistência na contratação dos serviços para a sua empresa, seja esta levada pelo alto

grau de confiança existente entre o gestor e o contador atual ou até mesmo pela falta do contador de forma presencial. Fora destacado algumas opiniões

Já vi algo a respeito, creio que seja uma tendência para economizar custos, porém ainda levará um certo tempo para se tornar maioria no mercado. Mas hoje ainda não me vejo contratando um escritório assim, pois estou desde o início com o mesmo contador, e existe uma confiança muito grande entre nós. Talvez se algum dia ele disponibilizar essa opção, talvez por motivo de redução de custo eu mudaria sim. Mas hoje ainda não. (Pedro)

Ouvi falar muito pouco e ainda tenho uma resistência a respeito. Acredito que a contabilidade “*in loco*” oferece ao contador a possibilidade de maior interação com o negócio da empresa. Prefiro o contador presente na empresa, participando de discussões e avaliando documentos físicos. Além disso consigo avaliar as competências do profissional que está realizando a contabilidade na empresa. (Joaquim)

Com as opiniões divergentes dos entrevistados, percebeu-se que os gestores acreditam que essa nova modalidade pode trazer vantagens e desvantagens para a sua empresa, mas ainda existe um pré-conceito a respeito, que pode mudar com uma maior divulgação do assunto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do estudo realizado foi possível fazer uma análise da evolução contábil a partir da ascensão tecnológica a qual está se desenvolvendo juntamente com a globalização mundial. Através desta evolução acelerada, a internet vem diminuindo fronteiras e criando novas possibilidades antes jamais imagináveis, como o *e-commerce*, inclusive na prestação de serviços. Diante desse cenário, foi vista uma nova oportunidade para escritórios de contabilidade e estes passaram a oferecer serviços contábeis de forma *online*.

Por este ser um assunto ainda pouco explorado, surgiu a ideia de pesquisar sobre o tema e assim analisar a aceitação dos gestores sobre esta nova modalidade da contabilidade, uma vez que são oferecidas algumas vantagens para os mesmos e algumas empresas já veem aderindo a esta nova tendência do meio contábil.

Através da coleta de dados juntamente aos gestores, foi observado que os mesmos têm opiniões divergentes sobre o tema. Alguns são a favor, levando em consideração as vantagens oferecidas como otimização de tempo e espaço e a redução de custos; outros já são contra, uma vez que são fiéis aos escritórios físicos e não veem, no momento, uma possibilidade de substituição do contador de forma presencial; porém há ainda os que não tem uma opinião formada devido à falta de conhecimento sobre o assunto.

Tendo em vista os aspectos apresentados, a realização deste trabalho foi vista de forma positiva uma vez que servirá para divulgação de um tema atual e de certa forma polêmico. Servirá ainda para reflexão sobre as opiniões divergentes sobre o tema.

Foram encontradas algumas dificuldades durante a realização deste trabalho, sendo a principal delas a falta de documentação sobre o tema, uma vez que se trata de

um assunto recente, dificultando assim o estudo e aprofundamento sobre a questão em estudo.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony A; *et al.* **Contabilidade Gerencial**. Tradução André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro; revisão técnica Rubens Famá. São Paulo: Atlas, 2000.

BALARINE, Oscar Fernando Osorio. **Tecnologia da Informação como Vantagem Competitiva**. Revista de Administração Eletrônica. Vol. 1. N 1. São Paulo. Jan./Jun. 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n1/v1n1a05.pdf> >. Acesso em: 16 maio 2018.

CAPUCIO, Ricardo. **Contabilidade online**: esse é um serviço indicado para seu negócio? Disponível em <<https://conta.mobi/blog/contabilidade-online-servico-indicado-para-seu-negocio/>>. Acesso em: 16 maio 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **CFC 70 anos de contabilidade**: livro comemorativo. Brasília, 2016. Disponível em <<http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/08/70anos-cfc.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2018.

COTRIN, Anderson Meira; SANTOS Aroldo Luiz dos; JUNIOR Laerte Zotte. **A evolução da contabilidade e o mercado de trabalho para o contabilista**. Revista Conteúdo, Capivari, v.2, n.1, jan./jul. 2012 – ISSN 1807-9539. Disponível em: < <http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/70/63>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade**, 7. ed . São Paulo: Atlas, 2013.

DOMINGOS, Richard. **Vantagens da terceirização contábil**. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/vantagens-da-terceirizacao-contabil/24732/>>. Acesso em: 16 maio 2018.

FAGUNDES, Eduardo M. **O que é e-commerce?** Disponível em: <<http://efagundes.com/artigos/o-que-e-e-commerce/>>. Acesso em: 16 maio 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GUERREIRO, A. S. **Análise da Eficiência de Empresas de Comércio Eletrônico usando Técnicas da Análise Envoltória de Dados**. 2006. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção do Departamento de Engenharia

Industrial da PUCRio, RJ, 2006. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9973/9973_1.PDF>. Acesso em: 16 maio 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **A Contabilidade e o Avanço da Tecnologia**. 2013. Disponível em <<http://cfcontabil.com/cf/o-contador-na-era-tecnologica/>>. Acesso em: 16 maio 2018.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**, 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Sergio Pinto. **A terceirização e o direito do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NIYAMA, Jorge Katsumi, SILVA, César Augusto Tibúrcio . **Teoria Da Contabilidade**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Obrigatoriedade de Escrituração Contábil. Disponível em <http://portalcfc.org.br/coordenadorias/camara_tecnica/faq/faq.php?id=1879> Acesso em: 10 maio 2018.

OSAYK, Contabilidade *Online*. Tudo sobre Contabilidade *Online*. Disponível em <<https://osayk.com.br/tudo-sobre-contabilidade-online/>>. Acesso em: 16 maio 2018.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Introdução à Contabilidade**: com abordagem para não-contadores, 2. ed. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2015.

QUEIROZ, Carlos Alberto Ramos Soares de. **Manual e terceirização**. 9. ed. São Paulo: STS, 1998,

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

TOREZANI, N. **O crescimento do e-commerce no Brasil**. Revista iMasters, 2008. Disponível em: <<http://imasters.com.br/artigo/9649/e-commerce/o-crescimento-do-e-commerce-no-brasil/>>. Acesso em: 16 maio 2018.

CONTROLADORIA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO APLICADA EM MICRO EMPRESAS: ESTUDO DE CASO DE UMA MADEIREIRA SOB ÓTICA DO BSC¹

Bianca Corrêa Braga

Graduanda do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: biancabraga@unipam.edu.br

Laércio José Vida

Orientador do trabalho. Professor do curso de Ciências Contábeis e Administração do UNIPAM.

E-mail: laerciojv@unipam.edu.br

RESUMO: Este estudo expõe uma análise das contribuições da controladoria no processo de gestão de uma micro empresa madeireira. Realizou-se um estudo na empresa Tizil Madeiras, onde se instituiu a controladoria com o auxílio do BSC. Foram coletadas informações sobre os controles internos, além de traduzidos os objetivos gerais e construídos fluxos de caixa na empresa. Identificou-se falhas na gestão, mas por meio de plano de ação, puderam ser sugeridas melhorias a fim de elevar a eficácia empresarial.

PALAVRAS-CHAVE: Balanced Scorecard. Controladoria. Fluxos de caixa.

ABSTRACT: This study exposes an analysis of the contributions of the controller in the process of managing a micro-logging company. A study was carried out at the company Tizil Madeiras, where control was instituted with the help of the BSC. Information was collected on the internal controls, in addition to translating the general objectives and built cash flows in the company. He identified management flaws, but through a plan of action, improvements could be suggested in order to increase business effectiveness.

KEYWORDS: Balanced Scorecard. Cash flows. Controllershship.

1 INTRODUÇÃO

As constantes mudanças no mercado tornaram o ambiente empresarial cada vez mais competitivo e complexo, prejudicando as micro e pequenas empresas a resistirem a enorme competitividade desse turbulento cenário.

Entre os motivos apontados para essa fragilidade, os autores Crepaldi e Crepaldi (2017) evidenciam que essa parcela de empresas, geralmente são administradas pelos próprios sócios, no qual possuem na maioria das vezes formação técnica ligada ao seu negócio, porém, nenhuma formação administrativa de gestão

¹ Trabalho apresentado na área Contábil - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do XIV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 8 de novembro de 2018.

contribuindo para o elevado número de falências, recuperações judiciais e encerramento.

Para que a gestão administrativa seja eficiente, se torna necessário conceber e implantar um sistema eficaz de controle estratégico que permita acompanhar e avaliar permanentemente e de forma dinâmica as estratégias adotadas e implantadas. Após isso, é possível efetuar correções necessárias em todos os estágios da entidade (CASTOR, 2009).

Uma área de conhecimento muito difundida na gestão dos controles em instituições refere-se à controladoria. De acordo com Padoveze (2016), a controladoria constitui um campo de abrangência da contabilidade, englobando a ciência contábil em todos os seus aspectos em uma entidade. Tem como missão assegurar a eficácia organizacional dando suporte a gestão, fazendo com que a empresa atinja seus objetivos por meio da otimização de seus resultados e processos internos cumprindo assim a sua missão.

Esta pesquisa se justificou pela necessidade de implantação da controladoria em micro e pequenas empresas, visto a carência que essas instituições possuem de controles internos eficientes de gestão. Notou-se que devido a isso, esse grupo de empresas tem dificuldades tanto financeiras quanto de consolidação no mercado. Logo, a controladoria se faz importante, beneficiando a organização na otimização de seus resultados, promovendo crescimento sustentado ao longo do tempo e consequentemente prevenindo sua falência.

Para melhor abordar sobre o tema, foi feito um estudo de caso em uma microempresa madeireira. Os autores Cervo, Bervian e Sila (2002) definem estudo de caso como uma pesquisa sobre determinado indivíduo, grupo ou empresa para examinar aspectos diversos. Sobre o setor de madeiras, o Sebrae (2012) evidencia que o segmento segue em crescimento, com acentuada demanda em relação à oferta de madeira serrada.

Como o objeto de estudo da controladoria é bem amplo, outras metodologias são aliadas para que ela melhor difundida em empresas. Neste estudo, foram utilizados fluxos de caixa e orçamento, como também, se fez o uso do *Balanced Scorecard*.

Logo, o objetivo geral deste trabalho foi analisar as contribuições da controladoria no processo de gestão em uma microempresa do setor de madeiras com o uso do BSC. Como objetivos específicos, ele levantou sistemas de controle interno existentes na instituição, identificou falhas na gestão da empresa e propôs melhorias; fez a tradução da missão, visão e valores da empresa; instituiu fluxos de caixa com projeções nos meses de julho a setembro; criou um BSC para a empresa; e por fim projetou um plano de ação com a promoção de execuções priorizando ajustes organizacionais e analisou os benefícios obtidos na organização com a instituição de mecanismos de controles mais eficazes.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A Empresa Tizil Madeiras atua na cidade de Guimarães há mais de 20 anos, foi fundada por Marcelo de Paula Braga. O objetivo da instituição é trabalhar fornecendo

madeiras e seus artefatos para construção civil, além de prestar serviços referentes à instalação dos seus produtos em toda região.

A organização é de natureza jurídica, tributada pelo regime do Simples Nacional. Apesar de ser uma empresa pequena, apresenta grande destaque no comércio local de madeiras por fornecer produtos e serviços de alta qualidade.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 CONTROLADORIA

A controladoria para alguns autores é o processo evolutivo da contabilidade, na qual é usada para auxiliar a gestão das empresas.

Isso é afirmado por Padoveze (2012), para o autor a controladoria é a ciência contábil evoluída, sendo definida como o campo de abrangência da contabilidade. Assim pode ser denominada como unidade administrativa responsável pela utilização de todo o conjunto da Ciência Contábil dentro da organização.

De acordo com Souza (2010), quando a empresa se utiliza da controladoria como ferramenta de auxílio da administração a lucratividade aumenta; os processos de controle de custos e despesas são melhorados, as receitas crescem juntamente com a ampliação de novos negócios.

Mas, para que isso aconteça a organização necessita de um profissional capacitado por acompanhar e controlar esse processo para que os benefícios sejam alcançados. Conhecido como *Controller*, esse é o profissional contábil responsável pela implementação da controladoria nas empresas. Por atuar na controladoria, o *controller* deve ser um profissional multifuncional, possuindo experiências nas áreas contábeis, financeiras e administrativas para poder recomendar melhorias na empresa. (OLIVEIRA; PEREZ; SILVA, 2015).

3.2 CONTROLE INTERNO

A função da contabilidade está ligada juntamente com as práticas de controle interno em empresas. Isso ocorre devido ao conjunto de normas e procedimentos que os controles internos formais estabelecem com o propósito de padronizar o comportamento administrativo em todos os seus níveis, proporcionando meios seguros para o acompanhamento das ações dos membros da organização. (NASCIMENTO, REGINATO; 2013).

O controle interno pode ser definido como o processo que tem por finalidade proporcionar à empresa razoável garantia de promover eficácia em suas operações garantindo a continuidade do fluxo de operações com as quais convivem as empresas (CREPALDI, CREPALDI; 2017).

Para Crepaldi (2016) toda empresa possui controles internos, só que em algumas eles são adequados e em outras não. A divergência entre um e outro pode ser feita ao analisar a eficiência dos binômios operações/informações × custos/benefícios.

Dessa maneira, o controle exerce uma função restritiva e coercitiva, coibindo ou restringindo desvios indesejáveis, sendo considerado como um sistema automático

de regulação no funcionamento de um sistema através do planejamento, organização e a direção. Através da função administrativa há o monitoramento das tarefas executadas e a avaliação das atividades e resultados esperados, com intuito de fazer com que a empresa tenha êxito nos seus planejamentos (CHIAVENATO, 2003)..

3.3 FLUXOS DE CAIXA

Quando instituída a controladoria em empresas, é importante que controles internos eficientes sejam inseridos a fim de atingir o que foi planejado pela gestão. Dentre as diversas formas de controles, destaca-se o fluxo de caixa por ser simples e de fácil utilização.

Conforme Silva (2018), o fluxo de caixa é o mecanismo responsável pelo registro das entradas e das saídas de recursos oriundos das atividades de uma organização. Através de sua elaboração, é possível detectar com antecedência o volume de recursos necessários para a atividade da empresa, possibilitando evitar escassez ou excedentes.

De acordo com Frezatti (2014), uma projeção de caixa bem sistematizada é um excelente mecanismo de percepção da saúde financeira, bem como, das tendências da entidade. Para tanto, aspectos como horizonte de projeção, metodologia e formato precisam ser debatidos e decididos a fim de prover a empresa com um sistema adequado para suas necessidades. Isso se concretiza quando as metas forem definidas junto com as responsabilidades e, ao final, na avaliação de desempenho, o resultado for avaliado, responsabilizado e recompensado.

3.4 ORÇAMENTO EMPRESARIAL

Basicamente, o planejamento orçamentário visa o conhecimento antecipado de resultados e serve de guia para ações a serem executadas pela empresa, como meio de auxílio da gestão dos recursos e da geração dos resultados de determinado período futuro. Além de ser um instrumento de planejamento, o orçamento é, também, um importante instrumento de controle (HOJI, 2017).

Com a elaboração do plano orçamentário, é fundamental durante sua utilização que haja monitoramento constante do orçamento. De acordo com Souza (2014), o plano orçamentário é realizado mediante avaliação mensal da receita realizada em comparação à receita orçada e avaliação mensal dos gastos realizados em comparação aos gastos previstos no orçamento. Por fim, deve ser realizada uma avaliação de como o resultado financeiro final foi afetado por eventuais variações.

Portanto, orçamento empresarial é um instrumento que oferece benefícios em longo prazo na empresa, além de ter a função de identificar desvios dos planos traçados.

3.5 *BALANCED SCORECARD*

Ao instalar uma área de controladoria nas empresas, faz-se necessário a utilização de alguma metodologia para avaliar o desempenho da organização.

Segundo Nascimento e Reginato (2013), dentre os sistemas de controle gerenciais existentes, destaca-se o *Balanced Scorecard* (BSC) que vincula indicadores financeiros e não financeiros aos objetivos das organizações, auxiliando os gestores na implantação e na avaliação de seu planejamento estratégico.

Sobre esse método de avaliação, Padoveze (2010) explica que foi desenvolvido por Robert S. Kaplan, e por David P. e define-se como um sistema de informação para gerenciamento da estratégia organizacional, que tem a função de traduzir a missão e a estratégia da empresa num conjunto abrangente de medidas de desempenho financeiras e não financeiras servindo de pilar para um sistema de gestão estratégica.

Através da perspectiva financeira, o BSC permite analisar o negócio do ponto de vista financeiro, envolvendo os indicadores e as medidas financeiras e contábeis que permitem avaliar o comportamento da organização. Pela perspectiva dos clientes, é analisado o negócio do ponto de vista dos clientes atendidos pela organização. No que diz respeito à perspectiva dos processos internos, o BSC analisa o negócio internamente, incluindo indicadores que garantem a qualidade intrínseca dos produtos e processos. Quanto à perspectiva de aprendizagem e crescimento sua base é fundamentada nas pessoas em termos de competências, motivação, além da estrutura empresarial em termos de investimentos no seu futuro, garantindo a solidez e constituindo o valor fundamental para as entidades de futuro (CHIAVENATO, 2015).

Para medir os resultados das perspectivas apresentadas no BSC, indicadores de desempenho são inseridos para melhor aplicar a metodologia em instituições. Na perspectiva financeira, alguns indicadores são: a rentabilidade, o fluxo de caixa, a lucratividade, o aumento das receitas e redução dos custos. Na perspectiva de clientes, temos aquisição e retenção de clientes, nível de satisfação dos consumidores. Nos processos internos, o nível de qualidade e produtividade, a criação de produtos e serviços, suporte ao consumidor após as vendas. Na perspectiva de aprendizagem e crescimento, alguns indicadores são o nível de satisfação e rotatividade, lucratividade por funcionário, capacitação e treinamento do pessoal. (CREPALDI, CREPALDI; 2017).

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi a pesquisa aplicada, pois busca encontrar melhores soluções para os diversos problemas que a empresa enfrenta.

Para Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 60) na pesquisa aplicada, “o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos”.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para melhor fazer um estudo do tema. Sobre pesquisa bibliográfica, Vergara (2011, p.43) a define como o “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

Quanto à maneira como foi feita a verificação dos elementos, foi realizado um estudo de caso na empresa Tizil Madeiras. Os autores Cervo, Bervian e Silva (2002, p. 67) definem estudo de caso como uma pesquisa sobre “determinado indivíduo,

família, grupo, empresa ou comunidade que seja representativo de seu universo, para examinar aspectos variados”.

Também foi usada a pesquisa descritiva e exploratória. De acordo com Aaker, Kumar e Day (2004), a pesquisa descritiva, se baseia em dados que foram levantados e qualifica-se por propor hipóteses especulativas que não especificam relações de causalidade. Sobre a pesquisa exploratória, Gil (2008) diz que essas pesquisas têm como função básica promover maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais claro ou a construir hipóteses..

Para examinar os aspectos variados que envolvem a empresa foram abordadas pesquisas quantitativas. Sobre pesquisa qualitativa Gil (2008) descreve que este tipo de pesquisa se caracteriza pelo questionamento direto das pessoas para melhor compreensão do seu comportamento. Por meio da solicitação de informações a um grupo de pessoas acerca do problema estudado são obtidas conclusões correspondentes aos dados coletados.

Essa pesquisa também se caracteriza como quantitativa. Pois a pesquisa quantitativa envolve tudo que pode ser quantificável. Ou seja, são traduzidos em números, às opiniões e informações para classificá-los e analisá-los através de técnicas estatísticas (LAKATOS, MARCONI; 2001).

Além disso, foi realizada uma pesquisa documental, no qual são analisados documentos com o intuito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características presentes na investigação. (CERVO, BERVIAN, SILVA; 2007).

5 ANÁLISE E DISCURSÃO DOS RESULTADOS

5.1 SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS UTILIZADOS NA EMPRESA

Inicialmente, foi feita uma observação dos controles internos existentes na instituição. A partir dessas análises feitas, verificou se que a empresa não possui em sua gestão uma cultura interna habituada em prestar contas e acompanhar seus resultados, o que prejudica a veracidade das informações para a tomada de decisão. Logo, isso precisa ser instituído para melhorar a eficiência da organização. Faz-se necessário que se estimule a criação de instrumentos para controlar com maior precisão as informações sobre os aspectos financeiros e não financeiros da Empresa Tizil Madeiras.

5.2 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS GERAIS DA ORGANIZAÇÃO

O fato da Tizil Madeiras não dispor de uma missão, visão e os valores claramente definidos, dificulta, mas não impede a implementação da controladoria nem do BSC, pois de maneira indireta estes estão presentes na cultura da empresa desde sua criação.

Assim, por meio de uma conversa realizada com seu gestor e através das análises da gestão, esses pontos puderam ser esclarecidos:

Missão: “Nossa missão é oferecer produtos e serviços de madeiramento para construção civil atendendo às necessidades de nossos clientes em Guimarães e região.”

Valores: “Acreditamos que por meio da qualidade de nossos produtos e serviços, da responsabilidade e do compromisso com nossos clientes, além da excelência no atendimento das suas necessidades, nossa missão e visão será atingida.”

Visão: “Queremos ser referência, como a melhor opção para clientes e para a comunidade, pela qualidade de nossos produtos e serviços oferecidos.”

Com a observação da missão, visão e valores da entidade em estudo, é possível direcionar melhor a atuação da empresa, na qual, prefere permanecer pequena se dedicando a manter o seu diferencial que é a qualidade dos seus produtos e serviços.

5.3 FLUXOS DE CAIXA

Com o intuito de sugerir um controle simples que se adequasse às características da gestão foi instituído fluxos de caixa com projeções nos meses de julho a setembro de 2018. Sua construção foi realizada por meio de planilhas eletrônicas do Microsoft Excel.

Assim, através da coleta de dados foi construída a planilha mensal dos fluxos de caixa. Nela, foi registrado o total de desembolsos e dos ingressos trazidos a partir da planilha de fluxos de caixa diários, somando os valores, para chegar aos semanais, para assim, após mais adições chegar ao valor do saldo final de cada mês. Ela é apresentada na tabela 1:

Tabela 1- Fluxos de caixa da empresa dos meses de julho, agosto e setembro de 2018.

PLANILHA DE FLUXO DE CAIXA												
	Previsão	Realizado	\$ Diferença	Variação %	Previsão	Realizado	\$ Diferença	Variação %	Previsão	Realizado	\$ Diferença	Variação %
	julho	julho	julho	julho	Agosto	Agosto	Agosto	Agosto	Setembro	Setembro	Setembro	Setembro
ENTRADAS												
Previsão de recebimento vendas												
Contas a receber-vendas realiza	28.560,00	28.525,68	34,32	0,12%	19.150,00	13.236,91	5.913,09	44,67%	28.560,00	28.307,00	253,00	0,89%
Outros recebimentos												
TOTAL DAS ENTRADAS	28.560,00	28.525,68	34,32	0,12%	19.150,00	13.236,91	5.913,09	44,67%	28.560,00	28.307,00	253,00	0,89%
SAÍDAS												
Fornecedores									5.000,00	5.000,00	0,00	0,00%
Frete	10.000,00	10.884,00	-884,00	-8,12%					4.000,00	4.000,00	0,00	0,00%
Folha de pagamento	1.430,00	1.430,00	0,00		1.430,00	1.430,00	0,00	0,00%	1.430,00	1.430,00	0,00	0,00%
DAE	2.050,00	2.101,82										
INSS a recolher	114,84	114,84			114,84	114,84	0,00	0,00%	114,84	114,84	0,00	0,00%
FGTS												
Retiradas sócios	4.700,15	5.794,29	-1.094,14	-18,88%	5.239,43	5.301,83	-62,40	-1,18%	4.922,25	5.103,95	-181,70	-3,56%
Impostos s/ vendas	796,84	796,84	0,00	0,00%	1.142,02	1.142,02	0,00	0,00%	482,63	482,63	0,00	0,00%
Aluguéis												
Energia elétrica	171,10	141,02	30,08	21,33%	155,00	182,90	-27,90	-15,25%	183,50	178,18	5,32	2,99%
Água	34,10	33,01	1,09	3,30%	33,80	36,48	-2,68	-7,35%	35,50	33,69	1,81	5,37%
Telefone	57,20	57,20	0,00	0,00%	57,20	57,20	0,00	0,00%	57,20	57,20	0,00	0,00%
Serviços contabilidade	320,00	320,00	0,00	0,00%	320,00	320,00	0,00		320,00	320,00	0,00	0,00%
Combustíveis									1.300,00	1.447,60	-147,60	-10,20%
Manut. de veículos										806,00	-806,00	-100,00%
Manutenção fábrica												
Despesas diversas												
Materiais e ferramentas	550,00	570,83	-20,83	-3,65%					232,80	232,80	0,00	0,00%
Férias												
13º salário												
Verbas para rescisão										1.184,23	-1.184,23	-100,00%
Empréstimos bancários												
Financiamentos equip.												
Despesas financeiras	30,10	42,07	-11,97	-28,45%	30,10	42,07	-11,97	-28,45%	30,10	35,60	-5,50	-15,45%
Pagamento novos empréstimos												
Outros pagamentos		54,00	-54,00	-100,00%						104,13	-104,13	-100,00%
TOTAL DAS SAÍDAS	20.254,33	22.339,92	-2.085,59	-9,34%	8.522,39	8.627,34	-104,95	-1,22%	18.108,82	20.530,85	-2.422,03	-11,80%
1 (ENTRADAS - SAÍDAS)	8.305,67	6.185,76	2.119,91	34,27%	10.627,61	4.609,57	6.018,04	130,56%	10.451,18	7.776,15	2.675,03	34,40%
2 SALDO ANTERIOR	10.000,00	10.108,05	-108,05	-1,07%	18.305,67	16.293,81	2.011,86	12,35%	28.933,28	20.903,38	8.029,90	38,41%
3 SALDO ACUMULADO (1 + 2)	18.305,67	16.293,81	2.011,86	12,35%	28.933,28	20.903,38	8.029,90	38,41%	39.384,46	28.679,53	10.704,93	37,33%
4 NECESSIDADE EMPRÉSTIMOS												
5 SALDO FINAL (3 + 4)	18.305,67	16.293,81	2.011,86	12,35%	28.933,28	20.903,38	8.029,90	38,41%	39.384,46	28.679,53	10.704,93	37,33%

Fonte: elaborada pela autora (2018).

Na planilha de fluxos mensais, para melhor compreender o realizado e o orçado, foram feitas duas colunas extras, uma relativa à diferença do previsto menos o realizado, e outra com o cálculo da variação percentual do orçado, contra o previsto.

De acordo com a tabela, o mês de julho apresenta um saldo significativo de vendas realizadas, com uma diferença mínima entre previsões e realizações. Isso pode ser melhor visualizado ao verificar a subtração e variação percentual dos valores.

Em agosto, o que chama a atenção é a queda relativamente acentuada das vendas do mês. O motivo se deve a problemas na produção. O gestor da empresa é quem gerencia e comanda toda a preparação dos produtos, mas por problemas de saúde teve que se afastar, impossibilitando que a empresa atendesse a todos os pedidos de vendas. Pois sem o gestor, o auxiliar da produção não tinha treinamento suficiente para dar continuidade às atividades da empresa. O impacto foi previsto, entretanto, as vendas caíram mais que o esperado trazendo uma enorme diferença observada ao analisar o percentual de variação. Isso indica uma grave falha da empresa, que precisa ser sanada.

Ao analisar o mês de setembro, percebe-se que as vendas se restabeleceram e as previsões e realizações tiveram uma menor diferença de soma como de variação. O que não foi previsto foi um gasto extra com manutenção dos veículos. Nem a saída do funcionário, gerando outro gasto não previsto no orçamento com verbas de rescisão. Isso aponta ainda, problemas com a motivação do pessoal na empresa, que ocasionam na maior rotatividade dos funcionários.

De modo geral, a previsão do orçamento do trimestre foi afetada pelo mês de agosto, com a queda das vendas previstas. Reafirmando dificuldades na gestão da empresa que precisam da averiguação da controladoria. Essa falha, por sua vez, demonstra problemas com a falta de treinamento e motivação do pessoal, bem como, dos processos internos da empresa, que possivelmente prejudicaram a satisfação da clientela que estava acostumada a comprar da empresa e teve que buscar outro fornecedor concorrente, afetando conseqüentemente a formação do lucro no mês e no trimestre.

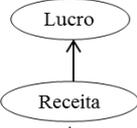
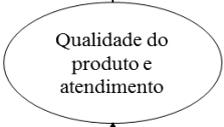
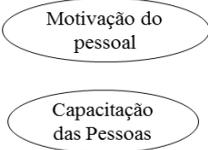
Esse instrumento representou um excelente mecanismo de controle, possibilitando identificar melhor as deficiências da empresa, além de servir como fonte de comparação dos resultados e para um melhor planejamento dos recursos financeiros.

5.4 *BALANCED SCORECARD* NA EMPRESA

Nessa etapa, foi criado conforme as particularidades da organização uma proposta de modelo de BSC conforme o quadro 1:

Quadro 1- BSC na empresa Tizil Madeiras

Missão: “Nossa missão é oferecer produtos e serviços de madeiramento para construção civil atendendo às necessidades de nossos clientes em Guimarães e região.”

Perspectiva	Mapa da Estratégia	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Ações
Financeira	 <p>Diagrama mostrando Lucro e Receita conectados por uma seta ascendente.</p>	Melhorar o desempenho financeiro	Orçamento X Fluxo de Caixa	Diminuir para 15% a variação entre o orçado e o previsto em cada elemento no fluxo de caixa.	Analisar constantemente o orçamento da empresa. Avaliar como o resultado financeiro final foi afetado por eventuais variações.
Clientes	 <p>Diagrama mostrando Qualidade do produto e atendimento conectados por uma seta ascendente.</p>	Melhorar o atendimento aos clientes	% de satisfação do cliente	Aumento na satisfação dos clientes	Feedback pós venda ao cliente
Processos Internos	 <p>Diagrama mostrando Excelência na produção conectados por uma seta ascendente.</p>	Melhorar os processos internos	% de produtos fabricados sem defeito % de tempo gasto na produção	Melhoria na qualidade e do tempo de produção	Avaliar continuamente a eficiência da produção Redução do retrabalho
Inovação e Aprendizado	 <p>Diagrama mostrando Motivação do pessoal e Capacitação das Pessoas conectados por uma seta ascendente.</p>	Maior motivação do pessoal Treinar o pessoal	Produtividade do Pessoal Índice de Rotatividade do Pessoal	Aumento da produtividade Melhoria da satisfação do pessoal	Aumento do treinamento Instituir comissão por produção

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Assim, conforme as características da empresa e as dificuldades observadas, foi possível definir a estratégia e contruir um modelo de BSC para a empresa norteado pela missão da organização. Como observado, o processo inicia-se na área de inovação e aprendizado. Foi analisada certa carência motivacional do pessoal, índice de desligamento da empresa, como também a falta de treinamento suficiente na produção que interferiu drasticamente no número de vendas do mês de agosto. Esse empecilho deseja ser sanado com o aumento do treinamento da empresa, além da instituição de comissão por produção. O intuito é tanto em aumentar a produtividade do pessoal, quanto em diminuir o índice de rotatividade. Isso acaba por sua vez interferindo de forma indireta nos processos internos da empresa, que visam sua melhoria. Com o pessoal treinado e motivado, conseqüentemente o índice de produtos fabricados com defeito vai cair, e o tempo gasto na produção vai melhorar. Com isso, os clientes se sentirão mais satisfeitos. Para melhor avaliar esse grau de satisfação, pretende se realizar um contato pós venda ao cliente. Conseguindo informações sobre as críticas obtidas, elas serão analisadas para serem sanadas. Por fim, essas perspectivas contribuem para o desempenho financeiro da instituição. Com a instituição dessas medidas, ocorrerá a diminuição da variação do orçado e realizado no fluxo de caixa, um grave problema encontrado. A meta é de redução para 15%.

Como na empresa não existiam as demais medidas, faz-se necessário que elas sejam avaliadas para traçar metas consistentes assim como no financeiro.

Sugere-se a partir dos resultados alcançados, que novos controles sejam enraizados na cultura da empresa, como novos indicadores para melhor mensurar os resultados obtidos. A cultura da empresa não possuía essa atitude de prestar contas, por isso ela deve ser instituída de forma natural e não agressiva, de modo que permaneça na empresa e se aperfeiçoe no dia a dia.

5.5 PLANO DE AÇÃO

Elaborado o BSC, a função seguinte parte para a mobilização dos gestores para a mudança na organização envolvendo todas as pessoas. A partir das ações propostas, foi sugerido um plano de ação com as medidas importantes para serem realizadas a fim de atingir as metas traçadas. São ações que tem o intuito de verificar se medidas propostas estão sendo executadas adequadamente e quais os seus resultados.

A primeira sugestão do plano diz respeito à área de aprendizado e crescimento do BSC e consiste na verificação do cumprimento das medidas de treinamento do pessoal. Essa medida será avaliada na fábrica, semanalmente pelo *Controller* através de reuniões com os funcionários da produção. Isso se deve para analisar a média de horas de treinamento realizadas, a fim de capacitar melhor os colaboradores da empresa.

A segunda remete aos clientes a partir do controle pós-venda. O *Controller* com a ajuda do gestor, a cada venda deve realizar contato com o cliente para garantir a satisfação do atendimento e dos produtos. Essa ação é necessária para verificar a excelência dos produtos e serviços vendidos.

A terceira ação refere-se à fiscalização do fluxo de caixa, para fins do financeiro. O *Controller* periodicamente ou sempre que necessário deve verificar se o fluxo de caixa está sendo usado corretamente no Excel. Através de reuniões devem ser discutidos os resultados bem como suas previsões.

Por fim, é fundamental o controle dos resultados alcançados. Mensalmente ou trimestralmente, deve realizar a avaliação dos resultados alcançados pelos indicadores de desempenho. Na empresa não existia a atitude de prestar contas, por isso é necessário realizar a quantificação dos resultados esperados, além de auxiliar no ajuste e na revisão das estratégias praticadas. A partir disso, é possível analisar o que funcionou, bem como o que não surtiu efeito positivo na organização. Logo, as ações precisam ser moldadas com novas praticas e indicadores para efetivar a eficácia organizacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como premissas as dificuldades enfrentadas pelas micro e pequenas empresas no mercado brasileiro. Baseado nisso, o estudo se fundamentou em analisar as contribuições da controladoria sob ótica do *Balanced Scorecard* no processo de gestão de uma micro empresa madeireira conhecida como Tizil Madeiras. Através da pesquisa, pôde se identificar falhas na organização. Mas, por meio da

criação do BSC com a instituição de indicadores de desempenho e um plano de ação foram sugeridas ações de melhorias visando a eficácia da organização.

Para isso, o primeiro objetivo específico consistiu em analisar os controles internos da organização. Esse ponto foi crucial para entender como era gerida a empresa. Com isso, se percebeu que a organização não tinha presente em seu modelo de gestão a atitude de prestar contas, pois seus controles internos eram extremamente limitados, o que prejudicava a veracidade das informações para tomada de decisão.

Em seguida, através da análise da atuação da organização e conversas com o administrador da Tizil Madeiras, foram definidos os objetivos gerais da organização, consistindo basicamente na tradução da missão, visão e valores empresariais. Esse foi o segundo objetivo específico do trabalho. Apesar de simples, esse aspecto se mostrou fundamental para direcionar a atuação da controladoria na empresa. Assim os objetivos do BSC puderam ser traçados baseados nessas premissas.

Como na empresa os controles internos eram pouco eficientes, foi realizado o terceiro objetivo específico do trabalho, que instituiu fluxos de caixa nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2018 com projeções de valores por meio do uso do Excel. Neles, foi registrada a movimentação de entradas e saídas de caixa e seu saldo estimado. A partir disso, tornou-se possível visualizar algumas falhas que prejudicaram a formação do caixa como também representaram uma enorme variação do saldo previsto no orçamento da organização. Essa situação indica para problemas na empresa como a falta de treinamento do pessoal, bem como dos processos internos e baixa na satisfação da clientela, falhas que precisam da averiguação da controladoria.

A partir disso, foi possível obter melhores informações para construir uma metodologia para avaliar o desempenho da entidade. Assim, o objetivo específico de criar o BSC na empresa pôde ser realizado com maior solidez. Por intermédio do BSC foram traçados metas e indicadores para serem inseridos na empresa com vistas à melhora dos problemas indicados, como também levar a empresa à eficácia organizacional.

Para isso foi elaborado um plano de ação, com medidas que serão avaliadas constantemente e que tem o intuito de verificar se as ações propostas estão sendo executadas adequadamente e quais os seus resultados. A partir disso, é possível analisar o que funcionou, bem como, o que não surtiu efeito positivo na organização, moldando para novas práticas e outros indicadores conforme a evolução da empresa.

Entre as recomendações, se sugere na empresa além da instituição dos fluxos de caixa e do BSC, a implantação de um sistema de informação que gere os dados decorrentes dos demais processos envolvidos nas atividades da empresa.

Através deste estudo, espera-se que tanto os empresários e profissionais da área contábil, quanto a sociedade compreendam os benefícios que a controladoria pode oferecer também às micro e pequenas empresas, despertando o interesse de seus leitores para a disseminação das práticas aqui realizadas em outras organizações.

REFERÊNCIAS

AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2004.

CASTOR, Belmiro Jobim. **Estratégias para a Pequena e Média Empresa**. São Paulo: Atlas 2009.

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberta da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberta da. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão financeira: uma abordagem introdutória**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2015.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CREPALDI, Silvio Aparecido, CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial - Teoria e Prática**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FREZATTI, Fábio. **Gestão do Fluxo de Caixa: Perspectivas Estratégica e Tática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NASCIMENTO, Auster Moreira, REGINATO, Luciane (Orgs.). **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Luís de, PEREZ Jr., José Hernandez, SILVA, Carlos Alberto Santos. **Controladoria Estratégica: Textos e Casos Práticos com Solução**, 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, Clóvis L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**, 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis L. **Controladoria Básica**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016.

PADOVEZE, Clóvis L. **Controladoria Estratégica e Operacional**: 3. ed. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2012.

SEBRAE. **Ideias de negócios**: como montar uma serraria. 2012. 38 p. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-uma-serraria,beb87a51b9105410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em: 10 abr. 2018.

SILVA, Edson da. **Como Administrar o Fluxo de Caixa das Empresas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SOUZA, Acilon Batista de . **Curso de administração financeira e orçamento**: princípios e aplicações. São Paulo: Atlas, 2014.

SOUZA, Luiz Carlos de. **Controladoria aplicada aos pequenos negócios**. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

EFEITOS FINANCEIROS DA LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017, NOS CONTRATOS DE TRABALHO CASO: TRANSGRÃOS LTDA¹

Lorena Abadia Queiroz

Graduanda do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: lorenaqueiroz51@gmail.com

Wânia Alves Ferreira Fontes

Orientadora do trabalho. Professora do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: wania@unipam.edu.br.

RESUMO: Este trabalho foi realizado tendo como fonte de pesquisa a Empresa Transgrãos, situada em Patos de Minas - MG, demonstrando de forma hipotética como seriam os impactos financeiros caso a Empresa optasse por apenas uma modalidade de contratação, observando a Lei 13.467/2017. Para atingir os objetivos foram realizados cálculos simulando os gastos realizados pela empresa com folha de pagamento e rescisões nas modalidades de contrato determinado, indeterminado e intermitente.

PALAVRAS-CHAVE: Empregador; Reforma Trabalhista; Trabalho;

ABSTRACT: This work was carried out based on research carried out by Company Transgrãos, located in Patos de Minas - MG, demonstrating, hypothetically, what would be the financial impact if the Company opted for only one contracting modality, observing Law 13467/2017. To achieve the objectives were performed calculations simulating the expenses incurred by the company with payroll and rescissions in the modalities of determined, indeterminate and intermittent contract.

KEYWORDS: Employer; Labor Reform; Job;

INTRODUÇÃO

No ano de 2017, objetivando adequar a legislação às novas relações de trabalho do século XXI, o atual presidente Michel Temer, sancionou em 13 de julho de 2017 a Lei 13.467, nomeada de Reforma Trabalhista, que entrou em vigor cento e vinte dias depois de sua publicação oficial. Essa lei trouxe alterações em pontos específicos da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, como por exemplo, jornada e contratos de trabalho, acordo rescisório entre empregado e empregador, contribuição sindical, férias em até três períodos, dentre outros.

Os procedimentos metodológicos que foram utilizados na pesquisa incluem

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do XIV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 7 de novembro de 2018.

pesquisas bibliográficas e webliográficas, a coleta de dados ocorreu por meio de análise documental e descritiva, com a apresentação dos resultados por meio de uma análise quantitativa, levando em consideração o período da primeira safra após a implantação da Lei 13.467/17.

Tendo em vista que a Reforma Trabalhista poderá afetar diretamente a instituição, a realização do trabalho foi importante para orientar a empresa sobre novas contratações visando a redução de custos. Foi formulada a seguinte questão que norteou a pesquisa: Quais seriam os impactos caso a Empresa Transgrãos optasse pela contratação de colaboradores apenas por uma modalidade de contrato, podendo ser determinado, indeterminado ou intermitente, levando em consideração as mudanças ocorridas pela Lei nº 13.467/17?

A justificativa de estudo do tema teve a importância de analisar os contratos de trabalho presentes na Transgrãos, apresentando as novas modalidades e os efeitos que a Lei 13.467/17 pode oferecer.

O presente estudo teve o objetivo geral de demonstrar por meio de uma amostragem o impacto financeiro, apresentando uma possível alternativa de mudança dos modelos de contrato atuais para apenas uma modalidade de contratação, gerando possível otimização do tempo e capital da empresa nas contratações de colaboradores no período de safra. O objetivo específico foi calcular a folha de pagamento e rescisões de contrato em cada modalidade de contratação sugerida demonstrando os impactos.

SETOR DE TRANSPORTE DE CARGAS

O anuário (2017) da Confederação Nacional dos Transportes – CNT coloca que o transporte tem papel fundamental para o desenvolvimento do país oferecendo infraestrutura ampla e com qualidade sendo imprescindível para o estímulo à competitividade e ao crescimento.

Com a constante queda das fronteiras no mundo, os transportes de mercadorias tiveram que ficar mais rápidos, eficientes e baratos. O transporte a ser usado tem que atender à necessidade do consumidor, superar a distância e utilizar o meio mais conveniente (MEIOS DE TRANSPORTE, 2018).

CONTABILIDADE GERAL

Considerada uma das profissões mais antigas, a Contabilidade, ainda que de forma primitiva, existe desde a antiguidade. Devido à necessidade de conhecer o montante de suas riquezas, antes mesmo de aprender a escrever e calcular, o homem fazia o controle de seu patrimônio, através de pinturas e marcações em grutas (SÁ, 2006).

Segundo Gouveia (2001, p. 78), “a contabilidade é um sistema muito bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressas em termos monetários, e informar os reflexos dessas transações na situação econômico-financeira dessa entidade em uma determinada data”.

Marion (2006, p. 26) completa que “a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da

empresa”.

De acordo com esses conceitos, é possível observar que a contabilidade é uma ciência de extrema importância, a qual fornece dados que possibilitam a melhor tomada de decisões econômico-financeiras para os gestores dentro das instituições.

CONTABILIDADE NA ÁREA DE PESSOAL

É por meio do conhecimento do contador que o empresário poderá conhecer seus direitos e deveres quanto a seus funcionários e orientar no processo de tomada de decisão. Ou seja, é por meio do contador que procedimentos de admissão e demissão, elaboração da folha de pagamento, obrigações acessórias e tantos outros processos são realizados. Por essas e outras questões, o profissional contábil é o responsável em dominar a legislação trabalhista para aplicar suas corretas determinações (BRASIL ESCOLA DE NEGOCIOS, 2017).

De qualquer forma, é imprescindível que os gestores de qualquer organização fiquem atentos ao gerenciamento eficiente das questões trabalhistas e, em especial, ao passivo que delas pode advir, para evitar danos que tais questões possam causar à saúde financeira da empresa (NASCIMENTO, 2018).

Nascimento (2018) completa que:

O contabilista, utilizando-se de seus conhecimentos jurídicos, tem o dever de orientar seu cliente ou empregador sobre a obrigatoriedade de certos procedimentos a serem adotados pela empresa na área contábil, fiscal e departamento de pessoal, citando como exemplo que o profissional deve manter-se atualizado acerca da legislação trabalhista, ter um controle contábil perfeito, pois, certamente, além dos benefícios para a empresa, estará evitando possíveis passivos trabalhistas e outros problemas de ordem previdenciária.

Pode-se considerar que área de departamento de pessoal é uma das ramificações da contabilidade, onde os profissionais contábeis precisam dominar as regras que valem tanto para o empregador quanto para o empregado.

AS CONSOLIDAÇÕES DAS LEIS TRABALHISTAS – CLT

A CLT vem desde 1943 com normas que regulamentam as relações individuais e coletivas de trabalho. Desde a data de sua publicação, em seus 75 anos, as consolidações já sofreram centenas de alterações, todas elas para a melhor adequação das mudanças que surgiram ao longo do tempo.

Zanluca (2018) completa:

A consolidação das leis do trabalho, cuja sigla é CLT, surgiu pelo Decreto-Lei nº, de 1 de maio de 1943, que passou a vigorar em 10 de novembro de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas. A Consolidação lista as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, que estão nela previstas.

Segundo Leite (2017, p. 36), “não se pode deixar de reconhecer que a CLT é o texto legislativo básico do direito do trabalho brasileiro, enriquecido pela legislação

complementar e pela Constituição Federal”.

LEI 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017

O Presidente da República, Michel Temer, sancionou em 13 de julho de 2017, a lei Nº 13.467, comumente chamada de Reforma Trabalhista, que prevê alterações na CLT. A Lei entrou em vigor 120 dias após a data de sua aprovação.

No dia em que a Lei foi sancionada, em cerimônia no Palácio do Planalto, na presença de ministros e parlamentares, de acordo com o site Agência Brasil, Michel Temer (2017) se pronunciou:

O que fizemos foi avançar. Contratos que antes não comportavam carteira assinada hoje estão previstos expressamente. Nossa consolidação, que foi na época um grande avanço, é de 1943. É claro que o mundo não é mais de 1943, é do século 21. E fizemos a adaptação ao século 21. Hoje há uma igualdade na concepção. As pessoas são capazes de fazer um acordo, de um lado os empregados, de outro, os empregadores.

Um dos objetivos da Lei foi o de diminuir a informalidade no mercado de trabalho, permitindo que os prestadores de serviços, antes não regulados pela CLT, passam a ter acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários (SOUSA, 2017).

CONTRATOS DE TRABALHO

Para Moura (2016, p. 125), “contrato de trabalho é o negócio jurídico no qual sobressai o ajuste de vontades, em que uma pessoa física põe sua mão de obra à disposição de outra pessoa física ou jurídica, ou ente sem personalidade, de forma pessoal, não eventual, onerosa e subordinada, sem determinação de prazo ou por prazo determinado”.

Oliveira (2009, p. XIII) completa que o contrato de trabalho presta serviços ao empregador recebendo em troca remuneração:

O contrato de trabalho nada mais é que um negócio jurídico, em que o empregado presta serviços ao empregador, recebendo, em troca, remuneração. Envolve subordinação e continuidade. Trata-se, na verdade, de um pacto de atividade, visto que não se contrata resultado, e deve haver continuidade na prestação de serviços, que devem ser remunerados e dirigidos pela pessoa que obtém a referida prestação. Enfim, há um acordo de vontades que caracteriza a autonomia das partes.

As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes (BRASIL, 1943).

De acordo com esses conceitos, é possível observar que os contratos de trabalho são importantes para o empregador e empregado, pois neles vão conter as disposições e vontades que melhor se ajustam com as duas partes.

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

O contrato de trabalho por prazo determinado é firmado com as datas de início e fim já estabelecidas, não podendo ultrapassar o período de dois anos.

Oliveira (2009, p. 04) completa que:

Não existe garantia de emprego no contrato por prazo determinado; as partes acordam sobre a extinção do pacto. Se no curso desse contrato de trabalho o empregado for eleito dirigente sindical ou membro da Cipa, ou a empregada ficar grávida, ou sofrer acidente do trabalho, ou se o empregado tornar-se representante dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia (titulares ou suplentes), esses fatos não transformam tal contrato em prazo indeterminado.

Dentro do contrato de trabalho de prazo determinado, o mais conhecido é o contrato de experiência, que não poderá ultrapassar o período de noventa dias, como está previsto nos artigos 451 e 455 e pelo Decreto - Lei Nº 229, 1967 da CLT.

Genro (1994, p. 101-102), completa que é necessário:

Que a experiência seja real e palpável e que esteja relacionada com uma espécie de prestação que realmente se adegue à necessidade de prova. É preciso perquirir o seu conteúdo para verificar se, na verdade, não está sendo pactuado um contrato por prazo certo e determinado, sem o enquadramento nas três possibilidades permitidas pela lei. A prova não pode ser entendida como uma prova a respeito do “temperamento” ou da “personalidade” do empregado, mas uma prova das suas habilidades técnicas, relacionadas com o ofício para o qual foi contratado.

Na falta de acordo ou prova sobre condição essencial ao contrato verbal, este se presume existente, como se a tivessem estatuído os interessados na conformidade dos preceitos jurídicos adequados à sua legitimidade (BRASIL, 1943).

De acordo com as definições é possível observar que o contrato de trabalho por prazo determinado é o tipo de contrato onde suas datas de início e fim já são estabelecidas desde o início, o contrato de experiência é o mais comum, podendo existir prorrogação, desde que seu período máximo não ultrapasse o prazo de noventa dias.

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO INDETERMINADO

O contrato de trabalho por prazo indeterminado é o mais comum, pois não existe uma data de fim já estabelecida.

Oliveira (2009, p. 01) completa que:

O contrato individual por prazo indeterminado é aquele cuja vigência não tem termo prefixado, ou seja, não estipula ajuste quanto ao termino dele. Quando não existe a determinação de um prazo, esse contrato passa a chamar-se contrato por prazo indeterminado.

O artigo 452 do Decreto-Lei N.º 5.452, 1943, considera por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6 (seis) meses, a outro contrato

por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

Oliveira (2009, p. 01) salienta que “Aquele que assume os riscos de uma atividade econômica e tem um trabalho permanente a ser executado deve admitir empregado por prazo indeterminado. O trabalho permanente (prazo indeterminado) tem como normas que regulam as relações individuais de trabalho a Consolidação das Leis do Trabalho”.

CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE

O contrato de trabalho intermitente não tinha previsão legal na CLT de 1943, após a reforma trabalhista o novo contrato de trabalho está previsto no Art. 452 da consolidação.

O Contrato de Trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não (BRASIL, 2017).

A oferta do trabalho deve ser apresentada pelo empregador ao menos três dias antes do início do contrato. Já o empregado terá um dia útil para responder se aceita ou não a proposta (SOUSA, 2017).

Os parágrafos do Art. 452-A da reforma trabalhista mostram a forma de convocação para o trabalho daqueles que estão sujeitos ao trabalho intermitente, bem como a forma de recusa do empregado, a multa a ser paga caso alguma das partes descumpra o contrato e o tempo à disposição para o empregador.

§ 1º O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, três dias corridos de antecedência.

§ 2º Recebida à convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.

§ 3º A recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente.

§ 4º Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, à parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo.

§ 5º O período de inatividade não será considerado tempo à disposição do empregador, podendo o trabalhador prestar serviços a outros contratantes.

Sousa (2017) enfatiza em seu site que “o contrato intermitente trata-se daquela prestação de serviços, com subordinação, que não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade. O período de inatividade não será considerado tempo à disposição do empregador, podendo o trabalhador prestar serviços a outros contratantes”.

O tempo de inatividade do empregado não será computado, portanto caso o empregado queira prestar serviços para outros empregadores ele poderá, conforme o

parágrafo 5º do Art. 452-A da reforma trabalhista.

METODOLOGIA

Foi realizada a análise dos efeitos financeiros na primeira safra realizada após as alterações ocorridas pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, nos contratos de trabalho da Empresa Transgrãos, com base nos seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e webliográfica sobre o tema abordado, com coleta de dados por meio de análise documental e descritiva, com a apresentação dos resultados por meio de uma análise quantitativa, levando em consideração o período de Dezembro de 2017 a Maio de 2018.

Marconi e Lakatos (2017, p. 62) definem pesquisa bibliográfica como:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. até meios de comunicação orais: rádio, gravações eletrônicas, audiovisuais, filmes e programas de televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas.

A pesquisa webliográfica “trata-se do estudo para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto. Tem como objeto recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto” (MARTINS, 2000, p. 28).

Segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 62), a análise documental “é a fase da pesquisa realizada com o intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse”.

A pesquisa foi realizada com a apresentação dos resultados por meio de uma análise documental quantitativa e descritiva.

A pesquisa quantitativa para Richardson (1989, p. 29) é o “[...] método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos”.

Desta forma, o trabalho de pesquisa foi apresentado por meio de figuras, quadros e tabelas, executados conforme as normas, onde demonstraram os impactos financeiros hipotéticos após a Lei 13.467/2017 na empresa Transgrãos.

ANÁLISE E DISCURSÃO DOS RESULTADOS

Os principais resultados foram obtidos por meio do processo de simulação dos cálculos da folha de pagamento e de rescisões de contrato nas modalidades de contrato determinado, indeterminado e intermitente do setor de transporte de cargas da Empresa Transgrãos durante o período da primeira safra, que ocorreu entre os meses de dezembro de 2017 a maio de 2018.

Como a Empresa conta com um grande volume de colaboradores, os valores foram exemplificados por meio de cálculos hipotéticos, utilizando a média de

colaboradores que se resultou na quantidade de 267.

Para demonstrar o impacto foi necessário utilizar amostras para realização dos cálculos hipotéticos. Partindo disso, foi selecionado um colaborador contratado após a Lei 13.467/2017 entrar em vigor, considerando que este mesmo colaborador foi utilizado para a realização de todos os cálculos. Este funcionário possui apenas um dependente de imposto de renda e o salário é o mesmo de todos os outros colaboradores que exercem a mesma função na Empresa.

Para o cálculo da folha de pagamento foi considerado apenas saldo de salário e os descontos de INSS e IRRF dos colaboradores do setor de transporte de cargas da Empresa sem considerar qualquer avaria, como por exemplo, multas de trânsito.

Na realização dos cálculos de rescisões também foi utilizado a mesma amostra do cálculo da folha de pagamento, simulando todos os proventos e descontos que o colaborador teria direito de receber caso fosse demitido pela empresa sem justa causa no final do contrato de trabalho e, logo após, multiplicado pela quantidade média de colaboradores.

A Figura 1 demonstra a folha de pagamento simulada do contrato de trabalho por prazo determinado, considerando 267 colaboradores, partindo do pressuposto de que houve apenas saldo de salário e descontos de INSS e IRRF.

Figura 1 – Demonstração hipotética folha de pagamento contrato por prazo Determinado

Proventos	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Total
Salário Bruto	R\$ 470.748,77	R\$ 504.373,68	R\$ 2.992.617,17				
Total Proventos	R\$ 470.748,77	R\$ 504.373,68	R\$ 2.992.617,17				
INSS	R\$ 42.367,56	R\$ 45.392,67	R\$ 269.330,91				
IRRF	R\$ -						
Outros Descontos	R\$ -						
Total Descontos	R\$ 42.367,56	R\$ 45.392,67	R\$ 269.330,91				
Salário Líquido	R\$ 428.381,21	R\$ 458.981,01	R\$ 2.723.286,26				

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Já a Figura 2 demonstra a folha de pagamento calculada de forma hipotética caso houvesse apenas contratações por contrato de trabalho por prazo indeterminado. Por meio dela é possível verificar que, em média, o valor líquido recebido pelos colaboradores seria em torno de R\$ 1.719,03 em cada mês analisado (salário líquido dividido pela quantidade de colaboradores).

Figura 2 – Demonstração hipotética folha de pagamento contrato por prazo Indeterminado

Proventos	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Total
Salário Bruto	R\$ 470.748,77	R\$ 504.373,68	R\$ 2.992.617,17				
Total Proventos	R\$ 470.748,77	R\$ 504.373,68	R\$ 2.992.617,17				
INSS	R\$ 42.367,56	R\$ 45.392,67	R\$ 269.330,91				
IRRF	R\$ -						
Outros Descontos	R\$ -						
Total Descontos	R\$ 42.367,56	R\$ 45.392,67	R\$ 269.330,91				
Salário Líquido	R\$ 428.381,21	R\$ 458.981,01	R\$ 2.723.286,26				

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A Figura 3 demonstra como seria a folha de pagamento dos colaboradores caso existisse a contratação na modalidade de contrato intermitente, não levando em consideração horas extras e adicionais.

A demonstração do impacto no contrato de trabalho intermitente seguiu do mesmo ponto de partida dos cálculos de contratos de trabalho determinado e indeterminado, onde também foi utilizado de amostra para simulação dos cálculos.

No contrato de trabalho Intermitente foi considerado, além do saldo de salário e os descontos de INSS e IRRF, o pagamento de um avo de décimo terceiro salário bem como um avo férias mais um terço e todos os respectivos descontos.

Foi possível verificar que, em média, o valor líquido recebido pelos colaboradores seria em torno de R\$ 1.899,53 (salário líquido dividido pela quantidade de colaboradores) em cada mês analisado, considerando o recebimento proporcional de férias mais um terço e décimo terceiro salário.

Figura 3 – Demonstração hipotética folha de pagamento contrato por prazo Intermitente

Proventos	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Total
Salário Bruto	R\$ 470.748,77	R\$ 504.373,68	R\$ 2.992.617,17				
1/12 13º salário proporcional	R\$ 42.031,14	R\$ 252.186,84					
1/12 férias proporcional	R\$ 42.031,14	R\$ 252.186,84					
1/3 férias proporcional	R\$ 14.010,38	R\$ 84.062,28					
Total dos proventos	R\$ 568.821,43	R\$ 602.446,34	R\$ 3.581.053,13				
INSS	R\$ 42.367,56	R\$ 45.392,67	R\$ 269.330,91				
INSS férias	R\$ 4.483,32	R\$ 26.899,93					
INSS 13º salário proporcional	R\$ 42.367,56	R\$ 254.205,36					
IRRF	R\$ -						
IRRF férias	R\$ -						
IRRF 13º salário proporcional	R\$ -						
Total dos descontos	R\$ 89.218,44	R\$ 92.243,55	R\$ 550.436,20				
Salário Líquido	R\$ 479.602,99	R\$ 510.202,79	R\$ 3.030.616,93				

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Realizado os cálculos de folha de pagamento também foi necessário efetuar os cálculos das rescisões de contrato de trabalho em cada modalidade, partindo do pressuposto de que todos os colaboradores seriam desligados ao término do período da safra, ocorrida do período de Dezembro de 2017 a Maio de 2018.

Para a realização dos cálculos foi considerado o mesmo colaborador de amostra para a folha de pagamento e depois multiplicado pela quantidade média de colaboradores, considerando para todos os cálculos a data de admissão em 04/12/2018 e data de desligamento em 30/05/2018.

A Tabela 1 mostra os pagamentos de rescisões do contrato de trabalho por prazo determinado. O pagamento da multa dos 40% do FGTS não é devido ao colaborador nessa modalidade.

Para a realização dos cálculos de rescisões do contrato de trabalho por prazo determinado foi considerado que os colaboradores tinham direito ao décimo terceiro do mês de Dezembro de 2017 e aos meses proporcionais referentes ao ano de 2018

além das férias proporcionais.

Tabela 1 – Pagamento hipotético de rescisões no contrato de trabalho por prazo determinado

Verbas rescisórias	Total
Proventos	
Saldo de salário:	R\$ 504.373,68
FGTS Saldo de salário	R\$ 40.349,04
13º salário de 04/12/2017 a 31/12/2017 (1/12 avos)	R\$ 42.031,14
FGTS 13º salário de 04/12/2017 a 31/12/2017 (1/12 avos)	R\$ 3.361,53
13º salário de 01/01/2018 a 30/05/2018 (5/12 avos)	R\$ 210.155,70
FGTS 13º salário de 01/01/2018 a 30/05/2018 (5/12 avos)	R\$ 16.812,99
Férias de 04/12/2017 a 30/05/2018 (6/12 avos)	R\$ 252.186,84
1/3 férias de 04/12/2017 a 30/05/2018	R\$ 84.062,28
Total	R\$ 1.092.809,64
FGTS depositado (estimativa)	R\$ 197.713,50
Total	R\$ 197.713,50
Deduções	
INSS	-R\$ 45.392,67
INSS 13º salário	-R\$ 20.174,52
IRRF	-R\$ 9.900,36
Total das deduções	-R\$ 75.467,55
Liquido Rescisão	R\$ 1.017.342,09
FGTS (estimativa)	R\$ 197.713,50

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na realização dos cálculos de rescisões do contrato de trabalho por prazo indeterminado foi considerado que os colaboradores tinham direito ao décimo terceiro do mês de Dezembro de 2017 e aos meses proporcionais referentes ao ano de 2018, férias proporcionais e aviso prévio indenizado.

A Tabela 2 representa os pagamentos de rescisões do contrato de trabalho por prazo indeterminado, considerando a quantidade de 267 colaboradores e realizado o pagamento da multa dos 40% do FGTS.

Tabela 2 – Pagamento hipotético de rescisões no contrato de trabalho por prazo indeterminado

Verbas rescisórias		Total
Proventos		
Saldo de salário	R\$	504.373,68
FGTS da rescisão	R\$	40.349,04
Aviso prévio indenizado	R\$	504.373,68
FGTS aviso prévio	R\$	40.349,04
13º salário sobre aviso	R\$	42.031,14
FGTS 13º sobre aviso	R\$	3.361,53
Férias salário sobre aviso	R\$	42.031,14
1/3 férias salário sobre aviso	R\$	14.009,49
13º salário de 04/12/2017 a 31/12/2017 (1/12 avos)	R\$	42.031,14
FGTS 13º salário de 04/12/2017 a 31/12/2017 (1/12 avos)	R\$	3.361,53
13º salário de 01/01/2018 a 30/05/2018 (5/12 avos)	R\$	210.155,70
FGTS 13º salário de 01/01/2018 a 30/05/2018 (5/12 avos)	R\$	16.812,99
Férias de 04/12/2017 a 30/05/2018 (6/12 avos)	R\$	252.186,84
1/3 férias de 04/12/2017 a 30/05/2018	R\$	84.062,28
Total	R\$	1.695.255,09
FGTS depositado (estimativa)	R\$	197.713,50
Multa 40% sobre FGTS	R\$	422.733,09
Total	R\$	620.446,59
Deduções		
INSS	-R\$	45.392,67
INSS 13º salário	-R\$	20.174,52
IRRF	-R\$	17.256,21
Total das deduções	-R\$	82.823,40
Líquido Rescisão	R\$	1.612.431,69
FGTS + multa 40%	R\$	620.446,59

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Para a realização dos cálculos de rescisões do contrato de trabalho por prazo intermitente foi considerado que os colaboradores já haviam recebido o décimo terceiro e as férias na folha de pagamento. Os valores de aviso prévio e multa de FGTS não foram considerados por serem inexistentes nessa modalidade de contratação.

A Tabela 3 representa os pagamentos de rescisões do contrato de trabalho por prazo intermitente, considerando a quantidade de 267 colaboradores.

Tabela 3 – Pagamento hipotético de rescisões no contrato de trabalho intermitente

Verbas rescisórias		Total
Proventos		
Saldo de salário	R\$	504.373,68
Total	R\$	504.373,68
Deduções		
INSS	-R\$	45.392,67
IRRF	R\$	-
Total deduções	-R\$	45.392,67
Líquido Rescisão	R\$	458.981,01

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A realização das comparações partiu do pressuposto de que todos os cálculos foram realizados com a amostra de um colaborador, admitido em 04/12/2018 e considerando o desligamento em 30/05/2018, multiplicado o valor encontrado pela quantidade média de colaboradores da Empresa.

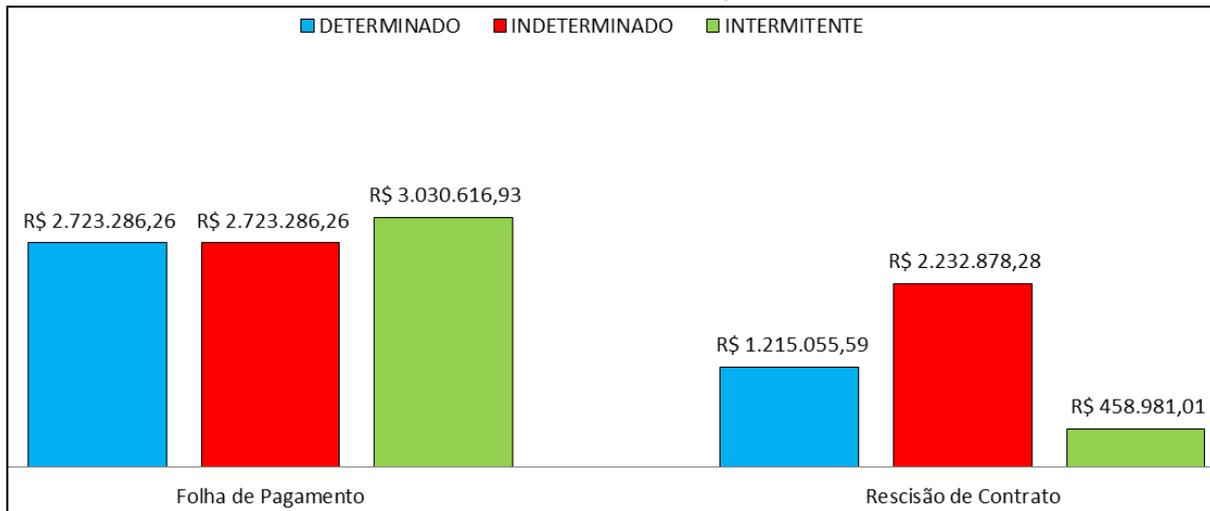
Todos os dados para os cálculos apresentaram as mesmas situações e fizeram com que fosse possível chegar aos impactos hipotéticos em cada modalidade de contratação, considerando como resultado final a soma da folha de pagamento e rescisões dos contratos de trabalho.

O Gráfico 01 representa a demonstração gráfica dos valores encontrados após os cálculos em folha de pagamento e em rescisões de contrato dos colaboradores de transporte de cargas da Empresa Transgrãos.

Cada modalidade de contratação está representada por uma cor no gráfico, a cor azul representa os contratos de trabalho por prazo determinado, a cor vermelha os contratos de trabalho por prazo indeterminado e a cor verde pelo contrato intermitente.

Os montantes encontrados na folha de pagamento dos contratos determinado e indeterminado foram de R\$ 2.723.286,26 e o intermitente de R\$ 3.009.434,43, demonstrando que os gastos com folha no contrato intermitente foram os maiores. Por outro lado, os valores encontrados nas rescisões de contrato intermitente foram menores, representado pelo valor de R\$ 458.981,01, enquanto o contrato por prazo determinado foi de R\$ 1.215.055,59 e o contrato por prazo indeterminado de R\$ 2.232.878,28.

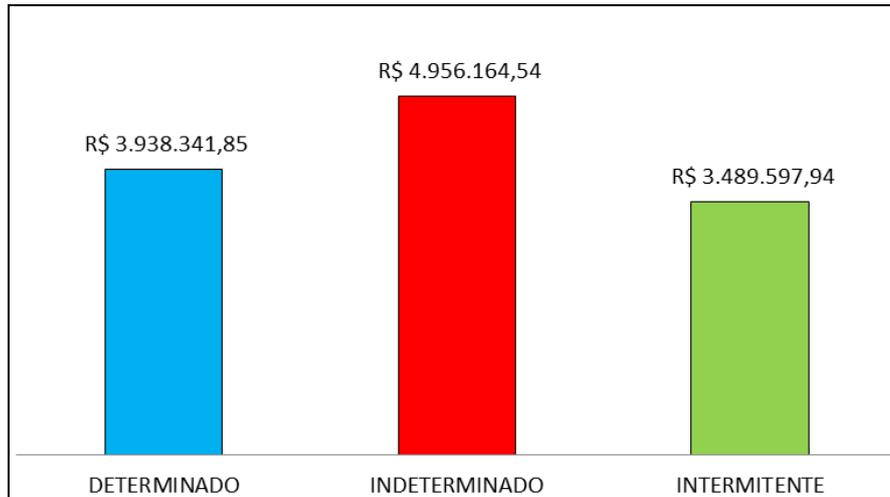
Gráfico 1 – Demonstração dos impactos após simulação da folha de pagamento e rescisões nas modalidades de contrato determinado, indeterminado e intermitente



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O Gráfico 2 apresenta os resultados da soma dos gastos da folha de pagamento com os gastos com rescisões de contrato. Pelos valores encontrados, o contrato de trabalho por prazo intermitente representa os menores valores ao final da análise.

Gráfico 2 – Demonstração final da soma dos impactos da folha de pagamento e rescisões nas modalidades de contrato determinado, indeterminado e intermitente



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado com o pressuposto de demonstrar, por meio de comparações, quais seriam os impactos na contratação de colaboradores em apenas uma modalidade de contrato de trabalho, podendo ser por prazo determinado, indeterminado ou intermitente, na empresa Transgrãos.

A análise hipotética dos efeitos financeiros foi realizada durante a primeira safra, ocorrida após as alterações da Lei 13.467/2017, no período de dezembro de 2017 a maio de 2018, efetuando os cálculos da folha de pagamento mensalmente e as rescisões ao final dos seis meses de contrato, considerando que todos os colaboradores foram admitidos em 04/12/2017 e desligados em 30/05/2018.

O objetivo do estudo, que partiu do pressuposto de comparar qual modalidade de contratação seria mais viável para a Empresa, foi alcançado conforme planejado.

Através dos cálculos realizados hipoteticamente e demonstrados nas tabelas, figuras e gráficos, foi possível concluir que o impacto financeiro na Empresa seria menor se a mesma optasse pela modalidade de contrato intermitente, já que os valores gastos com folha de pagamento e rescisões de contratos foram menores, tendo como comparação os resultados encontrados nas outras modalidades de contratação.

As análises demonstraram também que a atual opção pelo regime de contrato de trabalho por prazo indeterminado, representa os maiores impactos financeiros, não sendo viável para a Empresa Transgrãos.

A pesquisa contribuiu para mostrar a importância das ferramentas oferecidas pela contabilidade na área de departamento de pessoal, apresentando diversas informações que são relevantes para mostrar que a empresa Transgrãos poderia optar somente pela contratação de colaboradores pelo regime de trabalho intermitente.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO CNT 2017. Reúne série histórica de dados do transporte: Documento mostra evolução de todos os modais (rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo). 2017. Disponível em: <<http://www.cnt.org.br/Imprensa/noticia/anuario-cnt-2017-serie-historica-dados-transporte>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRANDÃO, Marcelo. Temer sanciona reforma trabalhista. EBC - Agência Brasil, Brasília - DF, 13 jul. 2017. Agência Brasil, p. 1. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-07/temer-sanciona-lei-que-altera-clt>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho: Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Brasília: Imprensa Nacional, 2017.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho: aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

BRASIL ESCOLA DE NEGOCIOS: Como o conhecimento da legislação impacta na carreira contábil. Disponível em: <<http://portal.blbbrasilescoladenegocios.com.br/conhecimento-da-legislacao/>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

GENRO, Tarso Fernando. Direito individual do trabalho: uma abordagem crítica. 2. ed. São Paulo: LTR, 1994.

GOUVEIA, Nelson. Contabilidade básica. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, Carlos Bezerra. Curso De Direito Do Trabalho, 8. ed. São Paulo: Saraiva, LTR, 2017.

MARCONI, Marina Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa, 8.ed. Atlas, 08/2017.

MARION, J. C. Contabilidade básica. 8. ed. São Paulo, 2006.

MARTINS, G.A. Manual para elaboração de monografia e Dissertações. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEIOS DE TRANSPORTE: Transporte de Carga. Disponível em: <<http://meios-de-transporte.info/transporte-de-carga.html>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

MOURA, Marcelo. Curso de Direito do Trabalho, 2.ed. Saraiva, São Paulo, 4/2016.

NASCIMENTO, Geuma. Cuidados contábeis evitam passivos trabalhistas. 20/05/2015.

Disponível em: <<https://contadores.cnt.br/noticias/artigos/2015/05/20/cuidados-contabeis-evitam-passivos-trabalhistas.html>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

OLIVEIRA, aristeu de. Manual de Contratos de Trabalho, 4.ed. atlas, 05/2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

SÁ, Antonio Lopes de. Teoria da contabilidade. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUSA, Jaqueline. A Reforma Trabalhista: Novos Tipos de Contrato de Trabalho. 13/11/2017. Disponível em: <<http://www.ribeirodaluz.com.br/2017/11/13/reforma-trabalhista-e-os-novos-tipos-de-contrato-de-trabalho/>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

ZANLUCA, Júlio César. A consolidação das leis do trabalho: clt. disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/clt.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

NÍVEL DE SATISFAÇÃO DE GESTORES DE SUPERMERCADOS EM RELAÇÃO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS NA CIDADE DE PATOS DE MINAS¹

Sérgio Rodrigues de Santana

Graduando do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: sergirodriguesdesantana@gmail.com

Gustavo de Magalhães Vieira

Orientador do trabalho. Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: gustavomv@unipmam.edu.br

RESUMO: Este artigo descreve a relação existente entre gestores de supermercados e os seus respectivos contadores, visando apurar a satisfação dos mesmos quanto a qualidade do serviço prestado pelos seus contabilistas. Foi realizado entrevistas com gestores questionando-os quanto a relação com seus contadores. Os resultados expressaram uma boa relação entre ambas as partes, ficando evidente que os gestores entrevistados estão satisfeitos com a atuação de seus respectivos contadores.

PALAVRAS-CHAVE: Contadores; Gestores; Nível de Satisfação.

ABSTRACT: This article describes the relationship between supermarket managers and their respective accountants, in order to determine their satisfaction with the quality of service provided by their accountants. Interviews were conducted with managers questioning them as to the relationship with their accountants. The results expressed a good relationship between both parties, making it clear that the managers interviewed are satisfied with the performance of their respective accountants.

KEYWORDS: Accountants; Managers; Level of Satisfaction.

INTRODUÇÃO

A prestação de serviços de qualidade é fundamental para a relação entre cliente e o prestador de serviços. Um cliente satisfeito fideliza no seu prestador de serviços e indica para possíveis novos clientes. De acordo com Desidério (2015) “quando suas expectativas são atendidas ou superadas, certamente ele ficará satisfeito”.

A qualidade da mão obra em diversos setores tem sido questionada pelos seus usuários. Há um grande número de profissionais executando suas funções sem ter o devido preparo, colocando em risco a qualidade do serviço prestado e da empresa pelo qual trabalha. De acordo com Pereira (2014) a falta de mão de obra qualificada no

¹ Trabalho apresentado na área Temática III – Ciências Contábeis, realizado de 5 a 7 de novembro de 2018.

Brasil tem se agravado e as empresas queixam-se da escassez de profissionais qualificados para exercer funções específicas.

No ramo da contabilidade, onde as prestações de serviços contábeis são fundamentais para os gestores, a qualidade do serviço é primordial. O contador possui uma ampla série de serviços que vão além das funções previstas em lei. Estes serviços auxiliam os gestores na administração e tomadas de decisões. Dos Santos (2018) exalta que “ser uma referência de bom atendimento ao cliente é motivo de orgulho para todo profissional contábil”.

A qualidade de um serviço prestado se torna, desta forma essencial para manter-se ativo em um ambiente incerto. Assim sendo, o presente artigo apresenta um estudo sobre o grau de satisfação de uma amostra de gestores de supermercados em relação aos serviços contábeis prestados por contadores da cidade de Patos de Minas.

CONTADOR

O contador, é o responsável dentro de uma entidade a lidar com a burocracia relacionada a área patrimonial, financeira, econômica e gerencial. O contador tem acesso a informações sigilosas da entidade e assim tem capacidade de orientar o administrador em importantes tomadas de decisões. Santos (2002) enfatiza que o contador cada vez mais é a bússola da empresa.

CONTABILIDADE

A contabilidade é parte essencial na administração, tanto no controle gerencial diariamente quanto na administração dos lucros a partir da atividade comercial. O contador necessita de atualização relacionada as normas legais e também aos direitos e obrigações presentes nas empresas. Assim sendo, Marion (2003) destaca que o contador está ligado diretamente na informação e também na formação das empresas no geral, o mesmo é responsável por controlar e apurar os resultados da empresa, apresentando lucros e prejuízos, direitos e obrigações.

As empresas inseridas no mercado disputam um espaço extremamente concorrido. Uma gerência de qualidade é fundamental para manter os negócios rentáveis e estáveis nas possíveis adversidades. Crepaldi e Crepaldi (2017) destacam que, devido a intensa mudança, às empresas utilizam-se de controles adequados e informações relevantes afim de se adequarem ao mercado.

A gestão de empresas está correlacionada com uma contabilidade gerencial de qualidade. Segundo Alves (2013), a contabilidade gerencial tem como origem a contabilidade de custos. Na mesma linha de raciocínio, Alves (2013) enfatiza que a contabilidade gerencial evoluiu ao longo da história, tornando-se principal finalidade da gestão de custos.

As demonstrações contábeis são uma interpretação idealizada da posição patrimonial e financeira e do comportamento da entidade (SILVA, 2017). Elas permitem analisar as informações junto a períodos anteriores e desta forma poder comparar os resultados, fazer análise junto a empresas do mesmo segmento e obter

um comparativo de ambas e possibilita determinar futuras perspectivas quanto a rentabilidade e ao futuro da empresa. Destaca-se a importância para o auxílio quanto a tomadas de decisões bem como as situações de financiamentos e investimentos.

Para Silva (2017) a Análise das Demonstrações Contábeis se forma a partir de dados coletados com base nas demonstrações, estes indicadores permitem ao contador realizar a avaliação da situação financeira da empresa, verificar a situação patrimonial e ter conhecimento quanto a potencialidade da empresa em gerar resultados positivos.

TERCEIRIZAÇÃO DA CONTABILIDADE

Martins (2001) defende que a terceirização é apenas uma das várias nomenclaturas de nomes que denomina a contratação de terceiros pela empresa com intuito de prestar serviços ligados à sua atividade.

O surgimento do termo terceirização manifestou-se em um período onde as empresas contábeis já desenvolviam a atividade que é definida como prestação de serviços terceirizados. Thomé (2001) esclarece que antes da inclusão desta nova condição, as empresas já optavam por contratar empresas de serviços contábeis devido ao custo, em razão de os honorários pagos a empresas contábeis serem mais baixos que manter uma contabilidade interna.

A utilização da terceirização como tática administrativa nas empresas é uma realidade, entretanto é necessário analisar as possíveis vantagens e desvantagens. É nesse entendimento que Martins (2006, p. 22) afirma que “o conhecimento dos custos [...] é vital para se saber, dado o preço, o produto é rentável, ou se não rentável, se é possível reduzi-los”.

Assim sendo, verifica-se que as empresas buscam privilégios por meio do menor empenho. Ressalta-se que empresas que oferecem mão de obra investem na qualificação dos funcionários.

Na mesma linha de raciocínio (CONCEIÇÃO, 2002, p. 32) afirma que:

- A diminuição dos desperdícios, com a terceirização de recursos.
- A valorização dos talentos humanos é um ponto forte da terceirização, pois possibilita um compromisso maior com a organização na busca de resultados mais concretos.
- A agilidade das decisões, desencadeia o aprimoramento das relações interdepartamentais e dos sistemas de comunicação.
- O menor custo, também é evidenciado, pois a contratação de serviços de terceiros levará a empresa a obter vantagens em relação aos custos praticados nos serviços, quando este eram internos.

“Atualmente, a situação continua idêntica no que se refere às micros, pequenas e à maioria das empresas médias” (THOMÉ, 2001, p. 117).

Empresas de maior porte também se utilizam dos serviços de empresas contábeis, entretanto, não diretamente na sua atividade principal. Thomé (2001) enfatiza que as empresas contábeis necessitam de ter uma estrutura de qualidade, em termos de instalações e equipamentos, mão de obra de qualidade afim de atender todos os clientes e em especial para médias e grandes empresas.

“Devem levar em conta que a responsabilidade é muito maior e, conseqüentemente, os riscos também crescem na mesma proporção que os lucros” (THOMÉ, 2001, p. 117).

Manes (2017) enfatiza que segundo uma pesquisa realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), no ano de 2016, o modelo mais utilizado de contratação de contadores no Brasil foi através da terceirização.

SATISFAÇÃO DE CLIENTES

Um serviço de qualidade é altamente compensativo, porque ele gera clientes leais, que ficam exultantes após a experiência do serviço, elogiam para outras pessoas e voltam a utilizar os serviços da empresa (ZEITHAML, 2014).

“Clientes fiéis são como uma receita fixa: eles continuam injetando dinheiro nos cofres da empresa” (ZEITHAML, 2014, p.14).

De acordo com SEBRAE Mercados, um cliente com as expectativas atendidas, tem grandes chances de optar novamente pelo produto ou serviço utilizado.

A melhor forma de conseguir a satisfação do consumidor é estar sempre perto dele. O cliente que estabelece um relacionamento com uma empresa de forma contínua tem um valor inestimável para o empreendimento (SEBRAE, 2016).

METODOLOGIA

A pesquisa realizada possui caráter descritivo pois descreveu a satisfação dos gestores de supermercados quanto aos serviços prestados por seus contadores. Matias-Pereira (2016, p. 90) afirma que a pesquisa descritiva “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento”.

Para alcançar os objetivos propostos utilizou-se pesquisas bibliográficas e webliográficas. Marconi e Lakatos (2017) afirmam que as pesquisas bibliográficas se fundamentam em uma verificação de referências já publicadas, sejam elas em formato de artigos científicos (impressos ou virtuais), livros, dissertações de mestrados ou teses de doutorado.

Quanto à abordagem a pesquisa, recorreu-se à pesquisa qualitativa visto que não se utiliza de cálculos matemáticos. Para Sampieri, (2013) nos estudos qualitativos é viável realizar hipóteses e perguntas antes, durante e depois da realização da coleta e análise dos dados. Os mesmos autores ainda reforçam que o enfoque qualitativo conta com a coleta de dados sem mensuração numérica para descobrir ou aperfeiçoar perguntas relacionadas à pesquisa no procedimento de interpretação.

Quanto a técnica de amostragem, foi optado por amostra não probabilística. Matias-Pereira (2016) define amostra como sendo uma fração da população, selecionada conforme uma regra ou plano. O mesmo autor (2016) ressalta que amostra não probabilística são as amostras compostas por acaso, escolhidas aleatoriamente.

O instrumento de coleta de análise de dados foi através de entrevista estruturada. Marconi e Lakatos (2017, p. 212) esclarece que “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas, mediante conversação, obtenha informações a respeito de determinado assunto”.

Para a realização da pesquisa proposta, primeiramente, foi realizado um contato com cinco gestores afim de explicar o estudo desejado e conseguir a autorização para a realização da entrevista. Ao se obter a concessão para a realização do estudo, foram disponibilizados aos gestores o roteiro de entrevistas para que os mesmos pudessem analisar e ambientar-se com as perguntas pelas quais foram submetidos. Após cinco dias que os mesmos foram apresentados ao roteiro de entrevistas, foram agendados horários para as gravações.

As entrevistas foram gravadas com o intuito de que os gestores tivessem mais liberdade de expressão. Desta forma foi possível extrair o máximo de informações e os sentimentos através de suas palavras. Posteriormente as gravações foram transcritas e transformadas em documentos escritos que propiciaram uma análise fundamentada de dados. Os nomes dados aos entrevistados são fictícios uma vez que não é intenção deste estudo divulgar a identidade dos gestores. É importante ressaltar que antes da aplicação da entrevista os sujeitos da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

PERFIL DOS ENTREVISTADOS E DOS SUPERMERCADOS

O quadro 1 apresenta o perfil demográfico e ocupacional dos cinco entrevistados. Vale ressaltar que os nomes ilustrados no quadro são nomes fictícios. Isso foi necessário buscando preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa.

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Idade	Formação	Função	Tempo como gestor	Tempo como gestor no atual supermercado
Miguel	37	2º grau completo	Proprietário/gerente	16 Anos	16 Anos
João	50	2º grau completo	Proprietário	35 Anos	20 Anos
Pedro	45	2º grau completo	Proprietário	29 Anos	20 Anos
Luiz	54	2º grau incompleto	Proprietário	39 Anos	39 Anos
Humberto	44	Superior completo	Proprietário/administrador	15 Anos	15 Anos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que os gestores entrevistados são todos do sexo masculino. Estes têm faixa etária relativamente próximas, visto que o mais novo tem 37 anos e o mais velho 50. O entrevistado Humberto é o único que possui formação superior em Administração de Empresas. Os demais possuem 2º grau completo com exceção do Luiz, o qual sequer completou o 2º grau. Os cinco entrevistados são proprietários dos supermercados. Vale ressaltar que são eles próprios que administram as lojas,

entretanto, aqueles que possuem uma estrutura maior dependem de funcionários para gerenciar setores específicos existentes dentro do próprio supermercado.

Já o quadro 2 apresenta o regime de tributação dos supermercados aos quais os proprietários entrevistados acima apresentados estão relacionados.

Quadro 2 - Perfil dos supermercados

Entrevistado	Porte do Supermercado	Regime Tributário
Miguel	Pequeno Porte/Microempresa ME	Simplex Nacional
João	Médio Porte/Empresa de Pequeno Porte EPP	Lucro Real
Pedro	Médio Porte/Sociedade Empresária LTDA	Lucro Real
Luiz	Médio Porte/Sociedade Empresária LTDA	Lucro Real
Humberto	Pequeno Porte/Microempresa ME	Simplex Nacional

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao observar o quadro 2 percebe-se que três dos supermercados dos gestores entrevistados estão inscritos no Lucro Real e outros dois no Simplex Nacional. Vale ressaltar que esta informação foi destacada, visto que a depender do regime de tributação a empresa poderá demandar de uma quantidade maior de serviços contábeis.

SATISFAÇÃO DOS GESTORES DE SUPERMERCADOS COM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS CONTÁBEIS PRESTADOS POR SEUS CONTADORES

Para medir o grau de satisfação dos gestores com relação aos serviços contábeis prestados pelos seus contadores, buscou-se entender num primeiro momento, se a contabilidade destes é feita por escritórios terceirizados ou por um departamento da própria empresa. Neste quesito, os gestores foram unânimes ao afirmar que possuem contabilidade terceirizada. “Terceirizada. Como eu comprei a empresa já em funcionamento, mantive o contador” (Miguel).

Terceirizada. Desde quando nós começou já era terceirizada, aí depois nós pensou em colocar ela aqui dentro, mais questão de valor eu acho que não compensa ainda não sabe, é porque nós paga, o valor que nós paga aqui não dá pra pagar porque vai gastar no mínimo uns dois funcionários, tem que ter um contador formado e pelo menos mais um ajudante, é porque lá eles faz pra nós a questão do trabalhista tudo, faz contábil e trabalhista tudo, acerto de funcionário agora não tá acertando no sindicato mais, mais antes eles iam lá no sindicato, então tudo em quanto há de funcionário eles tomavam conta de tudo também e toma ainda. [...] o custo, porque aí num da pra nós arrumar funcionário pelo mesmo preço que nós paga eles, uns dois funcionários, contador formado mais um ajudante ainda. (Pedro)

Um dos gestores acrescentou que apesar da sua contabilidade ser terceirizada, tem um departamento dentro da empresa, o qual promove uma contabilidade informal.

A minha contabilidade é terceirizada e interna ao mesmo tempo. Eu tenho uma moça que trabalha comigo e ela é formada em contabilidade e tem uma outra pessoa que é formada em Sistema de Informação, aí ela vira o computador de perna pra cima né,

são quatro que trabalham aqui, aí faz tudo prontinho, só enviam pra contabilidade, só confirmam se tá tudo certinho e tá ok. (Luiz)

Após análise dos depoimentos ilustrados acima, percebe-se que dois fatores definem o motivo da contabilidade das empresas dos gestores estudados serem terceirizadas. Observa-se que o fator preponderante é o elevado custo do serviço contábil próprio. Thomé (2001) afirma que quando surgiu o termo terceirização de prestação de serviços, a contabilidade já mantinha esta prática e as empresas que optavam pela terceirização visavam justamente os custos uma vez que os honorários contábeis eram mais baixos que manter uma contabilidade interna.

Buscou-se verificar também há quanto tempo o contador atual presta serviços para os supermercados. Neste questionamento, todos os gestores explicaram ter seus contadores como prestadores de serviços desde a fundação da empresa. “Há vinte anos é o mesmo. [...] no final de ano faz vinte, então desde que eu vim para Patos ele faz minha contabilidade” (Luiz).

“Desde quando eu fundei, então ficou uns seis meses só na mão de outro [...] seis meses na mão de um contador aqui de Patos aí esse contador nosso, ele é do (sua cidade natal) também, aí ele veio pra cá e eu peguei e passei pra ele” (João).

Com os depoimentos é possível afirmar que existe certa fidelidade entre os entrevistados e seus respectivos contadores. Prova disso é o tempo em que estes profissionais prestam serviços os entrevistados. Neste aspecto, Zeithaml (2014) enfatiza que um serviço de qualidade gera clientes leais, os quais muito dificilmente promoverão alterações na escolha de prestadores de serviços.

Os gestores também foram questionados se já pensaram em mudar de contador. Sobre isso, os mesmos foram unânimes ao afirmar que não. Relataram, inclusive não ter sequer imaginado em mudar de contador. Todos afirmam que as competências dos profissionais fazem com que a fidelidade a eles se mantenha. “Não. Por se tratar de um profissional muito competente e amigo” (Miguel).

Não. Nunca pensei não. É porque nosso contador é sempre muito rigoroso com as coisas, então nunca trouxe problema pra nós. [...] na época que passamos pro lucro real, não tinha ninguém aqui em Patos que fazia o lucro real. Aí ele falou não que podia deixar que ele iria estudar e faria o serviço. Aí ele contratou mais funcionários, aprendeu sobre o lucro real, engrenou e pronto. (Pedro)

Tais depoimentos evidenciam que a qualidade do serviço prestado e a amizade existente entre gestor e contador tem garantido o sucesso desta relação. Sendo assim, tais depoimentos reforçam ainda, o pensamento de SEBRAE (2016) o qual diz que a maneira ideal de atingir a satisfação do cliente é por meio a presença intensa junto aos mesmos.

Buscando entender o quão os gestores e departamento contábil se relacionavam, procurou entender dos gestores como se dava tal relacionamento. Neste quesito, os cinco entrevistados ilustraram um bom relacionamento com seus contadores, transmitindo a sensação de amizade e muita segurança nesta relação profissional. “Dez! Total confiança que eu tenho nele” (João). “Tudo que eu preciso ele me atende, eu ligo e ele resolve meus problemas quando tem, tranquilo, boa relação” (Humberto).

Dentre os vários adjetivos utilizados para retratar a relação gestor / contador um termo muito utilizado foi a confiança na resolução das demandas. Neste aspecto, vale ressaltar que um cliente com expectativas atendidas possui grandes chances de solicitar novamente o produto ou serviço (SEBRAE, 2016).

A fim de verificar se tal relacionamento acontece presencialmente, questionou-se aos gestores com que frequência os contadores visitavam a empresa e se os mesmos viam tais visitas como importantes no processo de gestão e tomada de decisões. Os relatos dos entrevistados apresentaram que os contadores visitam as empresas conforme a necessidade.

Neste sentido, verificou-se que não há visitas periódicas.

[...] quando tem alguma orientação que ele precisa fazer ao pessoal ele vem na empresa. [...] todo mês tem, passa o que tem de erro, que tem que ser mudado, o que mudou na legislação [...]. [...] muitas vezes a gente não tem tempo de ficar recebendo o contador, sendo que se ele chegar aqui pra conversar comigo eu vou passar ele pras meninas, pras funcionárias, que essa parte de lançamento de notas, essa parte fiscal eu deixo com elas. (João)

Dentre os entrevistados, apenas um relatou que seu contador não visita. Reforçou ainda que esta não é uma imposição do contador e sim dele. Tal decisão segundo o mesmo gestor é por acreditar que no escritório de contabilidade tem mais privacidade para discutir assuntos relacionados a parte contábil da empresa. “Não visita. Por se tratar dos números da empresa, prefiro discuti-los em seu escritório discretamente” (Miguel).

Diante dos depoimentos supra apresentados percebe-se ser notório a importância do contato pessoal entre os profissionais gestores e contadores, independentemente do local em que ocorrem. Isso, pois transpassa segurança para os gestores. Sendo assim, torna-se possível afirmar que um escritório contábil que mantém um relacionamento contínuo e saudável com seus clientes, acabam gerando um valor inestimável na percepção dos seus clientes.

Com o apontamento de elevados níveis de confiança listados nos parágrafos anteriores verificou-se também se os departamentos contábeis participavam de alguma forma no processo decisório dos supermercados. Diferente do esperado, nesta questão, a maioria dos entrevistados explicaram que seus departamentos contábeis não participam das decisões administrativas/empresariais. “O contador não participa das decisões. Se eu for lá e perguntar pra ele alguma coisa contábil, o que é melhor, aí ele me dá ideia, mais ele não vem na empresa dar palpite nenhum não” (Pedro).

Diferente dos demais, um dos gestores entrevistados relatou que o contador tem uma participação nas decisões da empresa. “O contador tá sempre ajudando. Esses dias, eu queria comprar e não tinha saldo de caixa, aí eu fui lá e conversei com ele” (Luiz).

Ao analisar os depoimentos acima, percebe-se que o contador tem a sua parcela na participação das decisões na empresa, ainda que indiretamente (como conselheiro). Neste aspecto, Marion (2003) explica que é de suma importância que a parte contábil participe ativamente das tomadas de decisões. Isso em virtude de que trata de um profissional que está diretamente ligado as informações da empresa, ou

seja, que tem a capacidade de fornecer uma excelente assessoria aos gestores de supermercados, por exemplo. Crepaldi e Crepaldi (2017) ainda complementam que em um cenário de intensas mudanças, os controles adequados, seguidos de informações relevantes são fundamentais para a manutenção das empresas no mercado.

Sobre os serviços prestados pelos profissionais contábeis, foi questionado aos gestores se seus contadores apresentavam, ao final do ano letivo, os demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial, DRE e Balancete) e o quão consideram estes demonstrativos importantes. Os entrevistados informaram de forma unânime que recebem de seus contadores os demonstrativos contábeis. “Apresenta todos os demonstrativos. Apresenta inclusive um relatório com tudo que eu vendi” (João).

Já quanto a importância dada aos demonstrativos citados, os gestores reconheceram os mesmos como fundamentais gestão do negócio, principalmente, quando se pretende tomar decisões. “Bom, a importância é o resultado positivo ou negativo. Independente do que foi, é feito um estudo para se adequar e tomar novas medidas” (Miguel).

Ajuda a tomar decisão né, por exemplo, a questão dos impostos. Da pra saber em qual tributação que vai ficar, aí dá pra decidir. Sem as demonstrações não tem como decidir né. Auxilia porque lá tem a teoria e aqui tem a prática, aí você vai casar pra ver se está dando certo né. (Pedro)

É indiscutível o quanto os demonstrativos contábeis são importantes para a tomada de decisões dos gestores. Por isso, Silva (2017) esclarece que estes profissionais devem ter acesso a estes documentos, visto que permitem uma análise de períodos anteriores, os quais poderão ser comparados com os dados atuais e possíveis projeções futuras.

Entretanto um entrevistado relatou não dar importância aos resultados dos demonstrativos. “Eu não levo muito em conta não, porque como eu sou uma empresa de pequeno porte então eu num levo muito em conta esses dados contábeis não, porque na minha tomada de decisão elas num tem muita influência não” (Humberto).

Por fim perguntou-se aos gestores qual nota dariam aos seus contadores, bem como o que os mesmos poderiam melhorar no atendimento as empresas. As notas variaram de 8 a 10. “Dez! Por sempre me atender bem e resolver meus problemas no menor tempo possível” (Miguel). “Uns oito né, ele é muito prestativo, me atende bem, o que eu preciso ele resolve, solicito e ele e me atende” (Humberto).

Ah, vamos colocar aí uns nove, porque nunca teve problema com fiscalização por culpa do contador. Está na empresa há mais de vinte anos e nunca teve fiscalização por culpa de contador [...]. Ele é muito rigoroso com as coisas sabe, é muito certo nas datas. Não deixa passar da hora das coisas, porque tudo tem hora certinha. O contador o mês inteiro, todo dia tem uma data. (Pedro)

Percebe-se que as notas apontadas aos escritórios dos supermercados foram consideravelmente altas. Conceição (2002) relata que a valorização dos talentos humanos é um dos pontos fortes da terceirização, por proporcionar a possibilidade de um compromisso maior com a organização na busca por resultados mais sólidos.

Já com relação as sugestões de melhoria nos serviços os entrevistados mostraram mais uma vez estarem satisfeitos ao não sugerirem mudanças nos departamentos contábeis. “Não digo mudanças, que continue atualizado e sendo sempre eficiente” (Miguel). “Não tenho sugestões. Eu acho que ele trabalha quase que cem por cento. O máximo que ele dá conta (João).

Para Thomé (2001) é fundamental que as empresas contábeis possuam uma estrutura de qualidade, desde instalações, equipamentos e mão de obra de qualidade para atender todos os clientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos resultados é possível concluir que todos os gestores se encontram consideravelmente satisfeitos com seus departamentos contábeis, os quais são terceirizados. Isso é perceptível, visto que existe uma boa relação entre os gestores e contadores. O contato pessoal entre os mesmos acontece de acordo com as necessidades de cada comércio, o que proporciona um equilíbrio na relação de ambas as partes, uma vez que nenhum ultrapassa os limites do outro.

Apesar de não manterem contato pessoalmente com os contadores com certa periodicidade, os gestores se encontram amparados pelos demonstrativos contábeis fornecidos pelos contadores. Eles colaboram com a tomada de decisões destes profissionais ao apresentar questões contábeis e financeiras da organização. Ademais, verificou-se ainda que a pontuação dada aos contadores é consideravelmente alta, o que configura que os profissionais gestores de fato estão satisfeitos com os serviços prestados.

Torna-se importante mencionar a importância de pesquisas relacionadas à satisfação dos clientes usuários da contabilidade para com seus contadores. Isso, pois faz com que tais escritórios se desenvolvam ao terem acesso aos resultados destas pesquisas.

Por fim, vale ressaltar ainda que o resultado encontrado na pesquisa diz respeito ao pensamento dos sujeitos nela estudados, não cabendo generalizações.

REFERÊNCIAS

ALVES, Revson Vasconcelos. **Contabilidade Gerencial**: livro texto com exemplos, estudos de caso e atividades práticas. São Paulo: Atlas, 2013.

CONCEIÇÃO, Maria da Consolação Vegi. **A terceirização e sua controvérsia jurídica**: uma leitura do caso da Volkswagen do Brasil. 2002. F. Monografia (em Direito) – Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, São Bernardo do Campo, Sp. Nov. 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido, CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial** - teoria e prática, 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DESIDÉRIO, Mariana. **As regras de ouro para deixar seu cliente satisfeito**. Disponível

em:

<<https://exame.abril.com.br/pme/as-regras-de-ouro-para-deixar-seu-cliente-satisfeito/>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

DOS SANTOS, Marcelo. **4 dicas para o contador ser mais produtivo no atendimento ao cliente**. Disponível em: <<https://contadores.contaazul.com/blog/4-dicas-contador-produtivo-atendimento-cliente>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

MANES, Gabriel. **Terceirização contábil: vantagens e desafios**. Disponível em: <<http://contaazul.com/contabilidade/blog/terceirizacao-contabil/>>. Acesso em 22 abr. 2018.

MARCONI, Marina Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**, 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade De Custos**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Sérgio Pinto. **A Terceirização e o Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PEREIRA, Renée. **Falta de mão de obra qualificada no Brasil se agrava**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/falta-de-mao-de-obra-qualificada-no-brasil-se-agrava/>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

SAMPIEIRI, HERNANDEZ, Roberto, COLLADO, Carlos Fernández, BAPTISTA LUCIO, María Pilar. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Roberto dos. **Introdução à Contabilidade: noções fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2002.

SEBRAE MERCADOS. **A satisfação do cliente em foco**. Disponível em: <<http://www.sebraemercados.com.br/a-satisfacao-do-cliente-em-foco/>>. Acesso em 22 abr. 2018.

SEBRAE NACIONAL. **Conheça fatores que determinam a satisfação do seu cliente**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-fatores-que-determinam-a-satisfacao-do-seucliente,21a46f65a8f3a410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SILVA, Alexandre da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

THOMÉ, Irineu. **Empresas De Serviços Contábeis: estrutura e funcionamento**. São Paulo: Atlas, 2001.

ZEITHAML, Valarie A. **A Excelência Em Serviços**. Como superar as expectativas e garantir a satisfação completa de seus clientes. São Paulo: Saraiva, 2014.

OS FATORES EXTRÍNSECOS E INTRÍNSECOS QUE MOTIVAM A ESCOLHA E PERMANÊNCIA NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNIPAM: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SOB A ÓPTICA DA TEORIA DE MOTIVAÇÃO DE HERZBERG¹

Núbia Cristina Fernandes

Graduanda do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: nubiacristinafernandes@hotmail.com

Marcílio Geraldo Mendes

Orientador do trabalho. Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: marcelio@unipam.edu.br

RESUMO: Este estudo fundamentou-se na verificação dos fatores motivacionais intrínsecos e extrínsecos de escolha e permanência no curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM. Foi realizada uma pesquisa através de questionário para analisar a percepção dos discentes sob a óptica da teoria dos dois fatores de Herzberg.

PALAVRAS-CHAVE: Fatores intrínsecos e extrínsecos. Motivação. Teoria de Herzberg.

ABSTRACT: This study was based on the verification of the intrinsic and extrinsic motivational factors of choice and permanence in the course of Accounting Sciences of the University Center of Patos de Minas - UNIPAM. A survey was conducted through a questionnaire to analyze students' perceptions from the perspective of Herzberg's two-factor theory.

KEYWORDS: Intrinsic and extrinsic factors. Motivation. Theory of Herzberg.

INTRODUÇÃO

Pesquisas feitas pelo psicólogo industrial norte-americano Frederick Herzberg fizeram agrupar a motivação humana em duas categorias, reputando aos fatores higiênicos de satisfação e aos fatores motivacionais ou intrínsecos (MOTTA; VASCONCELOS, 2011). Com isso, apesar das teorias motivacionais – inclusive a de Herzberg – tomar como base o mundo do trabalho; Lacerda, Reis e Santos (2008) asseguram que é admissível associar essa teoria no âmbito acadêmico.

O estudo foi envolvido pela seguinte problemática: Quais os fatores extrínsecos e intrínsecos que motivam a escolha e permanência no curso de Ciências Contábeis do

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do XIV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 7 de novembro de 2018.

Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM? Assim, o objetivo geral do projeto foi aplicar uma pesquisa com os discentes do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM baseada na teoria dos dois fatores de Herzberg adaptada ao ambiente acadêmico; e assim, identificar quais fatores influenciam os alunos a optar e permanecer no curso e instituição citados.

Já os objetivos específicos do presente relatório de estágio fundamentaram-se em listar resultados adquiridos em pesquisas que tiveram o mesmo foco feitas em outras instituições; verificar o perfil dos alunos que optaram pelo curso de Ciências Contábeis do UNIPAM; apontar as expectativas dos acadêmicos para o futuro profissional; identificar os fatores que tem maior relevância para os alunos ao ingressarem e permanecerem no curso.

O estudo da percepção dos discentes justificou-se por proporcionar a obtenção do conhecimento sobre as razões que mais ou menos motivam a opção pelo curso. Assim, é esperado que a instituição tenha uma nova perspectiva para subsidiar melhorias contínuas neste processo de aprendizagem. Logo, são através de estudos no âmbito motivacional como este que se torna possível compreender melhor como o profissional contábil chegou a este meio e sua trajetória até sua inserção no mercado de trabalho.

REVISÃO DE LITERATURA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS – UNIPAM

O UNIPAM é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela FEPAM, que, por sua vez é uma instituição com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, criada pela Lei Estadual nº 4.776, de 27 de maio de 1968, e instituída pelo Decreto Estadual nº 11.348, de 30 de setembro de 1968, denominada Mantenedora (UNIPAM, 2018).

Os ingressantes do curso de ciências contábeis do UNIPAM em algum momento levaram em consideração fatores motivacionais para então, adentrarem nele, já que, segundo Bergamini (2013, p. 4) “Para fazer seja lá o que for é preciso estar motivado para tanto. A força para agir pode vir do interior ou ter origem em circunstâncias exteriores”. Nessa perspectiva serão estudados os motivos que influenciam os acadêmicos a escolherem e permanecerem no curso e instituição citados.

O PROCESSO MOTIVACIONAL

O termo motivação deriva do latim motivos, *movere* e tem em seu significado o sentido de mover, incentivar e estimular um comportamento humano (MAXIMIANO, 2011). A motivação pode ser entendida como um processo e, como tal, é aquilo que desencadeia uma conduta, que sustenta uma atividade progressiva direcionando-a para um dado sentido (BALANCHO e COELHO, 1996, apud MORAES e VARELA, 2007). Neste mesmo viés, as contribuições teóricas podem fazer com que se derivem importantes implicações práticas. Assim, apesar de existir várias teorias e elas se inter-relacionarem entre si, o foco dessa pesquisa será na teoria de motivação de Herzberg.

OS FATORES DE FREDERICK HERZBERG

O psicólogo industrial norte americano Frederick Herzberg utilizou os trabalhadores como foco da sua pesquisa nos anos 1960. Assim, elaborou um estudo com base nos empregados para verificar quais os fatores que são as chaves da motivação em suas atitudes. Em busca destes fatores, identificou dois tipos distintos, surgiu assim a ideia higiene-motivacional de atitudes no trabalho, que foi baseada inicialmente no exame das vidas de engenheiros e contadores. Diante disso, para buscar o entendimento relativo aos fatores que motivam o comportamento que determina a escolha e permanência no curso de Ciências Contábeis do UNIPAM é fundamental o entendimento do que trata a teoria de Herzberg, e, por conseguinte, entender a relação entre os fatores extrínsecos e intrínsecos relativos a ela.

RELAÇÃO FATORES EXTRÍNSECOS X INTRÍNSECOS

Com uma teoria fundamentada no ambiente externo e no trabalho do indivíduo, os principais aspectos de que trata a Teoria dos Dois Fatores de Herzberg gira em torno da compreensão dos termos que buscam identificar os fatores que podem motivar tal indivíduo. O ambiente externo também pode ser citado como fatores higiênicos, extrínsecos, ou até mesmo sociais. Há também os motivos internos, denominados intrínsecos ou psicológicos.

Ao tomar como base a teoria dos dois fatores e, com isso, a relação entre esses fatores, verificou-se que é possível incorporar os estudos de Herzberg na esfera acadêmica, onde os fatores extrínsecos foram relacionados a aspectos relativos ao ambiente universitário (eventos promovidos pelo curso, colegas, biblioteca) e os fatores intrínsecos (psique).

ESTUDOS CORRELATOS AO TEMA

Os fatores motivacionais no meio acadêmico já foram alvos de estudos em várias instituições de ensino, onde, pesquisaram os fatores que mais levam os discentes a escolherem e permanecerem no curso. Bury e Filachowski (2016) verificaram que os itens de maior motivação foram as boas expectativas no que se refere ao futuro e oportunidades profissionais e as chances de atuar em muitas áreas de uma empresa. Já nos estudos de Hey et al. (2015) os itens de maior relevância foram versatilidade, desenvolvimento e futuro. A pesquisa de Lacerda, Reis e Santos (2008) trouxe como resultado o item “novos conhecimentos” e “melhoria salarial e ascensão profissional” como maiores impulsionadores. Como percebe-se, esses estudos já feitos por outros autores identificaram e ressaltaram fatores intrínsecos e extrínsecos mencionados na teoria de Herzberg.

METODOLOGIA

Quanto aos fins a pesquisa foi descritiva já que tem como foco a descrição de

determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis (GIL 1994, apud MICHEL, 2015).

Em relação a abordagem, essa pesquisa foi quali-quantitativa; uma vez que, em relação a isso, Michel (2015) assegura que essa abordagem, citada por ele como quali-quantitativa, se propõe a identificar uma situação, comportamento e/ou opinião de um grupo de pessoas, onde, os dados obtidos serão tabulados, interpretados e discutidos quantitativamente para então gerar um perfil coletivo e qualitativo em relação a variável analisada.

Dentre os vários procedimentos que servem para coletar os dados, que variam conforme o tipo de investigação ou circunstâncias, o questionário está entre as técnicas de pesquisa que podem ser adotadas (MARCONI; LAKATOS, 2017). Tendo em vista o fato de que a pesquisa foi realizada nas salas de aula do UNIPAM, é válido destacar que a coleta de dados foi realizada em junho de 2018, direcionada exclusivamente a alunos.

De acordo com exposição de Andrade (2018), coordenador do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM, a população focada por essa pesquisa abrange 337 alunos do 3º, 5º e 7º períodos do curso de Ciências Contábeis da referida instituição. A escolha dos períodos considerou o entendimento de que a falta de experiências acadêmicas que interfiram na decisão de permanecer no mesmo tenha feito com que o 1º período fosse desconsiderado.

Assim, dentre os métodos probabilísticos, há a amostragem aleatória simples, onde, segundo Martins e Domingues (2011, p. 5) “todos os elementos da população têm igual probabilidade de compor a amostra”. Assim, como a população é finita, Martins e Domingues (2011, p. 286) apresentam a fórmula que calcula o tamanho da amostra aleatória simples:

$$n = \frac{Z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot N}{d^2 (N - 1) + Z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q}} \quad (1)$$

Onde:

N= tamanho da população;

Z= abscissa da normal padrão;

p= estimativa da proporção;

q= 1-p;

d= erro amostral

n= tamanho da amostra aleatória simples a ser selecionada da população.

Ainda segundo Martins e Domingues (2011), quando há 95% de confiança na pesquisa, usa-se a abscissa da distribuição normal padrão (Z) = 1,96; por ser comumente utilizada, aplicaremos este valor para determinar seu nível de confiança. Já em relação a estimativa da proporção (p), admite-se p= 0,50 quando não há estimativas prévias, assim, admitindo-se esse valor, obtêm-se o maior tamanho da amostra possível. Como q = 1 – p, q = 0,50. Como o erro amostral permitido neste

estudo será 5%, $d = 0,05$. Como neste estudo a intensidade amostral está relacionada a população de 337 alunos, o cálculo amostral leva em consideração esse valor para a definição do tamanho da amostra. Assim, na substituição dos valores quanto a fórmula 1, apresentada anteriormente, obtêm-se o resultado a seguir.

$$n = \frac{1,96^2 * 0,5 * 0,5 * 337}{0,05^2 (337 - 1) + 1,96^2 * 0,5 * 0,5} = 179,7682737 \quad (2)$$

Logo, para que haja confiabilidade nos resultados e discussões seria necessário aplicar os questionários a amostra de, no mínimo, 180 discentes. Para melhor organização dos dados e obtenção de uma pesquisa delineada com amostras proporcionais aos estágios do curso, o cálculo foi segregado por período e turma. As 180 amostras foram rateadas de acordo com sua proporcionalidade e arredondamento sempre para o maior inteiro. Como expõe Magrini (2018), as amostras por período foram divididas em partes iguais entre turma A e B, onde, já que as turmas do 3º e 5º períodos são bem equilibradas, apenas para o 7º período foi uma aproximação. Assim, temos 37 alunos de cada 3º período A e B, 30 alunos de cada 5º período A e B, e 25 alunos de cada 7º período A e B. Assim, o cálculo chega ao total de 184 alunos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Tendo em vista que o estudo se refere à percepção dos discentes, o questionário foi aplicado em salas de aulas para este público no período de julho/2018. A pesquisa abrangeu uma população de 337 alunos do 3º, 5º e 7º períodos de Ciências Contábeis do UNIPAM. Foram aplicados 210 questionários, nos quais 19 deles foram preenchidos erroneamente, seja por preenchimento incompleto ou marcação além de uma opção apesar de haver o alerta no questionário de marcação única em todas as questões. Logo, resultaram 191 questionários corretos que pertenceram a presente análise e discussão.

PERFIL E SITUAÇÃO DOS ALUNOS

Diante os dados coletados, verificou-se que 62,8% dos respondentes são do sexo feminino enquanto apenas 37,2% pertencem ao gênero masculino, o que deixa claro a maioria feminina no Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM nos referidos períodos analisados. Já a indagação referente a faixa etária demonstra que mais de 90% dos alunos respondentes tem até 30 anos, o que demonstra um perfil jovem de alunos na área de contabilidade deste centro universitário (40,9% tem até 20 anos, 51,8% entre 21 e 30 anos, 6,3% entre 31 e 40 anos, 0,5% tanto para entre 41 e 50 anos quanto para acima de 50 anos). A maioria dos alunos respondentes (92,1%) estão fazendo um curso superior pela primeira vez, quinze deles (7,9%) já cursaram algum outro curso superior, dentre eles os que apresentam maior índice são Administração e Gestão Comercial, deixando claro a busca pelo complemento de aprendizado às ciências sociais aplicadas. Um número significativo de alunos (37,2%) afirmou que

escolheria diferentes cursos superiores caso usufruíssem de outros recursos como financeiro e tempo. Os cursos mais apontados foram, respectivamente, direito, medicina, agronomia, medicina veterinária, psicologia, dentre outros.

VISÃO E EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS

Ao analisar as respostas advindas dos questionários aplicados, verifica-se que um número expressivo de acadêmicos (77%) afirmaram que, se fosse hoje, optariam novamente pelo curso de Ciências Contábeis, o que mostra grande reafirmação em relação a escolha e permanência. Um índice também significativo (23%) atestaram que não optariam pelo curso novamente.

Com as informações apresentadas presume-se que uma quantidade significativa dos respondentes (39,3%) afirma ter a pretensão de fazer outro curso de graduação, dentre os mais citados estão Direito e Administração, que inclusive tem similaridades com a grade curricular de Ciências Contábeis, o que mostra o desejo de complementação de aprendizado.

Pode-se notar que grande parte dos acadêmicos (80,6%) permanecem no curso de Ciências Contábeis com a pretensão de fazer pós-graduação nesta área, em detrimento de 19,4% que não tem essa mesma pretensão. Estes dados têm índice bastante próximo do relacionado a pretensão de exercer a profissão contábil, onde grande parte dos acadêmicos (79,6%), sustentam a pretensão de exercer a profissão contábil. Neste viés, além do entendimento dos fatores que podem levar a permanência no curso de Ciências Contábeis daqueles que pretendem continuar neste seguimento, é de grande valia também entender os motivos pelos quais parte considerável dos estudantes (20,4%) continuam neste curso mesmo sem intensão de exercer tal profissão.

Verifica-se que, mais da metade dos respondentes (52%) pretende “prestar concurso”, seguida da opção “abrir negócio próprio” (19%). Com apenas 3 pontos percentuais de diferença da opção “abrir negócio próprio” a terceira opção mais pretendida futuramente foi “trabalhar em empresa de terceiros” (16%). Enquanto apenas 11% pretendem atuar na área acadêmica, e apenas 2% assinalaram a opção “outro” especificando itens como “atuar no escritório do pai”, “continuar na minha empresa”, “continuar negócio da família” e “não sei”.

MOTIVADORES PARA ESCOLHA E PERMANÊNCIA NO CURSO

A coleta de dados que versa sobre os motivadores para escolha e permanência no curso baseou-se na escala *likert*. Utilizou-se de média ponderada para analisar a pontuação da atitude dos respondentes, mediante o quociente da divisão dos seguintes valores: somatório do produto obtido pela multiplicação de cada valor da escala pela respectiva frequência absoluta do seu aparecimento nas respostas obtidas para cada afirmação (dividendo) e o somatório das frequências absolutas obtidas para os valores em cada afirmação (divisor). A tabela 1 mostra a pontuação média obtida para os fatores motivadores de escolha de natureza pessoal.

Tabela 1: Fatores motivadores para escolha do curso - natureza pessoal

FATORES MOTIVADORES PARA ESCOLHA DO CURSO						
Natureza Pessoal	1	2	3	4	5	Pontuação média
-Realização/Sonho/ Sensação de que esse curso traria mais prazer	15	11	50	67	48	3,6
-Desenvolvimento Pessoal/ Identificação com a área	7	2	30	65	87	4,2
-Interesse pessoal pela pesquisa	16	17	65	71	22	3,3
-Formação/Educação continuada/Busca do aprofundamento teórico	8	15	40	82	46	3,7
-Novos conhecimentos/ Desenvolvimento de habilidades típicas da profissão	5	7	37	87	55	3,9
-Agregar experiência para posterior aplicação	5	3	32	88	63	4,1
-Desafio/Indecisão/Curiosidade	28	20	52	69	22	3,2

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Pode-se perceber que dentre os fatores de natureza pessoal motivadores para escolha do curso, os itens que obtiveram as médias mais relevantes entre os acadêmicos (superiores a quatro) foram “desenvolvimento pessoal/identificação com a área”, seguido do item “agregar experiência para posterior aplicação”. Já a tabela 2 expõe o grau de motivação de sua escolha relacionada a natureza profissional.

Tabela 2: Fatores motivadores para escolha do curso - natureza profissional

FATORES MOTIVADORES PARA ESCOLHA DO CURSO						
Natureza Profissional	1	2	3	4	5	Pontuação média
-Realização profissional	4	16	33	79	59	3,9
-Aperfeiçoamento/Qualificação profissional	1	6	27	87	70	4,1
-Melhoria Salarial/ Ascensão profissional	0	6	25	69	91	4,3
-Exigência legal/ Profissional	11	20	41	71	48	3,7
-Credibilidade	6	7	40	79	59	3,9

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Ao ingressar no curso estudado, o público-alvo se mostra aspirado - no que se refere ao âmbito profissional - à busca pela melhoria salarial/ascensão profissional e também ao aperfeiçoamento/qualificação profissional. Na mesma linha de raciocínio, a tabela 3 evidencia a relevância relacionada a natureza prática ainda para os fatores motivadores de escolha.

Tabela 3: Fatores motivadores para escolha do curso - natureza prática

FATORES MOTIVADORES PARA ESCOLHA DO CURSO						
Natureza Prática	1	2	3	4	5	Pontuação média
-Convênios existentes entre universidade/empresa	47	24	48	52	20	2,9
-Disponibilidade de tempo	27	34	58	57	15	3,0
-Facilidade de acesso/ Localização conveniente (segurança, estacionamento)	32	20	51	60	28	3,2
-Facilidade de ingresso/ Curso menos concorrido	41	35	54	47	14	2,8
-Flexibilidade financeira/ Tem mensalidade de valor mais baixo	26	27	44	67	27	3,2
-Indicação/ Incentivo	13	21	53	75	29	3,5
-Interação com outras áreas de conhecimento	4	8	61	86	32	3,7
-Mercado de trabalho com grande oferta de emprego	4	9	23	60	95	4,2
-Metodologia e tecnologias disponíveis nessa instituição	13	20	47	80	31	3,5
-Preparação para concursos públicos e/ou processos seletivos	17	16	40	62	56	3,6
-Remuneração satisfatória no desenvolvimento da profissão	7	20	51	74	39	3,6
-Única opção/Nenhum outro curso me interessou	68	36	42	29	16	2,4

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A pontuação média relacionada aos aspectos motivadores de natureza prática comprova que o mercado de trabalho com grande oferta de emprego é visto pelos alunos como grande motivador de ingresso no curso de Ciências Contábeis. Assim, demonstra a expectativa de empregabilidade advinda por meio deste curso. A tabela 4 revela a pontuação média obtida dos fatores motivadores de permanência no curso relacionada a interação e interatividade propiciada.

Tabela 4: Fatores motivadores para permanência no curso - interação e interatividade propiciada

FATORES MOTIVADORES PARA PERMANÊNCIA NO CURSO						
Interação e interatividade propiciada	1	2	3	4	5	Pontuação média
-Interação entre alunos e professores causadores de identificação e satisfação no estudo	16	15	68	67	25	3,4
-Desafio, forma de aprender, autonomia, oportunidade	8	10	48	98	27	3,7
-Flexibilidade/ Melhor utilização do tempo disponível	12	22	53	77	27	3,4
-Oportunidade de ser aluno UNIPAM	23	20	63	60	25	3,2

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Pode-se perceber que o “desafio, forma de aprender, autonomia e oportunidade” como um todo é o aspecto que mais motiva o estudante a permanecer no curso. Por conseguinte, nenhum item obteve altos índices de concordância

superiores a 4 (quatro), demonstrando que o quesito “interação e interatividade propiciada” pode ser mais trabalhado pela instituição e mais aproveitado pelos acadêmicos. Em seguida, a tabela 5 exibe o grau de importância dos fatores motivadores de permanência, dessa vez relacionada a qualidade da equipe e do atendimento.

Tabela 5: Fatores motivadores para permanência no curso - qualidade da equipe e do atendimento

FATORES MOTIVADORES PARA PERMANÊNCIA NO CURSO						
Qualidade da equipe e do atendimento	1	2	3	4	5	Pontuação média
-Bons professores, aula dinâmica e sentimento de pertencer ao grupo	7	28	60	67	29	3,4
-Boa monitoria, bons materiais, atendimento rápido e individual	16	21	57	66	31	3,4
-Carinho, dedicação, comprometimento, confiança	6	22	57	80	26	3,5

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Pode-se notar que, no que se refere a qualidade da equipe e do atendimento, o “carinho, dedicação, comprometimento, confiança” é o item que mais motiva o aluno a permanecer no curso, contudo os outros aspectos não tiveram alto grau de discrepância se comparado a este. de um equilíbrio aos aspectos do subgrupo referente a qualidade da equipe e do atendimento.

Assim, os atores envolvidos para a motivação do aluno também podem ter influência na permanência dos alunos no curso, é o que indica a tabela 6.

Tabela 6: Fatores motivadores para permanência no curso - atores envolvidos

FATORES MOTIVADORES PARA PERMANÊNCIA NO CURSO						
Influência dos atores envolvidos	1	2	3	4	5	Pontuação média
-Professores	15	17	41	72	46	3,6
-Coordenação do Curso	16	25	55	68	27	3,3
-Secretaria Geral	14	29	75	48	25	3,2
-Biblioteca	11	18	75	49	38	3,4
-Monitoria	23	28	74	44	22	3,1
-Turma	16	15	60	68	32	3,4
-Família	7	4	26	75	79	4,1

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Verifica-se que a família foi o item com maior grau de concordância relacionado à permanência do aluno no curso de Ciências Contábeis do UNIPAM, seguido dos professores. Assim, foi evidenciado que estes atores envolvidos tiveram suma importância na continuidade da vida universitária dos respondentes. O curso de Ciências Contábeis do UNIPAM promove eventos que também podem interferir na permanência dos alunos em seus estudos, isso é demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7: Fatores motivadores para permanência no curso – eventos realizados no curso

Influência dos eventos realizados	FATORES MOTIVADORES PARA PERMANÊNCIA NO CURSO					Pontuação média
	1	2	3	4	5	
-Eventos da Classe Contábil (CRCs) /viagens	13	22	62	56	38	3,4
-Semanas acadêmicas (cursos e palestras)	10	20	54	70	37	3,5
-Eventos sociais promovidos pelo curso	11	16	60	69	35	3,5
-Seminários de pesquisa/programas que incentivam ideias etc	9	17	58	66	41	3,6

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Dentre os eventos realizados pelo curso, os seminários de pesquisa/programas que incentivem ideias foram os eventos mais indicados como motivadores de permanência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo embasado na teoria dos dois fatores de Herzberg (extrínsecos e intrínsecos de motivação), foi possível tomar conhecimento sobre os fatores motivacionais que interferem os alunos na escolha e permanência no curso de Ciências Contábeis do UNIPAM por meio de uma análise da percepção dos discentes. Assim, como foi definido nos objetivos desta pesquisa, foram listadas pesquisas correlatas já feitas em outras instituições, foi explorado o perfil e situação dos alunos, e, posteriormente, a visão e expectativas profissionais, para então direcioná-los para os motivadores para escolha e permanência no curso referido.

Percebe-se com o trabalho que os alunos em sua maioria estão fazendo curso superior pela primeira vez (92,1%), de forma que menos que a metade dos alunos pretendem dar prosseguimento à sua formação ingressando em outra graduação (39,3%), isso porque a grande maioria objetiva ingressar em pós-graduações na área contábil (80,6%). Expressiva parcela dos respondentes afirma que hoje, optaria novamente pelo curso (77,0%) e um número ainda maior afirma que tem a intenção de exercer a profissão contábil (79,6%), porém um índice menor afirma que mesmo se tivesse outros tipos de recurso (financeiros, tempo) não optaria por outro curso (62,8%), o que deixa claro que, alguns alunos pretendem exercer a profissão mesmo possuindo o desejo de ingressar em outro curso caso usufríssem de outras condições. Futuramente, mais da metade planejam prestar concurso público (52%).

Na escala *likert* pode-se observar o grau de motivação que cada item possui sob os discentes. Os fatores motivacionais que obtiveram os maiores índices de concordância (superiores a quatro) no ingresso do curso foram desenvolvimento pessoal/identificação com a área, agregar experiência para posterior aplicação, aperfeiçoamento/qualificação profissional, melhoria salarial/ascensão profissional e mercado de trabalho com grande oferta de emprego.

Dentre as dificuldades encontradas para elaboração do presente relatório incluem poucas referências a estudos correlatos ao tema e aplicados ao ambiente escolar. Diante os fatos corroborados, esta pesquisa pode ser um alicerce para futuros estudos, seja nesta linha de pesquisa voltada a outras instituições, ou até mesmo em

um estudo periódico das variáveis analisadas na mesma instituição. Neste aspecto, é recomendado que também haja uma expansão da pesquisa a outras nuances relacionadas ao tema que possam complementar o estudo, como a análise por meio de outra teoria motivacional, outros métodos de análise estatística etc.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Sandro Ângelo de. **Solicitação de dados para TCC**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <nubiacruzinafernandes@hotmail.com> em: 26 mar. 2018.
- BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas organizações**, 6. ed. Atlas, 05/2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478231>>. Acesso em: 04 mar. 2018.
- BURY, Maiara; FILACHOWSKI, Veridiana Zanella. **Fatores que influenciam na escolha pelo curso de Ciências Contábeis no município de Pato Branco – PR sob a percepção dos acadêmicos ingressantes e concluintes**. 2016. 65 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/6975>>. Acesso em: 05 mar. 2018.
- HEY, Ivo Ricardo *et al.* **Fatores que Influenciam na Escolha do Acadêmico pelo Curso de Ciências Contábeis: Um Estudo Quantitativo Aplicado aos Acadêmicos de uma Universidade Estadual do Paraná**. Congresso de Contabilidade UFSC, 2015. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/index.htm>. Acesso em: 31 mar. 2018.
- LACERDA, Juliana Ramires; REIS, Sandra Melo dos; SANTOS, Nálbia de Araújo. **Os Fatores extrínsecos e intrínsecos que motivam os alunos na escolha e na permanência no curso de ciências contábeis: Um estudo da percepção dos discentes numa universidade pública**. V. 27, n.1, p. 67-81, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/7165>>, Acesso em 04 mar. 2018
- MAGRINI, Aloizio. **Dúvida – Cálculo de amostra para questionário de TCC**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <nubiacruzinafernandes@hotmail.com>. Acesso em: 28 abr. 2018.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017. 346 p.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. **Estatística Geral e Aplicada**. 4.ed. rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução a administração**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 333 p.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**, 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-970-0359-8>>, Acesso em: 07 abr. 2018

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. 3. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 427 p.

PINHEIRO, Raul Gomes. **Fatores de escolha pelo curso de Ciências contábeis: uma pesquisa com os graduandos na capital e Grande São Paulo**. 2008. 111 p. Dissertação de mestrado em Ciências Contábeis- Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://tede.fecap.br:8080/jspui/bitstream/tede/419/1/Raul_Gomes_Pinheiro.pdf> . Acesso em: 31 mar. 2018

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: Orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2003. 181 p.

APÊNDICE I – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Prezado aluno, este questionário tem como objetivo colher informações acerca dos aspectos motivacionais que influenciam a escolha e permanência dos discentes no curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. Uma vez respondido o questionário, você autoriza a divulgação dos dados. Não se identifique e seja o mais verdadeiro possível. Muito obrigada!

Obs.: Em todas as questões marque e/ou responda com apenas uma opção.

Núbia Cristina Fernandes
Universitária do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM

Parte 1 Perfil do aluno

Parte 2 Visão e expectativas profissionais

<p>1) Gênero:</p> <p><input type="checkbox"/> 1- Masculino</p> <p><input type="checkbox"/> 2- Feminino</p>	<p>6) Hoje, você optaria novamente pelo curso?</p> <p><input type="checkbox"/> 1- Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 2- Não</p>
<p>2) Qual sua faixa etária?</p> <p><input type="checkbox"/> 1- Até 20 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 2- Entre 21 e 30 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 3- Entre 31 e 40 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 4- Entre 41 e 50 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 5- Acima de 50 anos</p>	<p>7) Após a conclusão deste curso você pretende fazer outro curso de graduação?</p> <p><input type="checkbox"/> 1- Sim. Qual? _____.</p> <p><input type="checkbox"/> 2- Não</p>
<p>3) Qual semestre efetivamente você está no curso (maior número de disciplinas):</p> <p><input type="checkbox"/> 1- Terceiro Semestre</p> <p><input type="checkbox"/> 2- Quinto Semestre</p> <p><input type="checkbox"/> 3- Sétimo Semestre</p>	<p>8) Pretende fazer pós-graduação (Mestrado, Especialização, MBA...) na área contábil?</p> <p><input type="checkbox"/> 1- Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 2- Não</p>
<p>4) É o 1º curso superior que está fazendo?</p> <p><input type="checkbox"/> 1- Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 2- Não, já cursei _____.</p>	<p>9) Pretende exercer a profissão contábil?</p> <p><input type="checkbox"/> 1- Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 2- Não</p>
<p>5) Se tivesse recursos (financeiros, tempo) teria escolhido outro curso?</p> <p><input type="checkbox"/> 1- Sim. Qual? _____.</p> <p><input type="checkbox"/> 2- Não.</p>	<p>10) Futuramente pretendo:</p> <p><input type="checkbox"/> 1- Prestar concurso</p> <p><input type="checkbox"/> 2- Trabalhar em empresa de Terceiros</p> <p><input type="checkbox"/> 3- Abrir negócio próprio</p> <p><input type="checkbox"/> 4- Atuar na área da docência</p> <p><input type="checkbox"/> 5- Outro: _____.</p>

Fonte: Pinheiro (2008), Bury e Filachowski (2016), adaptado pela autora 2018

Parte 3 Motivos para escolha e permanência em Ciências Contábeis do UNIPAM

Escala a ser utilizada:

1-Discordo Totalmente (DT)	2-Discordo (D)	3-Não discordo nem concordo (N)	4-Concordo (C)	5-Concordo totalmente (CT)
---------------------------------------	---------------------------	--	---------------------------	---------------------------------------

CIÊNCIAS CONTÁBEIS – UNIPAM: INGRESSO E PERMANÊNCIA	1	2	3	4	5
	DT	D	N	C	CT
FATORES MOTIVADORES PARA ESCOLHA DO CURSO					
Assinale o grau de importância que você atribui a cada item como fator de motivação para a ESCOLHA do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM					
De natureza pessoal					
Realização/Sonho/ Sensação de que esse curso traria mais prazer					
Desenvolvimento Pessoal/ Identificação com a área					
Interesse pessoal pela pesquisa					
Formação/Educação continuada/Busca do aprofundamento teórico					
Novos conhecimentos/ Desenvolvimento de habilidades típicas da profissão					
Agregar experiência para posterior aplicação					
Desafio/Indecisão/Curiosidade					
De natureza profissional					
Realização profissional					
Aperfeiçoamento/ Qualificação profissional					
Melhoria Salarial/ Ascensão profissional					
Exigência legal/ Profissional					
Credibilidade					
De natureza prática					
Convênios existentes entre universidade/empresa					
Disponibilidade de tempo					
Facilidade de acesso/ Localização conveniente (segurança, estacionamento)					
Facilidade de ingresso/ Curso menos concorrido					
Flexibilidade financeira/ Tem mensalidade de valor mais baixo					
Indicação/ Incentivo					
Interação com outras áreas de conhecimento					
Mercado de trabalho com grande oferta de emprego					
Metodologia e tecnologias disponíveis nessa instituição					
Preparação para concursos públicos e/ou processos seletivos					
Remuneração satisfatória no desenvolvimento da profissão					
Única opção/Nenhum outro curso me interessou					
Outros motivadores de ESCOLHA					
Outros (especificar):					

FATORES MOTIVADORES PARA PERMANÊNCIA NO CURSO					
Assinale o grau de importância que você atribui a cada item como fator de motivação para a PERMANÊNCIA do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM					
Interação e Interatividade propiciada					
Interação entre alunos e professores causadores de identificação e satisfação no estudo					
Desafio, forma de aprender, autonomia, oportunidade					
Flexibilidade/ Melhor utilização do tempo disponível					
Oportunidade de ser aluno UNIPAM					
Qualidade da equipe e do atendimento					
Bons professores, aula dinâmica e sentimento de pertencer ao grupo					
Boa monitoria, bons materiais, atendimento rápido e individual					
Carinho, dedicação, comprometimento, confiança					
Influência dos atores envolvidos para a motivação do aluno					
Professores					
Coordenação do Curso					
Secretaria Geral					
Biblioteca					
Monitoria					
Turma					
Família					
Influência dos eventos realizados durante o curso					
Eventos da Classe Contábil (CRCs) /viagens					
Semanas acadêmicas (cursos e palestras)					
Eventos sociais promovidos pelo curso					
Seminários de pesquisa/programas que incentivam ideias etc					
Outros motivadores de PERMANÊNCIA					
Inércia, sensação de tempo/dinheiro perdido caso venha a desistir do curso					
Obtenção de bolsa/ Financiamento/ Desconto na mensalidade					
Outros (especificar):					

Fonte: Lacerda, Reis e Santos (2008), *Likert* (1932, *apud* LUCIAN; DORNELAS 2015), adaptado pela autora, 2018.

PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE AS PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA¹

Eduardo Júnio Rodrigues

Graduando do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: eduardo.junio.snc@gmail.com

Laércio José Vida

Orientador do trabalho. Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: laerciojv@unipam.edu.br

RESUMO: O trabalho relata as principais modificações ocorridas após a reforma trabalhista, identificando e comparando as principais mudanças trabalhistas, alteradas ou introduzidas pela lei nº 13.467/2017. O trabalho se deu através do método comparativo e de um estudo descritivo de abordagem qualitativa, uma vez que foi realizada entrevista com contadores para analisar o ponto de vista em relação ao impacto que a reforma trouxe. Fundamentando através de estudos bibliográficos e web bibliográficas.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma trabalhista; Contadores; Lei.

ABSTRACT: The present study relate the main changes occurred upon the Labor Reform, identifying and comparing the Labor modifications, modified or introduced by Law nº 13.467/2017. The work was based on the comparative method and on a describe study of a qualitative approach, once that was realize a interview with accountants to analyze the viewpoint in relation to te impact the reform brought. Based on bibliographical studies.

KEYWORDS: Labor reform; Accountants; Law.

INTRODUÇÃO

A reforma trabalhista é uma modificação que ocorreu na consolidação das leis do trabalho em 2017, ela foi constituída pela lei Nº 13.467 de 2017 e pela medida provisória 808, entrando em vigor no dia 13 de novembro de 2017. Tem como objetivo reformular as questões trabalhistas e facilitar as adversidades entre empregado e empregador, e defrontar o desemprego no país.

Conforme a Lei nº13. 467, de 13 de julho de 2017:

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de

¹ Trabalho apresentado na área temática III Ciências Contábeis do XV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 7 de novembro de 2018.

maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

A reforma é de suma importância para os cidadãos brasileiros, porque é através dela que determina os direitos em que os mesmos detêm. Por este fato, esse trabalho teve como objetivo geral identificar e comparar as principais modificações que foram introduzidas pela lei nº 13.467/2017, de forma que repasse entendimento e clareza sobre o assunto.

O que norteou esse projeto foi a grande mudança que ocorreram nas leis trabalhistas, ou seja, a reforma trabalhista. Através dela surgiram várias dúvidas em que se trata do direito das pessoas, assim criando um ambiente de indagação sobre o tema.

O trabalho se justificou pelo motivo que ao longo da trajetória acadêmica do autor, ele sempre teve afinidade pela área trabalhista e identicamente trabalha na mesma, também pelo fato de repassar um conteúdo atual para que outras pessoas tenham base para seus estudos.

CONTABILIDADE

A contabilidade é um instrumento muito antigo, sempre existiu para auxiliar as pessoas dentro e fora das organizações, ela oferece todas as informações possíveis para a tomada de decisão. Com o decorrer dos anos, a contabilidade passar a ser, para maioria das organizações, obrigatória e também começou a ser aproveitada pelo governo, com intuito de arrecadar tributos (MARION, 2015).

Segundo Ribeiro (2013), em questão a conceito, a contabilidade é uma ciência que estuda o patrimônio da empresa, através de variações quantitativas ou qualitativas, tais como tem o objetivo de evidenciar bens, direitos e obrigações que organização possui; e mostrar informações sobre o patrimônio, de forma econômica e financeira, facilitando o trabalho dos gestores e auxiliando na tomada de decisão.

CONTABILIDADE GERENCIAL

Contabilidade gerencial é o método de identificação de informações financeiras, que são utilizadas pelos gestores, para planejamento e auxílio nas tomadas de decisão. A contabilidade gerencial proporciona informações essenciais para administração com intuito de desenvolvimento da organização.

Atkinson, et al. (2011, p. 36) definem:

Contabilidade Gerencial é o processo de identificar, mensurar, relatar e analisar as informações sobre eventos econômicos da organização. A informação contábil gerencial é uma das principais fontes para a tomada de decisão e controle nas organizações.

Em virtude do que foi mencionado, o autor Pizzolato (2000) entende-se que a contabilidade gerencial tem como propósito, auxiliar no planejamento, na medição, na

avaliação de desempenho e na análise de ações alternativas, e a partir dessas medidas, produzir informações úteis com intuito de ajudar a administração.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

A CLT surgiu pelo decreto de Lei nº 5.452, de 1º maio De 1943, aprovada pelo presidente Getúlio Vargas, com intuito de regulamentar as relações individuais e coletivas de trabalho, mas antes a isto o que impulsionou o processo de industrialização brasileiro, foi a primeira guerra mundial, quando Brasil necessitava aumentar sua produção manufatureira.

Devido às precárias condições de trabalho aconteceram os primeiros movimentos de greves, para lutarem contra as condições desumanas em que eram submetidos pelos seus empregadores, estes movimentos contra os abusos, deram início com os primeiros sindicatos no final do século XIX (NASCIMENTO, 2002).

Por todos esses aspectos, percebemos que após esses fatos a CLT foi se aprimorando e dando conforto ao empregado, no sentido de qualidade de trabalho e vida. Vemos que antigamente o empregado era extremamente abusado e explorado pelos seus empregadores, assim sendo essencial a consolidação das leis do trabalho nos dias de hoje.

SINDICATO

O sindicato é uma coligação que engloba grupo de profissionais que tenham o mesmo segmento, criando uma associação de trabalhadores que buscam defender os direitos econômicos e profissionais de sua área. Existem vários sindicatos para cada tipo de ramo de atividade, através deles se desenvolvem as negociações dos direitos dos trabalhadores.

Segundo Nascimento (2004), os sindicatos têm como propósito exclusivo a proteção dos interesses econômicos dos profissionais que atuam na mesma profissão ou que tenham ofícios relacionados.

Em 2017, diante da reforma trabalhista, houve uma modificação na CLT em relação sindicato, que é de enorme relevância. Antes da reforma a contribuição sindical era obrigatória, descontava-se uma vez ao ano um dia de salário do trabalhador, conforme a Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008:

Art. 578 - As contribuições devidas aos Sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação do imposto sindical, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo.

Após a reforma trabalhista, a contribuição sindical passou a ser facultativa, isto é, deixa de ser obrigatória aos trabalhadores de todos os sindicatos, contanto que seja terminantemente permitido pelo próprio trabalhador. De acordo com a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017:

Art. 578 - As contribuições devidas aos sindicatos pelos participantes das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação de contribuição sindical, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo, desde que prévia e expressamente autorizadas.

DIREITO E DEVERES DO EMPREGADO E EMPREGADOR

Direito e deveres do empregado e do empregador devem sempre ser respeitados perante a lei. No mesmo momento em que o empregado tem direitos, os seus deveres com a empresa devem sempre serem cumpridos, a maior parte deles estão associados em ter uma boa conduta dentro da empresa.

- **Empregador**

A Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943, discorre que:

Art. 2º Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

§ 1º Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

Para elucidar o exposto, pode-se fazer referência ao posicionamento de Nascimento (2008) que considera que o empregador está de modo direto ligado ao empregado, isto é, tudo que exigir prestação de serviço, subordinação e remuneração, sempre haverá um empregador.

- **Empregado**

Empregado é uma pessoa contratada pelo empregador, com intuito de prestar serviços, em um determinado tempo e com uma determinada remuneração. Obrigatoriamente subordinado, não tendo autonomia sobre as funções a serem realizadas, ficando submetido as ordens do empregador.

Nessa perspectiva Barros (2005, p. 237), atesta que:

[...] Pessoa física que presta serviço de natureza não eventual a empregador mediante salário e subordinação jurídica. Esses serviços podem ser de natureza técnica, intelectual ou manual, integrantes das mais diversas categorias profissionais ou diferenciadas.

FÉRIAS

Férias é o descanso anual em que empregado tem direito a receber a cada doze meses trabalhados (período aquisitivo), tendo em vista, que será o empregador quem definirá quando será a concessão da mesma, havendo até o período seguinte para propiciar as férias (período concessivo).

Segundo Nascimento (2002) as férias são um direito total do empregado, sendo a garantia de repouso e lazer do empregado. As férias vêm junto com as leis que certificam do direito ao repouso semanal do empregado e que suprimem a jornada de trabalho do colaborador.

A duração do gozo de férias é de trinta dias seguidos, no entanto pode haver faltas no período aquisitivo, o que pode acarretar em abatimentos em dias das férias. Conforme Nascimento (2002) a duração das férias irá depender de fato do empregado, visto que no caso de faltas não justificadas, haverá redução equivalente às ausências.

Podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 1: Proporção de faltas injustificadas no gozo de férias

Número de faltas injustificadas no período aquisitivo	Período de Gozo das férias
Até 5 dias	30 dias corridos
De 6 a 14 dias	24 dias corridos
De 15 a 23 dias	18 dias corridos
De 24 a 32 dias	12 dias corridos

Fonte: Adaptado de Martins (2009, p.558).

No ano de 2017, com a reforma trabalhista, houve uma modificação na Lei em relação às férias, que foi de grande impacto. Antes da reforma conforme a Lei nº 1.535 de 15 de abril de 1.977

Art. 134 - As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

§ 1º Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.

A partir da Lei 13.467/17, de 13 de julho de 2017 acarretou uma mudança e uma nova regra, possibilitando agora o empregado a dividir suas férias em até três vezes, sendo que umas das partes não poderão ser inferiores a quatorze dias e as demais partes não podendo ser inferiores a 5 dias. Foi incluído também que o empregado é vedado a iniciar suas férias, dois dias antes de feriados ou descanso semanal, conforme previsto no Art. 134:

[...] § 1º Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

[...] § 3º É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

RESCISÃO

Para Sousa (2007) rescisão de contrato é o desligamento do vínculo entre o empregado e empregador, ou seja, algumas das partes envolvidas descumpriram aquilo que foi acordado anteriormente, assim acontecendo o fim do contrato de trabalho.

A rescisão do contrato de trabalho pode ser segmentada em diversas formas, que segundo Martins (2012, p.380):

- (a) por decisão do empregador, que compreenderá a dispensa sem justa causa e com justa causa;
- (b) por decisão do empregado, que comporta a demissão, a rescisão indireta ou aposentadoria;
- (c) por desaparecimento de uma das partes, como a morte do empregador pessoa física, do empregado, ou a extinção da empresa;
- (d) por mútuo consentimento entre as partes;
- (e) por advento do termo do contrato;
- (f) por força maior (incêndio, enchente, etc.);

Além disso, nos dias atuais não se precisa mais homologar ou ir ao órgão competente para estar efetuando a rescisão, agora sendo possível estar negociando diretamente entre as partes, empregado e empregador, conforme previsto na nova Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, “Art. 484-A. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador”.

Pela observação dos aspectos analisados, concluem-se que a rescisão é o cancelamento do contrato, mediante o descumprimento contratual entre as partes relacionadas, levando em consideração o fato de existir diversos outros tipos de rescisão, por meio o qual todas mediante a negociação entre si.

METODOLOGIA

O projeto se estabelece em uma pesquisa exploratória e bibliográfica de natureza qualitativa, com intuito de mostrar as principais mudanças da reforma trabalhista, por meio do método comparativo e entrevista qualitativa.

Em relação à pesquisa exploratória, Gil (2007) assegura que esse modelo de pesquisa tem como função proporcionar maior relação ao problema apresentado, torná-lo mais compreensível, evidente para construção de hipóteses e desenvolvimento de novas ideias.

Sobre a pesquisa bibliográfica, quer ou não, qual for o projeto demanda-se sempre, pois auxilia na formação de ideias e na comprovação teórica. De acordo com Fonseca (2002, p. 32): “A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.”

Em questão do método comparativo é a realização de uma comparação do passado com presente, com o objetivo de mostrar o que mudou, transformou ou continuou semelhante. Portanto, o relatório teve como objetivo demonstrar por meio

entrevista e pelo método comparativo as principais modificações que ocorreram na reforma trabalhista.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) traz diversas mudanças que vão modificar a área trabalhista e o vínculo entre empregado e empregador. Todas essas mudanças geram inúmeras incertezas para ambas as partes.

O estudo demonstrará as principais modificações que aconteceram, a fim de sanar as dúvidas existentes sobre o tema. Dos questionamentos existentes, destaca-se: férias, rescisão de contrato, gestantes/lactantes, contribuição sindical, teletrabalho (home office), trabalhadores intermitentes.

Veja no quadro subsequente, as principais modificações que ocorreram na reforma trabalhista:

Quadro 2: Comparação das principais alterações da reforma trabalhista

FUNÇÃO	ANTES DA LEI	DEPOIS DA LEI Nº 13.467/2017
Férias	Férias de 30 dias corridos poderiam ser fracionadas em no máximo até dois períodos, sendo que um desses períodos não poderia ser inferior a 10 dias.	Férias de 30 dias corridos podem ser fracionadas em até três períodos, sendo que um desses períodos não poderá ser inferior a 14 dias e os períodos restantes não podendo ser inferiores a 4 dias.
Rescisão de contrato	Rescisão teria de ser homologada no sindicato ou ministério, caso o empregado tivesse mais de um ano de contrato de trabalho.	Qualquer tipo de vínculo de trabalho, mesmo que seja superior a um ano, não há necessidade de homologar a rescisão de contrato de trabalho no sindicato ou ministério. A não ser que umas partes se sintam lesada na negociação.
Gestantes/ lactantes	A empregada gestante não poderá realizar seu trabalho em ambientes insalubres.	A empregada gestante terá de ser afastada sem ser prejudicada financeiramente, quando: Quando a atividade exercida em locais de insalubridade com grau máximo; Quando a atividade é exercida em locais de insalubridade com grau médio ou mínimo, com atestado médico indicando o afastamento da mesma; Ou qualquer atividade que é exercida em ambiente insalubre (mínimo, médio e máximo), com apresentação de atestado médico. Caso a trabalhadora gestante (considerando as condições supracitadas) fique impossibilitada de exercer suas obrigações em local seguro e não lesivo à saúde na organização, será declarado gravidez de risco e a empregada usufruirá do salário maternidade ao longo de todo período em que estiver desligada da instituição.
Contribuição sindical	Contribuição sindical era devida obrigatoriamente para todos que tinham vínculo empregatício e que eram filiados com algum sindicato, independentemente da categoria. Descontava-se anualmente um dia de serviço na folha de pagamento,	O recolhimento da contribuição sindical é facultativo, desde que o empregado expresse de forma verbal ou escrita que deseja continuar ou não contribuindo com sindicato da categoria. Caso queira continuar recolhendo, deve ser realizado pagamento todo mês de janeiro.

	conforme com que estava prescrito na convenção coletiva.	
Teletrabalho (home office)	Não existia modalidade na lei para o teletrabalho.	O teletrabalho (home office) regulamenta o trabalho realizado fora da empresa, desde que no contrato de trabalho esteja especificado que empregado não vem ou não vem todo período de trabalho para sede da empresa. Entretanto, mesmo nessa modalidade o empregado tem todos os direitos que um funcionário com vínculo normal possui.
Trabalhadores intermitentes	Não existia modalidade na lei para os trabalhadores intermitentes.	Contrato de trabalho intermitente é o vínculo empregatício onde o empregado trabalha por hora, tendo uma rotina de trabalho flexível. O empregador deve avisar com no mínimo 3 dias de antecedência o dia em que o empregado irá prestar serviços a empresa, tendo em mente que o empregado pode ou não aceitar a proposta. A modalidade tem os mesmos direitos que o funcionário com vínculo normal possui.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Dado o exposto no quadro 3 supracitado, apresenta as principais modificações que ocorreram na reforma trabalhista. Mostrando o antes e o depois da lei nº 13.467/2017, que vigora com intuito de melhorar as relações de trabalho, dar mais segurança jurídica para ambas as partes e criar novos empregos formais, como o teletrabalho (home office) e o trabalho intermitente, que passam a ser modalidades de trabalho inovadoras, aceitas pela lei.

Discorrendo sobre a temática do teletrabalho, Ferreira (2017), pontua que:

O teletrabalho difere na prática tradicional de sua realização, mas não pode versar diferenças ao trabalhador de acordo com a legislação. Embora a modalidade esteja amparada pela Lei 12.551/11 que deu nova redação ao art. 6º da CLT gerando a possibilidade de reconhecimento do trabalho realizado à distância, agora este tipo de trabalho será ainda mais abordado pela Lei 13.467/17 da Reforma Trabalhista trazendo diversas novas regulamentações que irão ajudar muito quanto ao conceito e quanto ao contrato de trabalho no teletrabalho.

A reforma trabalhista demonstrou também uma grande mudança no que diz respeito a negociação entre empregado e empregador, como por exemplo, a homologação de rescisão, a rescisão de contrato por acordo e entre outras.

Em vista dos argumentos apresentados, entende-se que a reforma veio com intuito de aprimorar as leis trabalhistas que já existiam, de modo que melhorasse tanto para o empregado, quanto para o empregador. Com tudo isso, entendemos que as a lei nº 13.467/17 foi uma adequação a lei passada que regia os direitos trabalhistas.

ENTREVISTA

Esta seção evidencia os resultados explicitados pela pesquisa. As perguntas foram direcionadas aos contadores entrevistados, buscando compreender o ponto de vista de cada um. O quadro 4 evidencia o perfil demográfico e ocupacional de cada contador que foi entrevistado, salientando desde já, que não será utilizado nomes para a identificação dos contadores.

Quadro 3: Perfil dos entrevistados

Entrevistados	Idade	Formação acadêmica	Tempo como contador
Contador 1	22 anos	Ensino superior completo	1 ano
Contador 2	43 anos	Ensino superior completo	15 anos
Contador 3	44 anos	Ensino superior completo	15 anos
Contador 4	48 anos	Ensino superior completo	30 anos
Contador 5	60 anos	Ensino superior completo	38 anos

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Percebe-se que todos os entrevistados tem formação acadêmica com ensino superior completo. O contador 1 tem um ano como contador, enquanto o contador 5 tem 38 anos de profissão, assim mostrando que a pesquisa foi realizada de forma que abrangesse 2 gerações ao mesmo tempo.

- **Reforma trabalhista**

Todos os entrevistados responderam que “sim”, teve conhecimento sobre a reforma trabalhista. O contador 1 mesmo tendo pouco tempo como contador, teve a obrigação de se informar sobre o assunto.

Sim, eu como contador tenho a obrigação de ter conhecimento sobre a reforma, por que trabalho todos os dias com ela (Contador 1).

O contador, antigo ou atual, sempre deve estar atualizado sobre novos assuntos. Em relação a isso, Martins, Pablo Luiz; et al (2012) assegura que “o profissional da área contábil no século XXI deve ter ética, agilidade diante dos problemas, auxílio na tomada de decisões, além de manter-se atualizado continuamente”.

- **Reforma trabalhista no dia-a-dia**

Os entrevistados, como já esperado, responderam todos com “sim”, a reforma está presente para todos os cidadãos brasileiros, de forma direta ou indireta, assim não só abrangendo só a contabilidade, mas como a sociedade num todo.

Sim, mas também toda a população brasileira, de alguma forma ou de outra (Contador 4).

Sim, estamos colocando em prática, mas em alguns casos estamos encontrando resistência dos empresários (Contador 3).

Dado o exposto a veracidade é inevitável, que a população se recusa a avistar, mas o Brasil está atravessando por uma reforma trabalhista, que tem como intuito melhorar e adequar os direitos do empregado.

- **Pontos positivos e negativos da reforma trabalhista**

Os entrevistados pontuaram em seu ponto de vista, os principais pontos positivos e negativos que a reforma trabalhista expôs, observamos que a maioria dos contadores ressaltaram como ponto positivo, a contribuição sindical ser facultativa e a possibilidade de estar fracionando as férias em até 3 períodos e, como ponto negativo a precarização do emprego e a restrição a justiça gratuita.

Pontos positivos: Fim das contribuições aos sindicatos e parcelamento de férias.

Pontos negativos: Acesso restrito a justiça gratuita. (Contador 1)

Pontos positivos: A regulamentação do trabalho Remoto; Parcelamento de Férias e Falta de Registo em Carteira de Trabalho, com a nova proposta á multa sob para R\$ 3.000,00 e R\$ 800,00 para ME e EPP.

Pontos negativos: Extinção do contrato de trabalho em comum acordo, com pagamento de metade do aviso prévio e metade da multa de 40% sobre o saldo do FGTS; com a mudança o benefício da justiça gratuita nas ações trabalhistas o trabalhador que entra com ação contra uma empresa passará a ser concedida apenas aos que comprovarem insuficiência de recursos. (Contador 3)

Pontos positivos: Mudança nas regras das férias.

Pontos negativos: precarização das relações de emprego. (Contador 4)

Pontos positivos: Permissão da rescisão do contrato de trabalho por comum acordo, a desburocratização para receber o seguro-desemprego, sacar o FGTS e parcelamento das férias em até três vezes.

Pontos negativos: Permissão para negociação coletiva de condições menos benéficas ao trabalhador do que as previstas em lei e restrição de acesso à Justiça gratuita. (Contador 5)

Todos os contadores acima supracitados, tem como maior ponto positivo o parcelamento das férias, pois o empregado terá mais flexibilidade no momento de retirar suas férias e não vai prejudicar nenhuma das partes. Como ponto negativo, a restrição do acesso à justiça gratuita, porque, assim como o Contador 3 discorre, o trabalhador será prejudicado, pois só poderá ter acesso a justiça gratuita quando provar insuficiência de recursos.

- **Empregado e empregador**

Os entrevistados reconhecem com suas particularidades, se houve uma parte lesada após a reforma trabalhista ou não. As respostas dos contadores foram diversificadas, tendo respostas prós e contras a reforma.

Penso que o empregado ficou mais vulnerável com relação à negociação, a Reforma prevê que Convenções e Acordos Coletivos poderão prevalecer sobre a Legislação, não necessitando ser mais vantajoso para o empregado. (Contador 2)

Somente os empregados. (Contador 4)

Não, não houve ato lesivo algum ocorreu apenas a adequação da legislação trabalhista brasileira às reais necessidades do mercado atual. (Contador 5)

Num todo, a reforma trabalhista foi bem vista pelos contadores, mas com relação ao Contador 4, a reforma beneficiou apenas aos empregadores, dando a entender que foi uma manobra para que os empresários se enriquecessem. Para o Contador 2 a convenção sobressaiu sobre a lei, deixando o empregado desprotegido.

Os demais contadores discordaram que umas das partes foi lesada, eles entendem que a reforma veio como uma adequação nos direitos trabalhistas, de forma que o empregado e o empregador tenham direitos similares e nenhuma das partes se beneficie mais do que a outra.

- **Empregador**

Os relatos dos entrevistados sobre qual(is) foram as modificações mais propícias diretamente para o empregador, foram similares, tendo em vista que o Contador 4, diferentemente dos outros contadores, discursa que todas as modificações foram favorecidas ao empregador.

Quase todas, com exceção das mudanças nas férias. (Contador 4)

Realização de acordos individuais, controle de banco de horas, jornada de trabalho, contribuição sindical não obrigatória, demissão e terceirização.
(Contador 5)

A maioria dos contadores como acima apresentado, expressa que os empregadores se propiciaram mais com a realização de negociação entre empregado e empregador. O Contador 5 cita também outras mudanças que podem ser realizadas através de acordo entre as partes, tais como: banco de horas, jornada de trabalho e demissão.

O contador 4 discorda e relata que as modificações que ocorreram na reforma trabalhista, são totalmente favorecidas ao empregador, com a exceção do parcelamento de férias.

- **Empregado**

Como anteriormente, foi questionado agora aos entrevistados qual(is) foram as modificações mais vantajosas para o empregado e, todas as respostas foram em prol da contribuição sindical ser facultativa, a possibilidade de parcelar as férias e a redução de empregados informais.

Principalmente o fim das contribuições sindicais obrigatórias. (Contador 1)

Sem dúvida o fim da compulsoriedade da contribuição sindical. (Contador 2)

O reconhecimento do home office e dos trabalhadores intermitentes, a reforma trabalhista passou a reconhecer esses tipos de trabalho diminuindo o número de trabalhadores informais. (Contador 3)

Mudanças nas regras das férias. (Contador 4)

Férias, contribuição sindical facultativa, banco de horas, horário de almoço e permissão de rescisão de contrato por comum acordo. (Contador 5)

Em conjunto, todos contadores tem o mesmo ponto de vista em relação as vantagens que empregado tem após a reforma trabalhista, dando ênfase sempre nas férias, na contribuição sindical e no reconhecimento dos trabalhadores informais, que a partir de agora tem modalidade prevista em lei, que formaliza todos empregados em contrato de trabalho, como qualquer outro trabalhador com carteira assinada.

- **Direitos**

Dentre os entrevistados, foi perguntado se o empregado está perdendo seus direitos e os contadores de forma sucinta responderam que “não”, exceto o contador 4 que acha que o empregado está, sim, perdendo seus direitos perante as leis trabalhistas.

Não, até porque todos os seus direitos são assegurados pela CLT. (Contador 1)

Não... (Contador 3)

Com certeza... (Contador 4)

Não há perdas de direitos para o empregado. (Contador 5)

Os entrevistados responderam de forma breve e objetiva e a maioria acha que o empregado não perdeu seus direitos. O Contador 1 discorre sobre o assunto e fala que o empregado é assegurado pela CLT, explicitando que os direitos básicos como, salário, FGTS, direito a 13º salário e férias ainda estão protegidos por lei, diferentemente do Contador 4, que acha que o empregado perdeu seus direitos perante a lei.

- **Impacto na contabilidade trabalhista**

Foi perguntado aos entrevistados, quais foram as mudanças que mais impactaram a contabilidade trabalhista, as respostas foram similares umas as outras, mas com suas particularidades.

A rescisão por acordo, parcelamento das férias. (Contador 1)

Um dos maiores impactos é o fato da possibilidade de as férias serem usufruídas em até três períodos, penso ser complicado o controle, principalmente para os pequenos empresários. (Contador 2)

Divisão dos 30 dias de férias em até três períodos, mediante negociação, desde que um dos períodos tenha pelo menos 15 dias corridos e a Contribuição Sindical que agora é opcional. (Contador 3)

Homologações de rescisões. (Contador 4)

Sem impacto, apenas adequações. (Contador 5)

Os entrevistados tiveram respostas parecidas, dando presunção sobre as modificações que mais causaram impacto, tais como: a rescisão de contrato por acordo, o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical e a alternativa de poder parcelar as férias em até 3 períodos. Para o contador 5, considerou que a reforma não gerou nenhum impacto, e sim, apenas se adequou.

- **Opinião sobre o assunto**

Dado o exposto das perguntas supracitadas, foi perguntado aos entrevistados qual era a opinião deles, sobre a reforma trabalhista.

Bom, creio que a reforma foi uma medida necessária, para desafogar um pouco as empresas e até mesmo os empregados, na tentativa de beneficiar ambas as partes. (Contador 1)

Com a evolução das relações trabalhistas a CLT se tornou obsoleta e aprovar a reforma era preciso. (Contador 2)

Próximo de fazer um ano a Reforma Trabalhista ainda não está sendo tratada de uma forma mais profunda, mas como é novo precisa de mais tempo para amadurecer. E nós que estamos diariamente tratando com as Leis trabalhistas precisamos cada vez mais estudar e aplicar a mudanças que a Reforma Trabalhista trouxe para que tanto os empregados, quanto empregadores possam ter a garantia que seus direitos estão mantidos. (Contador 3)

Retrocesso, o capital sufocando a classe trabalhadora. (Contador 4)

Necessária e oportuna. (Contador 5)

Em virtudes das opiniões apresentadas, os entrevistados discorreram sobre o assunto, levando a conclusão que a reforma trabalhista causou um grande impacto para todos de forma que levantasse várias hipóteses sobre o assunto. O contador 4 deu a entender que a reforma foi um retrocesso para leis trabalhistas, prejudicando a classe trabalhadora, já para o Contador 5 a reforma foi necessária e oportuna para que deixe de ser ultrapassada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Estágio propôs demonstrar as principais modificações que ocorreram na contabilidade trabalhista em detrimento da lei nº 13.467 de 2017. Tal trabalho visa evidenciar as alterações e inserções de direitos e deveres do empregado e do empregador, por meio de método comparativo utilizando quadros com informações de como era e como passou a ser as normas que regem leis trabalhistas

A utilização de material escrito, como livros, revistas e artigos acadêmicos, formou o pilar de conhecimento científico necessário para a elaboração da parte teórica do Relatório de Estágio. Entrevistas com profissionais renomados da área de ciências contábeis que trabalham e convivem com o tema no dia-a-dia tornaram a formulação da parte prática mais acessível.

O resultado encontrado foi uma divergência de pensamentos entre os profissionais de contabilidade, uma vez que se tiveram dois pontos de vista. Parte dos contadores afirmou que as normas alteradas e inseridas pela lei nº 13.467 de 2017 serviram para ajustar a legislação trabalhista que já estava obsoleta e primitiva, já a outra parte declara que as normas foram criadas com intuito de favorecer a classe empregadora.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony A.; et al. **Contabilidade Gerencial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2005, p. 237.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.535, de 15 de abril de 1977**. Brasília, DF, 15 de abril de 1977. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1535.htm>. Acesso em: 12/04/2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 11.648, de 31 de março de 2008**. Brasília, DF, 31 de março de 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11648.htm>. Acesso em: 20/04/2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Brasília, DF, 13 de julho de 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em: 08/04/2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Brasília, DF, 1º de maio de 1943. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 21/04/2018.

FERREIRA, Pâmela Igesca. **O teletrabalho e a reforma trabalhista**. 2017. 72 f. Monografia - Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, Escola Paulista de Direito, São Paulo, 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica: Atualizada Conforme os Pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis)** 11. ed. Atlas, 04/2015. [Minha

Biblioteca]. Disponível em
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522498871/>>.
Acesso: 10 mar. 2018.

MARTINS, Pablo Luiz; et al. **O Profissional Contábil da Era da Informação**. São João Del Rei, MG. 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2004.

NASCIMENTO, Amauri. **Iniciação ao direito do trabalho**. 28. ed. São Paulo: Ltr, 2002.

NASCIMENTO, Nilson de Oliveira. **O poder diretivo do empregador e os direitos fundamentais do trabalhador na relação de emprego**. 2008. 267 f. Monografia - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Cap. 2.

PIZZOLATO, N. D. **Introdução à Contabilidade Gerencial**. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Comercial Fácil**. 18. ed. São Paulo: Saraiva 2013.

SOUSA, Alexandre Luiz de. **Rescisão de contrato de trabalho: Verbas rescisórias e cálculos**. 2007. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SIMPLES NACIONAL: E OS EFEITOS COM O FATOR R¹

Leonardo Henrique Oliveira

Graduando do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: leogpi_07@hotmail.com

Laércio Jose Vida

Orientador do trabalho. Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: laerciojv@unipmam.edu.br.

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo analisar através de cálculos feitos na empresa Fisiomed Ltda., optante pelo Simples Nacional, que por meio dessa tributação existem várias formas de se planejar a novas mudanças. Deste modo foi feita uma pesquisa buscando compreender melhor a aplicação e seu método de utilização, tendo como base os cálculos dos impostos do ano de 2017 e 2018, analisando a diferença que ocorreu nessa tributação de um ano para o outro com a implantação do Fator R.

PALAVRAS-CHAVE: Simples Nacional; Fator R; Tributação;

ABSTRACT: This work aims to analyze through calculations made in the company Fisiomed Ltda., Opting for the National Simple, that through this taxation there are several ways to plan for new changes. In this way a research was made seeking to better understand the application and its method of use, based on the calculations of the taxes of the year 2017 and 2018, analyzing the difference that occurred in this taxation of one year to the other with the implementation of the Factor R.

KEYWORDS: National Simple; Facter R; Taxation.

INTRODUÇÃO

As constantes mudanças na economia no Brasil afetam as pessoas físicas, e também diretamente as pessoas jurídicas. Empresários buscam sempre conseguir um meio de pagar menos impostos, e garantindo que sua empresa lhe traga um retorno através dos lucros.

A contabilidade nesse cenário é de suma importância na tomada de decisão nas empresas, é através dela que se pode buscar e fornecer informações, registrar e processar fatos contábeis ocorridos na empresa, demonstrando sua real situação e buscando a melhor decisão a ser tomada.

Com a carga elevada dos vários tributos que existem no Brasil, isso faz com que cada vez mais os profissionais da contabilidade se preocupem com a necessidade de um planejamento tributário.

Pensando nisso, o que o Planejamento Tributário representa de relevância para

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do XV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 7 de novembro de 2018.

as empresas? Planejamento Tributário é nada mais que uma estratégia para as empresas, buscando reduzir sua carga tributaria tendo em vista maior lucratividade e disputa no mercado. As empresas que realizam um planejamento tributário eficaz buscam pagar menos impostos, aumentando sua produtividade devido à redução de impostos, assim crescendo no mundo dos negócios.

O objetivo deste artigo consiste em demonstrar o Simples Nacional e suas mudanças mais recentes, e como essas mudanças podem ajudar os pequenos empresários a crescerem financeiramente e pagarem menos impostos. Demonstrando o impacto antes e depois do fator R nas empresas. E também como finalidade de evidenciar qual método de tributação dentro do Simples Nacional será melhor para cada tipo de atividade exercida em cada entidade.

CONTABILIDADE

A contabilidade surgiu há muito tempo atrás, desde a sociedade primitiva no mundo, quando o homem percebeu a necessidade de simplesmente “contar”, claro, de uma maneira bem diferente que hoje se encontra, mas já existia.

De acordo com Ludícibus (2009, p. 4):

A função da Contabilidade já no início da civilização: avaliar a riqueza do homem; avaliar os acréscimos ou decréscimos dessa riqueza. Como o homem naturalmente é ambicioso, a Contabilidade existe desde o início da civilização. Alguns teóricos preferem dizer que ela existe, pelo menos, desde 4.000 antes de Cristo.

Para Fabretti (2001, p. 28) “Contabilidade é a ciência que estuda, registra e controla o patrimônio e as mutações que nele operam os atos e fatos administrativos, demonstrando no final de cada exercício social o resultado obtido e a situação econômico-financeira da entidade”.

Assim, além da contabilidade oferecer a real situação da empresa, através das informações, a mesma, vale de muita importância para apoio na tomada de decisão na empresa.

CONTABILIDADE TRIBUTARIA

A contabilidade tributaria é uma das varias áreas que existe dentro da contabilidade, e tem como principal função apurar os tributos de um estabelecimento.

Segundo Oliveira (2003, p.34):

a Contabilidade Tributária como o ramo da contabilidade responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades de uma empresa, ou grupo de empresas, adaptando ao dia-a-dia empresarial as obrigações tributárias, de forma a não expor a entidade às possíveis sanções fiscais e legais.

Fabretti (2016, p. 34) conceitua a Contabilidade Tributária como:

Ramo da contabilidade deve demonstrar a situação do patrimônio e o resultado do exercício, de forma clara e precisa, rigorosamente de acordo com conceitos, princípios,

pressupostos e normas básicas de contabilidade. O resultado apurado deve ser economicamente exato.

Continuando para Fabretti (2016, p. 36):

O objeto da contabilidade tributária é apurar com exatidão o resultado econômico do exercício social, demonstrando-o de forma clara e sintética, para, em seguida, atender de forma extra contábil às exigências das legislações do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro, determinando a base de cálculo fiscal para formação das provisões destinadas ao pagamento desses tributos, as quais serão abatidas do resultado econômico (contábil), para determinação do lucro líquido à disposição dos acionistas, sócios ou titular de firma individual.

Na busca por diminuições de custos para as empresas que se encontram em um mercado cada vez mais competitivo, não se dar apenas nos setores internos como custos de produção e também fornecedores com preços menores, mas também na busca de interligar a contabilidade tributária a um bom planejamento tributário, pois a partir disso já é possível fazer com que a empresa tenha uma economia significativa com a arrecadação de tributos.

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

O Sistema Tributário Nacional, como um conjunto de tributos e normas que regulamentam sua arrecadação, bem como o poder impositivo do Estado, é regido pela Emenda Constitucional nº 18 de 1º de dezembro de 1965, sendo regulamentado efetivamente pela Lei nº 5.172 de 1966. Sistema tributário na definição de Denari (2011, p. 10 *apud* MORAES, 2008).

“[...] é a totalidade dos tributos arrecadados no país e todo o conjunto de regras jurídicas que disciplinam o exercício do poder impositivo pelos diversos órgãos, aos quais a Constituição nacional atribui competência tributária”.

Ainda Jobim (2008, p. 10) relata que “o sistema tributário é a coordenação dos diferentes tributos entre si, com o sistema econômico e com fins fiscais e extra fiscais da tributação.

No art. 2º do código tributário nacional da Lei 5.172/66 mostra quanto ao regimento do sistema tributário nacional:

Art. 2º O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais.

E foi através da Lei 5.172/66, que vieram a ser feitas alterações na Emenda Constitucional, onde passa a denominar-se então Código Tributário Nacional, além de, passar a ser um sistema único, já que até então o Sistema Tributário Nacional eram separadas quanto às esferas Federais, Estaduais e Municipais, proporcionando assim, maior facilidade e clareza quanto à arrecadação de tributos. (JOBIM, 2008).

Simplificando, o Sistema tributário é composto de impostos, taxas e contribuições que por sua vez são recursos para cumprir determinadas funções, que

são necessárias em todo país para a distribuição de renda.

TRIBUTOS

No art. 3º, do Código Tributário Nacional (CTN), fala sobre o assunto nos seguintes termos: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

O conceito jurídico de tributo conforme Becker (2007) é o objeto da prestação que satisfaz determinado dever. Segundo o mesmo a relação jurídica tributária vincula o sujeito passivo ao sujeito ativo, impondo ao sujeito passivo o dever de efetuar uma predeterminada prestação e atribuindo ao sujeito ativo o direito de obter a prestação.

O âmbito brasileiro tributário tem em sua Constituição Federal de 1988 no art. 145 como espécies de tributos os impostos, as taxas e as contribuições.

Concluindo, o tributo nada mais é do que uma forma em que o estado impõe tal pagamento para arrecadação de recursos, onde o mesmo se abrange em varias espécies com intuito de arrecadação mais cada uma com suas finalidades.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Praticamente todo planejamento se faz estudos e pesquisas afim de, planejar objetivos e metas que por meio de ações será capaz de auxiliar futuramente a mecanismos que auxilie a tomada de decisões nas organizações, quase sempre em prol da redução de custos, onde almejam, o crescimentos e maior rentabilidade nas organizações, quanto ainda na prevenção de problemas futuros.

Para Oliveira (2015, p. 23) entende-se planejamento tributário:

Uma forma lícita de reduzir a carga fiscal, o que exige alta dose de conhecimento técnico e bom-senso dos responsáveis pelas decisões estratégicas no ambiente corporativo. Trata-se do estudo prévio à concretização dos fatos administrativos, dos efeitos jurídicos, fiscais e econômicos de determinada decisão gerencial, com o objetivo de encontrar a alternativa legal menos onerosa para o contribuinte.

Já Oliveira (2013, p. 202) fala sobre o objetivo do planejamento tributário:

O objetivo primordial do planejamento é a redução ou transmissão do ônus econômico dos tributos. Igualmente, pode ocorrer situação em que o ônus não provenha direto da obrigação tributária principal e, sim, dos deveres fiscais acessórios, como a manutenção de escrituração contábil, a apresentação de documentos etc. Para atingir o objetivo econômico, as condutas devem ser lícitas, ou seja, admitidas pelo ordenamento jurídico.

Oliveira (2015, p. 23) ainda conclui “Planejamento tributário não se confunde com sonegação fiscal. Planejar é escolher, entre duas ou mais opções lícitas, a que resulte no menor tributo a pagar”.

O planejamento tributário surge como figura de uma economia legal, visando assim, a redução na arrecadação dos mesmos, notado que muitas empresas que não

conheciam esses mecanismos, podendo assim estar enquadrados de maneira incorreta, pagando valores a mais, sendo desnecessários.

SIMPLES NACIONAL

O tamanho da importância desse regime teve início no dia 5 de setembro de 2006 na Câmara dos Deputados, onde por seis votos contras, três abstenções e 308 votos a favor, depois de três anos de tramitação e muita negociação, aprovou a Lei Complementar no 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, firmando normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (JUNIOR; PUJALS, 2015)

Para Oliveira (2015, p. 404) esse regime:

É o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pelas Leis Complementares nos 128, de 19 de dezembro de 2008 e 139, de 10 de novembro de 2011. O sistema corresponde a um regime diferenciado de tributação para essas empresas, com pagamento de seis tributos federais por uma única alíquota.

Já para Junior e Pujals (2015, p. 5):

Com esse regime tributário, em regra, as micro e pequenas empresas passaram a se beneficiar de uma menor carga tributária e de um sistema simplificado para o pagamento dos tributos. Não se pode negar que esse é um avanço importante para estimular o crescimento das empresas e do emprego no Brasil.

Sobre o Simples Nacional incide no pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica; Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS); e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). (OLIVEIRA, 2013).

FATOR R

Ultimamente tem havido muitas dúvidas em relação às mudanças de 2018 no Simples Nacional para quem faz parte desse regime, o Fator “r” é o assunto que mais tem ocasionando essas incertezas, onde a empresa tem saber em qual anexo (Anexo III ou Anexo V) se encaixa para ser feito os devidos cálculos. (RECEITA FEDERAL, 2018)

Antes dessas mudanças a empresa com atividades específica de prestação de serviços se preocupavam em qual anexo se encaixar pela vantagem de que no Anexo III

oferecia que era sua alíquota de 6%, já a do Anexo V era de 15,5, duas vezes mais do que a do Anexo III, sendo assim, a lista negra até 2017 era o próprio Anexo V. Então as empresas tentavam se enquadrar em outros anexos, principalmente no Anexo III.

Depois de tais mudanças, os serviços do Anexo III continuaram nele, havendo somente uma migração dos serviços do Anexo V para o III, tomando de base agora a folha de pagamento da empresa, uma maneira que o Governo achou de fazer com que as empresas contratem mais pessoas, assim, pagando menos impostos e gerando mais empregos.

No site da Receita federal cita as seguintes atividades que estão sujeitas:

Estarão sujeitas ao fator “r”: fisioterapia, arquitetura e urbanismo; medicina, inclusive laboratorial, e enfermagem; odontologia e prótese dentária; psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite; administração e locação de imóveis de terceiros; academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais; academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes; elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação; planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas; empresas montadoras de estandes para feiras; laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica; serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética, engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodésia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia; medicina veterinária; serviços de comissária, de despachantes, de tradução e de interpretação; representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros; perícia, leilão e avaliação; auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração; jornalismo e publicidade; agenciamento; bem como outros serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual não relacionados no art. 25-A, § 1º, III, IV e IX; § 2º, I, da Resolução CGSN 94/2011 (RECEITA FEDERAL, 2018).

O cálculo para saber em qual alíquota a empresa se encaixa é bem simples. Primeiramente temos que saber em qual anexo a empresa se encaixa, para isso, basta fazer a divisão da massa salarial (pró-labore, salários, FGTS, etc.) pelo faturamento nos últimos 12 meses, caso for superior ou igual a 28%, a tributação será na forma do anexo III da LC 123/2006, quando for inferior a 28%, a tributação será na forma do Anexo V da LC 123/2006. (RECEITA FEDERAL, 2018).

Concluindo, quando o fator “r” for menor que 28%, a empresa pagará a alíquota do Anexo V, ainda que enquadrada no Anexo III, por que a regra agora não se aplica a todos os serviços do Anexo III, mas apenas a lista acima citada da Receita federal. Portanto, não basta apenas fugir do Anexo V, agora é sua folha pagamento que vai estabelecer quanto imposto pagar. (CONTRATOPJ, 2018).

METODOLOGIA

Para aplicar o desenvolvimento do artigo, nada melhor do que usar a metodologia para esclarecer os meios e as técnicas utilizados para esse desenvolvimento, tais quanto o instrumento utilizado na coleta de dados, ao tipo de pesquisa, ao tempo previsto; dos métodos utilizados na tabulação dos dados, isto é, de

vários mecanismos utilizados durante a pesquisa.

Conforme Lakatos e Marconi (2001), a metodologia apoia-se em um conjunto de atividades sistemáticas e racionais, que possibilita alcançar objetivos com mais segurança em conhecimentos corretos e verdadeiros. Elaborando um caminho a ser seguido, ajudando nas decisões e detectando erros.

Dessa forma, foi através da pesquisa bibliográfica que se obteve o embasamento teórico do artigo. Também foi realizada a pesquisa webliografica e documental, as quais serão consultadas a Legislação Brasileira, os relatórios contábeis do ano calendário de 2018 da organização, entre outros documentos, para que assim, feita a comparação tributaria quanto ao fator R, e a análise dessas mudanças.

No que se refere ao tratamento dos dados, foi utilizado á pesquisa descritiva a qual possibilita ao pesquisador o levantamento e a análise dos fatos pesquisados sem que o pesquisador interfira ou manipule o estudo de caso.

Dessa forma, a análise dos cálculos teve como finalidade a verificação quanto as mudanças na tributação do Simples em 2018 aplicado na empresa por meio de tabelas, sendo as mesmas realizadas no programa Microsoft Excel e o Microsoft Office Word, os quais possibilitaram comparações desejadas, bem como a base de calculo, as alíquotas e o valor do impostos a serem recolhidos.

As análises foram feitas através do Simples Nacional, mensalmente, o qual se estima uma previsão para referida análise de oito meses, sendo eles ate o final de agosto, para que assim, tenha posteriormente a verificação e discussão dos resultados.

Os dados foram apurados através de relatórios contábeis da empresa Fisiomed Fisioterapia Ltda., no ano calendário de 2017/2018, os quais permitiram a realização da comparação, dessa forma, a partir das receitas e despesas auferidas durante o período analisado.

Com esses métodos, atingiu um estudo pautado, em diversos critérios teóricos e metodológicos, capacitados a disponibilizar um tratamento científico quanto ao assunto abordado.

ANALISE E DISCUSSAO DOS RESULTADOS

Nesta etapa será descrito a parte pratica deste artigo onde as informações foram coletadas de uma empresa prestadora de serviço. Todos os cálculos foram feitos em cima do faturamento real da empresa, e serão apresentados demonstrativos para entendermos os efeitos das mudanças na tributação do Simples Nacional, e como se alinhar a essas mudanças.

Serão apresentados 4 tabelas demonstrativas com os cálculos do Simples nacional, uma apresentando o calculo do Simples dos 12 últimos meses do ano de 2017, e as outras três demonstrando as mudanças e comparações em 2018.

MUDANÇAS EM 2018: FATOR R

No ano de 2018 se ouviu muito falar das mudanças que aconteceriam no Simples Nacional, uma delas seria que o faturamento da empresa determinaria em qual anexo a empresa se encaixaria, dependendo do faturamento de cada mês. Com

novas atividades sendo incluídas no regime, novos limites e regras para importação.

Esse novo item fará com que o cálculo do Simples Nacional se condicione a tributação de definidas atividades à relação do faturamento bruto da empresa ao percentual de despesas com a folha de pagamento.

IMPACTO ANTES E DEPOIS DO FATOR R

Pode-se ver na Tabela nº 1 cálculos do simples nacional realizados no ano de 2017, onde a empresa Fisiomed Ltda., prestadora de serviços se encaixava no anexo III, seu cálculo do simples era um pouco quanto fácil. A Receita acumulada determinava em qual alíquota se encaixaria, qual porcentagem ela iria pagar de impostos, essa alíquota era multiplicada pela Receita Bruta Mensal, que resultava no valor do imposto.

Nos 05 (cinco) primeiros meses como se pode ver, a empresa teve seu imposto calculado com a alíquota de 8,21%, causada pela receita acumulada maior que R\$ 180.000,00 nos 12 últimos meses do ano de 2016, como seu faturamento tinha sido alto, esse valor seria cobrado logo depois mais pra frente. A partir do mês de junho/2018 a empresa conseguiu ter seu imposto calculado com a alíquota de 6%, devido a grande baixa de faturamento que a empresa passou no começo do ano de 2018, resultando que a empresa tivesse uma redução nas despesas com o tributo.

Caso, no ano de 2017 já fosse considerado o Fator R, se a empresa Fisiomed não tivesse uma folha de pagamento alta nos 05 (cinco) primeiros meses, com certeza passaria a pagar seu imposto com uma alíquota de 15,5%. Seus últimos 03 (três) meses foram de uma grande proporção de faturamento em relação aos outros, com isso a empresa teria que aumentar sua folha para que continuasse em seu anexo III.

Tabela 1 – Demonstrativo de cálculos para ano de 2017

SIMPLES 2017	RECEITA ACUMULADA (12 MESES)	RECEITA BRUTA (MENSAL)	ANEXO	ALIQUOTA (%)	VALOR DO DAS
Janeiro	R\$ 271.384,91	R\$ 4.905,62	Anexo III	8,21%	R\$ 402,75
Fevereiro	R\$ 242.728,00	R\$ 8.694,74	Anexo III	8,21%	R\$ 713,84
Março	R\$ 226.809,48	R\$ 7.061,28	Anexo III	8,21%	R\$ 579,73
Abril	R\$ 206.817,59	R\$ 10.257,30	Anexo III	8,21%	R\$ 842,12
Mai	R\$ 196.086,62	R\$ 11.041,18	Anexo III	8,21%	R\$ 906,48
Junho	R\$ 174.879,97	R\$ 10.143,16	Anexo III	6%	R\$ 608,59
Julho	R\$ 155.210,23	R\$ 10.819,95	Anexo III	6%	R\$ 649,20
Agosto	R\$ 157.723,34	R\$ 11.899,00	Anexo III	6%	R\$ 713,94
Setembro	R\$ 115.479,14	R\$ 11.128,30	Anexo III	6%	R\$ 667,70
Outubro	R\$ 118.166,83	R\$ 13.588,77	Anexo III	6%	R\$ 815,33
Novembro	R\$ 123.882,05	R\$ 12.714,23	Anexo III	6%	R\$ 762,85
Dezembro	R\$ 125.677,37	R\$ 17.818,72	Anexo III	6%	R\$ 1.069,12

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Já na tabela 2 temos o demonstrativo das mudanças no cálculo do Simples

Nacional em 2018, onde toda a forma de tributação era condicionada a fazer com que mudasse o formato em que era estipulado a alíquota cobrada, encaixando a empresa no anexo III ou V. A empresa pega em estudo, em seu primeiro trimestre foi obrigada a pagar durante 5 (cinco) meses seu imposto com alíquota de 15,5%, isso devido a não preparação anteriormente dos seus gastos com a folha de pagamento, com um grande volume de receita e baixa despesas com folha, fez com ela se sujeitasse a ser encaixada no anexo V. Tendo em vista isso, a empresa logo viu que precisaria aumentar seu pró-labore (já que não tem funcionários), ocorrendo de mês a mês a empresa aumentou seu pró-labore para que sua empresa chegasse aos 28% do fator R e se encaixasse no anexo III, onde se encontrava mais vantagem para a empresa.

Isso ocorreu no mês de junho/2018 onde a empresa passou a pagar 6% de alíquota. A empresa precisou dobrar sua despesa com pró-labore em mais de R\$ 3.000,00 para alcançar os 28% de fator R nos próximos meses, observando que seu faturamento nesse ano estava girando em torno dos R\$ 11.000,00, isso ajudaria com que a empresa tivesse uma previsão e preparo para os demais meses.

Diante disso nos próximos meses quando se pode ver, a empresa conseguiu se encaixar no anexo desejado, onde se era vantagem para empresa pagar o valor do simples com uma alíquota de 6%. Isso se deve ao que? Nada mais do que a empresa vendo que sua despesa com folha estava baixa, resolveu aumentar para que assim pagasse uma alíquota menor de imposto, em relação aos demais meses chegava a ser uma diferença de R\$ 1.000,00 todo mês.

A diferença entre os meses que se sucederam depois do mês de junho/2018 e enorme, o dobro no valor de imposto estava sendo paga pela empresa, uma economia que mas na frente seria de grande importância para qualquer empresa.

Tabela 2 – Demonstrativo de cálculos para ano de 2018

SIMPLES 2018	RECEITA ACUMULADA (12 MESES)	RECEITA BRUTA (MENSAL)	FOLHA	FATOR	ANEXO	ALÍQUOTA (%)	DAS
Janeiro	R\$ 130.072,25	R\$ 10.222,40	R\$ 22.488,00	17,29	V	15,50%	R\$ 1.584,47
Fevereiro	R\$ 135.389,03	R\$ 10.682,46	R\$ 24.214,00	17,88	V	15,50%	R\$ 1.655,78
Março	R\$ 137.376,75	R\$ 13.672,34	R\$ 28.840,00	20,99	V	15,50%	R\$ 2.119,21
Abril	R\$ 143.987,81	R\$ 13.577,35	R\$ 32.966,00	22,89	V	15,50%	R\$ 2.104,49
Mai	R\$ 147.307,86	R\$ 15.403,84	R\$ 37.392,00	25,38	V	15,50%	R\$ 2.387,60
Junho	R\$ 151.670,52	R\$ 13.867,13	R\$ 42.508,00	28,03	III	6%	R\$ 832,03
Julho	R\$ 155.394,49	R\$ 11.215,62	R\$ 44.234,00	28,47	III	6%	R\$ 672,94
Agosto	R\$ 155.790,16	R\$ 11.381,96	R\$ 45.960,00	29,50	III	6%	R\$ 682,92

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

PLANEJAMENTO PARA ENQUADRAR NA MELHOR FORMA DE TRIBUTAÇÃO

A busca pela diminuição dos impostos pagos pelas empresas sempre é um grande desafio para os contadores, sendo de suma importância ter grande eficiência nessas tomadas de decisões. Agora nas tabelas 3 e 4 vamos demonstrar as diferenças e as causas que se dão através do planejamento feito na empresa Fisiomed Ltda., que

são necessários para as tomadas de decisões nessa nova fase do Simples Nacional.

Na Tabela nº 3 está sendo analisada a diferença entre os valores que seriam pagos pela empresa se o cálculo fosse feito sobre a alíquota de 6% e outra com a alíquota de 15,5%, os valores a direita são referentes a diferença de valor exorbitante que a empresa iria pagar a mais se estivesse com uma porcentagem abaixo de 28% do fator R, cada mês chega a ter mais de R\$ 1.000,00 de diferença, diferença que logo mais na tabela 2 será demonstrada que compensaria muito mais aumentar seu gasto com folha de pagamento da empresa ao invés de pagar os 15,5% de imposto. A diferença entre a alíquota de 6% e 15,5% que se iria ter no total do período apurado seria de mais ou menos R\$ 9.502,29, uma diferença bem considerável que iria fazer muita falta para o bolso do empresário.

Tabela 3 - Demonstrativo das diferenças de valores entre os anexos III e V.

SIMPLES 2018	VALOR DO DAS (6%)	VALOR DO DAS (15,5%)	DIFERENÇA
Janeiro	R\$ 613,34	R\$ 1.584,47	R\$ 971,13
Fevereiro	R\$ 640,95	R\$ 1.655,78	R\$ 1.014,83
Março	R\$ 820,34	R\$ 2.119,21	R\$ 1.298,87
Abril	R\$ 814,64	R\$ 2.104,49	R\$ 1.289,85
Mai	R\$ 924,23	R\$ 2.387,60	R\$ 1.463,36
Junho	R\$ 832,03	R\$ 2.149,41	R\$ 1.317,38
Julho	R\$ 672,94	R\$ 1.738,42	R\$ 1.065,48
Agosto	R\$ 682,92	R\$ 1.764,20	R\$ 1.081,29
TOTAL			R\$ 9.502,19

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Agora na Tabela nº 4 iremos ver o valor que se é cobrado de INSS para se ter uma folha de pagamento alta, fazendo com que a empresa sempre consiga atingir os 28% do fator R e a diferença entre o valor gasto com o pró-labore da empresa e o valor da alíquota de 15,5% em cima da receita da empresa.

Pode-se ver e analisar nitidamente uma diferença dessa demonstração de valores com a tabela 4, o valor que se é cobrado de INSS e bem inferior da diferença entre os cálculos feitos com a alíquota de 15,5%, no INSS sua alíquota é de 11%, pegando o valor de pró-labore multiplicando pela sua alíquota, vai perceber a grande diferença que se é calcular uma receita bruta multiplicada por 15,5%.

Pode-se tirar de conclusão que a empresa aumentando sua folha de pagamento mesmo que pagamento 11% de INSS em cima dela, compensara muito mais do que pagar 15,5% sobre a receita, já que sua receita e sempre o dobro de seu INSS. Vale ressaltar que a diferença nos primeiros meses do ano 2018 não foram significativas devido o não preparo para essa nova mudança. A partir do mês junho/2018, pode-se ver mais claramente essa diferença, que aos olhos de uma pessoa que entende de planejamento tributário saberia que houve uma grande compensação a empresa, um salto de mais de R\$ 1.300,00 de diferença.

Nota-se que em fevereiro tabela nº 4 ouve um grande salto no valor do pró-labore, para que sua despesa com INSS ao decorrer do mês crescesse. Essa mudança

de valores ocorreu para que a empresa conseguisse chegar aos 28% do fator R nos próximos meses do ano de 2018, com os gastos de pró-labore na faixa dos R\$ 6.000,00 sua despesa com INSS subisse de R\$ 396,00 para R\$ 768,90, fazendo com o que o valor do INSS fosse alto.

Tabela 4 - Demonstrativo de valores sobre INSS.

SIMPLES 2018	FOLHA DE PAGAMENTO (MENSAL)	INSS (%)	VALOR INSS	VALOR DO DAS (15,5%)	DIFERENÇA
Janeiro	R\$ 3.600,00	11%	R\$ 396,00	R\$ 1.584,47	R\$ 1.188,47
Fevereiro	R\$ 6.500,00	11%	R\$ 715,00	R\$ 1.655,78	R\$ 940,78
Março	R\$ 6.000,00	11%	R\$ 660,00	R\$ 2.119,21	R\$ 1.459,21
Abril	R\$ 6.300,00	11%	R\$ 693,00	R\$ 2.104,49	R\$ 1.411,49
Mai	R\$ 6.990,00	11%	R\$ 768,90	R\$ 2.387,60	R\$ 1.618,70
Junho	R\$ 3.600,00	11%	R\$ 396,00	R\$ 2.149,41	R\$ 1.753,41
Julho	R\$ 3.600,00	11%	R\$ 396,00	R\$ 1.738,42	R\$ 1.342,42
Agosto	R\$ 3.600,00	11%	R\$ 396,00	R\$ 1.764,20	R\$ 1.368,20

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com problema definido na introdução deste trabalho, foi possível no decorrer, perceber como um planejamento tributário e de suma importância para saúde de uma empresa. A tributação utilizada como estudo foi a do Simples Nacional, preparando a empresa para as mudanças que ocorrem em 2018.

O problema principal em questão foi demonstrar como a empresa irar se planejar para as mudanças sofridas em 2018 na tributação do Simples Nacional. Todos os centavos apurados fez com que a empresa caísse em uma nova diferente forma de cálculo para seu imposto, devido a nova mudança fazer com que a empresa obtenha uma porcentagem que decidi toda sua forma de pagamento de impostos.

Com base nas coletas de dados realizadas, foi possível verificar que a empresa Fisiomed Ltda. teve sempre um bom planejamento para pagar menos impostos no decorrer do ano de 2018, sua estratégia para isso, foi aumentar o valor de seu pró-labore, fazendo com que sua porcentagem alcançasse os 28% do fator R nos últimos 03 meses, isso fez com que a empresa sempre saísse do anexo V para o III, o anexo onde para as empresas prestadores de serviços levam maior vantagem com alíquota de 6%, tendo em vista que a outra era de 15,5%, referente ao anexo V, uma diferença de alíquota que chegar a ser de 9,5%, mais que o dobro de porcentagem.

Pode-se ver nas tabelas 3 e 4, a diferença entre aumentar seu pró-labore, pagando uma alíquota de 11% sobre as despesas salariais entre as 15,5% sobre faturamento é bem grande. Essa análise entre a despesa paga no INSS e o faturamento que a empresa fatura, tem que ser acompanhada mês a mês, a cada mês faturado terá que ser feito um novo ajuste no valor do pró-labore para que sempre alcance os 28% do fator R.

O governo com esse novo segmento dentro do Simples Nacional coloca as empresas na seguinte questão, ou gasta mais com folha de pagamento, contribuindo

com o INSS e mais empregos, ou o pagamento de maior imposto no simples para o governo, de qualquer forma o governo irar arrecadar, basta agora a empresa decidir por qual meio quer contribuir esses impostos, ressaltando que conseguindo uma porcentagem acima de 28% com folha de pagamento a empresa neste caso irar economizar bastante. Onde novas pesquisas possam estar sendo feitas para melhorar cada vez mais essa economia.

REFERÊNCIAS

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria Geral do Direito Tributário**. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2007. 727 p.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 25 de outubro de 1966. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Acesso em: 20 mar. 2018.

CONTRATOPJ. **Simple Nacional 2018**. Disponível em:
<<https://www.contratopj.com.br/fator-r-a-lista-negra-do-simples-nacional-2018/>.
Acesso em: 24 abr. 2018.

FABRETTI, Laudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FABRETTI, Laudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 314 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade**: Para o Nível de Graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 304 p.

JOBIM, Geraldo. **Legislação tributária e negociação imobiliária**. Curitiba: Iesde Brasil S.a., 2008. 120 p.

JUNIOR, Geraldo Roberto Ribeiro; PUJALS, João. **Auditoria Integrada do Simples Nacional**: O que muda com o SEFISC – Sistema Eletrônico Único de Fiscalização. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2001.

MORAES, Vinicius Cechinel de. **A carga tributária brasileira e o planejamento tributário como ferramenta de competitividade**. 2011. 48fls. Monografia (Pós-Graduação em Direito Empresarial) Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, Criciúma, 2011.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 296 p.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 320 p.

OLIVEIRA, Luís Martins de. et al. **Manual de contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 434 p.

OLIVEIRA, Luís Martins de. et al. **Manual de contabilidade tributária**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RECEITA FEDERAL. **Simples Nacional**. 2018. Disponível em:
<<http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/Noticias/NoticiaCompleta.aspx?id=415ad600-7d43-4e55-971b-55df99e95ef3>. Acesso em: 24 abr. 2018.

A CONTABILIDADE INVOLUNTÁRIA DAS PESSOAS FÍSICAS¹

Abimael Carlos de Oliveira Rocha

Graduando do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: abimaelrocha@unipam.edu.br

Gustavo de Magalhães Vieira

Professor Me. Orientador do trabalho do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: gustavomv@unipam.edu.br

RESUMO: O presente trabalho procurou retratar a contabilidade involuntária das pessoas físicas. A pesquisa foi feita através de uma entrevista, sendo uma abordagem descritiva qualitativa. Os resultados comprovaram que existe a contabilidade involuntária diante das pessoas físicas em seus lares. Isso pôde ser evidenciado por seus controles de receita, despesas, bens, direitos, obrigações, estoque de alimentos, e até mesmo uma breve auditoria, quando foi citada a conferência de seus extratos bancários.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade; Controle; Pessoas físicas.

ABSTRACT: The present work sought to portray the involuntary accounting of individuals. The research was done through an interview, being a qualitative descriptive approach. The results showed that there is involuntary accounting in front of individuals in their homes. This could be evidenced by their controls on revenue, expenses, assets, rights, obligations, stock of food, and even a brief audit when a conference of their bank statements was cited.

KEYWORDS: Accounting; Control; Individuals.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade passou por vários momentos históricos, desde os homens das cavernas até aos homo sapiens e tem uma história cheia de fatos e demonstrações que contribuem com a realidade dos dias atuais (ANDRADE *et.al*, 2009). Iudícibus (2015) afirma que na pré-história já era bastante utilizada, usavam principalmente para controlar seus mantimentos, contavam com pedrinhas, riscavam as cavernas, contavam os seus bens, e na forma de como as usavam em suas caças, controlavam seu rebanho.

Com este fato dos homens das cavernas, podemos retratar que hoje, utilizamos a contabilidade sem se quer percebemos (IUDÍCIBUS *et. al*, 2017). E Visconti e Neves (2007) relatam como fazem a contabilidade em sua casa sem a necessidade de um contador, fazendo seus controles financeiros, com seus gastos, controles de despesas com alimentos, despesas pessoais, investimentos em bens e patrimônios, etc.

¹ Trabalho apresentado na área Temática III - Ciências Contábeis XV do Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 7 de novembro de 2018.

Cada momento histórico a contabilidade foi trazendo mudanças e evoluções constantes para melhor atender tanto no âmbito pessoal, quanto empresarial. A tecnologia foi um passo avançado que obteve para o crescimento contábil de fácil acesso e sugerido para que todos a utilizem (SZUSTER *et. al*, 2013). E para um melhor entendimento de tudo o que vem acontecendo as demonstrações contábeis são as ferramentas necessárias para um melhor desempenho e tomada de decisões para as entidades (RIBEIRO, 2009). As demonstrações vão retratar melhor a visão de controle das receitas e despesas, o patrimônio de uma entidade, um bom registro de estoque e até mesmo uma auditoria contábil (MARION, 2015).

Nesta visão o objetivo geral do trabalho demonstrou a utilização involuntária das pessoas físicas em suas atividades cotidianas, e seus objetivos específicos foram: abordar a utilização involuntária das pessoas físicas, ressaltar a importância contábil no meio das pessoas físicas e identificar as diferentes formas da utilização da contabilidade no cotidiano das pessoas físicas. Justifica-se ao estudar a história da contabilidade muitos autores retratam que no passado distante existem evidências de que esta era utilizada de forma involuntária. Esta pesquisa ao buscar evidenciar se existem pessoas utilizando-se de técnicas contábeis de forma involuntária ainda no século XXI, permitirá reforçar a importância da contabilidade no controle das finanças das pessoas físicas, verificando, inclusive, como e onde estas técnicas são utilizadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será possível entender sobre o surgimento da Contabilidade além das formas de controle de receitas, despesas, bens, direitos, obrigações e estoques. Será possível conhecer também as características dos trabalhos de Auditoria.

2.1 CONTABILIDADE

De repente o homem passa a fazer a seguinte reflexão: “Quanto será que o meu rebanho cresceu desde o último frio até hoje? Será que o meu cresceu mais que do Floreto?” (ANDRADE *et. al*, 2009 p. 9). Ao analisar o trecho do texto do autor supramencionado percebe-se que a contabilidade faz parte do dia-a-dia do ser humano desde muito tempo, passando muitas vezes despercebida por parte dos seus usuários.

Andrade *et. al* (2009) explica que vários autores renomados do meio da contabilidade acreditam que ela existe há pelo menos 4.000 anos antes de Cristo. Isso, pois há comprovações de registros contábeis relativos ao período Paleolítico nas cavernas, os quais sinalizam que o controle patrimonial já era feito. Sendo assim, pode-se considerar que o homem primitivo já possuía um meio de usar a contabilidade, visto que contava seu rebanho e enumerava seus mantimentos (IUDÍCIBUS, 2015).

Para Ribeiro (2009) contabilidade é uma ciência que estuda e executa as funções de orientação, limitação e registro relativo à administração econômica. Sobre isso Szuster *et. al* (2013 p. 15) complementa que a contabilidade trata-se de uma “ciência social que tem por objetivo medir, para poder informar, os aspectos

quantitativos e qualitativos do patrimônio de quaisquer entidades”. Vale mencionar ainda que a contabilidade será capaz de demonstrar as mudanças ocorridas no patrimônio das empresas de um determinado período (IUDÍCIBUS *et. al*, 2017).

Sobre isso Padoveze (2016) concorda com Visconti e Neves (2007) e complementa que o principal objetivo da contabilidade é o controle geral relacionado ao patrimônio das organizações. Vale ressaltar que estas demonstrações apresentarão informações econômicas e financeiras (RIBEIRO, 2009). Partindo deste princípio, pode-se dizer que as informações econômicas serão consideradas os fluxos de receitas e despesas, os quais constituirão lucros ou prejuízos alterando o patrimônio líquido da organização. Já as financeiras dizem respeito aos fluxos de caixa e capital de giro (RIBEIRO, 2009).

Para Visconti e Neves (2007) as demonstrações supramencionadas não são importantes apenas para as empresas. Para o mesmo autor, os controles financeiros e contábeis são também muito úteis para as pessoas físicas, visto que também necessitarão controlar seu patrimônio, suas receitas e despesas. Sendo assim, Hoss (2012) complementa que, por este motivo, a contabilidade tem sido considerada primordial na vida das pessoas ao colaborar com o controle patrimonial e financeiro destas. O mesmo autor ainda acredita que muitas pessoas a utilizam de forma involuntária, ou seja, sem sequer notar que está de fato fazendo uso de conteúdos abarcados por uma ciência – Contabilidade.

2.2 CONTROLE DE RECEITAS E DESPESAS

Receita, conforme Iudícibus (2015), nada mais é que a entrada de itens para o ativo sob a forma de dinheiro e ou direitos a receber. Isso ocorre normalmente quando são registradas, por exemplo, vendas de mercadorias ou a prestação de serviços. Sendo assim, Gonçalves e Baptista (2011) explicam que o registro de receitas ocasionará mudanças na situação patrimonial das organizações.

Já as despesas estão relacionadas aos sacrifícios que uma entidade possui para obter receita (MARION, 2015). Assim, Santos *et. al* (2011) explica que as despesas são consideradas as saídas de caixa da empresa, as quais foram necessárias para trazer um benefício futuro.

Na Contabilidade, o demonstrativo utilizado para o controle de despesas e receitas é a DRE – Demonstração do Resultado do Exercício. Segundo Iudícibus (2015) este demonstrativo é de grande relevância para as organizações visto que apontará o lucro ou prejuízo obtido em um determinado período.

Para Visconti e Neves (2007) toda empresa que desejar obter bons resultados financeiros ao final de um determinado período deverá controlar muito bem todas as entradas e saídas de valores deste mesmo período registrando-as para, se necessário, utilizá-las em consultas e análises futuras que muito favorecerão o processo decisório organizacional.

Neste sentido, Marion (2015 p. 122) explica que uma forma de se obter tal controle através de conteúdos trabalhados na Contabilidade é o desenvolvimento do Fluxo de Caixa. O mesmo autor ainda complementa que toda pessoa tende a ter “seu fluxo de caixa. Por mais simples que uma pessoa seja, ela tem de memória quanto

entrou de dinheiro no mês e quanto saiu (...). Até uma criança que ganha mesada sabe seu fluxo financeiro”.

Um exemplo interessante é o demonstrado por Marion (2015) o qual sugere que uma dona de casa promove seu Fluxo de Caixa nem que seja em pensamento. Diante disso, é capaz de planejar qual seu orçamento financeiro ao definir o que pode ou não gastar até o final do mês. Outras pessoas o fazem através do acompanhamento de extratos bancários e ou anotações simplificadas e até complexas, a depender das suas reais necessidades.

2.3 CONTROLE DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Neste tópico será possível vislumbrar as diferenças entre bens, direitos e obrigações, partes integrantes do patrimônio de toda e qualquer entidade. Neste sentido, Ribeiro (2013) e Marion (2015) são unânimes ao afirmar que bens referem-se às coisas que suprem necessidades humanas. O dinheiro, por exemplo, é considerado um bem (RIBEIRO, 2013).

Sendo assim, vale ressaltar que existem no cotidiano das pessoas bens considerados tangíveis e intangíveis. Para Gonçalves e Baptista (2011) os bens tangíveis são aqueles que fazem parte da realidade física como, por exemplo, veículos, imóveis, móveis, dentre outros. Já os intangíveis são meramente intocáveis, ou seja, não são físicos. Um exemplo de bem intangível é a marca de uma determinada empresa.

Assim como os bens, o direito de receber algo também é considerado um ativo da entidade. Por isso, é de suma importância que estes direitos estejam bem controlados e documentados através da utilização de promissórias, duplicatas, contratos, dentre outros (PADOVEZE, 2016).

Por fim, as obrigações são consideradas valores a pagar originados de terceiros, ou seja, através de pessoas que não fazem parte da sociedade da entidade. Estas se darão em virtude do aporte financeiro, seja através de uma compra realizada a prazo, aquisição de financiamento e ou empréstimo, dentre outras transações (RIBEIRO, 2017).

Após entender a diferença entre bens, direitos e obrigações - itens que compõem o patrimônio das pessoas -, importante torna-se mencionar que uma demonstração muito usual na contabilidade utilizada com o objetivo de demonstrar o patrimônio organizacional é o Balanço Patrimonial. Neste, segundo Ribeiro (2013), será possível verificar o total dos bens, direitos, obrigações e PL – Patrimônio Líquido: passivo não exigível, ou seja, capital próprio (dos sócios).

2.4 CONTROLE DE ESTOQUES

Outra questão que merece atenção e controle diz respeito às mercadorias que serão comercializadas pelas empresas, ou seja, seus estoques. De acordo Szuster *et. al* (2013) os itens que compõem os estoque dependem da atividade empresarial que de um modo geral poderá estar relacionada ao comércio de mercadorias para revenda e ou industrialização de produtos acabados ou em elaboração.

Neste contexto, Szuster *et.al* (2013) explica que ao adquirir estoques de mercadorias a alta gestão tem como propósito aplicar recursos, que poderão num segundo momento, gerar vantagens econômicas para a entidade. Isso, pois garantirá a disponibilidade do produto para uma possível negociação futura, além da serventia num processamento de produção caso os mesmos estejam relacionados, por exemplo, aos insumos de produção (IUDICÍBUS, 2015).

Vale ressaltar, porém que os gestores necessitarão calcular a quantidade necessária de produtos para uma estocagem correta. Sobre isso, o *site* TS Estoque² acredita que estoque é o mesmo que dinheiro parado. Sendo assim, é importante que os gestores avaliem a real necessidade de mantê-los com efetividade dentro das organizações. Sugere-se inclusive, que os mesmos avaliem a oferta e demanda dos produtos no mercado em que se atua e ou deseja atuar.

Além disso, torna-se importante lembrar que alguns produtos são perecíveis. Desta forma, quando se trabalha com este tipo de produto é importante que os responsáveis por adquirir estoques estejam ainda mais atentos à necessidade de aquisição dos mesmos. Para Machado e Nucci³ (2018) o excesso de estoque pode ocasionar prejuízos para as organizações quando estes se perdem ou se tornam indesejados pelos consumidores. Os mesmos autores explicam que a falta de desejo do consumidor por determinado produto poderá estar relacionado ao “estar fora de moda”, por exemplo, quando se tratar de produtos de vestuário.

Apesar das desvantagens relacionadas à estocagem de produtos ilustrada nos parágrafos anteriores, Padoveze (2017) acredita que existem algumas vantagens nesta manutenção. Segundo o autor a disponibilidade dos produtos poderá atrair o consumo dos mesmos. Além disso, é perceptível a possibilidade de um ganho maior quando da aquisição de produtos com custos menores, motivados pela quantidade de produtos negociados.

2.5 TRABALHOS DE AUDITORIA

Auditoria é um método contábil que consiste na verificação da transparência e autenticidade dos dados demonstrados nas demonstrações contábeis e financeiras das organizações (RIBEIRO, 2013). Assim, há de se acreditar que um dos objetivos da auditoria diz respeito ao levantamento, estudo e avaliação das transações, processos, operações, rotinas e relatórios financeiros e contábeis de uma entidade (CREPALDI; CREPALDI, 2016).

Para Ribeiro (2013) a auditoria surgiu durante a evolução da contabilidade, porém o mesmo autor não consegue apontar o período exato em que os trabalhos de auditoria passaram a ser requisitados pelas pessoas físicas e jurídicas. Já Maffei (2015) argumenta que a necessidade destes trabalhos começou a partir do momento em que os produtos artesanais começaram a ser comercializados. Segundo o mesmo autor, neste momento, os artesãos demandavam de um maior controle para a permanência de suas atividades.

² <http://universidadeestoque.com.br/blog/index.php/estoque-parado-e-dinheiro-parado/>

³ <http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI200013-17157,00-COMO+SE+LIVRAR+DE+ESTOQUES+INDESEJADOS.html>

A partir de então, a auditoria passou a possuir vários usuários com propósito de melhor controlar não só o seu patrimônio, mas também os registros contábeis e financeiros da empresa através de documentos, fichas, arquivos e demais papéis que poderão ser oportunamente autenticados e conferidos pelos auditores (LIMA; CASTRO, 2009). Atualmente, porém, muitos profissionais promovem trabalhos de auditoria cotidianamente ao promover a simples conferência de receitas e despesas, por exemplo, no seu extrato bancário.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi de abordagem descritiva, segundo Marconi e Lakatos (2017) ela tem o objetivo de caracterizar uma população ou distinguir relações diversas, elas também investigam a caracterização do grupo podendo ser considerado a idade, sexo, procedência, nível escolar, sócio econômico. Vale considerar que a pesquisa descritiva, faz com que o pesquisador realize o estudo em analisar e registrar a interpretação dos dados ou fatos sem a manipulação dele (SAMPIERI *et. al*, 2013).

Em relação da amostragem da pesquisa foi à qualitativa, que supõe uma investigação qualitativa que possui a adoção de concepções filosóficas, científicas, fórmulas e análise de dados, que se destina a uma nova linguagem metodológica (EISMAN *et. al*, 1998). Richardson (2015) destaca que o método qualitativo é diferente do quantitativo por não usar um instrumento estatístico para a análise dos dados coletados. Ela tende a ser questões particulares respondidas, sendo um nível de existência que não pode ser quantificado, trabalhando assim um universo de motivos, crenças, valores, atitudes, e resumindo uma forma de não possuir um método estatístico e sim uma análise de opiniões (MINAYO, 1993).

A unidade de análise e os sujeitos da pesquisa se coincidem. Tratam de 10 pessoas que não ocupam cargos no mercado de trabalho atualmente, ou seja, são indivíduos que tem como responsabilidade cuidar de sua residência e finanças pessoais. Dentre eles escolheu-se, por critério de acessibilidade 5 aposentados e 5 pessoas do lar, residentes em Patos de Minas/MG.

Para Sampieri *et.al* (2013) a entrevista pode ser como uma simples reunião podendo ser uma troca de conversas com informações precisas, de um lado o entrevistador e de outro o entrevistado. E seu objetivo é tratar e compreender as concepções e experiências das pessoas entrevistadas, sendo eficaz a relação entre ambos, mostrando ao entrevistado o interesse, a utilidade, o objetivo e condições da entrevista e o compromisso do anonimato (MARCONI E LAKATOS, 2017). E para finalizar Alves- Mazzotti e Gewandsznajder (1999) fala que ela permite mostrar o ato mais complexo, onde dificilmente poderia ser investigado através de um questionário, onde não daria para explorar profundamente.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados encontrados na pesquisa, a qual se divide em três subseções. Num primeiro momento é apresentado o perfil dos entrevistados, seguidos da segunda verificação do quão a contabilidade é utilizada involuntariamente

pelos entrevistados no seu dia-a-dia. Por último são apresentadas as percepções dos entrevistados com relação à contabilidade.

4.1 PERFIL DEMOGRÁFICO

No Quadro 2 é possível verificar o perfil demográfico de cada um dos sujeitos da pesquisa (entrevistados). Cabe ressaltar que todos os participantes estão relacionados no quadro supramencionado com nomes fictícios.

Quadro 2: Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Gênero	Faixa Etária	Ocupação
Pedro	Masculino	70 a 79 anos	Aposentado
João	Masculino	70 a 79 anos	Aposentado
Joana	Feminino	60 a 69 anos	Aposentada
José	Masculino	60 a 69 anos	Aposentado
Ana	Feminino	50 a 59 anos	Cuidadora do Lar
Maria	Feminino	50 a 59 anos	Aposentada
Antônia	Feminino	40 a 49 anos	Cuidadora do Lar
Francisca	Feminino	30 a 39 anos	Cuidadora do Lar
Paulo	Masculino	30 a 39 anos	Cuidador do Lar
Fernanda	Feminino	30 a 39 anos	Cuidadora do Lar

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao observar o Quadro 2 percebe-se que predominaram entrevistados do sexo feminino com faixa etária entre 30 e 69 anos. De todos eles, apenas um entrevistado é do sexo masculino, o qual tem faixa etária entre 30 e 39 anos. Pôde-se notar ainda que foram do total de entrevistados, cinco são aposentados e outros cinco cuidadores do lar.

4.2 CONTROLE DE RECEITAS E DESPESAS

Nesta subseção foi possível verificar que a contabilidade é considerada essencial na vida das pessoas em seus controles patrimoniais e financeiros (HOSS, 2012). Isso, visto que ficou nítido que as receitas e despesas referenciam a maior parte do cotidiano das pessoas, mesmo que estas tenham em mente o seu fluxo de caixa (MARION, 2015).

Ao promover as entrevistas foi possível verificar que os entrevistados utilizam diversas formas de controle de receitas, despesas, bens, direitos e obrigações. Além disso, realizam de forma amadora e sem muito conhecimento técnico procedimentos de auditoria sem sequer perceberem.

Quanto ao controle de receitas e despesas os entrevistados relataram que na maioria dos casos executa num primeiro momento o controle das despesas para somente depois controlar as receitas.

Começo controlando as contas do dia a dia, como conta de água, luz, internet, telefone, compras de supermercado, seguro, combustível para veículos [...]. Com isso controlo o mês, e quando sobra, separo um pouco para lazer e o restante vai para a conta de poupança [...] (Fernanda).

Neste mesmo aspecto outros dois respondentes complementam que “Primeiro separo o dinheiro que recebo para pagar as contas de água, luz, telefone, internet e depois as compras de casa [...]” (Antônia). “Controlo primeiro as despesas de casa: água, luz, compras, remédios, gasolina, e conta de telefone [...]” (Joana).

Percebe-se nas respostas supramencionadas, as quais sinalizam que as despesas são costumeiramente controladas e analisadas antes das receitas para posteriormente limitar e ou analisar a possibilidade de investimento futuro foi unanime entre todos os entrevistados. Sendo assim, vale ressaltar, conforme Marion (2015), que os cuidadores de lar frequentemente fazem uso do fluxo de caixa ainda que de forma amadora, com intuito de verificar quanto tem em dinheiro após o pagamento das suas obrigações.

Já com relação às receitas, a entrevistada Maria, demonstra detalhadamente como realiza o controle das mesmas, as quais são advindas da sua aposentadoria.

Minha receita como aposentada vem de uma única fonte, então sei exatamente quanto tenho disponível mensalmente para custear todas as minhas despesas. O controle é feito por meio de conferência de extrato bancário e anotações de todos os gastos previstos, para que possa saber o valor que resta para gastos com diversão e fazer um planejamento de poupança. Quando surge a necessidade de despesas extras faço diversos orçamentos para conseguir pagar meus gastos de forma planejada (Maria).

Pode se notar que a respondente possui uma visão de futuro ao planejar seu orçamento prevendo, inclusive, os gastos com o dinheiro recebido da sua aposentadoria. Tal planejamento colabora, segundo Visconti e Neves (2007), com que as pessoas registrem ao final de um período melhores resultados financeiros, visto o controle já projetado das entradas e saídas.

4.3 CONTROLE DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Para Padoveze (2016) todos os bens, direitos e obrigações são importantes, por isso, a necessidade do controle e registro destes. Os entrevistados possuem o conhecimento desta necessidade e importância, principalmente em virtude de considerarem os bens, algo precioso que possuem.

Tenho minha casa, um lote e o carro. Sobre a documentação tenho guardado a escritura da casa e do lote e o recibo do veículo, pois talvez algum dia preciso deles para provar que é de minha família. Faço o controle guardando em uma pasta estes documentos que falei. (Francisca).

Tenho a casa que moro, dois veículos uma moto e um carro em bens e as obrigações são só as despesas da casa mesmo. Tenho tudo documentado. A casa tem a escritura guardada e os veículos possuem o recibo [...]. Como tem o IPVA e o IPTU que são os

impostos, guardo com os outros documentos dentro de uma gaveta, pois se caso precisar tenho comigo. (José).

Tenho duas casas, dois veículos e dois lotes. Todos os documentos destes bens estão escriturados. Todos os documentos ficam guardados em uma pasta e pagamos anualmente os impostos necessários para mantê-los como o IPTU e o IPVA. (Fernanda).

Tenho plena consciência do meu patrimônio, está tudo documentado em escrituras, contratos e declaração de IR. Faço o controle mensal por meio de uma planilha de Excel dos meus direitos e obrigações. (Maria).

Todos os entrevistados demonstraram ter total ciência dos seus bens e direitos guardando inclusive os documentos que evidenciam tal propriedade com certo cuidado. Quanto às obrigações, poucos mencionaram tal controle, apesar de demonstrarem certo conhecimento e apreço no controle das despesas, as quais para a maioria dos entrevistados são de curto prazo. Aqueles que evidenciaram registros das obrigações deixaram claro explicitarem na declaração do Imposto de Renda. Ribeiro (2017) explica que saber quais e quantas são suas obrigações é importante para garantir a saúde financeira das pessoas físicas e ou jurídicas.

4.4 CONTROLE DE ESTOQUES

Ao realizar a entrevista, percebe-se que as pessoas físicas também procuram estocar produtos em casa. Os mesmos consideram a estocagem de alimentos importante, principalmente, por se sentirem seguros ao prevenir que algo falte em um momento de necessidade. Sendo assim, verificou-se que grande parte dos entrevistados estocam alimentos não perecíveis “[...] Óleo, feijão, arroz, açúcar, produtos de limpeza e de higiene pessoal, o que são mais utilizados no dia-a-dia mesmo [...]” (Ana).

Outros complementaram que não estocam produtos perecíveis com o intuito de evitar perdas, caso não consiga consumi-lo dentro do prazo de validade. Sendo assim, explicaram que “[...] para os alimentos perecíveis (frutas, verduras, legumes e carnes) não tenho costume de fazer estoque porque pode perder mais rápido [...]” (Francisca).

Dentro deste aspecto, foi questionado aos entrevistados se consideravam a estocagem de produtos uma vantagem ou desvantagem. A partir de então, percebeu-se que todos consideram a estocagem como uma vantagem, visto que podem aproveitar ofertas de produtos a preços menores. “Acredito que estocar é vantajoso, principalmente quando o produto está em promoção. Se ele não perder rápido, costume aproveitar a promoção [...]” (Fernanda). Outros, porém retrataram como vantagem a comodidade “[...] Existem vantagens, pois compro o necessário para o mês, não precisando sair de casa toda hora para comprar algo, economizando tempo e combustível” (Maria).

Sendo assim, percebeu-se que os entrevistados de fato se utilizam do estoque de produtos no seu dia a dia para o seu benefício próprio, seja relacionado à comodidade e ou economia de recursos financeiros na aquisição de produtos

aproveitando-se de promoções. Neste aspecto, Padoveze (2017) explica que existem muitas vantagens na estocagem de produtos. O estímulo, por exemplo, de promoções relacionadas à quantidade de produtos comprados é algo que pode atrair o consumo.

4.5 TRABALHOS DE AUDITORIA

Após verificar como os entrevistados controlam suas receitas e despesas, seus bens, direitos e obrigações e se promovem estoques de produtos, procurou-se analisar se estes realizam trabalhos de auditoria de conferência involuntários. Como todos os entrevistados possuem conta bancária verificou-se que todos eles, costumeiramente, verificam seu saldo junto com os lançamentos de entrada e saída, pelo menos uma vez por mês. “[...] costume conferir os saldos das contas bancárias, faço previsões, tipo separo o dinheiro das contas e depois faço as compras do supermercado” (Ana).

[...] Confiro o saldo final da conta bancária. Na hora da compra para casa vejo os valores das coisas para controlar o dinheiro. [...] as previsões com as consultas médicas também são feitas, pois se não tiver dinheiro em casa, pego no banco o que está guardado (José).

Com os depoimentos, percebeu-se que os trabalhos de auditoria praticados pelos entrevistados estão relacionados à simples conferência do saldo bancário com certa periodicidade. Sobre isso, Crepaldi e Crepaldi (2016) explica que através dos trabalhos de auditoria é possível verificar os processos e ou operações realizadas num determinado período de tempo. Além disso, permite analisar também se os relatórios financeiros / contábeis estão corretos. Lima e Castro (2009) veem os trabalhos de auditoria como algo que permite um melhor controle das finanças das pessoas físicas e jurídicas.

4.6 IMPORTÂNCIA DADA À CONTABILIDADE PELOS ENTREVISTADOS

Em relação à contabilidade, a maioria dos entrevistados não acredita que fazem uso da mesma no seu cotidiano. Explicitaram acreditar nos controles realizados diariamente na administração de suas finanças (receitas, despesas, patrimônio e estoque), porém acreditam estar longe da aplicação contábil em suas vidas. “Não penso que utilizo práticas da contabilidade no meu dia-a-dia. Somente simples controles” (Fernanda). “Não acho que o meu controle tem relação com a contabilidade” (José).

Sendo assim, é perceptível que os entrevistados se utilizam da contabilidade de forma involuntária. Sobre isso, Hoss (2012) defende que as pessoas fazem o uso de técnicas contábeis sem perceber.

A única entrevistada que percebe a utilização da contabilidade no seu cotidiano explicou o seguinte: “Acredito que são os princípios mais básicos da contabilidade, mas aprendi a fazê-los mesmo sem ter formação contábil” (Maria).

Vale ressaltar ainda que apesar de os entrevistados acreditarem não estar utilizando da contabilidade nos seus controles, julgam a contabilidade como ciência

primordial na administração de todo negócio. “Acredito que toda administração depende de uma contabilidade” (Pedro).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises dos dados, percebeu-se que muitas pessoas fazem o uso da contabilidade na busca de um melhor controle das suas receitas, despesas, bens, direitos, obrigações e controle de estoques. Além disso, realizam também técnicas advindas de uma das ramificações contábeis – auditoria. O que os mesmos não percebem, porém, é que estes controles têm relação com a ciência supramencionada.

Sendo assim, após as análises promovidas na pesquisa é possível evidenciar que as pessoas utilizam-se da contabilidade de forma involuntária o que de certa forma reforça ainda mais a importância esta na administração das finanças de toda pessoa física e ou jurídica. Como sugestão de novas pesquisas, sugere-se a realização da mesma com outros grupos de pessoas, como por exemplo, estudantes.

Por fim, vale ressaltar que os resultados da pesquisa em questão dizem respeito aos sujeitos de pesquisa estudados, não cabendo generalizações.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. 2. ed. **O método em ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualificativa**. São Paulo: Thomson, 1999.

ANDRADE, Sandro Ângelo de. CRUZ, Alair José da. MENDES, Marcílio Geraldo. **História da Contabilidade**. Patos de Minas. 2009. 59 p.

CREPALDI, Silvio Aparecido, CREPALDI, Guilherme Simões. **Auditoria Contábil - Teoria e Prática**, 10ª edição. Atlas, 2016. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006681/cfi/6/24!/4/32/4/4@0:100>> Acesso em: 16 abr. 2018.

EISMAN, Leonor Buendía; BRAVO, Pilar Colás; PINA, Fuensanta Hernández. **Métodos de investigación en psicopedagogía**. Espanha: McGraw-Hill, 1998.

GONÇALVES, Eugênio Celso, BAPTISTA, Eustáquio. **Contabilidade geral**, 7 ed. Atlas, 2011. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466481/cfi/86!/4/4@0.00:56.2>> Acesso em: 15 abr. 2018.

HOSS, Osni *et al.* **Introdução à contabilidade** : ensino e decisão, 2012. Disponível em : <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522480586/>>Acesso em 26 abr. 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**, 11 ed. Atlas, 2015. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496242/cfi/0!/4/2@100:0.00>> Acesso em: 08 abr. 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et. al. **Introdução à Teoria da Contabilidade - Para Graduação**, 6 ed. Atlas, 2017. Disponível em:
<[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011630/cfi/6/2\[;vnd.vst.ioref=body001!](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011630/cfi/6/2[;vnd.vst.ioref=body001!>)> Acesso em: 09 maio 2018.

LIMA, Diana de, CASTRO, Róbison de. **Fundamentos da auditoria governamental e empresarial** : com exercícios, questões e testes com respostas, destinados a concursos públicos, 2 ed. Atlas, 2009. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466528/cfi/16!/4/4@0.00:56.2>> Acesso em: 16 abr. 2018.

MAFFEI, José. **Curso de Auditoria - Introdução à auditoria de acordo com as normas internacionais e melhores práticas**. Saraiva, 2015. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502627659/cfi/0>> Acesso em: 16 de abril de 2018.

MARCONI, Marina Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**, 8 ed. Atlas, 2017. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011845/>> Acesso em 14 maio 2018.

MARCONI, Marina Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**, 8 ed. Atlas, 2017. Disponível em:
< <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010770/>> Acesso em: 06 maio 2018.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**: Atualizada Conforme os Pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 1000 e ITG 1000, 11 ed. Atlas, 2015. Disponível em :
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522498871/cfi/0!/4/2@100:0.00>> Acesso em 19 abr. 2018.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**: Texto, 17 ed., 2015. Disponível em:
< <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522497591/>> Acesso em 25 abr. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1993

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica - Contabilidade Introdutória e Intermediária**, 10 ed., 2016. Disponível em:
< <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010091/>> Acesso em: 20

abr. 2018.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Geral – Facilitada**, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530974237/>> Acesso em: 20 abr. 2018.

Portal TS Estoque. Disponível em <<http://universidadeestoque.com.br/blog/index.php/estoque-parado-e-dinheiro-parado/>> Acesso em: 08 ago. 2018.

Portal Pequenas Empresas e Grandes Negócios. Disponível em <<http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI200013-17157,00-COMO+SE+LIVRAR+DE+ESTOQUES+INDESEJADOS.html>> Acesso em: 08 ago. 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**, 30 ed., 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547220082/>> Acesso em: 20 abr. 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil** - 9ª ed. Saraiva 2009. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502202016/cfi/20!/4/2@100:0.00>> Acesso em: 07 abr. 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. **Auditoria Fácil - Série Fácil** – 2 ed., Saraiva, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502213487/cfi/17!/4/4@0.00:56.4>> Acesso em: 16 abr. 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica**, 3 ed, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502206731/>> Acesso em: 26 abr. 2018

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2015.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodología de la investigación**. 3 ed. México: McGraw Hill, 2013.

SANTOS, José dos, SCHMIDT, Paulo, MACHADO, Nilson Perinazzo. **Fundamentos da teoria da contabilidade**, (V. 6) Atlas, 2011. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522471256/>> Acesso em: 19 abr. 2018.

SZUSTER, Natan, CARDOSO, Ricardo Lopes, SZUSTER, Fortunée Rechtman, SZUSTER, Fernanda Rechtman. **Contabilidade geral: introdução à Contabilidade Societária**, 4 ed. Atlas, 2013. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522476848/cfi/0!/4/2@100:0.00>> Acesso em: 07 abr. 2018.

VISCONTI, Paulo, NEVES, Silvério das. **Contabilidade Básica** , 17 ed., Saraiva, 2007.

Disponível em

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547210243/cfi/0>> Acesso em: 08 abr. 2018.

ALTERAÇÃO DA FÓRMULA DE CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL ATRAVÉS DA LEI COMPLEMENTAR 155/2016¹

Alexandre Maciel Nascentes

Graduando do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: amnascentes29@outlook.com

Gustavo de Magalhães Vieira

Orientador do trabalho, professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

E-mail: gustavomv@unipam.edu.br

RESUMO: Esse artigo teve como objetivo analisar e verificar os efeitos da alteração da fórmula de cálculo do Simples Nacional. A pesquisa foi do tipo descritiva, com abordagem quantitativa. O método utilizado foi o estudo de caso e a unidade de análise da pesquisa foi composta por uma empresa com atividade de comércio e prestação de serviços (setor automotivo). Na análise, verificou-se um aumento do valor a recolher e uma grande variação de alíquotas aplicáveis durante o ano.

PALAVRAS-CHAVE: Simples Nacional. Planejamento Tributário. Fórmula de cálculo.

ABSTRACT: The purpose of this article was to analyze and verify the effects of the alteration of the National Simples calculation formula. The research was descriptive, with a quantitative approach. The method used was the case study and the unit of analysis of the research was composed by a company with activity of commerce and service provision (automotive sector). In the analysis, there was an increase in the amount to be collected and a large variation in rates applicable during the year.

KEYWORDS: Simple national. Tax Planning. Calculation formula.

1 INTRODUÇÃO

Os gestores dependem de informações geradas pela contabilidade para tomar decisões necessárias ao desenvolvimento da empresa e hoje a principal informação que o gestor busca com a contabilidade é sobre os tributos incidentes sobre as operações da empresa, considerando que a carga tributária no Brasil atualmente corresponde a 35% do produto interno bruto (ANDRADE; LINS; BORGES, 2015). Os gestores vislumbram a possibilidade de uma redução custos com tributos fazendo um planejamento tributário mais aprofundado.

Planejamento tributário que é uma forma de economia tributária sem simulações, anterior à ocorrência do fato gerador. (CHAVES, 2017). Por este motivo, existem muitas dúvidas, por parte dos empresários, se os recolhimentos dos tributos estão sendo realizados de forma correta. É buscando ter esta certeza, que os

¹ Trabalho apresentado na área temática 3 – Ciências Contábeis do XV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 7 de novembro de 2018.

empresários em parceria com seus contadores elaboram o Planejamento Tributário com intuito de reduzir seus custos tributários.

Para esse trabalho, o regime tributário que abrange a análise foi o Simples Nacional, que é um regime compartilhado de apuração de tributos previsto na lei complementar 123/2006 e alterações, com a participação de todos os entes federados, abrangendo todos os tributos incidentes sobre a atividade da empresa (BRASIL, 2006).

A lei complementar 155/2016 trouxe muitas alterações para o Simples Nacional, dentre elas a alteração da fórmula de cálculo, que até o dia 31/12/2017 consistia apenas na aplicação direta da alíquota constante na tabela em que se enquadrava a empresa.

No cálculo utilizado até 31/12/2017, era aplicada a alíquota definida na tabela em que a empresa se enquadrava considerando o faturamento dos últimos doze meses anteriores a apuração. Com a definição dessa alíquota multiplicava-se pelo faturamento mensal da empresa para chegar ao valor do Simples Nacional a recolher no mês (BRASIL, 2006).

De acordo com o art.18 § 1º-A da lei 123/2006, com redação dada pela lei complementar 155/2016 Brasil (2016), para o cálculo do Simples Nacional atualmente não é aplicada a alíquota constante na tabela em que se enquadrar a empresa, mas esta deverá ser definida com base no faturamento dos últimos 12 meses multiplicando pela alíquota constante na tabela em que se enquadrar a empresa, subtraído o valor da dedução constante no anexo e dividindo pelo faturamento dos últimos 12 meses.

A partir de 2018, com a lei complementar 155/2016, o Simples Nacional conta com cinco anexos, sendo anexo I comércio, anexo II indústria, anexo III IV e V prestação de serviços que estão previstos no art.18 da lei complementar 123/2006 com redação dada pela lei complementar 155/2016 (BRASIL, 2016). Consta também nesses anexos a dedução fixa que é utilizada no cálculo do Simples Nacional.

Esse trabalho analisou a alteração da fórmula de cálculo do Simples Nacional por meio da lei complementar 155/2016. Sendo assim, fez a seguinte pergunta, quais os efeitos da alteração da fórmula de cálculo do Simples Nacional em empresas enquadradas nos anexos I e III.

Visando responder a pergunta da pesquisa, o objetivo geral foi verificar e analisar os efeitos da alteração da fórmula de cálculo do Simples Nacional no planejamento tributário das empresas.

Esse estudo se justifica porque as empresas dependem da informação correta sobre as alíquotas a serem definidas no Simples Nacional e a nova fórmula de cálculo traz mudanças que pode dificultar o planejamento tributário e por consequência o uso da alíquota correta para a definição de preços e serviços.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico traz todo embasamento teórico do estudo. Neste tópico é possível compreender sobre o planejamento tributário e sobre o Simples Nacional desde sua entrada em vigor até os dias atuais.

2.1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O Planejamento Tributário é uma forma de economia de tributos não simulada anterior à ocorrência do fato gerador (CHAVES, 2017). Por este motivo, existem muitas dúvidas, por parte dos empresários, se os recolhimentos dos tributos estão sendo realizados de forma correta. É buscando ter esta certeza, que os gestores em parceria com seus contadores elaboram o Planejamento Tributário com intuito de reduzir seus custos tributários.

Desta forma, ao desenvolver o Planejamento Tributário será possível encontrar formas de redução da carga tributária na legislação de forma lícita, ou seja, seguindo os princípios da elisão fiscal (CREPALDI, 2007). Assim, para a elaboração do mesmo, os envolvidos deverão estudar as questões jurídicas que a entidade pretende realizar, além das alternativas legais aplicáveis a situação ou existência de lacunas da lei as quais possibilitarão encontrar opções mais vantajosas para o contribuinte sem desrespeito as leis (FABRETTI, 2014).

O planejamento tributário se faz necessário devido à necessidade de economia de tributos auxiliando na sobrevivência das empresas (CREPALDI, 2007). Vale ressaltar que esta pesquisa objetiva estudar apenas a alteração da fórmula de cálculo do Simples Nacional. Sendo assim, no próximo tópico será apresentado um breve estudo sobre o Simples Nacional, o qual muito contribuirá para um maior entendimento das análises realizadas.

2.2 SIMPLES NACIONAL

O Simples Nacional é o regime especial de tributação para microempresa e empresa de pequeno porte, previsto na lei complementar 123/2006. Neste são calculados tributos e contribuições sobre responsabilidade da pessoa jurídica (OLIVEIRA *et.al*, 2015).

Na Constituição Federal art. 146 Inciso III Alínea d é previsto que será tratado por lei complementar a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155 II (ICMS) e nas contribuições previstas no art. 195 I e § 12 e 13 e da contribuição a que refere o art. 239 (BRASIL, 1988). Vale ressaltar que foi com base nessa disposição constitucional que foi criada a lei complementar 123/2006.

Tal diferença segue disposições constitucionais previstas nos artigos 170 e 179 da Constituição Federal que prevê tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas objetivando a simplificação de obrigações tributárias, administrativas e previdenciárias com a regulamentação por lei estabelecendo a redução ou eliminação destas (BRASIL, 1988).

O Simples Nacional foi criado para diminuir a informalidade de pequenos empreendimentos, oferecendo condições mais favoráveis para aqueles que estão na condição de micro empresa ou empresa de pequeno porte (CHRISPIM, 2013).

A lei complementar 155/2016, que instituiu a alteração da formula de calculo do simples nacional teve como motivo a reorganização e a simplificação da

metodologia de apuração do imposto devido (BRASIL, 2016).

O Simples Nacional segue os mesmos moldes desde a sua criação, entretanto, teve várias alterações com a lei complementar 155/2016. A principal alteração foi à implantação de uma nova fórmula de cálculo do referido tributo para micro e pequena empresa a qual será possível entender nos próximos tópicos.

2.2.1 Fórmula de cálculo do Simples Nacional vigente até 31/12/2017

Para calcular Simples Nacional utilizando os critérios válidos até 31 de dezembro de 2017 o contribuinte demandaria de poucas informações contábeis e financeiras. Necessitaria, por exemplo, do valor da Receita Bruta dos últimos 12 meses.

O cálculo utilizado era a aplicação da alíquota definida na tabela em que a empresa se enquadrava a empresa considerando o faturamento dos últimos doze meses anteriores à apuração. Com a definição dessa alíquota multiplicava-se pelo faturamento mensal da empresa para chegar ao valor do Simples Nacional a recolher no mês (BRASIL, 2006).

Segundo Fernandes Junior (2017) a fórmula de cálculo do Simples Nacional que ficou em vigor até 2017 é a mesma desde a criação do Simples Nacional, consistindo na aplicação direta da alíquota constante nas tabelas.

Antes da lei complementar 155/2016, que instituiu a nova fórmula de cálculo do simples nacional, era utilizada a receita bruta da empresa multiplicada pela alíquota definida nos anexos em que se enquadrava a empresa definido através do faturamento dos últimos 12 meses anteriores a ocorrência da receita, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{receita bruta} * \text{alíquota definida nos anexos} = \text{vr simples nacional a recolher}$$

As tabelas utilizadas para o cálculo do simples nacional até dezembro de 2017 eram 6, sendo anexo I para comércio, anexo II para indústria, anexo III IV V e VI para serviços de acordo com o artigo 18 da lei complementar 147/2014 (BRASIL, 2014).

No próximo tópico a fórmula de cálculo do simples nacional atual será demonstrada.

2.2.2 Fórmula de cálculo do Simples Nacional em vigor desde 01/01/2018

A partir de 2018, com a lei complementar 155/2016, o Simples Nacional conta com cinco anexos, sendo anexo I comércio, anexo II indústria, anexo III IV e V prestação de serviços que estão previstos no art.18 da lei complementar 123/2006 com redação dada pela lei complementar 155/2016 (BRASIL, 2016).

Para o cálculo do Simples Nacional atualmente não é aplicada a alíquota constante no anexo em que se enquadrar a empresa, mas esta deverá ser definida com base no faturamento dos últimos 12 meses multiplicando pela alíquota constante no anexo em que se enquadrar a empresa, subtraído o valor da dedução constante na tabela e dividindo pelo faturamento dos últimos 12 meses conforme art.18 § 1º-A da lei 123/2006 com redação dada pela lei complementar 155/2016 (BRASIL, 2016).

$$\frac{\text{Receita Bruta Total dos últimos 12 meses} \times \text{alíquota} - \text{dedução}}{\text{Receita Bruta Total dos últimos 12 meses}}$$

Com a fórmula acima, tem-se a definição da alíquota que deverá ser aplicada no faturamento mensal da empresa e com a dedução mencionada na fórmula acima, a ocorre a variação da alíquota aplicada todos os meses, sendo que essa situação não acontecia com a fórmula de cálculo anterior.

De acordo Gruba e Gruba Junior (2017), a lei complementar 155/2016 tem como ponto negativo o aumento da carga tributaria para as pessoas jurídicas optantes desse regime tributário independente do anexo em que a empresa esteja enquadrada.

No sentido contrário, Boufleuer, Lettnin e Sontag (2017) falam que existe um aumento de carga tributária não muito significativo para empresas enquadradas nos anexos I, II, III e IV do Simples Nacional. Já para aquelas empresas enquadradas no anexo V ocorre uma diminuição de alíquotas.

Fernandes Junior (2017) explica que em decorrência da dedução fixa no cálculo da alíquota efetiva, a nova fórmula de cálculo do Simples Nacional trouxe aumento de alíquota para alguns e diminuição de alíquota para outros.

3 METODOLOGIA

O trabalho foi do tipo descritivo visto que descreveu os efeitos da alteração da fórmula de cálculo do simples nacional. De acordo com Andrade (2012) é um tipo de pesquisa onde os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que haja a interferência do pesquisador sobre eles. Sobre isso, Wallimam (2014) complementa que a pesquisa descritiva tem por fim examinar determinadas situações de modo a estabelecer um padrão que pode ser aplicado em outros sobre a mesma circunstância.

Quanto a abordagem da pesquisa, esta se deu como quantitativa visto que na análise de resultados foram adotados cálculos matemáticos. Para Marconi e Lakatos (2017) a pesquisa de abordagem quantitativa é aquela que pretende ter acesso racional à essência dos objetos e fenômenos examinados.

O método utilizado na pesquisa foi o estudo de caso, visto que realizou uma análise da alteração da fórmula de cálculo do Simples Nacional, fazendo um comparativo entre a vigente até 31/12/2017 e a nova que está em vigor. Tal análise apontou efeitos da nova fórmula de cálculo no planejamento tributário das micro e pequenas empresas e por fim estabeleceu os requisitos mínimos para o planejamento tributário das empresas optantes pelo Simples Nacional.

A unidade de análise da pesquisa é composta por uma empresa com atividade de comércio e prestação de serviços. Vale ressaltar que a empresa escolhida é do setor automotivo.

Para a coleta de dados, em um primeiro momento preocupou se em fazer contato com os gestores das empresas para explicar-lhes sobre os objetivos da pesquisa que foram compreendidos pelos mesmos que prontamente forneceram informações para a realização da pesquisa. Vale ressaltar que tal estudo foi

condicionado ao sigilo absoluto dos dados das empresas escolhidas, bem como, razão social, endereço, telefone, e-mail, sócios. Vale ressaltar que os números referentes ao faturamento destas são reais.

Vale ressaltar ainda que as empresas escolhidas são optantes pelo regime do Simples Nacional, com atividade de comércio e prestação de serviços, estando enquadradas com os anexos I e III da lei complementar 155/2016.

Na análise de dados serão utilizados o faturamento das empresas do ano de 2017 para o cálculo do Simples Nacional nas fórmulas vigentes em 2017 e 2018 permitindo uma comparação de valores.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Essa pesquisa foi realizada com duas empresas optantes pelo Simples Nacional, com atividade de comércio de prestação de serviço, enquadradas nos anexos I e III da lei complementar 123/2006. As análises realizadas aconteceram através do fornecimento de informações sobre o faturamento e receita bruta acumulada dos últimos 12 meses, as quais são necessárias para o cálculo do Simples Nacional e, conseqüentemente, para fazer as análises as quais a pesquisa propõe.

4.1 EMPRESA A

4.1.1 Cálculo do Simples Nacional na empresa A considerando a fórmula de cálculo vigente até 31/12/2017

Essa é uma empresa que atua com o comércio de peças automotivas e prestação de serviços, que no ano de 2017 teve um faturamento anual de R\$ 3.279.526,16, sendo que a receita com venda de mercadorias foi de R\$ 3.216.516,85 e prestação de serviços foi de R\$ 63.009,31. Esse valor de receita gerou R\$ 375.359,59 de Simples Nacional a recolher conforme pode ser verificado no quadro 1.

Quadro 1 – Cálculo do simples nacional na empresa A 2017

MÊS	RECEITA DOS ULTIMOS 12 MESES	RECEITA MENSAL	RECEITA DE SERVIÇOS	RECEITA DE VENDA DE MERCADORIAS	VALOR SIMPLES NACIONAL
Jan/17	R\$ 3.091.548,87	R\$ 273.018,40	R\$ 4.313,69	R\$ 268.704,71	R\$31.200,27
Fev./17	R\$ 3.110.108,53	R\$ 239.528,88	R\$ 5.293,59	R\$ 234.235,29	R\$27.380,67
Mar/17	R\$ 3.085.671,70	R\$ 321.516,10	R\$ 6.269,56	R\$ 315.246,54	R\$36.748,49
Abr./17	R\$ 3.143.149,43	R\$ 228.806,04	R\$ 3.775,30	R\$ 225.030,74	R\$26.148,53
Mai/17	R\$ 3.124.095,08	R\$ 243.119,52	R\$ 4.886,70	R\$ 238.232,82	R\$27.788,68
Jun./17	R\$ 3.138.192,57	R\$ 231.855,66	R\$ 4.405,26	R\$ 227.450,40	R\$26.499,94
Jul./17	R\$ 3.138.459,23	R\$ 254.997,57	R\$ 4.768,45	R\$ 250.229,12	R\$29.144,56
Ago./17	R\$ 3.123.597,77	R\$ 315.037,83	R\$ 6.489,78	R\$ 308.548,05	R\$36.009,77
Set/17	R\$ 3.168.897,93	R\$ 295.845,69	R\$ 5.887,33	R\$ 289.958,36	R\$33.815,01
Out/17	R\$ 3.191.524,20	R\$ 295.071,97	R\$ 6.167,00	R\$ 288.904,97	R\$33.728,05
Nov./17	R\$ 3.247.262,75	R\$ 303.615,65	R\$ 5.404,36	R\$ 298.211,29	R\$34.973,18
Dez/17	R\$ 3.294.281,66	R\$ 277.112,85	R\$ 5.348,28	R\$ 271.764,57	R\$31.922,43
		R\$3.279.526,16	R\$ 63.009,31	R\$ 3.216.516,85	R\$375.359,59

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Esse cálculo foi realizado considerando as alíquotas de 11,42% para a atividade de comércio e 11,92% para a atividade de serviço, sendo essas aplicadas até o mês de outubro. Nos meses de novembro e dezembro foram utilizadas as alíquotas de 11,51% para a atividade de comércio e 12,01% para atividade de serviço. Vale ressaltar que as alíquotas utilizadas para o cálculo do Simples Nacional a recolher em 2017 foram definidas considerando o faturamento dos últimos 12 meses anteriores a cada apuração e a multiplicação das alíquotas que estavam definidas nos anexos I e III vigentes até 31/12/2017.

4.1.2 Cálculo do Simples Nacional na empresa A considerando a fórmula de cálculo vigente

Para o cálculo do Simples Nacional considerando a fórmula vigente, foram utilizados os mesmos valores de 2017 com intuito de traçar um comparativo entre os dois modelos. No quadro 2 é possível verificar tal cálculo.

Quadro 2 – Cálculo do Simples Nacional empresa A 2018

MÊS	RECEITA DOS ULTIMOS 12 MESES	RECEITA MENSAL	RECEITA DE	RECEITA DE VENDA	VALOR SIMPLES NACIONAL
			SERVIÇOS	DE MERCADORIAS	
Jan/18	R\$ 3.091.548,87	R\$ 273.018,40	R\$ 4.313,69	R\$ 268.704,71	R\$ 31.567,58
Fev./18	R\$ 3.110.108,53	R\$ 239.528,88	R\$ 5.293,59	R\$ 234.235,29	R\$ 27.818,53
Mar/18	R\$ 3.085.671,70	R\$ 321.516,10	R\$ 6.269,56	R\$ 315.246,54	R\$ 37.222,61
Abr./18	R\$ 3.143.149,43	R\$ 228.806,04	R\$ 3.775,30	R\$ 225.030,74	R\$ 26.571,14
Mai/18	R\$ 3.124.095,08	R\$ 243.119,52	R\$ 4.886,70	R\$ 238.232,82	R\$ 28.239,77
Jun./18	R\$ 3.138.192,57	R\$ 231.855,66	R\$ 4.405,26	R\$ 227.450,40	R\$ 26.946,80
Jul./18	R\$ 3.138.459,23	R\$ 254.997,57	R\$ 4.768,45	R\$ 250.229,12	R\$ 29.632,82
Ago./18	R\$ 3.123.597,77	R\$ 315.037,83	R\$ 6.489,78	R\$ 308.548,05	R\$ 36.600,72
Set/18	R\$ 3.168.897,93	R\$ 295.845,69	R\$ 5.887,33	R\$ 289.958,36	R\$ 34.478,90
Out/18	R\$ 3.191.524,20	R\$ 295.071,97	R\$ 6.167,00	R\$ 288.904,97	R\$ 34.463,09
Nov./18	R\$ 3.247.262,75	R\$ 303.615,65	R\$ 5.404,36	R\$ 298.211,29	R\$ 35.552,86
Dez/18	R\$ 3.294.281,66	R\$ 277.112,85	R\$ 5.348,28	R\$ 271.764,57	R\$ 32.579,61
	R\$ 3.154.732,48	R\$ 273.293,85	R\$ 63.009,31		R\$ 381.674,44

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Para definir o valor a ser apurado no cálculo do Simples Nacional em 2018, foram utilizadas alíquotas para o comércio que variavam de 11,48% a 11,65% e a prestação de serviços variou entre 16,94% e 17,19%. Essa variação acontece porque no novo cálculo são utilizadas as deduções definidas nos novos anexos do Simples Nacional, que foram inseridos pela lei complementar 155/2016 (BRASIL, 2016).

4.1.3 Análise dos efeitos tributários da nova fórmula de cálculo do Simples Nacional na empresa A

Observa-se que no modelo de cálculo do Simples Nacional anterior em vigor durante o ano de 2017, a empresa A se manteve com a mesma alíquota durante 10 meses do ano, alterando-a somente nos meses de novembro e dezembro, quando ocorreu um aumento no faturamento da empresa conforme pode ser verificado no quadro 3.

Quadro 3. Alíquotas do Simples Nacional empresa A 2017

MÊS	RECEITA MENSAL	SIMPLES A RECOLHER	ALÍQUOTA MERCADORIA	ALÍQUOTA SERVIÇOS
01/2017	R\$ 273.018,40	R\$ 31.200,27	11,42%	11,92%
02/2017	R\$ 239.528,88	R\$ 27.380,67	11,42%	11,92%
03/2017	R\$ 321.516,10	R\$ 36.748,49	11,42%	11,92%
04/2017	R\$ 228.806,04	R\$ 26.148,53	11,42%	11,92%
05/2017	R\$ 243.119,52	R\$ 27.788,68	11,42%	11,92%
06/2017	R\$ 231.855,66	R\$ 26.499,94	11,42%	11,92%
07/2017	R\$ 254.997,57	R\$ 29.144,56	11,42%	11,92%
08/2017	R\$ 315.037,83	R\$ 36.009,77	11,42%	11,92%
09/2017	R\$ 295.845,69	R\$ 33.815,01	11,42%	11,92%
10/2017	R\$ 295.071,97	R\$ 33.728,05	11,42%	11,92%
11/2017	R\$ 303.615,65	R\$ 34.973,18	11,51%	12,01%
12/2017	R\$ 277.112,85	R\$ 31.922,43	11,51%	12,01%

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Da forma que está descrito no quadro 3, verifica-se que durante 10 meses do ano a empresa manteve a mesma alíquota, sendo que dessa forma era possível o empresário prever o valor do Simples Nacional a recolher. Isso possibilitava, inclusive, que a porcentagem do Simples Nacional fosse utilizada na composição de preços e serviços uma vez que a empresa mantinha a mesma alíquota por um determinado período durante o ano ou até mesmo em períodos superiores.

Não acontece da mesma forma no novo modelo de cálculo. Se assim fosse, a partir de 2017, a empresa durante o ano registraria um número maior de mudanças nas alíquotas durante os 12 meses do ano, conforme o quadro 4.

Quadro 4 . Alíquotas do Simples Nacional empresa A 2018

MÊS	RECEITA DOS ULTIMOS 12 MESES	RECEITA MENSAL	VALOR SIMPLES NACIONAL	ALÍQUOTA MERC.	ALÍQUOTA SERV.
jan/18	R\$ 3.091.548,87	R\$ 273.018,40	R\$ 31.567,58	11,48%	16,94%
fev/18	R\$ 3.110.108,53	R\$ 239.528,88	R\$ 27.818,53	11,49%	16,96%
mar/18	R\$ 3.085.671,70	R\$ 321.516,10	R\$ 37.222,61	11,47%	16,93%
abr/18	R\$ 3.143.149,43	R\$ 228.806,04	R\$ 26.571,14	11,52%	17,00%
mai/18	R\$ 3.124.095,08	R\$ 243.119,52	R\$ 28.239,77	11,51%	16,98%
jun/18	R\$ 3.138.192,57	R\$ 231.855,66	R\$ 26.946,80	11,52%	17,00%
jul/18	R\$ 3.138.459,23	R\$ 254.997,57	R\$ 29.632,82	11,52%	17,00%
ago/18	R\$ 3.123.597,77	R\$ 315.037,83	R\$ 36.600,72	11,51%	16,98%
set/18	R\$ 3.168.897,93	R\$ 295.845,69	R\$ 34.478,90	11,55%	17,04%
out/18	R\$ 3.191.524,20	R\$ 295.071,97	R\$ 34.463,09	11,56%	17,06%
nov/18	R\$ 3.247.262,75	R\$ 303.615,65	R\$ 35.552,86	11,61%	17,13%
dez/18	R\$ 3.294.281,66	R\$ 277.112,85	R\$ 32.579,61	11,65%	17,19%

Fonte: Elaborada pelo Autor, 2018.

No quadro 4 é possível verificar que no novo modelo de cálculo do Simples Nacional vigente desde janeiro de 2018 as alíquotas efetivas teriam variação em todos os meses do ano caso a nova regra já estivesse em vigor no ano de 2017. Estas alíquotas variariam de 11,48% a 11,65% para atividade de comércio e de 16,94% a 17,19% para atividade de serviço.

Essa variação traz dificuldades para os empresários, uma vez que a partir da instituição do novo cálculo não será mais possível conhecer as alíquotas antes, por exemplo, da formulação de preço do produto devido a dedução estabelecida nas tabelas para definição da alíquota efetiva a ser aplicada sobre o faturamento mensal da empresa. Isso, notavelmente dificulta a aplicação do planejamento tributário nas empresas.

Vale ressaltar que a alteração da fórmula de cálculo trouxe um aumento expressivo no valor do Simples Nacional a recolher. No ano de 2017 a empresa recolheu R\$ 375.359,59. Considerando os mesmos valores de receita e a nova fórmula de cálculo a empresa pagaria no mesmo ano R\$ 381.674,44 caso a nova regra já estivesse em vigor, ou seja, R\$ 6.314,85 a mais.

Existe previsão na constituição federal o tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas no que tange a apuração de tributos e contribuições em favor de todos os entes, mas com a nova fórmula o governo está entrando em contradição com a disposição constitucional e deixando o cálculo do Simples Nacional mais difícil para o contador e para o empresário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo fez um estudo sobre a nova fórmula de cálculo do Simples Nacional e os seus efeitos no Planejamento Tributário da empresa. Foi solicitado a 1 empresa optante pelo Simples Nacional o fornecimento de informações sobre faturamento dos últimos 12 meses, receita bruta separada por comércio de peças e prestação de serviços, optante pelos anexos I e III do Simples Nacional. Esse estudo foi condicionado

ao sigilo das informações como nome empresarial, endereço, telefone e quaisquer dados que possam identificar as empresas.

Foram realizados comparativos em uma empresa entre a fórmula vigente até 31/12/2017 e a fórmula em vigor e verificamos que durante o ano de 2017 a empresa com a fórmula de cálculo anterior, não teve muita variação de alíquota, visto que até o ano de 2017 a fórmula de cálculo do Simples Nacional era bem mais simples para realizar o cálculo, sendo que agora além de utilizar as alíquotas previstas nos anexos devemos utilizar também a dedução prevista também nos anexos conforme lei complementar 155/2016 (BRASIL, 2016).

Sobre os efeitos da nova fórmula de cálculo, existe aumento de carga tributária significativo as empresas estudadas. A empresa A recolheu no ano de 2017 de R\$ 375.359,59 e considerando os mesmos valores de receita e utilizando a nova fórmula de cálculo a empresa pagaria no mesmo ano R\$381.674,44 e com isso estão corretos Gruba e Gruba Junior (2017) dizendo que a lei complementar 155/2016 tem como ponto negativo o aumento de carga tributária para empresas optantes desse regime tributário

Outro efeito que aconteceu com a nova fórmula de cálculo do Simples Nacional foi a variação de alíquotas aplicáveis a empresa durante o ano e isso pode dificultar a aplicação do planejamento tributário das empresas causando várias dúvidas nos empresários no que tange a alíquota a ser aplicada no preço do produto ou serviço pois o planejamento tributário de acordo com Chaves 2017, é a forma de economia de tributos não simulada anterior à ocorrência do fato gerador.

O planejamento tributário de empresas optantes pelo Simples Nacional após a entrada em vigor da nova fórmula de cálculo deve ser aplicado juntamente com uma previsão de faturamento para que o empresário possa saber a alíquota a ser aplicada no cálculo do Simples Nacional e por consequência ser possível a aplicação nos preços dos produtos ou serviços.

É previsto na constituição federal o tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas no que tange a apuração de tributos e contribuições em favor de todos os entes, mas com a nova fórmula o governo está entrando em contradição com a disposição constitucional e deixando o cálculo do Simples Nacional mais difícil para o contador e para o empresário.

De acordo com Fernandes Junior (2017) a dedução fixa no cálculo da alíquota efetiva traz aumento de alíquota para alguns e diminuição de alíquota para outros, situação essa que não foi verificada durante a execução desse trabalho, sendo assim, essa afirmação pode ser abordada em uma pesquisa específica na área do planejamento tributário.

Dessa forma, esse estudo pode ser utilizado por gestores de empresas optantes pelo Simples Nacional para definir o modo de se fazer o planejamento tributário de suas empresas com a nova fórmula de cálculo vigente desde 01/01/2018.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Euridice S. de, LINS, Luiz Santos, BORGES, Viviane Lima. **Contabilidade Tributária: Um Enfoque Prático nas Áreas Federal, Estadual e Municipal**. 2. ed. São

Paulo: Atlas, 05/2015.

ANDRADE, Maria de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 09/2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

Lei Complementar Nº 123, de 14 de Dezembro de 2006. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 05 maio 2018.

_____. Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.. **Lei Complementar Nº 147, de 7 de Agosto de 2014**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp147.htm>. Acesso em: 05 maio 2018.

_____. Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nos 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. **Lei Complementar Nº 155, de 27 de Outubro de 2016**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp155.htm>. Acesso em: 05 maio 2018.

BOUFLEUER, Jhennifer Poliana Bianchessi; LETTNIN, Ricardo; SONTAG, Anderson Giovane. **Análise da carga tributária no regime simples nacional com as alterações propostas pela lei complementar 155/2016**. 2017. Disponível em:

<midas.unioeste.br/sgev/eventos/635/downloadArquivo/28075>. Acesso em: 12 maio 2018.

CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento Tributário na Prática - Gestão Tributária**

Aplicada. 4. ed. São Paulo: Atlas, 04/2017.

CREPALDI, Silvio. **Planejamento Tributário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHRISPIM, Anna Paula Duarte. A efetividade da Lei Complementar nº 123/2006 para implementar a redução da informalidade. **Cadernos de Finanças Públicas**, Brasília, p.1-33, dez.2013.

FABRETTI, Lúdio Camargo, FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito Tributário para os Cursos de Administração e Ciências Contábeis**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 10/2014.

FERNANDES JUNIOR, Sergio. **Como calcular o Simples em 2018 e críticas a nova forma de cálculo**. 2017. Disponível em:
<<http://www.contabeis.com.br/artigos/4148/como-calculiar-o-simples-em-2018-e-criticas-a-nova-forma-de-calculo/>>. Acesso em: 12 maio 2018.

GRUBA, Flávio; GRUBA JUNIOR, Flávio. **Aumento de carga tributária no simples – Lei Complementar nº 155/2016**. 2017. Disponível em:
<<http://www.santacruz.br/v4/download/contabilidade-em-pauta/aumento-da-carga-tributaria-no-simples.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2018.

MARCONI, Marina Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: atlas, 01/2017.

OLIVEIRA, Luís Martins de et al. . **Manual de Contabilidade Tributária: Textos e Testes com Respostas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 08/2015.

WALLIMAN, Nicholas. **Métodos de Pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 06/2014.